

2024

REFLEXÕES

Livro XLIV



LUIZ ALBERTO BANCİ
DAVI BANCİ MARCOLINO
luiz.banci@hotmail.com.br
banciblog.wordpress.com



Índice

5- Cuba livre?- Foreign Affairs

- 7- A crise cubana- Adolf A. Berle Jr.
- 26- A lei e a quarentena de Cuba- Abram Chayes
- 35- A crise dos mísseis cubanos revisitada- James G. Blight, Joseph S. Nye Jr. e David A. Welch
- 57- Cuba, Castro e os Estados Unidos- Philip W. Bonsal
- 78- Cuba revisitada após dez anos de Castro- Viajante
- 90- Os Estados Unidos e Castro: rompendo o impasse- Edward Gonzalez
- 110- Cuba na década de 1980- Jorge Dominguez
- 132- O futuro nebuloso de Cuba- Susan Kaufman Purcell
- 154- Segredos do poder de permanência de Castro: Jorge Dominguez
- 167- De olho em Cuba: as empresas dos EUA e o embargo- Pamela S.Falk
- 175- A longa reforma de Cuba- Wayne S. Smith
- 191- A repressão em Cuba- Theresa Bond
- 206- A vitória final de Fidel- Julia S. Sweig
- 226- Cuba depois do comunismo- Julia E. Sweig e Michael J. Bustamante
- 243- Camaradas cubanos- Michael J. Bustamante
- 250- Chamada de Havana- José W. Fernández e Eric Lorber
- 256- Havana removida- William M. LeoGrande
- 261- Nadir das Américas- Michael J. Bustamante
- 266- Um enigma cubano- Michael J. Bustamante

- 272– A atitude de Obama em relação a Cuba- Michael J. Bustamante
- 279– Negócios incomum em Cuba- Anne Nelson e Debi Spindelman
- 287– **O choque de civilizações?** - Foreign Affairs
- 290– O choque de civilizações- Samuel P. Huntington
- 320– A convocação- Fouad Ajami
- 331– Os perigos da decadência- Kishore Mahbubani
- 338– O caso do otimismo- Robert L. Bartley
- 344– Enxerto de civilização- Liu Binyan
- 348– O imperador modernizador- Jeane J. Kirkpatrick
- 352– As civilizações se mantêm- Albert. L. Weeks
- 355– O Ocidente é o melhor- Gerard Piel
- 357– Se não forem civilizações, o que é, então?- Samuel P. Huntington
- 370– Conflito ou cooperação?- Richard K. Betts

LUIZ BIANCI

Cuba livre?

Foreign Affairs



Relações EUA-Cubana, da revolução à reaproximação

Introdução

As revoluções de esquerda contra regimes autoritários de direita no mundo em desenvolvimento não eram incomuns nas décadas intermediárias do século XX, e o Movimento 26 de Julho do ex-presidente cubano Fidel Castro tinha paralelos noutros lugares. Nas décadas desde que Castro derrubou o regime de Fulgêncio Batista em 1959, contudo, a maior parte do resto do mundo seguiu em frente – embora o regime comunista estabelecido por Castro tenha permanecido em vigor. E durante mais de meio século, a hostilidade implacável entre a Cuba revolucionária e o seu enorme vizinho capitalista ao norte tem sido uma característica constante da vida nas Américas. Pelo menos, até agora.

A busca do presidente dos EUA, Barack Obama, por melhores relações com Cuba, que é atualmente liderada pelo irmão de Fidel, Raúl, tem sido um dos elementos mais interessantes e inesperados da diplomacia dos EUA nos últimos anos, culminando numa visita histórica de Obama a Havana nesta primavera. Ainda não está claro até que ponto e com que rapidez a abertura irá prosseguir e que mudanças acabarão por ocorrer em Cuba – que permaneceu tão desligada de grande parte do mundo durante tanto tempo, preservada como uma mosca no âmbar. Mas nós, da Foreign Affairs, decidimos que era o momento certo para fazer um balanço desta relação notável e oferecer esta coleção para colocar os acontecimentos dramáticos dos últimos meses na devida perspectiva. Da revolução à reaproximação, a Foreign Affairs tem estado presente a assistir e a cobrir o drama, e estes destaques da

REFLEXÕES XLIV

nossa cobertura constituem uma leitura fascinante. ●

LUIZ BIANCI

A crise cubana

Adolf A. Berle Jr.



Fracasso da Política Externa Americana

Fulgêncio Batista.

O aprofundamento da crise em Cuba reflete inevitavelmente um fracasso da política externa americana. Fracasso e não desastre, pois a situação não é incontrolável. No entanto, isso não devia ter acontecido. Dado que crises semelhantes são possíveis noutras partes da América Latina, não é errado analisar a política (ou a falta dela) para referência futura.

Os acontecimentos de fundo mais óbvios são muito conhecidos; eles precisam apenas ser resumidos aqui. Cuba, como Estado independente, surgiu como resultado da Guerra Hispano-Americana. Este, por sua vez, foi o clímax da guerra de independência travada esporadicamente na ilha durante muito tempo, atingindo uma fase ativa em 1895. Três anos sangrentos precederam a guerra de três meses com a Espanha. Em 10 de dezembro de 1898, pelo Tratado de Paris, a Espanha renunciou às suas reivindicações sobre as terras descobertas por Colombo. A ocupação americana foi estabelecida sob o governador-geral de Leonard Wood; partidos foram organizados, eleições foram realizadas. Em 20 de maio de 1902, foi inaugurada a República Cubana e encerrada a ocupação americana. Os Estados Unidos mantiveram o direito de intervir em Cuba para restaurar a ordem; este direito, raramente exercido (e nunca com sucesso), foi renunciado pelos Estados Unidos em 1934.

Entretanto, Cuba prosseguiu o seu caminho independente com sucesso substancial. Entre outras coisas, desejando assegurar uma base econômica ao novo país, os Estados Unidos asseguraram-lhe tratamento tarifário preferencial para as importações de açúcar. Isto

foi posteriormente traduzido na grande quota de açúcar cubano concedida para importação no protegido mercado americano. Naquela altura, como agora, o principal recurso econômico de Cuba era o cultivo da cana-de-açúcar e a sua transformação em açúcar bruto, principalmente para exportação.

A vida econômica de Cuba estava, obviamente, ligada à dos Estados Unidos. A geografia teria feito isso de qualquer maneira. As normas econômicas das relações civilizadas eram então as convencionais do comércio e investimento privados. Os cubanos negociavam com os americanos. Os americanos investiram em Cuba. Isto não foi filantropia de nenhum dos lados. O comércio era mutuamente lucrativo. Deve-se notar aqui uma distorção da história que está sendo amplamente promovida tanto na América Latina como entre os intelectuais menos responsáveis dos Estados Unidos. Isto é que a corrente de comércio e investimento, sendo a “diplomacia do dólar”, foi meramente um estabelecimento proposital pelos Estados Unidos de um “império informal”. (Já ouvi até cubanos insistirem que os Estados Unidos “intervêm” em Cuba apenas porque este país existe, está próximo e é economicamente poderoso.) O argumento não tem direito ao respeito intelectual. As eras se movem em seu próprio tempo. De 1900, pelo menos, até 1933, Cuba tinha apenas três alternativas possíveis. Ela poderia ser uma colônia, poderia ser uma entidade independente vivendo dentro do único sistema comercial então vigente, ou poderia morrer de fome. Das três, a segunda alternativa era obviamente a mais vantajosa. Os intelectuais que agora usam irresponsavelmente a palavra estritamente propagandística “imperialismo” são homens que nunca experimentaram o verdadeiro “império”. Na verdade, Cuba era tão livre para desenvolver a sua vida, a sua estrutura moral e as suas formas sociais como qualquer país pequeno da época – talvez como qualquer país pequeno possa ser.

II

A história cubana mais recente desenvolveu tensão, apesar do progresso econômico substancial e contínuo medido estatisticamente. A partir de 1927, o mundo produziu grandes excedentes de açúcar bruto. Foi vendido a preços catastróficamente

baixos, mesmo no protegido mercado americano. A angústia cresceu. Um agravante foi que o emprego na cana-de-açúcar, além de pouco qualificado e mal remunerado, é sazonal: as usinas moem de dezembro ou janeiro até o início de maio. Durante a estação morta, apenas uma fração do trabalho de campo é empregada. Em 1933, o governo do país então chefiado pelo presidente Gerardo Machado estava em apuros.

No final do verão daquele ano, uma revolução atingiu o clímax, forçando Machado a fugir. Um governo, composto principalmente por estudantes, foi estabelecido em Havana, cujo chefe era um ex-professor universitário, Dr. Grau San Martin. O verdadeiro poder era detido por Fulgêncio Batista, um sargento do exército que liderou um motim que deslocou todos os oficiais cubanos e se estabeleceu em Camp Columbia como líder das forças armadas cubanas. Em algumas partes do país, as multidões dominavam e havia mais do que um vestígio de agitação comunista. O poder pessoal finalmente ficou nas mãos de Batista e das forças armadas. Candidatou-se a presidente, foi eleito e assumiu o cargo em 10 de outubro de 1934. Ao término de seu mandato, Grau San Martin foi eleito presidente; ele foi seguido em outubro de 1948 pelo presidente Prio Socarras. Batista, que estava ganhando tempo politicamente, apresentou-se novamente para presidente em junho de 1952. Mas quando ficou claro para ele e seus apoiadores que a votação estava fortemente contra, ele friamente assumiu o comando do exército, assumiu a presidência e tornou-se na verdade, um ditador militar.

No que diz respeito aos ditadores, nos primeiros dias do seu poder Batista poderia ter sido pior. O roubo de fundos governamentais atingiu proporções fenomenais sob Grau San Martin e Prio Socarras. Não é nenhum elogio a Batista dizer que ele pessoalmente não igualou o recorde deles. Mesmo assim, seus amigos e associados se saíram muito bem. Considerações econômicas favoreceram esta situação: o mercado do açúcar durante e após a Segunda Guerra Mundial, e durante 1957, era elevado. O dinheiro era abundante. Até os últimos meses, o Exército Cubano era geralmente leal a Batista; durante grande parte de sua carreira, de fato, foi considerado o

exército mais bem-pago do mundo. A legislação social foi promulgada. Os salários dos trabalhadores cubanos quase duplicaram na década entre 1949 e 1959, embora o seu salário real tenha talvez aumentado apenas 50 por cento. Mas o emprego nos canaviais ainda era sazonal. A base a partir da qual ocorreu o aumento foi tão baixa que a melhoria (como a que ocorreu nos dias anteriores à **Revolução Francesa**) enfatizou o fato da pobreza quase tanto como a melhorou. Relata-se que 25% da mão de obra cubana estava “normalmente” desempregada. A riqueza estava irremediavelmente concentrada numa pequena classe alta, que demonstrava um sentido chocantemente pequeno de responsabilidade social para com as massas cubanas. A corrupção em Havana era a regra e não a exceção. Num contexto de ditadura militar, não era aparente qualquer saída pacífica. Quando um governo só pode ser mudado pela força, a revolução por meio da guerra civil (com data incerta) é quase inevitável, embora haja raros casos em que o ditador irá – e pode – abdicar pacificamente.

Na verdade, Fidel Castro liderou uma tentativa frustrada de tal revolução em 26 de Julho de 1953. Organizou uma pequena força com a intenção de iniciar uma revolução. A maior parte de sua força foi exterminada; ele foi capturado, preso e posteriormente libertado. Mais uma vez organizou uma pequena força, desta vez no México, e conseguiu levar uma dúzia de homens para a Sierra Maestra para travar uma guerra de guerrilha.

O programa político desenvolvido por ele neste período estava longe de ser claro. Principalmente, opôs-se à ditadura de Batista. A partir da tentativa de 1953, poderia saber-se que o movimento procurava justiça social para os desempregados e os trabalhadores agrícolas, distribuição de terras, redução de rendas, industrialização, aumento da produtividade e melhor distribuição. Na época, nada de antiamericano foi sugerido; isso viria mais tarde.

No início de 1958, dois fatos tornaram-se claros. Um deles era que uma maioria substancial de Cuba não queria mais Fulgêncio Batista. A outra era que uma revolução contra Batista tinha amplo apoio entre os líderes democráticos latino-americanos em toda a área das Caraíbas. Castro estava de fato a receber ajuda da Venezuela, da

América Central e de diversos elementos nos Estados Unidos, onde os esforços algo ineficazes do Governo dos Estados Unidos não conseguiram impedir um fluxo de dinheiro e fornecimentos, incluindo armas, para ele. O governo Batista protestou contra qualquer apoio que chegasse à insurreição de Castro, alegando que isso constituía "intervenção". O grupo pró-Castro respondeu com acusações amargas de que os Estados Unidos (presumivelmente ao interromper o fluxo de fornecimentos para Castro) estavam a apoiar uma ditadura antidemocrática. Acusaram igualmente que os Estados Unidos estavam a fornecer armas a Batista – uma acusação que continha uma certa medida de verdade, uma vez que, ao abrigo de acordos de ajuda militar, Washington tinha fornecido no passado, e era obrigado a fornecer, uma certa quantidade de armas e munições. Deve acrescentar-se que, à medida que a guerra civil aumentava, Washington não só demorou a agir como esteve perigosamente perto de quebrar o acordo, num esforço para não fornecer armas ou outra assistência ao governo Batista – tal como também se esforçava para não permitir Os suprimentos americanos fluírem para a insurreição na Sierra Maestra.

Batista tinha desfrutado do apoio passivo de um pequeno, mas fortemente organizado grupo comunista cubano. Em torno do seu núcleo duro, recrutaram simpatizantes que talvez não fossem comunistas, mas que estavam preparados para seguir a liderança comunista. Aparentemente, o núcleo duro decidiu que havia chegado a hora de mudar de lado. Em meados de 1958 sinalizaram uma mudança de política, determinados a apoiar Fidel Castro, fortalecendo a sua organização, especialmente em Havana, e aguardaram o resultado. Além disso, à medida que 1958 se aproximava do fim, elementos do Exército Cubano deixaram de ser forças fiéis de Batista. Alguns mudaram de lado. As conspirações de oficiais contra o governo eram cada vez mais frequentes. A dissolução desse governo estava à vista.

Pelo menos três grupos separados e distintos convergiam agora para Havana. O próprio Fidel Castro e seu irmão Raúl estavam na província do Oriente, muito distante da capital. Outros grupos que o apoiaram firmemente na sua revolução, embora sem compromisso

REFLEXÕES XLIV

quanto ao futuro governo do país, intervieram quando a situação se desfez. Em 1º de janeiro de 1959, Batista fugiu. Um grupo clandestino de jovens surgiu, assumiu o controle, parou de saquear e ocupou as delegacias de polícia e o palácio. "Che" Guevara, como chefe das tropas insurrecionistas, tomou a fortaleza de Cabañas em 2 de janeiro. Um coronel anti-Castro, Ramon Barquin, libertado da prisão, assumiu a chefia temporária dos exércitos cubanos e imediatamente enviou um apelo para que Castro fosse a Havana. .

Em Santiago, em 2 de janeiro, Castro anunciou a formação de um governo sob o comando do ex-juiz Manuel Urrutia Lleo como presidente provisório. Urrutia retribuiu o elogio nomeando Castro chefe das forças armadas do país, e ele delineou uma política com viés político. As garantias constitucionais deveriam ser restauradas. A liberdade de imprensa e de rádio seria restabelecida. A colheita da safra de açúcar deveria ser iniciada dentro do prazo. O novo governo honraria os compromissos internacionais. Em 8 de janeiro, Castro e seus barbudos marcharam para Havana. Houve alegria geral não apenas em Cuba, mas na maior parte da América Latina. A revolução democrática que começou quando o Brasil rompeu com a ditadura em 1945, derrubando no seu caminho, entre outros, Perón da Argentina, Rojas Pinilla da Colômbia e Perez Jimenez da Venezuela, finalmente chegou a Havana. Um dos grandes líderes do movimento democrático, o antigo presidente José Figueres da Costa Rica, que com o presidente Romulo Betancourt na Venezuela tinha ajudado ativamente Castro, ofereceu prontamente ao novo governo as suas felicitações e ajuda. Uma estrela foi devolvida à galáxia da democracia latino-americana.

A desilusão veio rapidamente. No espaço de um mês, os observadores cubanos ficaram chocados com uma nota nova e bastante diferente: o crescente e amargo antiamericanismo dentro do grupo de Castro, que trazia a marca da propaganda organizada. Numa visita à Venezuela, Fidel Castro atacou os Estados Unidos e propôs "libertar" Porto Rico. Um grupo de cubanos tentou um desembarque de guerrilha no Panamá, sincronizado com uma manifestação de esquerda contra os Estados Unidos. Em março, o presidente Figueres visitou Cuba como convidado do governo

Castro. Ele foi convidado para falar em uma reunião de massa. Viu-se no centro de uma multidão contra a qual Castro e os seus associados investiam violentamente contra os Estados Unidos. Figueres respondeu defendendo os Estados Unidos – após o que Castro o atacou pessoalmente, incluindo o presidente Romulo Betancourt da Venezuela, por uma boa medida, embora estes tivessem sido anteriormente os seus principais apoiadores.

Este ataque foi um ponto de virada evidente. Vários líderes que lutaram com as forças castristas na Sierra Maestra partiram para a América Central, vendo a escrita na parede. Comunistas e pró-comunistas em toda a América Latina abriram uma barreira contra os governos democráticos e os seus líderes. A sua queixa parecia ser a de que estes eram “fantoques do imperialismo americano”, o que significa que não eram hostis aos Estados Unidos. Em Abril de 1959, vários líderes cubanos que ajudaram Castro a obter o poder analisaram a situação. Eles tinham certeza de que a política de Castro era agora estabelecer um governo comunista heterossexual, e não estavam totalmente convencidos pelas suas negativas violentas. Alguns recordaram que era prática comunista padrão negar as afiliações comunistas dos governos que estavam em processo de estabelecer. Negações semelhantes foram feitas com grande veemência quando as forças dominadas pelos soviéticos tomaram a Checoslováquia e novamente quando a revolução chinesa estava em curso. Infelizmente, eles deram o veredito trágico: “Uma revolução traída”.

Castro visitou os Estados Unidos naquela primavera. Ele foi bem-recebido. Obviamente ele tinha a simpatia americana. Infelizmente, rapidamente se tornou claro que o que Castro disse em Washington era o oposto do que ele e os seus amigos diziam e faziam em Cuba. Uma lei de reforma agrária foi promulgada pela ditadura de Castro em 3 de junho. As suas disposições suscitaram preocupações legítimas aos proprietários de terras americanos. Uma nota cortês dos Estados Unidos sobre o assunto foi respondida em 15 de junho pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros cubano em termos razoavelmente corteses, mas pelo próprio Castro com uma tirada de abusos dirigida contra os Estados Unidos. Em meados do verão,

funcionários competentes do Departamento de Estado alertavam que a América Latina começava a acreditar que os Estados Unidos estavam inertes e indefesos face ao poder superior e à propaganda da União Soviética nas Caraíbas. Uma torrente de cubanos que abandonaram o regime de Castro insistiam que a revolução tinha sido traída; e que, por trás da oratória maníaca de Castro, os comunistas estavam a organizar os assuntos.

Desde então, a comunização de Cuba seguiu o padrão tático clássico. As negações e outras explicações têm sido volumosas. O fato de Castro não ser membro do Partido Comunista (provavelmente não é) foi sublinhado. Outra linha é que ele está a tentar criar um governo nacionalista como o de Nasser no Egito. Afirmou-se que existem não comunistas no seu governo e insistiu-se que o caráter comunista do governo não foi provado. Por razões óbvias, a história intelectual interna do governo Castro ainda não é rastreável. Claramente uma revolução social estava sendo efetuada. É possível que a sua orientação real durante 1959 estivesse em debate. O fato inegável é que, como resultado, a sua orientação tornou-se, tanto em termos de relações externas como em termos de estrutura, de caráter comunista. Até que haja provas históricas disponíveis, não saberemos se isto era pretendido desde o início, ou se a decisão foi tomada depois de 1º de janeiro de 1959. Pode apenas notar-se que já em março de 1959 alguns dos homens mais capazes associados com Castro na Sierra Maestra deixaram claro que a revolução estava a ser intencionalmente dirigida para mãos comunistas e que Cuba estava a ser intencionalmente transformada em inimiga dos Estados Unidos.

Um ano depois, a intervenção soviética tornou-se evidente. Mikoyan fez uma visita de Estado. Em maio de 1960, Khrushchev anunciou que a União Soviética iria “defender” Cuba contra a “agressão americana”. Em julho de 1960, Raúl Castro visitou a Tchecoslováquia para comprar armas e Moscou para receber honras. Entretanto, as embaixadas cubanas em toda a América Latina (exceto onde o pessoal desertou) envolvem-se abertamente em atividades de organização pró-comunistas. Na medida do permitido, distribuem literatura comunista, grande parte da qual foi

imprensa em Moscou. Agentes cubanos, com o apoio comunista, estão a tentar perturbar o governo da Guatemala e estão ativos na agitação noutros locais. Khrushchev anunciou que a Doutrina Monroe¹ “morreu de morte natural” e deveria ser enterrada como um cadáver fedorento.

A situação pode ser resumida. Uma mudança social e econômica generalizada era necessária – na verdade, já era necessária há muito tempo – em Cuba. Dada a ditadura militar de Batista, a revolução era a única forma de assegurá-la. Este foi o sentimento dos Estados Unidos e da maioria dos especialistas do Departamento de Estado. Havia uma disposição geral americana para ajudar no processo. Desde o início do novo regime, 1º de Janeiro de 1959, até meados do verão de 1960, o Governo dos Estados Unidos comportou-se com escrupulosa consideração e tolerância.

Mas, a partir da primavera de 1959, os diretores da revolução cubana pareciam tão interessados em iniciar uma disputa com os Estados Unidos como em efetuar a sua revolução social. A política e a diplomacia americanas evitaram dar qualquer pretexto à hostilidade e agiram com notável moderação face às provocações crescentes. Não tinha, como no caso da revolução boliviana de 1954, agido para oferecer assistência direta e, em retrospectiva, não é claro se tal cooperação teria sido possível. Em todo caso, uma coisa é oferecer amizade a uma revolução. Não é tão fácil oferecer apoio a um grupo revolucionário que proclama o desejo e a intenção de se tornar inimigo dos Estados Unidos. O problema torna-se infinitamente mais difícil quando essa revolução se lança no jogo da política de poder mundial, sacrifica a segurança nacional cubana e os interesses nacionais cubanos, procurando fazer desse país e do seu povo uma parte do império soviético e do seu regime um governo cliente de Moscou.

¹ **Doutrina Monroe:** O seu pensamento consistia em três pontos: a não criação de novas colônias nas Américas; a não intervenção nos assuntos internos dos países americanos; a não intervenção dos Estados Unidos em conflitos relacionados aos países europeus como guerras entre estes países e suas colônias.

III

A situação atual é bastante clara. Sob o governo Castro, Cuba está a levar a cabo uma revolução social. Nisto obteve simpatia popular geral nos Estados Unidos e aceitação tolerante por parte do governo dos Estados Unidos. Também escolheu, aparentemente intencionalmente, tornar-se antiamericano quando o antiamericanismo parecia totalmente desnecessário. Os pretextos dados ao povo cubano para isso soam estranhos aos ouvidos americanos. O povo cubano deveria armar-se e, se necessário, morrer para repelir uma ameaça de invasão americana que era pura invenção da imaginação dele. Aparentemente, organizar uma revolução social não foi suficiente; teve também de ser convertido num ato de hostilidade para com os Estados Unidos. Aparentemente, também, os políticos cubanos cada vez mais se concebem como líderes divinamente nomeados para levar a cabo atividades anti-Estados Unidos em todo o hemisfério, e para se tornarem pontas de lança no alinhamento da América Latina com o bloco soviético ou comunista chinês numa guerra fria dirigida diretamente contra a existência nacional dos Estados Unidos.

Avaliar o fracasso substantivo requer uma compreensão da mudança nos assuntos latino-americanos ao longo dos últimos 15 anos. Em parte como resultado da mudança econômica e social, a América Latina, desde 1945, abandonou progressivamente o sistema de governo ditatorial de caudilhos desde o Cabo Horn até à América Central. Estabeleceu governos decorrentes de eleições diretas e mais ou menos populares. Esta revolução abrangente, que atinge a maior parte de um continente e meio e que afeta a maior parte dos seus 180 ou mais milhões de habitantes, foi tratada pelo Departamento de Estado como uma mudança quase trivial – e não totalmente agradável.

O Departamento de Estado prosseguiu em uma política convencional de amizade com os governos destes países antes da queda das suas ditaduras. Os seus diplomatas mantinham relações amigáveis, por vezes íntimas, com os ditadores. Desde que estes fossem, em geral, amigáveis com os Estados Unidos, respeitassem os nossos interesses e cooperassem com a nossa política, a tarefa

diplomática era considerada cumprida. Embora estes ditadores (como todos os governantes cujo poder não provém do consentimento popular) tivessem de manter uma política constante e frequentemente cada vez mais cruel de suprimir a oposição popular por meio de métodos policiais, os Estados Unidos esforçaram-se por não mostrar simpatia pelos seus oponentes – independentemente da qualidade dos homens ou das forças que eles simbolizavam. Nesta atitude, o Departamento foi apoiado por um fluxo constante de relatórios dos chefes da polícia secreta ditatorial, afirmando que todos os seus oponentes eram “comunistas”. Este material chegou aos arquivos do Departamento de Estado e foi enviado ao Congresso e a outras autoridades. Provou ser uma desculpa útil para perseguir líderes e movimentos democráticos inteiramente genuínos.

Quer nos seus próprios países, quer no exílio ou refúgio nos Estados Unidos, os líderes democráticos viram-se perplexos, desacreditados, quase perseguidos pelo Governo dos Estados Unidos – supostamente o símbolo da democracia. Quando as suas revoluções tiveram sucesso, como aconteceu na Argentina, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Costa Rica (onde Figueres derrubou uma ditadura comunista-fascista em 1948) e em Honduras, a desinformação e o preconceito em muitos casos persistiram. Na maioria dos casos, o problema foi reparado. Em vários países importantes, os Chefes de Estado e os seus associados receberam o tratamento mais mesquinho (para subestimar o caso) antes de acederem ao poder. No entanto, segundo todos os padrões intelectuais, eles eram precisamente os homens que os Estados Unidos deveriam ter compreendido melhor.

É preciso destacar aqui apenas para nossos diplomatas. Eles consideram que seu negócio é lidar com as relações entre governos. A intimidade e a amizade com os ocupantes dos palácios é um objetivo normal. Ter opiniões sobre as condições sociais ou a forma de governo de qualquer país não é, como eles interpretam, a sua função. O caráter do seu governo e a estrutura do seu sistema social são assuntos apenas da população desse país. A simpatia por um Betancourt durante a ditadura de Perez Jimenez na Venezuela –

para dar um exemplo – estragaria ou amargaria as inter-relações. Acreditava-se que a cortesia e até mesmo as condecorações concedidas aos funcionários ditatoriais ajudavam a manter "boas relações". Não se questionavam mais as implicações populares de tais movimentos do que os embaixadores do século XVIII na Europa questionaram o direito do príncipe reinante, por mais impopular que fosse, ao seu trono.

Acompanhando este clássico hábito diplomático, havia um exagero na doutrina da "não intervenção". Antes de 1932, o governo dos Estados Unidos interveio em certas situações com os fuzileiros navais e com medidas econômicas para proteger os direitos americanos ou para ajudar a restaurar a ordem. Isso despertou profundo ressentimento na América Latina. Na Conferência de Montevideu de 1933, o secretário Hull renunciou a esse direito, assim como renunciou ao direito de intervir em Cuba sob a Emenda Platt em 1934. Na Conferência de Buenos Aires em 1936, uma renúncia mais específica foi feita quando os Estados Unidos votaram para uma declaração contra a não intervenção. Mas a "intervenção" foi então muito compreendida e os seus contornos eram razoavelmente claros. A intervenção referida foi a intervenção pela força das armas ou pelo bloqueio. Não se presumia então, nem o é hoje, que um país não possa ter uma opinião sobre os governos dos seus vizinhos, ou um ponto de vista sobre eles, ou sobre as condições sociais neles existentes, ou que tais opiniões ou pontos de vista não possam ser expressos. Certamente os governos, os diplomatas, os políticos e a imprensa da América Latina sentiram-se inteiramente livres para expressar as suas opiniões sobre as políticas e a composição dos países vizinhos, incluindo o Governo dos Estados Unidos.

Além disso, por meio de um consenso crescente agora incorporado na Carta de Bogotá em 1948, as nações americanas criaram um conjunto de princípios que são reconhecidos como sendo de interesse comum para todas elas. Incluídos nestes estão os princípios fundamentais dos direitos humanos e das liberdades. Por exemplo, reconhece-se que a justiça social e a segurança social são bases de uma paz duradoura (Carta da OEA, artigo 5-h) e que toda

pessoa no hemisfério tem os direitos elementares de livre associação, liberdade perante a lei e liberdade de expressão e religião, de opinião e de expressão de ideias. Nada na doutrina da não intervenção impunha ao Departamento de Estado ou às suas embaixadas a obrigação de não compreender e de não expressar uma opinião sobre os movimentos políticos e sociais que varriam o hemisfério.

A doutrina da não intervenção tal como praticada tornou-se assim quase uma doutrina de que os Estados Unidos encorajariam o *status quo*, por mais insatisfatório que fosse para a população local. Mas no caso das ditaduras, a única certeza é que em algum momento o *status quo* mudará. Na revolução democrática dos últimos 15 anos, esta interpretação exagerada deu a impressão de que os Estados Unidos eram quase um aliado dos sistemas que estavam a ser constantemente derrubados. A desculpa apresentada – de que os movimentos democráticos eram talvez de caráter “comunista” – era, de início, falsa. Qualquer força que pudesse ter tido foi anulada pela estranha forma como os Estados Unidos permitiram que se soubesse, nas eleições seguintes, que favoreciam este, aquele ou outro candidato que não raramente aceitava o apoio comunista, como foi o caso na Venezuela. E, não raro, o indivíduo assim silenciosamente favorecido era derrotado.

A única segurança, então e agora, era que os Estados Unidos fizessem uma afirmação positiva de fé e agissem como um sólido protagonista intelectual e espiritual dessa fé. Em parte porque esta é a única posição de respeito próprio que uma grande potência pode assumir, e ainda mais devido ao respeito que os latino-americanos de todas as confissões políticas têm pelos homens que agem consistentemente com base em princípios, os Estados Unidos perderam uma das maiores oportunidades que tiveram. Talvez no restabelecimento da ditadura nua e crua por Castro, a oportunidade reapareça de outra forma.

No caso cubano, esta atitude contínua, cautelosa e tecnicamente correta dos Estados Unidos facilitou a sua representação como apoiador do regime de Batista. A acusação não foi justa. Particularmente em fases posteriores, os Estados Unidos foram tão

longe quanto poderiam, ao não fazerem nada de positivo que pudessem reforçar o seu poder em queda. Como o Departamento de Estado estava muito informado sobre Castro (com razão, como o acontecimento provou) e tinha pouca fé nas suas propensões democráticas, não optou por decidir entre nenhum dos candidatos, justificando o seu distanciamento em nome da não intervenção. Na verdade, durante um período substancial de tempo, o moral agregado da revolução cubana foi democrático, antiditatorial e anticomunista. Essa força poderia e deveria ter sido encorajada, canalizada e, na hora do seu sucesso, ter recebido toda a assistência. Uma democracia liberal, bem como uma reforma social drástica, era o que Cuba pretendia quando se revoltou contra Batista. É o que a grande maioria dos cubanos quer agora.

IV

Também entre as razões substantivas dos nossos fracassos na América Latina estava a surpreendente inépcia da nossa política econômica. Contrariamente à opinião geral, o coração da formação política latino-americana não gira em torno de questões econômicas: o latino-americano começa com princípios filosóficos e apenas secundariamente os traduz em economia. No entanto, a economia é de enorme importância. Neles pendem as esperanças de sair dos grilhões do século XIX de pobreza opressiva para a grande maioria e de riqueza para uma pequena classe alta da oligarquia.

Os Estados Unidos, segundo todos os padrões normais, não foram mesquinhos, embora, em comparação com a sua generosidade para com a Europa, a sua ajuda à América Latina fosse lamentavelmente pequena. Mas não houve plano: não houve nenhuma tentativa de elaborar um programa continental com o mesmo alcance e objetivos que o adotado para o Plano Marshall na Europa. As pregações sobre o valor da iniciativa privada e do investimento e a utilidade do capital estrangeiro foram, para a maioria dos estudiosos da situação, um pouco tolas. Na América Latina, como em outros lugares, existe um lugar grande e extremamente útil a ser preenchido pelo investimento estrangeiro, e uma grande quantidade de trabalho que pode ser muito bem-realizado pela iniciativa privada. Mas nem sempre e nem em todos os lugares.

Provavelmente, se a verdade fosse conhecida, esta forma de desenvolvimento econômico na América Latina neste momento é uma função minoritária e não majoritária. Com a possível exceção do Brasil (um país muito grande que desenvolve as suas próprias normas e regras), os principais desenvolvimentos do capital têm de ser realizados quer pela empresa pública, quer pela empresa mista pública e privada, ou, em qualquer caso, por acordos decorrentes do Estado central. Na verdade, em algumas regiões andinas da América do Sul, a propriedade privada tal como a entendemos é quase desconhecida.

Juntamente com a ausência de planejamento geral, a ajuda externa, tal como o investimento privado, tornou-se uma questão de sucesso ou fracasso. Isto não significa que em muitos casos um grande bem não tenha sido feito. Pelo contrário, significa dizer que se perderam oportunidades de apresentar à América Latina como um todo um programa claro e viável que proporcionasse uma base sólida para a promessa de que a produção *per capita* aumentaria numa determinada percentagem num determinado número de anos – um aumento que poderia ser maior do que os aumentos prometidos pelos agitadores comunistas.

As condições sociais atualmente existentes na América Latina eram normais no século XIX; questionável na terceira e quarta décadas do século XX; intolerável agora. A medida da melhoria serviu para realçar a diferença na condição entre a grande maioria dos latino-americanos e as condições correspondentes entre as populações dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Não havia – não há – nenhuma fé particular (e não há muita razão para isso) na proposição de que a continuação inalterada dos sistemas socioeconômicos existentes produzirá uma melhoria geral.

Entre colchetes está o eterno problema da justiça social. A ajuda externa ou o investimento privado podem industrializar, aumentar a produção e ainda assim deixar as massas na pior situação de sempre. Obviamente, quando os Estados Unidos, por meio do seu setor privado ou público, decidem investir ou de outra forma ajudar outro país do hemisfério, o seu objetivo principal não deve ser a criação de mais alguns milionários latino-americanos. Deveria

assegurar-se de que os frutos do aumento da produção serão usados para dar maior medida de alimentação, saúde e conforto e (ainda mais) esperança para o futuro, ao peão ou guajiro ou camponês, em vez de aos banqueiros ou proprietários de terras. Aqui surge novamente a nossa velha amiga “não intervenção”. Este é o negócio dos Estados Unidos? Deveríamos ter oferecido ajuda com “limitações”, condicionando as subvenções à eficácia social? A resposta é sim. Ninguém é obrigado a procurar capital no mercado americano, ou a aceitar assistência por meio de empréstimos ou subvenções estrangeiras. O objetivo em qualquer situação deve ser o objetivo dos Estados Unidos, que tem todo o direito de o declarar, expressar e elaborar planos pelos quais o objetivo será cumprido. Neste caso, o único objetivo americano justificável é trazer o nível de vida e de bem-estar social na América Latina o mais próximo possível do dos Estados Unidos, e tão rapidamente quanto possível. A maioria dos latino-americanos tem certeza de que, se conduzida adequadamente, a revolução do século XX pode proporcionar liberdade e bem-estar social.

Na verdade, sempre que esteja envolvida uma revolução social justificável, os Estados Unidos podem e devem ajudar a torná-la viável. Fizemos isto na Bolívia e o resultado até agora justificou-o, embora essa revolução ainda esteja a meio caminho. Teria sido perfeitamente possível, por exemplo, oferecer a um Castro (assumindo que ele não escolheu ser um inimigo dos Estados Unidos como aparentemente Castro fez) um meio de financiar a sua reforma agrária e o seu programa estatal de industrialização. Os Estados Unidos deveriam poder trabalhar em plena cordialidade com qualquer tipo de sistema social que não insista em ser seu inimigo. O chamado capitalismo americano não é uma religião ou um dogma; é uma forma de fazer as coisas que funciona extremamente bem nos Estados Unidos – e pode ser bastante inadequada em muitas outras situações. Obviamente, os Estados Unidos não podem ser, e não se pode esperar que sejam, cordiais ou cooperativos em relação a uma revolução cujo objetivo principal é a hostilidade para com os Estados Unidos, ou que se recusa a manter pelo menos padrões mínimos de direitos humanos.

Mas a nossa política em Cuba deu poucos indícios disso. As estreitas relações econômicas entre Cuba e os Estados Unidos e a posição preferida de Cuba nos mercados americanos melhoraram sem dúvida a posição global cubana. Uma parte dos benefícios daí resultantes chegou aos camponeses cubanos. O principal resultado, contudo, foi um grande luxo para um grupo relativamente pequeno em Havana e um pequeno aumento acima do nível de fome para as massas. O campo estava aberto para os intrigantes comunistas identificarem os Estados Unidos com a situação social miserável – e desviarem a revolução para objetivos políticos de poder comunistas.

V

Passemos a uma segunda consideração – a do método. Em parte, os problemas em Cuba (na verdade, os problemas na América Latina em geral) são um fracasso da organização americana.

Durante 20 anos, as atividades externas, tanto do presidente dos Estados Unidos como do seu Secretário de Estado, foram quase inteiramente realizadas pela Europa e pelo Extremo Oriente. A América Latina era um enteado. A reorganização do Departamento de Estado, por recomendação da Comissão Little Hoover, criou um sistema de comitês e autorizações interdepartamentais, tornando extraordinariamente difícil para qualquer pessoa de posição inferior à do Secretário de Estado realizar qualquer coisa num prazo razoável. Os assuntos latino-americanos têm sido historicamente tratados por um secretário adjunto. Eles continuam a ser tratados dessa forma, mas sob o novo sistema, entre ele e o Secretário de Estado, foram interpostos secretários, subsecretários adjuntos, autorizações de comitês e assim por diante. O funcionário diretamente responsável tem agora menos capacidade organizacional para agir do que um chefe de divisão tinha em 1940. A situação é agravada por um desejo natural do Serviço de Relações Exteriores de "grandes" atribuições; isto é, missões na Europa ou nos grandes países do Extremo Oriente, onde a cobertura da imprensa oferece oportunidade para construir reputação. Aqui, o Serviço de Relações Exteriores reflete apenas um triste fato americano: o público dos Estados Unidos está principalmente consciente dos países dos circuitos turísticos da Europa e do

Extremo Oriente. A maior parte não tem a menor ideia se o Equador faz fronteira com o Atlântico ou com o Pacífico, ou sabe que a maioria dos sul-americanos fala português e não espanhol. Os homens que trabalham nos assuntos latino-americanos em geral constituem um grupo capaz e dedicado. Mas trabalham isoladamente, e continuarão a fazê-lo até que a Casa Branca e o Secretário de Estado deem atenção contínua e pessoal aos problemas de um continente e meio cujos assuntos são de primeira importância para a segurança e o bem-estar dos Estados Unidos.

Outra lacuna no quadro é o fato de o governo dos Estados Unidos comunicar com os governos, mas não ter desenvolvido nenhum meio eficaz de comunicação com os povos. Admitindo, como devemos, que a principal tarefa de uma embaixada é o palácio, deve acrescentar-se que uma necessidade maior e mais duradoura é que os Estados Unidos mantenham relações com o próprio povo. Na prática, isto significa manter relações com indivíduos e líderes da oposição, dos sindicatos, da vida universitária, bem como com funcionários do governo e da sociedade formal. Quando o governo é democrático, isto pode ser feito por uma embaixada muito organizada, muito equipada e competente. Numa democracia, o funcionário diplomático pode e espera-se que mantenha ligações tão amplas quanto possível. Numa ditadura, ou onde a oposição é violenta, é necessário um mecanismo não diplomático. Para o bloco comunista, os partidos ou organizações comunistas desempenham esta função. Os Estados Unidos funcionariam de forma bastante diferente, mas poderiam ser estabelecidas ligações e comunicações comparáveis. O Ministério dos Negócios Estrangeiros britânico tem sido mestre em fazer isto; não há razão para que os Estados Unidos não possam ter tanto a mão esquerda como a direita quando as circunstâncias assim o exigirem.

Na verdade, é necessário aqui mais do que mero contato. A América Latina está agora a dividir-se, como em outras partes do mundo, entre grupos que depositam a sua fé numa solução comunista, embora isso signifique perda de liberdade pessoal e mesmo de ação independente, e aqueles que esperam manter a liberdade e um governo receptivo e também para alcançar justiça social e melhores

condições econômicas. Destes últimos, os Estados Unidos são o líder simbólico de sucesso reconhecido. Mas se um habitante de Cuba, do Peru ou da Argentina procura encontrar uma organização ou um movimento dedicado a esses fins com o qual possa se identificar, ele terá a maior dificuldade. Há sempre um organizador e agitador preparado para levar um pró-comunista ou descontente para um campo organizado. Onde, porém, está estendida a mão aos homens que desejam assistência ou procuram seguir os ideais dos Estados Unidos? Um punhado de organizadores pró-chineses ou pró-soviéticos, com financiamento e apoio bastante adequados, tem estado ativos durante anos, desde o México e Cuba até ao Cabo Horn. Os simpatizantes deles encontram imediatamente identificação, companheirismo, saída para seu desejo de serem eficazes. Os Estados Unidos quase abandonaram o campo.

Daí o problema cubano. Quando Batista caiu, os quadros comunistas radicais encontraram pouca ou nenhuma força para os impedir de assumir o poder. ●

Adolf A. Berle, Jr.: professor de Direito Societário, Columbia Law School; Secretário de Estado Adjunto, 1938-44; Embaixador no Brasil, 1945-46; autor de "A Revolução Capitalista do Século XX", "Marés de Crise" e outras obras.

Publicado em 1º de outubro de 1960

A lei e a quarentena de Cuba

Abram Chayes



Um menino na chuva durante uma forte chuva tropical em uma rua de Havana.

Os mísseis soviéticos em Cuba eram uma ameaça à segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental. Como tal, eles colocaram em perigo a paz do mundo. A ação empreendida contra esta ameaça acarretava os seus próprios

perigos. Mas, como disse o presidente Kennedy em 22 de outubro, “o maior perigo de todos seria não fazer nada”.

O curso que ele então embarcou foi bem-sucedido em garantir a remoção de armas ofensivas de Cuba. Este sucesso deveu-se, em primeiro lugar, à capacidade e vontade deste país de impor a quarentena e à mobilização de aliados e outros em todo o mundo em nosso apoio. O confronto não ocorreu no tribunal e, num mundo destrutível pelo homem, uma posição legal não era obviamente o único ingrediente de uma ação eficaz. Estávamos armados, necessariamente, com algo mais substancial do que um documento de advogado. Mas embora não fosse suficiente apenas ter a lei do nosso lado, não é irrelevante de que lado a lei estava. O emprego eficaz da força, o apelo ao apoio mundial, para não falar do julgamento final da história, tudo depende em grau significativo da realidade e da coerência do caso jurídico para a nossa ação. Penso que vale a pena expor esse caso jurídico e examinar algumas das suas implicações.

II

A realidade da quarentena é que ela envolveu o uso da força naval para interferir na navegação em alto mar, embora, certamente, o transporte de armas ofensivas, contra as quais foi dirigida, fosse algo diferente do comércio marítimo normal. Historicamente, os Estados Unidos, como grande potência marítima, têm resistido a

interferências na liberdade dos mares. Em 1793, quando a França e a Inglaterra, lutando pelo domínio da Europa, apreenderam e bloquearam a navegação dos Estados Unidos, Jefferson escreveu:

. . . aqueles que escolhem viver em paz mantêm o seu direito natural... de transportar os produtos da sua indústria, para troca, a todas as nações, beligerantes ou neutras, como de costume; ir e vir livremente, sem ferimentos ou molestações; e, em suma, que a guerra entre outras será, para eles, como se não existisse.

Alguns anos mais tarde, os bloqueios britânicos, desafiando os nossos amargos protestos, foram uma das causas da Guerra de 1812, embora a Grã-Bretanha tenha ido muito além do mero bloqueio. Seus navios de guerra frequentemente paravam navios americanos em alto mar, declaravam sem provas que certos tripulantes eram desertores britânicos e os levavam a ferros. Durante a guerra não declarada contra a França, Joseph Story, então estudante de Harvard, mas que mais tarde se tornaria juiz da Suprema Corte e um de nossos grandes advogados do almirantado, escreveu talvez com mais ardor do que poesia:

Será que o clã da Gália invadirá nossa costa, Com indignação infernal flagelará o principal, insultará o comércio neutro de nossa nação, e não ousaremos manter nossos direitos?

Exemplos menos antigos poderiam ser citados. Contudo, quando as nossas próprias necessidades de guerra estavam envolvidas, assumimos uma visão diferente da questão. Na Guerra Civil, apesar das estridentes objeções britânicas, o presidente Lincoln declarou um bloqueio de 3.000 milhas da costa sul e procurou evitar que qualquer contrabando chegasse às mãos dos confederados. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as mesmas 21 nações americanas que hoje compõem a Organização dos Estados Americanos, reunidas na primeira conferência ministerial Pan-Americana, identificaram uma zona em alto mar variando de 300 a 1.200 milhas de largura, que disseram ser de “preocupação primária e utilidade direta em suas relações”. Eles declararam seu direito de patrulhar a zona e mantê-la livre “da prática de qualquer ato hostil por qualquer nação beligerante não americana”.

O impulso e o contraimpulso da prática do século XIX foram codificados com uma precisão algo ilusória nas Declarações de Paris em 1856 e de Londres em 1909, que tratavam da lei do bloqueio e do contrabando. Como resultado, os livros jurídicos têm um tom categórico satisfatório. Dizem-nos que um bloqueio deve ser declarado por meio da autoridade competente, deve ser limitado às costas e portos inimigos e deve ser aplicado imparcialmente. Mais importante ainda, o bloqueio deve ser eficaz: o país bloqueador deve ter e utilizar o poder para aplicá-lo. Da mesma forma, as regras tradicionais de contrabando exigem uma proclamação, após a qual os navios neutros podem ser impedidos de ajudar o inimigo transportando mercadorias “censuráveis”, uma categoria que, se não for excessivamente precisa, certamente inclui armas.

As regras foram concebidas para minimizar a perturbação do comércio neutro, principalmente limitando o âmbito da interferência sancionada e notificando navios e marinheiros para que pudessem permanecer fora de perigo. *Mutatis mutandis*, estes aspectos das regras clássicas foram cumpridos, com o mesmo propósito e efeito, na quarentena cubana. Mas havia uma outra limitação fundamental nas regras tradicionais: faziam parte do Direito da Guerra, que diz que apenas um beligerante em tempo de guerra pode invocar o direito ao bloqueio ou à busca de contrabando. A menos que as nações estivessem em guerra, não poderia haver qualquer justificação para qualquer interferência no comércio marítimo normal. Assim, alguns sustentaram que tudo o que foi feito na crise de outubro teria sido “legal” se apenas os Estados Unidos tivessem declarado guerra a Cuba. Isto pode ser atraente como silogismo, mas não tem muito a ver com direito.

As regras de bloqueio e contrabando evoluíram, como a maioria das leis, a partir da interação entre preceito moral, experiência e necessidade prática mutável. E refletem com bastante precisão a forma do sistema internacional – bem como a tecnologia de armamento – que prevaleceu no século passado. As relações entre as nações eram episódicas e em grande parte bilaterais. Quando a força era aplicada, tratava-se – pelo menos em teoria – de um assunto bilateral ou, no máximo, de algo entre agrupamentos

pequenos e temporários de nações de cada lado. A era da guerra total estava apenas a começar e não havia qualquer restrição geral no direito internacional contra o uso da força como instrumento de política estatal. Contudo, o recurso à força era bastante comum e sempre suficientemente perigoso para provocar esforços rudimentares de regulamentação. Assim evoluiu o Direito da Guerra, um regime jurídico separado que estabelecia – provavelmente com muito mais precisão e coerência em retrospectiva do que na época – os direitos e obrigações dos beligerantes e neutros. A declaração de guerra invocou este regime especial. O seu significado jurídico era que o Estado declarante estava preparado para aceitar as suas obrigações e reivindicar os seus direitos ao abrigo do Direito da Guerra. Portanto, a aplicação da força dentro desses limites era legítima.

III

O direito internacional aborda hoje diferentes problemas e existem diferentes mecanismos jurídicos para lidar com eles. O objetivo primordial do direito internacional não é regular a condução da guerra, mas sim manter e defender a paz. Já não é possível a nenhuma nação tratar a guerra, nas palavras de Jefferson, “como se ela não existisse”. Se o não alinhamento continua a ser um objetivo para alguns países, o não envolvimento tornou-se um luxo sem preço. Uma ameaça à paz de qualquer nação é uma ameaça à paz de todas as nações e a manutenção da paz tornou-se, portanto, uma responsabilidade coletiva. O primeiro discurso de quarentena, o apelo do presidente Franklin Roosevelt para “proteger a saúde da comunidade contra a propagação da doença”, marcou um reconhecimento precoce desta responsabilidade coletiva.

O monumento duradouro da Segunda Guerra Mundial é a Carta das Nações Unidas. Registra o julgamento de todas as nações de que o direito internacional não pode mais considerar o uso da força com neutralidade benevolente. No artigo 2.º da Carta, os Membros comprometem-se a

. . . abster-se, nas suas relações internacionais, da ameaça ou do uso da força contra a integridade territorial ou a independência

política de qualquer Estado, ou de qualquer outra forma inconsistente com os propósitos das Nações Unidas.

Os Estados que vivem sob o regime dessa Carta já não conseguem encontrar justificação para o uso da força na sua mera declaração unilateral. As declarações contra a guerra já eram conhecidas antes, mas a Carta registra também a opinião de que, para que estas declarações sejam mais do que promessas vazias, são necessários mecanismos coletivos e processos de aplicação. A Organização das Nações Unidas foi o principal instrumento concebido para preservar a paz. Organizações regionais, como a OEA, surgiram para desempenhar as mesmas funções na área de sua competência. Estas organizações estão revestidas pelos seus estatutos com autoridade para agir coletivamente contra agressões e ameaças à paz. Por meio destas agências coletivas, de âmbito mundial ou de âmbito mais restrito, esperávamos dar realidade ao compromisso de manter a paz.

A ameaça soviética em Cuba foi feita e respondida no contexto deste sistema internacional. A resposta dos Estados Unidos deve ser julgada e justificada dentro desse mesmo contexto. É errado, portanto, encarar a crise cubana como se fosse uma disputa do século XIX entre duas nações, os Estados Unidos e Cuba, a ser regulada pelas regras tradicionais de bloqueio e contrabando. É errado ver a quarentena como um uso unilateral da força pelos Estados Unidos no decurso de tal disputa.

IV

A obrigação da Carta de abster-se do uso da força não é absoluta. O Artigo 51, é claro, afirma que nada na Carta prejudica “o direito inerente à legítima defesa individual ou coletiva”. A quarentena teve caráter defensivo e foi dirigida contra uma ameaça à paz. Mas nem o presidente no seu discurso nem a OEA na sua resolução invocaram o Artigo 51.

Obviamente, as próprias Nações Unidas podem sancionar o uso da força para lidar com uma ameaça à paz. Foi o que aconteceu na Coreia e no Congo. Mas nenhum órgão das Nações Unidas ordenou a quarentena de Cuba. A ação de quarentena enquadra-se numa

terceira categoria: ação de organizações regionais para preservar a paz. A Carta atribui um papel importante às organizações regionais na realização dos objetivos da ONU. O Artigo 52 prescreve a utilização de "acordos ou agências regionais para lidar com questões relacionadas com a manutenção da paz e segurança nacionais, conforme apropriado para a região". Ação. . . ." As organizações regionais são referidas em toda a Carta e todo o Capítulo VIII é dedicado às suas funções de manutenção da paz. Estas disposições foram escritas na Carta tendo especificamente em mente o sistema interamericano. Alberto Lleras Camargo, que mais tarde seria presidente da Colômbia, foi o principal protagonista no início de 1945 do Ato de Chapultepec, que renunciou o Tratado do Rio, e foi chefe do comitê em São Francisco que tratou das organizações regionais alguns meses depois.

A Carta reflete a opinião da comunidade mundial de que a ação coletiva deve ser preferida ao uso irrestrito da força por parte de nações individuais. Por que? Primeiro, os membros de uma organização, ao assinarem o seu estatuto, concordaram com os seus poderes e procedimentos. Em segundo lugar, as decisões são tomadas por intermédio de processos políticos que envolvem controles e equilíbrios e dão garantias de que o resultado refletirá um julgamento ponderado e um amplo consenso. Esses princípios podem ser vistos em operação no sistema interamericano. O parecer favorável das partes no Tratado do Rio é real e significativo. Embora o atual governo de Cuba seja agora e tenha sido durante algum tempo objeto de sanções por parte da OEA, e tenha sido suspenso da participação nas suas agências, Cuba, como Estado, permaneceu parte nos tratados e membro do sistema Interamericano- sistema americano, como, num caso semelhante, fez a República Dominicana. Os processos políticos na Organização dos Estados Americanos também são reais. Não é um carimbo de borracha, apesar da desproporção de poder entre os Estados Unidos e os seus vizinhos do sul. Só quando o perigo estava claro e presente é que se reuniu a maioria necessária para o uso da força. Mas quando chegou a hora, a votação foi unânime.

A ação de quarentena foi autorizada pelo Tratado do Rio de 1947,

cujo objetivo principal era organizar Estados cumpridores da lei para ações coletivas contra ameaças à paz. Este Tratado, juntamente com os acordos relacionados, constituiu o quadro jurídico do sistema interamericano.

O Tratado prevê ação coletiva não apenas em caso de ataque armado, mas também "se a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou independência política de qualquer Estado Americano for afetada... por qualquer... fato ou situação isso pode pôr em perigo a paz da América. . . ." Nesses casos, um órgão especial, o Órgão de Consulta, deverá "reunir-se imediatamente para chegar a acordo sobre as medidas... que devem ser tomadas para a defesa comum e para a manutenção da paz e segurança do Continente". O Órgão de Consulta atua apenas por votação de dois terços. O Tratado é explícito quanto às medidas que podem ser tomadas "para a manutenção da paz e da segurança do continente". O "uso da força armada" é especificamente autorizado, embora "nenhum Estado seja obrigado a usar a força armada sem o seu consentimento".

Em 23 de outubro, o Órgão de Consulta reuniu-se, de acordo com os procedimentos do Tratado, e considerou as provas da introdução secreta de mísseis nucleares estratégicos soviéticos em Cuba. Descobriu que existia uma situação que colocava em perigo a paz da América. Recomendou que os Estados-Membros "tomassem todas as medidas, individual e coletivamente, incluindo o uso da força armada, que considerem necessárias para garantir que o Governo de Cuba não possa continuar a receber das potências sino-soviéticas material militar e fornecimentos relacionados." A quarentena foi imposta de acordo com esta recomendação. Na verdade, a linguagem operativa da resolução da OEA é recitada na proclamação do presidente, "Interditando o Transporte de Armas Ofensivas para Cuba".

V

Alguns perguntaram se não deveríamos ter ido primeiro ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, antes de tomar outras medidas para enfrentar a ameaça soviética em Cuba. Talvez na

concepção original em São Francisco se pretendesse que o Conselho de Segurança fosse a agência responsável por lidar com situações deste tipo, a menos que optasse por delegar a sua responsabilidade. Isto pode estar implícito no Artigo 53, que afirma: "Nenhuma ação de execução será tomada ao abrigo de acordos regionais ou por agências regionais sem a autorização do Conselho de Segurança." Contudo, os redatores da Carta demonstraram a sua sabedoria ao tornarem a responsabilidade do Conselho de Segurança de lidar com ameaças à paz "primária" e não "exclusiva". Os acontecimentos desde 1945 demonstraram que o Conselho, tal como o nosso colégio eleitoral, não era uma instituição totalmente viável. O veto impediu-o em grande parte de cumprir o papel pretendido na manutenção da paz.

Esta paralisia do Conselho de Segurança levou à dependência de instituições alternativas de manutenção da paz. Nas próprias Nações Unidas, a Assembleia Geral e o Secretário-Geral preencheram a lacuna. De forma menos dramática, o mesmo aconteceu com a OEA, em conformidade com as disposições do Capítulo VIII da Carta sobre "Acordos Regionais".

Uma parte técnica desta evolução, embora silenciosa, tem sido a construção do artigo 53.º de forma a limitar o seu âmbito. A discussão do Conselho de Segurança sobre as sanções impostas pela OEA contra a República Dominicana e Cuba, bem como a opinião do Tribunal Internacional de Justiça no Caso de Avaliação das Nações Unidas, trataram a "ação de execução" como uma categoria rigorosamente restrita. Talvez mais importante, os debates no Conselho de Segurança no caso da República Dominicana revelaram uma disponibilidade generalizada para concluir que o requisito de "autorização" não importa aprovação prévia, mas seria satisfeito por ação subsequente do Conselho, ou mesmo por uma mera "tomada de nota" dos atos da organização regional. Neste contexto, é importante que o Conselho de Segurança se reunisse em sessão de emergência antes de a quarentena de Cuba entrar em vigor. A União Soviética introduziu uma resolução de desaprovação, mas por consenso geral ela não foi levada a votação.

Este processo restritivo de interpretação pode ser questionado por

aqueles que procuram a certeza reconfortante do "significado claro" nas palavras – esquecendo-se de que elas são, nas palavras de Holmes, a pele do pensamento vivo. Mas certamente não é mais surpreendente dizer que o fato de o Conselho de Segurança não ter desaprovado a ação regional equivale a uma autorização na acepção do Artigo 53.º do que dizer que a abstenção e mesmo a ausência de um membro permanente do Conselho de Segurança cumpriu os requisitos exigência do Artigo 27 para "os votos concordantes dos membros permanentes. . . ."

Essa interpretação não viola a noção das Nações Unidas como organização suprema. As organizações regionais continuam subordinadas às Nações Unidas pelos termos da Carta e, no caso da OEA, pelos próprios termos dos tratados interamericanos relevantes. Como um Estado individual, a OEA pode ser chamada a prestar contas de sua ação em um órgão apropriado da organização mais abrangente. Em reconhecimento desta relação, o presidente ordenou que o caso cubano fosse imediatamente apresentado ao Conselho de Segurança. As Nações Unidas, por meio do Conselho e do Secretário-Geral, envolveram-se ativamente no esforço para desenvolver uma solução permanente para a ameaça à paz representada pela capacidade nuclear soviética em Cuba.

Desde a Segunda Guerra Mundial, cada uma das ações para manter a paz – na Coreia, no Médio Oriente, no Líbano, no Congo e agora em Cuba – assumiu uma forma operacional diferente. Mas cada um deles reflete a nossa convicção de que uma violação da paz envolve todos nós e que devemos enfrentá-la em conjunto, por meio de instituições de segurança coletiva criadas para esse fim.

A quarentena, vista neste contexto, é um acréscimo significativo ao corpo em desenvolvimento da experiência pós-guerra com responsabilidade coletiva e ação coletiva para preservar a paz. ●

Abram Chayes

O professor de Direito Internacional, atuou como principal advogado internacional do governo Kennedy no auge da Guerra Fria e lecionou na Harvard Law School por mais de quatro décadas.

Publicado em 1º de abril de 1963

A crise dos mísseis cubanos revisitada

James G. Blight, Joseph S. Nye Jr. e David A. Welch



Uma foto do U-2 durante a crise dos mísseis de Cuba

A crise dos mísseis cubanos assumiu um significado genuinamente mítico. Dean Rusk chamou-a de “a crise mais perigosa que o mundo já viu”, a única vez em que as superpotências nucleares estiveram “olho no olho”. Theodore Sorensen chamou-o de “Gettysburg da Guerra Fria”. Para Arthur Schlesinger Jr., foi “o melhor momento” da presidência Kennedy; um momento de perigo nuclear máximo atravessado sem catástrofe. Muitas pessoas acreditam que a crise dos mísseis de outubro de 1962 representa o ponto mais próximo que o mundo chegou da guerra nuclear. Só por essa razão já vale a pena continuar a prestar atenção.

Dado que a crise dos mísseis cubanos continua a ser a única crise nuclear que vivemos, continua a ser o grande laboratório para estudar a arte da gestão de crises. No entanto, há pouco acordo sobre as lições que isso nos traz hoje. Este desacordo foi colocado em evidência numa recente reunião de acadêmicos e antigos membros do Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional, (ExComm) o grupo convocado pelo presidente John F. Kennedy para o aconselhar sobre a questão dos mísseis soviéticos em Cuba. Grande parte do desacordo que veio à luz nessa reunião e numa série subsequente de entrevistas com participantes-chave girava em torno de duas questões: o curso de ação que os Estados Unidos deviam ter tomado em 1962; e a relevância desse debate 25 anos depois.

É notável como os parâmetros básicos da disputa sobre as lições da crise dos mísseis mudaram pouco ao longo do último quarto de século: ou há muitas lições, enfatizando principalmente a

necessidade de flexibilidade, precisão de gestão e cautela face a um grande perigo; ou não há lições, porque o perigo nuclear de 1962 era quase certamente imaginário, em função da incapacidade de compreender o significado fundamental de um equilíbrio militar favorável para os Estados Unidos. Acreditamos que parte da razão para este impasse se deve a uma caracterização demasiado fácil de “falcões” e “pombas” – uma distinção que se originou durante a própria crise dos mísseis e continua até o presente.

Deveríamos ter cuidado para não descartar precipitadamente este acontecimento como irrelevante para o presente; certos fatores cruciais não mudaram desde 1962, ou tornaram-se ainda mais importantes devido às mudanças no equilíbrio estratégico: a psicologia da tomada de decisões em crise; a importância da política de pequenos grupos; e os riscos de escalada inadvertida. Mas também deveríamos ter cuidado ao fazer generalizações que ignoram formas importantes pelas quais o mundo mudou, que não podem ser apoiadas por evidências de uma única crise, e que são insensíveis ao fato de que os sucessos diplomáticos ou estratégicos raramente podem ser repetidos no mesmo sentido, da mesma maneira. Esta última consideração foi algo que o próprio presidente Kennedy compreendeu bem ao ler *The Guns of August*, de Barbara Tuchman. A liderança alemã em 1914 esperava uma repetição do recuo da Rússia na crise da Bósnia de 1909. Em vez disso, viram-se envolvidos na guerra mais custosa que a humanidade já tinha visto.

Um tratamento útil das lições da crise dos mísseis deve começar, portanto, por resistir às tentações de descartá-la imediatamente ou de elaborar listas detalhadas de “faça” e “não faça”. Deve começar por identificar as dimensões importantes da crise dos mísseis cubanos que estariam presentes em qualquer crise nuclear futura, e por determinar como elas influenciariam o seu resultado.

II

Quando ex-decisores políticos da administração Kennedy e estudiosos da crise dos mísseis se reuniram em Hawk's Cay, Flórida, em março de 1987, analisaram novamente as sete lições que Robert Kennedy tirou nas suas memórias da crise, *Treze Dias*:

REFLEXÕES XLIV

- (1) Reserve um tempo para planejar; não siga seu primeiro impulso.
- (2) O presidente deve ser exposto a uma variedade de opiniões.
- (3) Dependendo fortemente daqueles com sólido conhecimento da União Soviética.
- (4) Manter o controle civil e tomar cuidado com as perspectivas limitadas dos militares.
- (5) Preste muita atenção à opinião mundial.
- (6) Não humilhe seu oponente; deixe-lhe uma saída.
- (7) Cuidado com a inadvertência – o cenário do *Guns of August*.

Esta lista reflete uma grande medida da sabedoria comum da diplomacia clássica, e a resolução bem-sucedida da crise é uma prova *prima facie* da sua validade. Mas a história da crise dos mísseis não deu aos falcões a oportunidade de justificar a sua opinião de que uma ação mais enérgica teria levado a um resultado pelo menos tão desejável. Talvez os Estados Unidos tivessem todas as cartas e pudessem ter agido com mais força, mesmo impunemente. Pode ter sido um acidente da história – o fato de os falcões terem sido derrotados na votação no ExComm e de o presidente não partilhar a sua opinião – que levou as pessoas a aceitar uma lista deste tipo, em vez de outra que enfatize a importância de medidas rápidas e decisivas. Este último tipo de lista poderia ter tido alguma validade se o equilíbrio nuclear, e não a quarentena ou a opinião mundial, tivesse sido o principal responsável pela resolução da crise.

Ninguém pode resolver a controvérsia sobre a importância do equilíbrio nuclear em 1962. A história é um laboratório imperfeito e houve demasiadas causas para o resultado da crise dos mísseis para que qualquer fator isolado possa ser definitivo. Mas na explicação da disputa entre falcões e pombas reside uma série de lições importantes para futuros decisores políticos e futuros gestores de crises. Quando perguntamos por que razão os falcões e as pombas tiveram opiniões tão diferentes sobre o evento e tiraram dele conclusões tão diferentes, podemos identificar claramente vários

fatores-chave que influenciaram fortemente a sua conduta e resultado. São esses fatores que se pode razoavelmente esperar que tenham influência em qualquer confronto futuro entre superpotências. Acreditamos que contêm lições inequívocas, que reafirmam a validade da lista de Robert Kennedy e que nos ajudam a compreender as formas como a lista deve ser atualizada.

III

A guerra nuclear entre as superpotências pode eclodir de diversas formas – como resultado de uma ação deliberada, de um acidente, de um conflito de terceiros ou da escalada de uma crise. No momento da crise, os membros do ExComm atribuíram pesos diferentes a cada risco e tenderam a favorecer um determinado curso de ação em conformidade. Quase desde o início, o leque de opções enfrentadas pelos membros do ExComm dividiu-se em três categorias principais. Ser agressivo na crise dos mísseis significava apoiar uma ação militar precoce, quer um ataque aéreo às bases de mísseis, quer uma invasão da ilha, ou ambos. As opiniões pacifistas implicavam o desejo de evitar qualquer uso de força militar, mesmo uma quarentena naval, e uma vontade de resolver a crise por meio da “troca” de mísseis Júpiter americanos na Turquia por mísseis soviéticos em Cuba. Um terceiro grupo pode ser caracterizado como “coruja”. Este grupo tendia a preferir a quarentena, um uso (relativamente moderado) da força militar; isto pareceu aos seus proponentes permitir um movimento flexível – caso as condições o exigissem – em direção a opções *hawkish* ou pacifistas. Em taquigrafia, portanto, os falcões eram invasores e as pombas eram comerciantes; “corujas” eram persuasores.

A característica distintiva do grupo coruja, que incluía Robert McNamara, McGeorge Bundy e George Ball, era o peso que atribuíam aos riscos de uma ação soviética desesperada e irracional ou de uma escalada inadvertida – o perigo que, por exemplo, um segundo-tenente soviético em Cuba dispararia o míssil nuclear sob o seu comando em vez de permitir que fosse destruído num ataque aéreo americano, ou que um U-2 perdido sobre a Sibéria numa missão de captura de amostras de ar fosse interpretado no Kremlin como reconhecimento pré-primeiro ataque. Estas pessoas

REFLEXÕES XLIV

reconheceram a flagrante superioridade nuclear estratégica americana, mas viram nela tanto perigo como vantagem. O fato de os mísseis balísticos intercontinentais soviéticos serem "suaves" e exigirem um tempo considerável para se prepararem para o lançamento os tornou extremamente vulneráveis a um primeiro ataque americano e pareceram encurtar o estopim soviético. Portanto, a estabilidade da crise e a importância de assegurar o comando e o controle eram fontes de preocupação para o grupo coruja.

Em contraste, os falcões desconsideraram estes riscos. A seguinte conversa entre o falecido General Maxwell Taylor e Richard Neustadt, mostrada em vídeo na conferência de Hawk's Cay, ilustra isso de forma bastante nítida:

Neustadt: O resultado [final] [da crise] foi inesperado para você?

Taylor: Eu tinha tanta certeza de que estávamos em apuros que nunca me preocupei muito com o resultado final, mas com as coisas que poderiam acontecer no meio.

Neustadt: O resultado a que me refiro é a aceitação da nossa . . .

Taylor: Bem, em algum momento ele teve que aceitar. Eu nunca esperei isso naquele dia em particular.

Neustadt: Ok, você pensou que demoraria mais um pouco. . .

Taylor: A menos que ele estivesse louco e cheio de vodca. Mas presumi que os seus colegas em Moscou cuidariam dele.

Neustadt: Você escreveu em sua retrospectiva no *The Washington Post* em 5 de outubro de 1982, pelo que me lembro – o vigésimo ano – que não se lembra de qualquer preocupação com o equilíbrio estratégico, ou de qualquer medo de uma troca nuclear em todo esse período. Agora, alguns civis lembram-se de preocupações com a hora daquele segundo sábado; preocupações que realmente chegam a dois ou três degraus acima na escala de subida. Os soviéticos não aceitam a nossa exigência; segue-se um ataque aéreo; os soviéticos sentem-se então impelidos a atacar os mísseis na Turquia; os turcos apelam ao apoio da OTAN; sentimos que temos de fazer alguma

REFLEXÕES XLIV

coisa na Europa; os soviéticos então lançam uma troca nuclear – algo assim estava em algumas de suas mentes. Presumo que não seja o seu?

Taylor: Eles nunca expressaram isso aos ouvidos militares, direi isso.

Neustadt: Isso é interessante.

Taylor: De jeito nenhum. É da natureza de algumas pessoas que, se não conseguem ter uma preocupação legítima, elas as criam. Aparentemente eles tinham um pouco disso no grupo de que você está falando.

Neustadt: Na sua opinião, não havia legitimidade nesta preocupação?

Taylor: Nem um pouco.

Neustadt: Porque Khrushchev poderia olhar para cima naquela escada. . .

Taylor: Se ele fosse racional. Se ele fosse irracional, eu ainda esperava que seus colegas cuidassem dele.

O que é notável na análise de Taylor é o quão apegada ela está ao modelo clássico de tomada de decisão do “ator racional”. Claramente, Taylor acreditava que o único risco de uma guerra nuclear residia na ação deliberada da liderança soviética, e este risco era insignificante, uma vez que, mesmo que Khrushchev fosse irracional, seria altamente improvável que ele fosse capaz de anular os restantes membros do Politburo e os militares, cuja racionalidade Taylor parece nunca ter questionado. Se todos os participantes pudessem agir racionalmente e não houvesse acidentes ou erros, Taylor provavelmente estaria correto sobre o baixo nível de risco. Mas ele parece ter estado completamente despreocupado com os riscos de acidente, inadvertência, erro de cálculo, desespero ou quebra dos procedimentos de comando e controle – tanto do lado soviético como do lado americano.

Vários membros do ExComm, incluindo Taylor, Dean Acheson, Douglas Dillon, John McCone e Paul Nitze, acreditaram desde o

início da crise que a ação militar contra as bases soviéticas em Cuba apresentava pouco risco de retaliação. Os Estados Unidos tinham todas as cartas; a única questão em suas mentes era quão grande seria a queda que os soviéticos estavam fadados a sofrer. Alguns ainda defendem esta opinião, e a eles juntaram-se, ao longo do último quarto de século, acadêmicos e publicitários com ideias semelhantes, que argumentam que, com uma resposta mais dura, Kennedy poderia ter removido Castro, bem como os mísseis.

Muitos neste grupo agressivo acreditam ao mesmo tempo que a crise não traz lições significativas para os dias de hoje. Na sua opinião, a razão pela qual os soviéticos capitularam, concordando em retirar os mísseis de Cuba, e a principal razão pela qual os soviéticos não teriam retaliado militarmente mesmo que os mísseis tivessem sido removidos por um ataque aéreo e (se necessário) uma invasão da ilha, era a esmagadora superioridade americana no âmbito nuclear-estratégico. Como se acredita que a superioridade estratégica foi fundamental para o resultado da crise, e como já foi perdida há muito tempo, considera-se que a crise dos mísseis não é mais (ou menos) relevante para as preocupações atuais do que, digamos, as Guerras do Peloponeso. Por exemplo, Douglas Dillon assumiu uma posição agressiva em 1962, quando acreditava que havia poucas perspectivas de uma resposta soviética, mas em Hawk's Cay, 25 anos depois, ele argumentou: "É um mundo totalmente diferente hoje, e tanto quanto posso ver, a crise dos mísseis cubanos tem pouca relevância no mundo de hoje".

Para Taylor e os seus colegas agressivos, quaisquer riscos americanos na crise dos mísseis teriam derivado quase inteiramente da inação militar e não, como outros acreditavam, de uma ação decisiva como um ataque aéreo. Todos estavam profundamente preocupados em evitar estabelecer um precedente pelo qual os soviéticos acreditassem que poderiam enganar os Estados Unidos e depois escapar impunes quando apanhados na mentira. Dean Acheson parece ter acreditado que este risco político era central. Se os Estados Unidos não conseguissem enfrentar Khrushchev num caso tão flagrante de engano, que aposta ele tentaria a seguir? Outros parecem ter-se preocupado mais com o que consideravam

REFLEXÕES XLIV

ser o significado militar bastante real e substancial da instalação dos SS-4 e SS-5 soviéticos em Cuba. Paul Nitze e Douglas Dillon lembram-se de ter acreditado que McNamara estava profundamente enganado ao afirmar que, como ele frequentemente dizia, os soviéticos, com os seus cerca de 40 mísseis em Cuba, tinham apenas passado de um saldo desfavorável de 5.000 para 300 em mísseis nucleares para um de 5.000 a 340.

A interpretação correta do significado dos mísseis, de acordo com os falcões, era que, embora anteriormente os soviéticos num ataque preventivo pudessem esperar destruir apenas uma pequena fração das forças estratégicas dos EUA, poderiam, com a adição do plano de mísseis cubanos, destruir talvez até 40 por cento da força de bombardeiros do Comando Aéreo Estratégico. Finalmente, os falcões estavam muito preocupados com os riscos envolvidos no que consideravam os aspectos arrastados de uma quarentena. Os mísseis foram descobertos antes de se tornarem operacionais e deveriam ser destruídos antes de estarem prontos para disparar. Além disso, se a vantagem da surpresa fosse perdida, uma invasão terrestre – dispendiosa e potencialmente um desastre político – seria quase certamente necessária. Por todas estas razões, além da sua crença de que a superioridade convencional e estratégica americana anularia qualquer resposta soviética, os falcões eram a favor de um ataque aéreo imediato destinado a destruir os locais de mísseis soviéticos em Cuba.

Nas deliberações do ExComm, a visão dos falcões não prevaleceu. O presidente Kennedy e a maior parte do seu círculo íntimo parecem ter tido uma visão mais abrangente dos riscos envolvidos. Mas, mais do que isso, parecem ter sentido um medo de uma guerra nuclear inadvertida que não era partilhado por Taylor e pelos outros falcões. McGeorge Bundy descreveu-o recentemente como "o medo do oficial em comando que, tendo dado as suas ordens, começa a temer que possa estar a levar os seus pupilos ao desastre". Robert McNamara expressa seu pavor da seguinte maneira:

[A] possibilidade daquilo que chamo de “cair em desastre” preocupou-me durante a crise dos mísseis, e não a alegada probabilidade deste ou daquele evento. O que a crise dos mísseis

me impressionou foi que, sim, poderíamos tropeçar numa guerra nuclear; que tal evento, por mais “limitado”, era totalmente inaceitável; e, portanto, deve ser evitado.

Teria sido perfeitamente natural que os falcões não sentissem esta apreensão se não levassem a sério os riscos da inadvertência. Mas também é interessante notar que aqueles que sentiram o medo de uma guerra nuclear inadvertida abordaram a crise de forma mais intensa, não apenas como conselheiros que apresentavam os seus julgamentos e opiniões, mas como pessoas que sentiam que partilhavam a responsabilidade do presidente de retirar os mísseis de Cuba, sem humilhação ou catástrofe. Este sentido de responsabilidade, a conseqüente maior sensibilidade aos riscos de inadvertência e o medo associado parecem ter-se reforçado mutuamente e ter tido um poderoso efeito preventivo nas escolhas de ação do ExComm durante a crise. Juntas, estas considerações contribuem muito para explicar a forma como a crise acabou por ser resolvida.

Com o aumento da pressão, o presidente enviou o seu irmão Robert ao embaixador soviético Anatoly Dobrynin com o que os soviéticos parecem ter interpretado como a oferta final americana para resolver a crise pacificamente. A sequência de eventos que levaram diretamente ao encontro entre Robert Kennedy e Dobrynin no início da noite de 27 de outubro de 1962 parece ter sido a seguinte:

– 16h: reunião do ExComm. O general Taylor chegou com a notícia de que um U-2 americano havia sido abatido sobre Cuba. As posições dos falcões e das pombas endureceram. A reunião tornou-se polarizada e rancorosa.

– Aproximadamente 18h: Reunião com o presidente, incluindo Robert Kennedy, Sorensen, Rusk, McNamara, Bundy e Llewellyn Thompson. De acordo com Robert Kennedy, "No início, houve um acordo quase unânime de que teríamos que atacar na manhã seguinte com bombardeiros e caças e destruir os locais do SAM. Mas novamente o presidente puxou todos para trás. 'Não é o primeiro passo que me preocupa', disse ele, 'mas ambos os lados escalando para o quarto e quinto passo – e não vamos para o sexto porque não

há ninguém por perto para fazê-lo." Foi então sugerido que os Estados Unidos respondessem à oferta de Khrushchev de 26 de outubro, de trocar mísseis cubanos por uma garantia de que os Estados Unidos não invadiriam Cuba. Os relatos divergem quanto a quem propôs originalmente esta tática.

— 19h45min: Robert Kennedy disse a Dobrynin que os Estados Unidos se comprometeriam publicamente a não invadir Cuba se os soviéticos se comprometessem publicamente a começar a retirar os mísseis imediatamente. Ele também disse em privado que os mísseis dos EUA iriam sair da Turquia, de qualquer forma. Ele disse que se os soviéticos não se comprometessem em 24 horas de que as bases seriam removidas, "nós as removeríamos". "Eu não estava lhes dando um ultimato", escreveu ele mais tarde, "mas uma declaração de um fato". Robert Kennedy regressou à Casa Branca "não otimista". "A expectativa era de um confronto militar até terça-feira e possivelmente amanhã."

Não pode haver dúvidas de que Khrushchev interpretou esta mensagem como uma última oportunidade para evitar a guerra. Ele foi ao ar para aceitá-la imediatamente após receber a oferta.

Permanece um grande desacordo entre os antigos membros do ExComm sobre se Robert Kennedy "trocou" os mísseis na Turquia, sobre se ele tinha dado um ultimato aos soviéticos e sobre qual teria sido o próximo passo do presidente se os soviéticos tivessem rejeitado a sua decisão. Rusk, por exemplo, insiste que o adoçante para os soviéticos no acordo envolvia apenas uma "informação" que lhes era transmitida para usarem como desejassem – ou seja, que os Estados Unidos já tinham planos em vigor para dismantelar a Turquia. McNamara resiste à ideia de que Robert Kennedy realmente ameaçou os soviéticos com um ataque aéreo e uma invasão; Dillon, Nitze e Taylor expressaram confiança em entrevistas de que o presidente Kennedy teria ordenado o ataque aéreo e a invasão dentro de 48 horas do prazo que o seu irmão impôs aos soviéticos; McNamara e Bundy estão ambos convencidos de que o presidente teria continuado os esforços americanos para persuadir os soviéticos, "aumentando a quarentena", acrescentando mais itens à lista de itens proibidos e talvez também intensificando

os procedimentos de busca.

Dean Rusk forneceu novas informações à conferência de Hawk's Cay, indicando que o presidente ainda não havia abandonado a opção de troca de mísseis americanos na Turquia por mísseis soviéticos em Cuba. Na noite de 27 de outubro, de acordo com Rusk:

Estava claro para mim que o presidente Kennedy não permitiria que os Júpiteres na Turquia se tornassem um obstáculo à remoção dos locais de mísseis em Cuba porque os Júpiteres iriam sair de qualquer forma. Ele me instruiu a telefonar para o falecido Andrew Cordier, então na Universidade de Columbia, e ditar-lhe uma declaração que seria feita por U Thant, o Secretário-Geral das Nações Unidas, propondo a remoção tanto dos Júpiteres como dos mísseis em Cuba. O Sr. Cordier só entregaria essa declaração às mãos de U Thant depois de recebermos mais um sinal nosso. Esse passo nunca foi dado e a declaração que forneci ao Sr. Cordier nunca viu a luz do dia. Pelo que sei, o presidente Kennedy, Andrew Cordier e eu éramos os únicos que sabíamos deste passo específico.

Tal como McGeorge Bundy salientou na reunião em Hawk's Cay, este passo não significa necessariamente que teria resultado uma política de comércio de mísseis. Mas pode mostrar que o presidente tinha tanto medo de uma guerra nuclear inadvertida que eventualmente estaria disposto, nas palavras do ex-conselheiro do Departamento de Estado, Abram Chayes, a "comprar os mísseis" – a negociar publicamente, mesmo correndo o risco de ter de pagar um preço político elevado, tanto no âmbito interno como no seio da OTAN.

Nunca saberemos com certeza o que o presidente Kennedy teria feito se Khrushchev não tivesse respondido favoravelmente à sua última proposta. Mas o fato de ter lançado as bases para uma troca pública indica até que ponto estava preocupado com as possíveis consequências não intencionais do prolongamento da crise, ou de um iminente ataque aéreo e invasão. É surpreendente quão pouco os falcões estavam preocupados com estes riscos, e é importante notar que a exposição de cada grupo às opiniões dos outros levou à

polarização e à discórdia, em vez da convergência e do consenso. À medida que a opção coruja da quarentena começou a parecer um fracasso, e à medida que as opções *hawkish* e pacifista começaram a parecer as únicas alternativas viáveis, o debate no ExComm tornou-se acirrado, os ânimos exaltaram-se e as posições endureceram-se. Mas as corujas foram finalmente justificadas e os riscos das opções *hawkish* e pacifista foram evitados com sucesso. A troca foi feita, embora de forma privada, e a invasão, embora ameaçada, nunca ocorreu. A flexibilidade da quarentena acabou valendo a pena.

É importante reconhecer que a estratégia adotada pelo governo americano para remover os mísseis de Cuba foi, do princípio ao fim, totalmente coruja. A opinião predominante no ExComm era que havia riscos perigosos na relativa inação e também na ação militar direta e decisiva. A posição pacifista, exemplificada primeiro por Adlai Stevenson, sustentava que a ação militar era demasiado arriscada devido ao perigo de provocar uma guerra entre superpotências, talvez até um holocausto nuclear. Os Hawks, como ilustramos, só viam perigos, políticos e militares, na presença contínua dos mísseis em Cuba. A quarentena naval representou uma tentativa coruja de reconciliar as verdades parciais contidas nas opções preferidas pelos falcões e pombas. Se assumirmos que houve de fato riscos tanto na ação como na inação, na determinação e na cautela, então a resolução da crise deve ser vista como uma obra-prima de diplomacia coruja.

O que o presidente decidiu fazer em 27 de outubro foi sugerir um bastão mais impressionante do que alguns falcões se sentiam confortáveis (devido à possibilidade de que isso pudesse exigir uma invasão massiva de Cuba) e uma cenoura não menos atraente do que a inicialmente sugerida por Stevenson. No entanto – e esta é a parte notável – reservando ao mesmo tempo a opção de simplesmente continuar a reforçar a quarentena naval. Por que isso é "coruja"? Porque esta abordagem reconhece uma ampla variedade de riscos; porque proporciona uma rede de segurança até o fim; e porque acreditamos que, se fosse forçado, o presidente teria escolhido correr o risco político de uma negociação em vez do risco de uma guerra nuclear inadvertida. Em suma, acreditamos que o

presidente Kennedy decidiu que não iria iniciar uma guerra pelos mísseis em Cuba, mas que faria tudo o que estivesse ao seu alcance para os remover com o menor custo político.

IV

Antes, durante e no final da crise dos mísseis, a liderança americana ficou perplexa com a questão das intenções soviéticas. A aparente confusão aumentou de forma mensurável o seu medo à medida que a crise avançava. De todos os membros do ExComm, nenhum do círculo íntimo do presidente previu a colocação de mísseis nucleares soviéticos em Cuba. Assim que a linha de quarentena foi estabelecida, em 24 de outubro, a maioria dos membros do círculo interno esperava uma dramática contramanobra soviética, provavelmente em torno de Berlim. Mas os soviéticos não fizeram nada em Berlim, nem em qualquer outro lugar. Nos dias 26 e 27 de outubro, a perplexidade em relação ao pensamento soviético intensificou-se com a chegada, primeiro, da carta emocionante e incoerente, mas ainda assim esperançosa, obviamente do próprio Khrushchev, seguida de uma segunda carta que parecia ser um documento do comitê soviético que adotava uma linha mais dura.

Alguns, como Dean Rusk, reagiram à primeira carta com medo de que Khrushchev tivesse “perdido a calma” e, portanto, pudesse começar a pensar irracionalmente e a agir impulsivamente de forma que aprofundaria a crise. Outros, como George Ball, lembram-se de ter reagido à segunda carta com consternação, porque temiam que Khrushchev pudesse já não estar no comando e que os militares soviéticos ou a linha dura do Politburo tivessem assumido o comando. Finalmente, quando o ExComm se desfez, na noite de 27 de outubro, poucos dos que conheciam a mensagem de Robert Kennedy a Dobrynin esperavam que os soviéticos concordassem com a oferta americana. No entanto, os soviéticos não só concordaram com os termos americanos, como o fizeram imediatamente, com entusiasmo e sem reservas. Desde a descoberta dos mísseis até ao acordo que garantiu a sua remoção, o presidente Kennedy e os seus conselheiros mais próximos consideraram os soviéticos quase totalmente inescrutáveis.

Compreender o adversário é crucial para gerir um conflito, como ilustra cada fase da crise dos mísseis cubanos. Considere sua gênese. Poderia não ter havido qualquer crise – ou pelo menos os acontecimentos poderiam ter-se desenrolado de forma muito diferente – se a administração tivesse antecipado o destacamento soviético. As advertências públicas do presidente Kennedy aos soviéticos para não implantarem armas ofensivas em Cuba virtualmente comprometeram os dois países a um confronto assim que tais mísseis fossem descobertos. Mas Theodore Sorensen fez a seguinte observação interessante:

Deixe-me dizer aqui que a linha entre armas ofensivas e defensivas foi traçada em setembro, e não foi traçada de uma forma que pretendesse deixar aos soviéticos qualquer ambiguidade para brincar. Acredito que o presidente traçou precisamente o limite onde pensava que os soviéticos não existiam e não existiriam; isto é, se soubéssemos que os soviéticos estavam a colocar 40 mísseis em Cuba, poderíamos, nesta hipótese, ter traçado o limite dos 100 e dito com grande alarde que não toleraríamos absolutamente a presença de mais de 100 mísseis em Cuba. Digo isto acreditando firmemente que isso teria sido um ato de prudência e não de fraqueza. Mas estou sugerindo que uma das razões pelas quais a linha foi traçada em zero foi porque simplesmente pensamos que os soviéticos não iriam implantar nenhum ali de qualquer maneira.

É claro que os avisos de Kennedy chegaram tarde demais; a decisão soviética de mobilização havia sido tomada meses antes e o maquinário relevante havia sido acionado. Talvez o presidente não tivesse tolerado quaisquer mísseis ofensivos soviéticos em Cuba de qualquer forma; mas se a administração tivesse tido alguma razão para acreditar que os soviéticos poderiam mobilizar-se – ou se tivessem sequer pensado seriamente na possibilidade – então tanto a diplomacia pública como as deliberações privadas sobre as respostas americanas poderiam ter levado a um resultado satisfatório que evitasse a atmosfera e o riscos de um confronto entre superpotências.

Os estudos subsequentes não tiveram dificuldade em oferecer

explicações plausíveis sobre a razão pela qual os soviéticos instalaram mísseis em Cuba; o problema tem sido escolher entre eles. A mudança, em retrospectiva, parece sobredeterminada. É claro que é difícil dizer se um empreendimento tão atipicamente arriscado poderia ter sido facilmente previsto; mas é surpreendente, no entanto, que poucos fora da comunidade de inteligência e ninguém no círculo íntimo do presidente Kennedy pareçam ter pensado seriamente sobre a razão pela qual os soviéticos poderiam mobilizar-se antes de os mísseis terem sido descobertos.

Talvez a dimensão mais importante de conhecer o inimigo seja conhecer a sua visão de uma crise e o que está em jogo, pois isto determina em grande parte quais estratégias são apropriadas e eficazes e quais não o são. Se o adversário vê isso como um jogo de soma zero, no qual ele está disposto a assumir grandes riscos para evitar uma perda, então a interação precisa ser tratada de forma diferente do que seria o caso se ele a visse como uma situação difícil em que tropeçou por engano ou por meio da estupidez, da qual ambos os lados devem libertar-se por meio de uma ação cooperativa, evitando a humilhação de qualquer um deles. Nestes dois casos, as mesmas estratégias suscitariam respostas muito diferentes e acarretariam riscos muito diferentes. Para tornar as coisas ainda mais problemáticas, o “adversário” pode ser um grupo contencioso cujo equilíbrio interno se altera ao longo da crise.

A opção de quarentena, e a abordagem de coruja à crise dos mísseis cubanos em geral, foi bem-sucedida em grande parte porque proporcionou a flexibilidade que permitiu à administração “aprender” sobre o seu adversário à medida que a crise avançava. McGeorge Bundy recorda que, à medida que a crise dos mísseis avançava, o presidente Kennedy expressou uma curiosidade crescente sobre Khrushchev e sobre as formas como a personalidade deste homem poderia interagir com o sistema soviético e com a crise profunda em que ambos se encontravam para produzir várias ações soviéticas. Ao fazer suas perguntas, o presidente e os outros membros perplexos do ExComm recorriam com mais frequência a Llewellyn (“Tommy”) Thompson, um ex-embaixador em Moscou, que era quase sempre a única pessoa presente nas reuniões do

ExComm que tinha amplo conhecimento da União Soviética, a única que conhecia a fundo a sua língua, história e cultura. “Tommy Thompson”, lembra Dean Rusk, “foi nosso russo interno durante a crise dos mísseis”. Na verdade, uma das poucas interpretações da crise dos mísseis que todos os antigos membros do ExComm apoiam entusiasticamente é a afirmação de Robert McNamara de que “Tommy Thompson foi o herói anônimo”. Outros especialistas consultados direta ou indiretamente incluíram, entre outros, Foy Kohler, Ray Cline, Raymond Garthoff e Averell Harriman. Talvez em nenhum outro período de duas semanas qualquer administração americana tenha aprendido tanto sobre a União Soviética e os seus líderes como a de Kennedy durante a crise dos mísseis cubanos.

É difícil descobrir precisamente o que Thompson fez ou disse para justificar o veredito aparentemente unânime de que a sua contribuição foi heroica. Ele certamente não fazia parte do círculo íntimo do presidente; ele parece ter falado com relativa pouca frequência nas reuniões do ExComm; e ex-membros do ExComm que questionamos sobre o papel de Thompson têm poucas lembranças concretas de qualquer coisa em particular que ele tenha dito ou feito durante a crise. Parece claro que qualquer que tenha sido o papel de Thompson, o retrato consistente dele como um índice quase infalível da “alma russa” deve estar relacionado em algum grau considerável com o sentimento entre a maioria dos outros membros do ExComm de que, neste momento mais confronto tenso e perigoso, eles próprios não sabiam quase nada que lhes permitisse compreender e prever as ações soviéticas com precisão. Eles sentiram que tinham que depender fortemente de Thompson, o que fizeram. E agora, com a crise já há muito resolvida com sucesso, eles dão a Thompson uma grande parte do crédito.

O que parece indiscutível é que durante toda a crise o presidente Kennedy e os seus associados mais próximos se viram quase continuamente perplexos com os soviéticos, tanto que, em retrospectiva, o único membro do grupo que alegou familiaridade com a União Soviética recebe o crédito por ser o herói, o homem absolutamente indispensável durante a crise. É provável que algum grau de mistério sobre o lado soviético seja uma característica de

qualquer crise de superpotência. A próxima crise nuclear também irá provavelmente apanhar-nos de surpresa, uma vez que tanto os Estados Unidos como a União Soviética procuram evitar os tipos de erros de cálculo mútuos e chocantes que criaram esta crise. Da próxima vez, se houver, deveríamos esperar que o presidente americano e os seus conselheiros mais próximos questionassem da forma mais fundamental se compreendem o comportamento soviético e que procurassem conselhos fidedignos, cautelosos e realistas daqueles cuja função é saber sobre o adversário.

V

Será que John Kennedy e os seus principais conselheiros deviam ter adotado uma posição mais dura há 25 anos? Teriam derrubado Castro e dissuadido a subsequente expansão da influência soviética? Diz-se que Kennedy acreditava na época que as probabilidades de combate entre as forças dos EUA e da União Soviética estavam entre uma em três e cinquenta por cento. Em retrospectiva, as probabilidades parecem muito mais baixas. Os americanos tinham superioridade estratégica e convencional na região. Além disso, defendiam um interesse reconhecido e Khrushchev tinha de suportar o risco de uma escalada. Os soviéticos deveriam ter sido amplamente dissuadidos. Talvez mais pudesse ter sido conseguido por meio de uma postura mais dura, salvo complicações imprevistas.

Alguns dos participantes de Hawk's Cay sentiram, em retrospecto, que os riscos de uma guerra que pudesse evoluir para um conflito nuclear eram de uma em cinquenta. Mas alguns achavam que mesmo uma hipótese em mil de guerra nuclear seria demasiado elevada. Uma ogiva soviética explodindo sobre uma cidade americana poderia ter matado cinco milhões de pessoas, ou aproximadamente a mesma proporção da população que foi morta na Guerra Civil. Embora alguns acreditassem em 1962 que Khrushchev escolhera um local pobre para uma crise e se estabelecera preparado para uma grande queda, a visão da cadeira presidencial era psicologicamente muito diferente daquela que se observava à margem ou com uma retrospectiva de 25 anos.

Reconhecemos que, dadas as circunstâncias, é plausível imaginar que todas as três linhas de ação – invadir, negociar e persuadir – poderiam ter levado a conclusões satisfatórias, embora claramente algumas implicassem riscos e custos maiores do que outras. Da mesma forma, uma vez que a prova está principalmente no pudim, encontramos poucos motivos para criticar o curso de ação adotado pelo presidente Kennedy e pelos seus conselheiros. Até mesmo Maxwell Taylor observou: *"Nunca hesitei [em favorecer o ataque aéreo] até que meu comandante-em-chefe tomou outra decisão. E acrescento que estou feliz que ele tenha feito isso, porque provou ser suficiente"*. Mas o mundo de 1987 difere em aspectos cruciais do mundo de 1962. Como salientou Douglas Dillon, *"se a crise dos mísseis cubanos acontecesse hoje, eu reagiria da mesma forma que Bob McNamara, e gostaria de fazer isso absolutamente claro."*

Qualquer que seja a visão que se tenha do passado, a próxima crise não será provavelmente tão “fácil” como a crise dos mísseis cubanos. No âmbito nuclear, já não temos superioridade (seja qual for a diferença que isso possa ter feito) e há poucas perspectivas de que os soviéticos nos permitam recuperá-la. A nossa posição política internacional e a nossa capacidade de ganhar o apoio das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos e da OTAN diminuíram. A política interna e o papel da imprensa também mudaram. Depois do Vietnã e de Watergate, parece haver uma pequena perspectiva de preservação do segredo durante uma semana de consideração cuidadosa das opções, como Kennedy foi capaz de fazer. Além disso, o sistema de dissuasão nuclear tornou-se muito mais complexo. De certa forma, as armas estão mais bem-protegidas do que estavam em 1962, mas os números aumentaram e também a complexidade dos sistemas de comando e controle. Finalmente, a União Soviética está a mudar, mas nunca teremos a certeza do que isso significa numa crise. Em retrospectiva, parece que Khrushchev estava a correr um risco maior do que o normal para o comportamento soviético; mas qual será o nível de risco “normal” no futuro? E como irá variar nas Caraíbas, no Golfo Pérsico ou na Europa Oriental?

Dadas estas considerações, a lista de lições de Robert Kennedy

parece ainda mais perspicaz do que parecia na época. No entanto, a retrospectiva nos permite complementá-la. Talvez a primeira lição de uma lista atualizada seja a importância de evitar crises nucleares de superpotências. As tentativas de repetir a crise dos mísseis cubanos poderão levar a erros fatais. Um corolário é a importância de desenvolver medidas e canais de comunicação que ajudem a evitar crises. Em suma, a lição mais importante da crise dos mísseis, um quarto de século depois, poderá ser a de ser cauteloso ao ler nela lições simples sobre gestão de crises. Ao mesmo tempo, evitar crises não é uma escolha apenas nossa. As crises podem ser impostas a nós enquanto tentamos defender valores importantes.

A segunda lição diz respeito à importância das opiniões dos principais líderes eleitos e nomeados. Cada membro do ExComm trouxe para a crise dos mísseis cubanos uma visão de mundo coerente que determinou as suas percepções dos riscos e das intenções soviéticas. Cada campo tinha e ainda tem um relato totalmente especificado e internamente consistente de todos os aspectos da crise, desde uma explicação de por que os soviéticos implantaram mísseis em primeiro lugar, até qual era o curso de ação ideal, e (se houver) as lições da crise. Embora o episódio ilustre até que ponto alguns decisores são capazes de aprender novas informações rapidamente, ilustra igualmente claramente a importância e os perigos de visões de mundo rigidamente pré-concebidas e o efeito que podem ter no processamento de novas informações.

Uma terceira lição está intimamente relacionada com a segunda: os modelos racionais de dissuasão não são suficientes. A dissuasão não é um jogo jogado por dois jogadores sentados em uma mesa de xadrez ou pôquer. É desempenhado por pequenos grupos de pessoas inseridas em organizações enormes e complexas, cujos contornos mal discernem e cujas operações detalhadas mal controlam. A comunicação em uma crise começa a parecer uma tentativa de apertar a mão com luvas de boxe. Robert McNamara estava perfeitamente consciente da necessidade de controle civil e da necessidade de gerir os detalhes para que os sinais errados não fossem comunicados durante a crise. Mas ele não conseguiu evitar

que um U-2 sobrevoasse o território soviético no auge da crise, e só soube 25 anos depois que as suas ordens para alertar as nossas forças foram transmitidas em claro (onde os soviéticos as podiam ler facilmente), em vez de em código, conforme procedimento padrão. Ele também não sabia que o FBI possuía informações, no segundo fim de semana da crise, de que a missão soviética em Nova Iorque se preparava para queimar os seus ficheiros. Nas palavras de McNamara:

Não creio que a crise dos mísseis cubanos tenha sido única. A Baía dos Porcos, Berlim em 1961, Cuba, acontecimentos posteriores no Médio Oriente, na Líbia, e assim por diante - todos exibem a verdade daquilo que chamarei de "Lei de McNamara", que afirma: "É impossível prever com um alto grau de confiança quais serão os efeitos do uso da força militar devido aos riscos de acidente, erro de cálculo, percepção equivocada e inadvertência." Na minha opinião, esta lei deveria ser inscrita acima de todas as portas da Casa Branca e do Pentágono, e é a lição esmagadora da crise dos mísseis cubanos.

Uma quarta lição segue da terceira. É fundamental que os funcionários de alto nível se preparem para lidar com crises com antecedência. O nosso país coloca em altos cargos advogados, políticos, académicos e empresários que não têm experiência com sistemas nucleares, mas espera-se que lidem com uma crise nuclear, caso essa ocorra. As instruções sobre operações nucleares que os altos funcionários recebem dos militares profissionais no início do mandato de uma administração foram descritas como análogas a receber um gole de uma mangueira de incêndio. Além disso, os *briefings* ocorrem num momento em que uma nova administração está preocupada com as políticas de transição.

Precisamos encontrar formas, por meio de *briefings* e simulações, de garantir que os altos funcionários tenham uma melhor compreensão da complexidade dos sistemas nucleares que dirigem antes de ocorrer uma crise. A aprendizagem no trabalho durante uma crise é inaceitavelmente arriscada.

Finalmente, num mundo onde os líderes das duas superpotências

discutiram a possibilidade de livrar o mundo das armas nucleares numa conferência de cúpula, mesmo que apenas em termos vagos e confusos, a crise dos mísseis cubanos pode trazer algumas lições sobre os limites dos debates atuais sobre dissuasão nuclear. Por um lado, a crise dos mísseis cubanos mostra que um pouco de dissuasão nuclear foi muito útil. Pelo menos para o grupo de líderes americanos da época, a superioridade não eliminou a prudência gerada mesmo pela baixa probabilidade de algumas ogivas soviéticas explodirem sobre as nossas cidades.

Talvez os líderes soviéticos pudessem ter reagido de forma diferente se as posições tivessem sido invertidas; mas parece claro que a dissuasão nuclear teve muito a ver com o fato de Khrushchev não ter respondido com um bloqueio de Berlim ou com pressão sobre a Turquia, como alguns dos participantes esperavam. O espectro da catástrofe nuclear que espreita no final de uma cadeia de acontecimentos teve um poderoso efeito de advertência em ambos os lados. Promoveu uma cautela que, como observou George Ball, não estaria presente na mesma medida se apenas forças convencionais estivessem envolvidas. E esse é o outro lado da mesma lição. Se um pouco de dissuasão nuclear for muito útil, alguma poderá ser necessária. Falar de dissuasão convencional estável pode ignorar esta importante lição da crise dos mísseis – pelo menos enquanto existir uma intensa competição política entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Enquanto persistir essa competição política, o horror das armas nucleares terá o efeito irônico de produzir medo e cautela. A crise dos mísseis cubanos parece ter tido o efeito desejável de reforçar estas respostas, e o resultado foi, nos últimos 25 anos, que resistimos às corridas armamentistas, às guerras de terceiros em vários pontos críticos globais, e a uma renovação da retórica da guerra fria sem um confronto entre superpotências de magnitude ou intensidade comparável. Mas não podemos confiar exclusivamente no medo e na cautela; a próxima crise das superpotências será quase certamente acidental e inesperada.

Teremos de aprender a gerir a concorrência entre os EUA e a União Soviética para reduzir os riscos que até agora evitamos. Isto

REFLEXÕES XLIV

envolverá aprender a evitar crises, reforçando as regras de trânsito até que a hostilidade entre os EUA e a União Soviética desapareça. Mas também envolverá aprender a gerir crises de forma mais eficaz, enquanto nos esforçamos para melhorar o relacionamento em longo prazo. Entretanto, seremos repetidamente atraídos para a crise dos mísseis cubanos e para o esforço para compreender as lições que ela nos pode ensinar. Embora o mundo de 1962 esteja a tornar-se cada vez mais remoto, algumas das suas lições parecem atemporais. ●

James G. Blight, Joseph S. Nye Jr. e David A. Welch: respectivamente, Diretor Executivo, Diretor e Pesquisador do Centro de Ciência e Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard. Sr. Nye é o autor de *Ética Nuclear*. Os Srs. Blight e Welch estão atualmente trabalhando em um livro sobre a crise dos mísseis cubanos. Os autores desejam expressar seus agradecimentos à *Carnegie Corporation* e à *Alfred P. Sloan Foundation*.

Publicado no dia 1º de setembro de 1987

Cuba, Castro e os Estados Unidos

Philip W. Bonsal



Fidel Castro

O prestígio de Fidel Castro no país e no estrangeiro continua a diminuir. Num futuro comparativamente próximo, o povo cubano poderá ser confrontado com escolhas políticas reais e os Estados Unidos poderão mais uma vez ter de lidar com a questão das relações com

Cuba.

Como embaixador em Cuba em 1959 e 1960, os primeiros dois anos do regime de Castro, testemunhei o espetáculo da tomada de Cuba por uma ditadura pessoal que acabou por se tornar de orientação comunista. Acredito que o povo cubano tem uma capacidade tão grande como qualquer outra, por meio de tentativa e erro, para gerir os seus próprios assuntos. As oportunidades para os cubanos demonstrarem esta capacidade foram no passado limitadas pela relação especial do seu governo com o dos Estados Unidos e pelas grandes flutuações do mercado do açúcar, do qual depende a sua economia.

A ampliação destas oportunidades para um autogoverno responsável deveria ser uma continuação importante da libertação da ilha do autocrata fenomenalmente talentoso, errático e inescrupuloso que "libertou o seu país do imperialismo americano" apenas para reduzi-lo a um satélite de Moscou (agora que a alternativa de Pequim desapareceu).

II

Desde a eclosão da nossa guerra com a Espanha em 1898 até à suspensão da nossa quota para o açúcar cubano em 1960, os Estados Unidos exerceram uma grande influência no desenvolvimento econômico e político de Cuba. O julgamento dessa

influência está amplamente dividido entre escolas de pensamento tradicionais e revisionistas. O primeiro defende que os Estados Unidos desempenharam consistentemente um papel benevolente, derramando benefícios morais e materiais sobre um pequeno vizinho muitas vezes insatisfeito, ingrato e por vezes mal comportado, e vê a nossa política, especialmente nos primeiros anos da relação, como extraordinariamente esclarecida em comparação com o das potências predatórias da Europa noutras áreas. Para os revisionistas, por outro lado, Cuba tem sido, durante grande parte da sua história e especialmente desde 1898, a infeliz vítima da exploração materialista e imperialista por parte do Colosso do Norte. A moda da sabedoria convencional, cada uma destas opiniões ao longo dos anos incorporou um bom número de falácias e mitos.

Na visão tradicional, a intervenção militar dos Estados Unidos foi o fator decisivo para a independência de Cuba. Com um custo considerável em sangue e tesouros, os Estados Unidos libertaram um povo oprimido e maltratado de uma tirania dura e atrasada e colocaram-no no caminho do autogoverno. Em contraste, a tese dos revisionistas na sua forma extrema é que a revolta cubana de 1895 foi o episódio final de uma luta puramente cubana pela independência iniciada quase trinta anos antes. Só quando a vitória dos insurgentes parecia certa e iminente é que os Estados Unidos intervieram militarmente, arrancando o seu triunfo aos patriotas cubanos e usando a ocupação militar de quatro anos para transferir o poder na ilha para grupos reacionários. Chamados pelos nossos representantes de "os melhores elementos", muitos destes grupos tinham cooperado com o regime espanhol e estavam agora dispostos a cooperar conosco na imposição de um estatuto semicolonial a Cuba e na exploração do seu povo.

Da mesma forma, outros episódios importantes nas relações entre os dois países foram interpretados de forma contrastante. Em Cuba, a aceitação da escola revisionista cresceu de forma constante e foi muito favorecida por Castro e pelos seus seguidores: as suas distorções cruéis dos fatos e das motivações americanas eram e são notórias.

Os tradicionalistas e os revisionistas concordam num ponto: que a

influência dos Estados Unidos em Cuba ou a ameaça dos mesmos – seja como benfeitor generoso e conselheiro sábio ou como explorador neocolonialista – limitou a capacidade dos cubanos de tomarem as suas próprias decisões em muitas questões que, teoricamente, são da exclusiva responsabilidade de um Estado soberano. A dependência dos Estados Unidos, juntamente com a dependência dos caprichos do mercado do açúcar, tem funcionado ao longo dos anos para frustrar o crescimento de um pleno sentido de responsabilidade na liderança cubana e de uma crença popular na possibilidade de tal responsabilidade. A mentalidade insular estava condicionada pela convicção de que o destino de Cuba, num sentido mais amplo, não estava nas mãos cubanas.

De 1902 a 1934, a nossa influência foi exercida de acordo com o que ficou conhecido como Emenda Platt, uma declaração da nossa visão das relações que deveriam prevalecer entre os Estados Unidos e a república recém-independente, e que foi incorporada, sob nossa orientação, na República Cubana na constituição de 1902. Entre outras coisas, deu-nos o direito de intervir quando considerássemos desejável fazê-lo para a preservação da independência cubana e a manutenção de um governo adequado para a proteção da vida, da propriedade e da liberdade individual.

A Emenda Platt foi uma expressão do pensamento incorporado no corolário Roosevelt da Doutrina Monroe. Acreditávamos que, porque certos países das Caraíbas eram inaptos na gestão dos seus assuntos e porque os imperialismos predatórios estavam prontos para tirar partido desta inépcia, devíamos assumir amplas responsabilidades contingentes para com eles. Acreditávamos que, agindo como uma espécie de polícia benevolente, encorajaríamos o investimento (em grande parte americano) necessário nesses países para promover o seu bem-estar e o nosso. E tínhamos a crença generosa, embora errada, de que a ameaça da nossa mão restritiva e, se necessário, da própria mão, desenvolveria a capacidade destes países para o autogoverno e aceleraria o seu progresso em direção à maturidade política.

Dado que o fim da nossa ocupação militar, a inauguração de um governo cubano e a reciprocidade comercial com os Estados Unidos

numa base preferencial dependiam da aceitação da Emenda Platt, os cubanos aceitaram-na com relutância. Elihu Root, então Secretário da Guerra, suavizou a pílula ao afirmar que a Emenda não seria interpretada como uma carta para a interferência constante nos assuntos cubanos, mas seria invocada apenas se os próprios cubanos criassem as condições infelizes nela contempladas. Após a nossa intervenção de 1906 a 1908, no entanto, os Estados Unidos, ansiosos por evitar qualquer intervenção adicional numa escala formal, decidiram cortar pela raiz qualquer atividade ou projeto por parte dos cubanos que pudesse tornar necessária a invocação da Emenda. Esta política, que envolve uma interferência geralmente bem-intencionada, mas enfadonha, em muitos assuntos cubanos, floresceu nos esforços do General Crowder, no início dos anos 1920, para fornecer a Cuba um conjunto de leis e instituições, estas últimas preferencialmente operadas por cubanos, desfrutando da confiança do General. A indústria e as boas intenções do General estão além de qualquer elogio, nem pode ser negada a existência dos males que ele esperava curar, mas pode-se concluir, em retrospectiva, que tudo isto dificilmente foi um exercício de construção nacional.

À medida que os anos vinte chegavam ao fim, a política de intervenção na área das Caraíbas passou a ser cada vez mais questionada, tanto devido aos resultados insatisfatórios alcançados como porque os imperialismos extracontinentais não eram, àquela altura, ameaças plausíveis. Por estas razões, bem como para conciliar a opinião latino-americana, renunciámos à intervenção em qualquer circunstância e lançamos as bases da política de boa vizinhança.

No caso de Cuba, a mudança para a nova política foi incompleta. A superprodução de açúcar durante a depressão mundial do início dos anos 1930 trouxe uma queda catastrófica nos preços e na procura, acentuada pela tarifa Hawley-Smoot de 1930, que ajudou a estimular a produção de cana-de-açúcar sob a bandeira americana, à custa de Cuba. A grave crise econômica e social resultante, em conjunto com as condições intoleráveis criadas pelo terrorismo e contraterrorismo em massa dos opositores e apoiadores do regime

de Machado, colocaram Cuba perto do topo da agenda da administração do *New Deal*. Como Embaixador em 1933, Sumner Welles atuou como mediador da luta política, mas o novo governo sobre o qual conseguiu acordo durou apenas três semanas, dando lugar a um movimento militar e civil de renovação revolucionária liderado pelo Sargento Batista e pelo Professor Grau San Martín. Temendo o extremismo de alguns elementos do governo Grau, recusamo-nos a reconhecê-lo e, após alguns meses, persuadimos Batista a retirar-lhe o seu apoio vital. O nosso sucesso em livrar-nos de Grau resultou da necessidade desesperada de Cuba de participar tão favoravelmente quanto possível no nosso programa de açúcar e de garantir um acordo tarifário recíproco.

Nosso julgamento sobre Grau pode ou não ter sido correto. Quando se tornou presidente, uma década mais tarde, desconcertou tanto aqueles que acreditaram nele como aqueles que o temiam em 1934. A questão aqui, contudo, é que no último ano da Emenda Platt e apenas alguns meses após a adoção da política de boa vizinhança, os Estados Unidos, por meio do exercício do seu poder superior, afetaram criticamente o curso da vida política cubana. A eliminação da Emenda, poucos meses depois, deixou muitos cubanos – mesmo aqueles que eram a favor da nossa ação – céticos quanto à integralidade da independência da ilha. Os nossos apoiadores pareciam dever a defesa dos seus interesses à nossa intervenção – um precedente infeliz.

O novo programa americano do açúcar substituiu a concorrência sob uma tarifa protetora por um sistema em que o poder executivo fixava a quantidade total de açúcar colocada no mercado americano. O nível foi concebido para produzir preços razoáveis para todos os envolvidos, incluindo os consumidores. Dentro desse total, foram distribuídas quotas às diversas áreas produtoras, nacionais e estrangeiras, de acordo com leis aprovadas periodicamente pelo Congresso. Assim, a participação de Cuba no nosso mercado não se baseava numa base contratual, mas dependia da vontade do Congresso. De tempos em tempos foram feitos cortes na quota cubana em benefício de áreas internas ou mesmo de outras áreas estrangeiras. A necessidade de Cuba evitar ações ou atitudes que

pudessem colocá-la numa posição negativa perante o Congresso durante o período de quotas era um fato da vida geralmente compreendido.

A Lei do Açúcar de 1934 e o acordo comercial recíproco do mesmo ano elevaram a ilha das dificuldades desesperadoras causadas pela depressão mais as nossas tarifas para um nível de pobreza refinada, com o rendimento do açúcar apenas 50 por cento abaixo da média dos anos 1920, em vez dos 75 por cento dos anos de desastre (1932 e 1933). A Segunda Guerra Mundial produziu uma nova era de prosperidade para Cuba, e as crises seguintes, como as da Coreia e de Suez, salvaram a indústria açucareira cubana e reforçaram uma atitude de providencialismo irônico no povo cubano. No mercado mundial, as grandes oscilações de preços e de quantidade continuaram normais.

III

O golpe militar de Batista em 1952 e a apatia com que foi recebido pelas massas e por todos, exceto alguns líderes, deram provas da falência política que permitiu a Castro florescer sete anos mais tarde. Embora os governos constitucionais de Grau e Prío (1944 a 1952) tivessem conseguido a participação de muitos cubanos representativos e devotados, as próprias administrações eram geralmente consideradas corruptas, especialmente no topo, e dominadas por um gangsterismo político cruel nos níveis mais baixos. O povo tinha pouca fé no seu governo ou na integridade dos seus líderes políticos.

Em 1956, vários cubanos ilustres fizeram um esforço para encontrar uma saída constitucional para a ditadura. O seu esforço, conhecido como “Diálogo Cívico”, fracassou devido à intransigência de Batista e daqueles que lucram com o seu governo. Este foi o ponto sem retorno no trágico percurso da ascensão de Castro ao poder.

Entretanto, a nossa representação em Havana usava a sua influência considerável principalmente em questões que diziam respeito aos interesses empresariais americanos. Estas foram numerosas, importantes e geralmente construtivas. Contribuíram substancialmente para o desenvolvimento econômico e social do

país. Contudo, no seu conjunto, o seu impacto foi irritante, sufocante e frustrante para o crescente sentimento de nacionalismo cubano.

Embora os americanos já não controlassem mais de um terço da produção de açúcar cubana – o terço mais moderno e talvez o mais lucrativo – os nossos interesses açucareiros desempenharam um papel importante na estratégia variada e abrangente para proteger a quota dos Estados Unidos. E muitas empresas americanas possuíam ou controlavam vastas plantações de cana cubanas, apesar de uma cláusula na constituição cubana que estabelecia uma política de propriedade separada de moinhos e plantações.

Além disso, os interesses americanos dominaram muitas atividades importantes, incluindo as empresas de telefonia, luz elétrica e energia, que funcionavam numa atmosfera de hostilidade pública geral. Um importante sistema ferroviário que servia a metade oriental da ilha era controlado pelos americanos. O petróleo bruto foi importado, refinado e distribuído por três grandes corporações, duas americanas e uma anglo-holandesa. A exploração de petróleo em Cuba, ainda uma das grandes esperanças não realizadas (os russos também não encontraram nenhuma), foi em grande parte realizada por empresas americanas. A exploração ativa dos importantes recursos de níquel de Cuba estava nas mãos dos americanos. Outros foram proeminentes nas áreas bancária, *merchandising* de varejo e manufatura de diversos tipos. A fábrica de cimento que abasteceu a próspera construção de Havana pertencia e era operada por americanos; o mesmo aconteceu, em grande medida, com os hotéis e os jogos de azar. Nem a nossa cultura popular onipresente – exceto o beisebol – agradou em todos os seus aspectos aqueles que buscavam a afirmação dos valores indígenas.

Enquanto o governo Batista dava a estes interesses americanos um tratamento benevolente em geral, e enquanto atraía quantidades substanciais de investimento privado extremamente necessário, ele próprio estava a tornar-se cada vez mais alienado da opinião pública cubana. Acredita-se que um frenesi de autoenriquecimento tenha tomado conta de muitos de seus altos funcionários. O terrorismo foi

enfrentado por um selvagem contraterrorismo oficial. Embora muito exagerado mais tarde pela máquina de propaganda de Castro, o número de assassinatos cometidos pelo sistema de segurança de Batista durante aqueles anos amargos criou milhares de ódios profundos – um elemento potente no apoio a Castro. A corrupção e o sadismo de muitos capangas de Batista uniram a maioria dos cubanos contra o regime.

Esta oposição generalizada não olhou para a liderança do passado constitucional recente de Cuba. A chamada oposição legítima que participou nas eleições de novembro de 1958 e perdeu para o candidato de Batista estava longe de preencher a necessidade. Devido a este vácuo, a imaginação das pessoas foi capturada por Fidel Castro, que conduzia operações de guerrilha de pequena escala nas remotas fortalezas do leste de Cuba contra as forças armadas de Batista, cada vez mais desmoralizadas pela corrupção no seu seio e pelo repúdio popular ao regime que controlavam. O papel das guerrilhas na queda do regime tem sido muito exagerado. No entanto, no início de 1958, a maioria dos elementos da oposição tentava trabalhar com Castro. Os comunistas foram dos últimos a decidir apoiá-lo.

Depois de servir como embaixador na Bolívia, passei duas semanas em Washington, a caminho de Cuba, em fevereiro de 1959, examinando material sobre as crenças políticas e afiliações de Castro e dos seus principais seguidores. Com base em provas abundantes, embora contraditórias, concluí que Castro não era então comunista, embora alguns dos seus membros, incluindo o seu irmão Raúl, tivessem ligações comunistas. Ficou claro que o apoio ao novo regime estava generalizado em toda a sociedade cubana, e pareceu-me que muitos elementos dessa sociedade, dominada por uma classe média relativamente próspera, com fortes inclinações para o sistema constitucional então defendido pelo próprio Castro, tinham resultados muito mais brilhantes e com perspectivas do que os comunistas eventualmente controlarem o governo. O campo de ação dos novos líderes seria, pensei, limitado pela natureza desta comunidade.

Este diagnóstico logo teve que ser modificado. Não permitiu a

personalidade fenomenal e o carisma sem precedentes de Fidel Castro. Não previu a escassez de qualquer liderança aceitável por meio da qual os elementos não comunistas pudessem exercer a sua influência. Na verdade, muitos desses elementos abandonaram a luta e o país no início do jogo. O diagnóstico também não teve em conta o uso que Castro faria dos setores da população que até então vegetavam fora da corrente principal do desenvolvimento cubano – os 15 a 20 por cento da população em idade ativa desempregada ou subempregada, os intelectuais frustrados que controlavam os estudantes, os agricultores de subsistência. De tudo isto Castro tirou a sua força e eles o seguiram como se ele fosse realmente um redentor. Castro foi ainda ajudado desde o início pelas atitudes de muitas pessoas que, embora não fossem pró-comunistas e certamente não antiamericanas, saudaram as ações destinadas a reduzir a influência americana na ilha como uma reafirmação do nacionalismo cubano.

Castro revelou-se uma consequência cruel e extrema de dois fatores: as deficiências da sociedade cubana e da relação cubano-americana. Sem ele, a revolução tornada inevitável pelos excessos de Batista e pelos fracassos político-sociais de duas gerações teria sido comparativamente moderada. Rapidamente soubemos que Castro era muito mais do que um aventureiro ou um líder guerrilheiro, que foi talvez o maior demagogo que alguma vez apareceu na América Latina. Ele tinha o poder de persuadir com palavras, de forma bastante independente do valor intrínseco das noções específicas que pudesse apresentar naquele momento. Como Theodore Draper deixa claro nas suas obras sobre o Castrismo, as ideias são para Castro pouco mais do que servas da sua sede de poder. As mesmas massas que em 1959 bradaram a sua aprovação aos seus pronunciamentos democráticos e depois aos seus pronunciamentos humanistas gritaram até roucos aprovando o seu marxismo em 1961.

Por meio de todas as reviravoltas de Castro, a única constante tem sido a sua determinação em libertar Cuba da influência americana (que ele equipara a dominação), mesmo ao eventual custo de submeter o seu país à União Soviética. Não foi a predileção de

Castro pelo comunismo, mas o seu ódio patológico pela estrutura de poder americana, tal como ele acreditava que esta operava em Cuba, juntamente com a sua descoberta da impotência das classes supostamente influentes de Cuba, que o levou eventualmente ao campo comunista. Só a partir dessa base, pensava ele, poderia atingir o seu objetivo de eliminar a influência americana.

No início de 1959, o nosso governo estava consciente do apoio quase unânime de que Castro gozava em Cuba e da atitude esperançosa que ele inspirou em muitos dos nossos povos progressistas. A sua atitude, portanto, foi de espera vigilante. Neste período encontrei-me várias vezes com Castro e tive contatos com todos os membros do seu gabinete, que representavam então uma variedade de opiniões políticas e econômicas. Fiz todos os esforços nestes contatos e nas conversas com editores de jornais e revistas e muitos outros cidadãos influentes, para transmitir a boa vontade do povo e do governo dos Estados Unidos. Sublinhei a sua satisfação pelo povo de Cuba estar a recuperar o controle do seu destino e a sua convicção de que as relações entre os dois países eram mutuamente vantajosas. No entanto, disse eu, o nosso governo estava disposto a discutir quaisquer propostas de mudanças que o novo regime quisesse promover. O valor real e potencial do investimento americano foi sublinhado na consciência da intenção do regime de investigar certas situações sobre as quais a opinião pública era exercida.

Este esforço, destinado a estabelecer uma base de cooperação e entendimento com Castro e os seus seguidores, parecia estar a fazer algum progresso com a opinião pública cubana quando foi interrompido pela viagem de Castro aos Estados Unidos a convite de uma associação de editores americanos. A visita, que começou em meados de abril, revelou-se uma dieta inebriante para o ego voraz de Castro e pode ter-lhe dado uma noção distorcida do estado da opinião pública americana. Nosso governo se esforçou para que a visita fosse um sucesso, embora não fosse oficial. Castro foi cordialmente recebido em Washington pelo Secretário de Estado e pelo Vice-Presidente. Seu partido de mais de cinquenta pessoas incluía seus principais conselheiros na área econômica. Presumimos

que estes estavam dispostos a discutir conosco as relações e os problemas econômicos atuais, mas embora demonstrássemos a nossa vontade de os encontrar a meio do caminho, encontramos uma parede em branco. Há razões para acreditar que Castro os proibiu de se envolverem em quaisquer conversas substantivas.

No regresso de Castro das suas viagens, no início de maio, encontrei-me com ele no aeroporto e sugeri uma rápida renovação dos nossos contatos. Embora Castro concordasse cordialmente, decorreram cinco semanas antes da entrevista seguinte, que foi em grande parte dedicada à lei de reforma agrária entretanto promulgada. Fiquei surpreso ao notar, numa palestra recente do senador Fulbright, uma referência a uma declaração supostamente feita por Castro a um jornalista americano no sentido de que "a reação americana à reforma agrária de maio de 1959 me fez perceber que não havia chance de alcançar uma acomodação com os Estados Unidos." A reação americana foi amigável e compreensiva. A nossa preocupação legítima com a compensação dos nossos cidadãos refletiu-se em discussões com responsáveis cubanos durante um período de meses, durante os quais foi contemplada a possibilidade de obrigações em longo prazo. Mas a lei nunca foi realmente implantada. A maior parte dos confiscos e outras ações arbitrárias das autoridades cubanas em relação às propriedades agrícolas de estrangeiros e cubanos não tinham sanção legal.

Raul Roa foi nomeado ministro das Relações Exteriores em junho. Ele estava muito mais próximo de Castro do que o seu ilustre antecessor, Roberto Agramonte, um homem de princípios. Seguiu-se uma profunda troca de pontos de vista sobre todas as fases das relações cubano-americanas, cujo clímax foi uma entrevista de cinco horas com Castro no apartamento de Roa, na noite de 5 de setembro – após uma série de adiamentos implausíveis. A atmosfera era descontraída e amigável. Reiterei a compreensiva simpatia do nosso governo pelos desejos do povo cubano de reforma e renovação e cheguei a ponto de antecipar alguns dos elementos das nossas políticas mais liberais em relação à América Latina de um ou dois anos mais tarde. Descrevi os interesses econômicos americanos em Cuba em termos do seu potencial para o progresso da economia

cubana e chamei a atenção de Castro para o tratamento arbitrário a que alguns deles já tinham sido submetidos. Esforcei-me para dissipar um mito contado a Castro a respeito de uma dessas empresas americanas. Referindo-me ao ritmo crescente da propaganda antiamericana perversa, mencionei algumas das declarações ultrajantes feitas por Che Guevara no decurso das suas viagens pelo mundo. Tal como muitas pessoas antes e depois, tive a impressão de que Castro tinha ouvido educadamente e apreciativamente as minhas opiniões sobre assuntos que mereciam discussão e acomodação mútuas. Castro disse algo no sentido de que eu talvez estivesse a dar demasiada importância aos excessos de propaganda dos jovens que trabalham numa atmosfera de entusiasmo revolucionário ainda não temperado pela experiência. A entrevista deixou-me com um estado de espírito moderadamente esperançoso – que em breve será destruído pelas ações e palavras de Castro nas semanas seguintes.

Durante este período, Castro deve ter percebido quão frágeis eram os obstáculos à sua conquista do poder completo em Cuba. Houve conspirações contra ele, inclusive uma com o apoio de Trajillo; ele as superou facilmente. Teve alguns reveses quando as expedições que organizou e enviou de Cuba para destruir os governos da República Dominicana e da Nicarágua revelaram-se fiascos que envolveram (particularmente no caso dominicano) perdas consideráveis de vidas. Mas ele deve ter ficado parcialmente consolado por estes fracassos quando notou quão cautelosamente as suas intervenções foram tratadas por uma comunidade interamericana supostamente devotada ao princípio da não intervenção. A sua atitude era sintomática do estado de consciência do continente a essa altura – uma vantagem para Castro.

Também durante estes meses, a questão do comunismo ganhou maior destaque. Castro manifestou muitas vezes oposição ao comunismo, mas explorou com gratidão a pista falsa fornecida por aqueles em Cuba e nos Estados Unidos a quem qualquer proposta de mudança no *status quo* é *prima facie* feita em Moscou. O miasma remanescente do macarthismo também lhe serviu bem. Logo se tornou um anátema para os revolucionários cubanos

expressarem sentimentos anticomunistas. Castro despediu o chefe da sua força aérea por causa desta questão e, após uma típica manobra de máfia, eliminou, com base no anticomunismo, o presidente que ele próprio tinha escolhido. O confronto final sobre a questão ocorreu em outubro, com a prisão de Huber Matos, um dos líderes importantes do exército rebelde.

Na mesma semana em que Matos foi preso, ocorreu um incidente que pareceu finalmente destruir qualquer esperança de estabelecer relações úteis. Um avião pilotado pelo antigo chefe da força aérea de Castro escapou à vigilância das nossas autoridades na Flórida (lamentavelmente não foi o único caso) e lançou panfletos anti-Castro sobre Havana, onde unidades antiaéreas com gatilho aberto abriram fogo contra ele. Seus mísseis caíram nas movimentadas ruas de Havana, matando dois ou três e ferindo mais de quarenta pessoas. A responsabilidade pelo tiroteio descuidado recaiu igualmente sobre as nossas autoridades, na medida em que o avião saiu ilegalmente da Flórida, e sobre o exército cubano. O governo, após um breve momento de honestidade num comunicado logo descrevendo o que realmente tinha acontecido, lançou-se numa enorme paixão artificial pelo alegado bombardeio de Havana com a conivência americana. Um panfleto divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores descreveu o incidente como outro Pearl Harbor. No fim de semana, Castro, dirigindo-se a uma gigantesca reunião sobre este bombardeio imaginário, gritou, sacudiu o punho e espumava pela boca, sob os aplausos estrondosos da multidão.

No final de novembro, o gabinete foi reorganizado de uma forma que excluiu qualquer possibilidade adicional de diálogo racional entre os nossos dois governos. A troca de declarações continuou de ambos os lados, sendo o nosso objetivo demonstrar até que ponto havíamos demonstrado paciência, compreensão e moderação face à hostilidade, prevaricação e provocação, enquanto o objetivo de Castro era promover a mentalidade de cidadela sitiada que ele tinha encontrado tão favorável à extensão de sua autoridade.

Dadas as circunstâncias, tornou-se nossa responsabilidade definir a política que seguiríamos agora. Uma declaração da nossa posição, que ajudei a redigir, foi emitida pela Casa Branca no final de janeiro

de 1960. Ela apresentava os seguintes pontos: (1) uma reiteração do compromisso dos Estados Unidos com a não intervenção de acordo com o nosso tratado de obrigações; (2) a determinação dos Estados Unidos de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir a utilização do seu território para a preparação de atos ilegais contra Cuba, embora se reconhecesse que o território cubano tinha sido o ponto de partida para o lançamento de invasões contra Cuba e outros países; (3) a preocupação dos Estados Unidos com as acusações infundadas dirigidas contra eles pelas autoridades cubanas e o seu pesar pelos seus esforços para estabelecer uma base de confiança e compreensão não terem sido retribuídos; (4) um reconhecimento do direito soberano dos cubanos de se envolverem em reformas internas, tendo em devida conta as suas obrigações ao abrigo do direito internacional; (5) uma determinação por parte dos Estados Unidos de defender os direitos dos seus cidadãos em Cuba, conforme previsto no direito internacional, depois de terem esgotado os recursos ao abrigo da lei cubana.

Esta política implicou moderação e contenção contínuas da nossa parte, negando a Castro a oportunidade de obter capital político com a alegada agressão econômica americana. Poderia ter abrandado o envolvimento soviético na economia cubana, um envolvimento, na minha opinião, mais ardentemente desejado naquela altura por Castro e Guevara do que por Moscou. Teria dado aos soviéticos a oportunidade de aconselhar a moderação, em vez de serem forçados a agir ou a deixar Castro cair. E mesmo que a política não tivesse conseguido impedir a passagem de Castro para a órbita soviética, teria ganhado simpatia e apoio para a nossa política cubana junto da opinião pública interamericana e internacional, libertando-nos da responsabilidade pela precipitação de acontecimentos ou pela destruição dos laços existentes. Além disso, teria criado condições mais favoráveis para a cristalização da oposição local. E considerando o estado de desorganização e confusão então existente no governo cubano, não era Micawberish esperar que, se os acontecimentos não fossem precipitados, algo pudesse acontecer para alterar a situação antes de Castro consolidar os seus controles de segurança.

Esta política durou apenas algumas semanas. Os fatores que levaram ao seu abandono incluíram a provocação contínua dos cubanos, a visita de Mikoyan a Havana em fevereiro (invadindo o que durante tanto tempo foi uma esfera de influência quase exclusivamente americana) e talvez as crescentes pressões de um ano eleitoral no nosso próprio país. A proverbial gota de água pode ter sido a alegação ultrajante de Castro de que fomos responsáveis pela explosão e perda de vidas num navio de munições francês no porto de Havana, no início de março. De acordo com relatórios publicados em anos posteriores, foi nesse mesmo mês que o nosso governo decidiu treinar e equipar cidadãos cubanos para a ação armada contra o governo de Castro, uma decisão totalmente inconsistente com a política que havíamos anunciado apenas dois meses antes.

Vale a pena sublinhar que a política de janeiro foi um constrangimento considerável para o regime de Castro. Por outro lado, a nossa nova política, que acelerou o rompimento dos laços entre os dois países, foi, creio, bem-recebida por Castro e Guevara. Não os forçamos a cair nos braços dos soviéticos, mas fomos, na minha opinião, imprudentemente cooperativos na remoção dos obstáculos no caminho que escolheram.

A primeira crise provocada pela nossa nova política envolveu uma exigência cubana, em maio, de que as refinarias de petróleo americanas e britânicas processassem cerca de um milhão de toneladas de petróleo bruto soviético no balanço do ano, em vez do petróleo venezuelano que vinham utilizando. (Este milhão de toneladas representava cerca de 40% das necessidades totais.) As empresas tinham sido muito tolerantes ao deixar o governo acumular grandes atrasados em divisas para cobrir o petróleo bruto já fornecido; mas questionaram o direito do governo, segundo a lei cubana, de ordenar-lhes que refinassem o petróleo soviético. Por seu lado, o governo pretendia aumentar as suas compras à União Soviética e questionava os preços cobrados pelas empresas pelo petróleo bruto que forneciam. As empresas teriam provavelmente acedido com relutância ao pedido do governo, procurando soluções por meio dos tribunais e, eventualmente, se necessário, por meio

dos canais previstos no direito internacional. Contudo, no início de junho, fui informado por um executivo de uma empresa petrolífera em Havana que ele tinha participado alguns dias antes numa reunião de representantes das empresas no gabinete do Secretário do Tesouro em Washington, na qual o Secretário tinha fortemente exortado as empresas a recusarem refinar o petróleo bruto soviético. As empresas aceitaram esta recomendação.

O governo cubano, informado da decisão negativa das empresas, assumiu as refinarias. Os soviéticos enfrentavam agora a necessidade de duplicar o milhão de toneladas originais de petróleo bruto a serem embarcadas durante o resto do ano para satisfazer as necessidades totais de Cuba. Embora isto possa ter prejudicado a disponibilidade de navios-tanque, os soviéticos cumpriram a tarefa de tal forma que os consumidores cubanos mal tiveram conhecimento de qualquer mudança na fonte de abastecimento. A revolução obteve um grande e estimulante triunfo, comparável ao dos egípcios quando mostraram que podiam operar o Canal de Suez sem a ajuda ocidental. Este provavelmente não foi o resultado contemplado pelo nosso governo.

No início de julho, enquanto o resultado da crise do petróleo bruto ainda estava em dúvida, o presidente Eisenhower, usando o poder discricionário que lhe foi concedido pelo Congresso, suspendeu o equilíbrio da quota cubana de açúcar para o ano de 1960, com base no fato de, nas condições prevalecentes, Cuba ser não mais um fornecedor confiável para o mercado americano. A implicação era clara de que, enquanto as condições permanecessem como estavam, Cuba não teria mais mercado nos Estados Unidos. Os soviéticos levaram o açúcar que havíamos recusado. Os plantadores cubanos, os cortadores de cana, os trabalhadores das usinas de açúcar, os trabalhadores portuários – todos aqueles envolvidos na indústria – foram trabalhar para o consumidor russo em vez de para o consumidor americano. Castro e Guevara ficaram sem dúvida muito satisfeitos com a nossa decisão, os russos talvez nem tanto. Quando a minha opinião sobre esta decisão foi solicitada, pouco antes de ser tornada pública, opus-me a ela, por anular as vantagens que tínhamos derivado da nossa política anterior. A minha convicção

REFLEXÕES XLIV

era que, se modificássemos a quota cubana, só o teríamos feito depois de negociações com o governo cubano, que teriam deixado claras a todos os interessados as questões envolvidas. Continuo convencido de que entregar à União Soviética a principal responsabilidade pela economia açucareira de Cuba foi um passo extremamente lamentável.

Um mês após a suspensão da quota, Castro, em retaliação, nacionalizou as usinas de açúcar americanas. Em três meses, ele assumiu o que restava dos investimentos americanos e fez grandes progressos na eliminação da propriedade privada da maioria dos ativos produtivos em Cuba, incluindo os dos próprios cubanos. O processo foi levado a cabo numa atmosfera de elevado zelo e entusiasmo por aqueles que sentiam que o destino do seu movimento dependia de enfrentar com sucesso o desafio que tínhamos colocado. Caso contrário, a revolução teria avançado a um ritmo mais lento e poderia ter encontrado forte resistência.

O crescente fervor revolucionário foi ainda mais estimulado pela constatação, durante o verão, de que os guerrilheiros anti-Castro estavam a receber armas de uma fonte geralmente considerada uma agência dos Estados Unidos. Estes bandos de guerrilha, por mais corajosos que fossem, não representavam nenhuma ameaça real ao regime. E a oposição urbana a Castro estava a ser cada vez mais privada das posições de poder econômico que poderiam ter-se revelado úteis para promover a atividade clandestina.

Neste ambiente, o rompimento das relações diplomáticas constituiu um anticlímax. Ocorreu no início de janeiro de 1961, como resultado da exigência de Castro de que reduzíssemos o *establishment* que mantínhamos em Havana (em grande parte para facilitar a saída em massa dos cubanos de sua terra natal) no mesmo nível do então totalmente inútil *establishment* cubano em Washington. .

Em abril de 1961, 1.500 bravos cubanos - selecionados, equipados, treinados, financiados, transportados, enganados e eventualmente (os sobreviventes) resgatados pelos EUA - desembarcaram na Baía dos Porcos como o principal elemento de uma empresa para libertar os seus 7.000.000 de compatriotas das forças militares de Castro, e

aparato de segurança de algo mais de 100.000 homens e mulheres comparativamente bem-preparados. Esse fiasco, em conjunto com a nossa substituição pela Rússia Soviética como principal parceiro econômico de Cuba, consolidou a posição de Castro. Depois da Baía dos Porcos, o regime tornou-se tão forte internamente que mesmo a crise dos mísseis de outubro de 1962, revelando as verdadeiras dimensões relativas dos parceiros no diálogo Castro-Khrushchev, não conseguiu abalá-lo.

IV

Não haverá retomada das relações entre Cuba e os Estados Unidos enquanto Castro estiver no poder. A sua queda pode acontecer ou porque ele é rejeitado pelo sofrido povo cubano ou porque ele próprio percebe que a sua magia está esgotada. Não deverá resultar de uma intervenção externa, embora possa ser necessária alguma forma de ação coletiva internacional para evitar a intervenção externa em nome do regime.

Quando Castro partir, deverá haver uma rápida mudança na natureza do sistema. Guevara já desapareceu. Ele era o único outro homem com uma chance remota de manter o governo de um homem só – talvez por isso tenha sido removido. O irmão de Castro, Raúl, seu sucessor designado, é decididamente pouco magnético como figura pública. Os talentos do presidente Dorticos residem nas áreas da administração e da política de bastidores.

Quando a mudança ocorrer, será uma necessidade primordial que o governo cubano organize prontamente uma consulta à opinião nacional sobre o que eliminar da herança castrista e o que manter. É provável que um governo cubano de transição solicite ajuda externa e que o pedido seja dirigido às Nações Unidas, das quais Cuba é membro, e não à Organização dos Estados Americanos da qual foi suspensa. O eventual regresso de Cuba à condição de membro ativo da OEA seria, evidentemente, um objetivo preferencial da política hemisférica.

Neste processo de mudança, deve ser considerado o papel dos exilados ou refugiados cubanos. Esperançosamente, será possível, numa fase inicial, para a maioria daqueles que desejam regressar à

sua terra natal fazê-lo. Entre eles estão alguns que têm um papel a desempenhar no futuro do seu país e outros que têm ilusões sobre o assunto. Mas ninguém fora de Cuba deveria ter a pretensão de pré-julgar os seus papéis. Isso terá de ser deixado para aqueles que permaneceram em Cuba e são chamados a decidir como o seu país será reorganizado. A noção de que a morte de Castro irá necessariamente produzir uma restauração automática em Cuba de pessoas e instituições identificadas com tempos anteriores deve ser rejeitada.

O açúcar foi, é e será a chave da economia cubana. Até 1960, o açúcar cubano gozava de uma posição preferencial no mercado americano que causava inveja a outros produtores. Quando eliminamos a quota cubana, os russos absorveram cerca de três milhões de toneladas que estávamos a comprar. Ao mesmo tempo, tivemos relativamente pouca dificuldade em adquirir fornecimentos de substituição, tanto de outros países estrangeiros como do próprio país. Ao abrigo da nossa atual legislação sobre o açúcar, Cuba poderia receber, no momento em que retomamos as relações diplomáticas, uma quota equivalente a cerca de um terço da que tinha em 1960. Isto implicaria deslocar muito açúcar dos países do Hemisfério Ocidental cujas vendas no nosso mercado são ativos valiosos na prossecução dos objetivos da Aliança para o Progresso. Surgirão questões importantes. Se houver uma mudança no regime cubano, continuarão os russos a precisar do açúcar cubano e continuarão a comprá-lo, especialmente se os cubanos começarem a reduzir as importações de produtos russos em favor de fontes de abastecimento tradicionalmente preferidas? Até que ponto estamos apegados a um sistema sob o qual o Congresso, no meio de um *lobby* intenso, distribui quotas de açúcar a países estrangeiros específicos?

Sem tentar responder a estas questões, sugiro que a situação geral dos produtores de cana-de-açúcar oferece uma oportunidade real para o estadismo internacional e, devido ao papel que a Rússia tem desempenhado neste domínio desde 1960, para a cooperação entre o Oriente e o Ocidente. Deverão os produtores de cana-de-açúcar ser eternamente condenados a um sistema decrépito, sob o qual

vendem uma parte da sua produção a preços protegidos, e terão então de se livrar do equilíbrio num chamado mercado mundial anárquico, que na verdade controla apenas uma pequena fração da produção mundial? E terão de vender a preços que muitas vezes, como atualmente, estão muito abaixo dos custos de produção? Pareceria possível aplicar alguns dos princípios do nosso próprio programa do açúcar – agora na sua quarta década de funcionamento bem-sucedido, no que diz respeito aos produtores e consumidores nacionais – à organização de um mercado racional e verdadeiramente mundial para o açúcar de cana.

Quando Castro cair, as reivindicações de milhares de cubanos, americanos e outros estrangeiros cujos bens foram confiscados pelo seu regime serão levadas em consideração. Não pode haver solução fácil ou automática. Uma primeira questão dirá respeito ao tipo de sociedade que o povo da Cuba libertada deseja construir para si. Por exemplo, até que ponto pretenderão restaurar a propriedade privada dos meios de produção na indústria açucareira? Até que ponto desejarão manter a nacionalização no domínio dos serviços públicos? Perguntas semelhantes terão de ser respondidas sobre uma vasta gama de ativos, a fim de determinar se a restituição ou a compensação deve ser a regra. O processo tende a ser demorado e é difícil conceber qualquer resultado que seja plenamente satisfatório tanto para os requerentes como para os responsáveis pelo futuro de Cuba.

Finalmente, quando os Estados Unidos e a nova Cuba restabelecerem relações, presumivelmente não considerarão prático nem desejável restaurar os antigos laços preferenciais. Os Estados Unidos desejarão reconhecer que o progresso das nações em desenvolvimento mais pequenas, das quais Cuba pode mais uma vez tornar-se uma das mais promissoras, depende em grande parte da medida em que forem capazes de assumir a responsabilidade consciente pelos seus próprios destinos. Os Estados Unidos e as outras potências industrializadas podem, por meio de acordos de mercadorias, bem como de programas de assistência, provocar uma expansão racional e constante no campo econômico. É minha convicção que as restrições à liberdade das nações menores de

REFLEXÕES XLIV

controlarem os seus próprios assuntos aumentam o nacionalismo anárquico de que são por vezes culpadas. Só quando forem verdadeiramente responsáveis pelo seu próprio progresso e desenvolvimento poderão contemplar a realização dos sacrifícios recíprocos de soberania exigidos pelos acordos regionais que são essenciais para o progresso no mundo moderno. ●

Philip W. Bonsal: diplomata de carreira americano do Departamento de Estado dos EUA. Especialista em assuntos latino-americanos, serviu como embaixador dos Estados Unidos em Cuba de fevereiro de 1959 a outubro de 1960, primeiros meses do regime de Castro.

Publicado no dia 1º de janeiro de 1967

Cuba revisitada após dez anos de Castro

Viajante



Uma imagem de Fidel Castro decora uma parede dentro de uma carpintaria estatal em Havana, Cuba.

Um petroleiro russo passa lentamente pelo castelo espanhol do século XVI que guarda a estreita entrada do porto de Havana. Castelo e petroleiro simbolizam domínio, mas de tipos muito diferentes.

Para os espanhóis, Cuba era antes de mais nada uma fonte de riqueza – a sua própria riqueza e a riqueza da América Latina, da qual detinha a chave estratégica. Para os russos, representa uma perda econômica da ordem de 350 a 400 milhões de dólares por ano. A recompensa para eles está na moeda da estratégia política: uma extensão das fronteiras do comunismo ao Hemisfério Ocidental.

Até que ponto esses dividendos políticos são reais é uma questão à qual, por razões abordadas mais adiante neste artigo, o Kremlin deve voltar com frequência cada vez maior. Entretanto, os petroleiros vão e vêm, trazendo mais de 95 por cento das crescentes necessidades de petróleo de Cuba – um lembrete aos cubanos de que, se controlarem o seu destino com mais segurança agora do que o fizeram durante os quatro séculos de domínio espanhol, o controle ainda está longe de ser alcançado. E controlar o seu próprio destino é acima de tudo o que os líderes deste regime intensamente nacionalista querem fazer. “Conhecemos”, disse Castro no ano passado, “a amargura de ter que depender dos outros e como isso pode ser transformado numa arma contra nós”. Que Cuba pague o seu caminho no mundo, tão independente da União Soviética como da Espanha ou dos Estados Unidos, é para o militante revolucionário um objetivo não menos importante do que um padrão de vida mais elevado. Alcançar qualquer um dos dois, e certamente ambos, exige do povo cubano um período inicial de pesados sacrifícios.

A austeridade é então a primeira coisa que atinge o visitante ocidental – e é um golpe impressionante para quem conheceu Havana antes da Revolução. O horizonte em miniatura de Manhattan à beira-mar ainda é uma visão incomparável quando o sol se põe; a mesquinhez se transforma em uma silhueta iluminada e a noite tropical parece cheia de promessas. Mas é improvável que a promessa seja cumprida. Atrás da fachada familiar os bares e discotecas estão fechados durante a semana de trabalho; lojas mal iluminadas revelam prateleiras vazias; carros esqueléticos fazem barulho em direção a casa entre os ônibus superlotados. As filas são para sorveterias e cinemas. Na manhã seguinte, elas se formarão para as necessidades da vida.

Não surpreende que os alimentos e o vestuário sejam racionados num país subdesenvolvido, onde mais de 30 por cento do produto nacional bruto é destinado ao investimento. Mas é difícil argumentar, com base na balança de pagamentos, que o prazer precisa ser tão estritamente racionado. As garotas do cabaré são criadas em casa; não custavam divisas – e na verdade podiam ganhar um pouco com o fluxo de turistas. Não, este aspecto da austeridade não é o produto da política econômica, mas de uma reação puritana contra a licença do passado e de um sentido frenético de urgência por parte dos líderes; o tempo retirado da construção da nova sociedade é tempo perdido.

O puritanismo enquadra-se na estratégia social e econômica do regime. Castro quer tirar as pessoas das cidades, em parte porque acredita que a regeneração espiritual vem do trabalho dos solos, mas também pela razão mais prática de que, após uma tentativa frustrada de industrialização durante os primeiros anos da Revolução, a agricultura é agora reconhecida como a base da economia e precisa de mão de obra mais facilmente disponível. A última coisa que ele deseja, portanto, é aumentar os atrativos da cidade. “Mais ruralismo, menos urbanismo” é o lema.

É um *slogan* difícil de pôr em prática. Os recursos para a construção já estão sobrecarregados; há pouco a poupar na construção de novas escolas, hospitais, quintas e fábricas. Uma meta de 100.000 novas unidades habitacionais por ano foi silenciosamente abandonada e,

ao ritmo atual, serão necessários muitos anos até que possam ser fornecidas casas no país para qualquer proporção significativa da população urbana. Entretanto, a agricultura exige o trabalho “voluntário” dos habitantes da cidade durante períodos limitados de cada vez, que vão desde um fim de semana até alguns meses. Assim, o visitante de Havana, embora procure em vão a animação sofisticada do passado, estará consciente de uma agitação constante de partida e chegada; e embora ele tenha o direito de duvidar do caráter voluntário deste movimento, ele pode muito bem ficar impressionado com a alegria com que aqueles que foram apanhados nele se amontoam em seus caminhões e partem para os acampamentos espartanos que os aguardam.

Tais sinais de alegria, por mais espasmódicos que sejam, levantam a questão de saber se os cubanos criaram, de alguma forma notável, um tipo de comunismo sem lágrimas. Será que este credo sombrio foi transmutado no cadinho das Caraíbas? À primeira vista, uma resposta negativa é sugerida pelo fato de, desde a Revolução, centenas de milhares de cubanos abandonarem as suas posses e recomeçarem a vida nos Estados Unidos; e há muitos mais esperando para seguir o exemplo deles. Mas considerar isto como um voto massivo contra o comunismo é uma simplificação excessiva. A Revolução não estava de forma alguma comprometida com o comunismo quando a primeira onda de refugiados partiu. Eles foram porque não viam esperança de aceitar o radicalismo da Revolução e tinham medo de serem vítimas. Quais são então os motivos daqueles que partem hoje? É difícil generalizar, mas os dados disponíveis sugerem que a maioria vai principalmente porque considera as condições de vida demasiado difíceis. Condenam o sistema não porque seja antidemocrático ou indiferente aos direitos humanos (é ambas as coisas), mas porque não consegue cumprir os resultados. Se pudessem ter certeza de que seriam melhor alimentados, vestidos e alojados, ficariam. Se esta análise estiver de alguma forma correta, é difícil argumentar que o comunismo como tal é um anátema² para a maioria do povo cubano. Ao que tudo

² **Anátema**: sentença de maldição que expulsa da Igreja.

REFLEXÕES XLIV

indica, de qualquer forma, o credo (na medida em que é entendido) é superficial.

As razões para esta atitude aquiescente devem ser procuradas no caráter cubano. Às vezes se diz que os cubanos são individualistas a ponto de não se preocuparem com princípios sociais abstratos ou teoria política; e pode haver algo nisso. Mas para o observador externo a característica mais marcante do cubano é o calor humano que lhe permite integrar-se facilmente na vida da sua comunidade. O cubano pode não amar o próximo como a si mesmo, mas tem uma chance melhor do que a maioria. Existe uma espécie de consciência social: o conceito de justiça social recebe mais do que palavras de ordem por parte de pelo menos alguns daqueles cujos interesses materiais ameaça, por mais que discordem dos métodos utilizados para a introduzir. Além disso, o instinto gregário dos cubanos torna a arregimentação menos cansativa do que seria de outra forma. As atividades comunitárias das organizações de massas – a adesão é difícil de evitar – não são totalmente desagradáveis. Acrescente-se a isto um sentido de humor que as autoridades são suficientemente sábias para não reprimir (piadas contra o regime são permitidas no teatro, por exemplo); uma ausência, dentro dos limites do decoro, de qualquer repressão sexual imposta pela Revolução Chinesa; um clima benigno; uma resiliência natural na adversidade; e um novo sentido de orgulho e dignidade nacional. O resultado líquido é um estado de moral que, sem ser dinâmico, também não desce muito. Privados de tanta coisa, os cubanos são como crianças imaculadas, que sentem um prazer excessivo nas coisas simples.

Mas embora se possa dizer que o comunismo cubano apresenta uma face menos pouco atraente do que o comunismo noutros lugares, não há boas razões para acreditar que tenha um caráter fundamentalmente diferente ou que o material humano seja de alguma forma único. O “novo homem” que dará o seu melhor sem o estímulo do incentivo material provavelmente não será menos quimera³ em Cuba do que em qualquer outro lugar. O instinto

³ **Quimera**: indica uma esperança ou sonho que não é possível alcançar, uma utopia.

aquisitivo do *Homo Cubanus* está adormecido porque não há nada para adquirir. Supor que desaparecerá completamente antes do aumento há muito prometido dos bens de consumo requer um ato de fé de que poucas pessoas são capazes.

Não há nenhuma perspectiva inicial de que isto seja posto à prova. A economia cubana ainda está numa camisa de força. Mas prevalece a impressão de que está lentamente a reunir forças para irromper. Existem dois objetivos em curto prazo que podem, até certo ponto, revelar-se incompatíveis. Uma delas é uma colheita de 10 milhões de toneladas de açúcar a partir de 1970. A outra é a diversificação da agricultura – uma tentativa de libertar-se da monocultura do açúcar. Castro comprometeu tão profundamente a honra da Revolução com a meta de 10 milhões de toneladas que a maioria dos leigos acredita que de alguma forma será alcançada; os especialistas têm as suas dúvidas, mas admitem que 8 ou 8,5 milhões é uma possibilidade – um grande salto em relação aos 4,8 milhões estimados para este ano. Quanto à diversificação, o passeio padrão oferecido aos visitantes dá uma ideia das possibilidades, mas as estatísticas são escassas. Os recursos marinhos estão a ser explorados numa escala nunca antes tentada; a produção planejada de peixe para 1970 é de 175.000 toneladas, em comparação com 25.000 antes da Revolução. Com 8 milhões de cabeças de gado e um enorme programa de inseminação artificial baseado no cruzamento do brâmane tradicional com o holandês importado, pode-se esperar que a produção de laticínios e carne avance rapidamente. Cuba está no bom caminho para a autossuficiência em arroz, com perspectivas de um excedente exportável. A produção de ovos está aumentando. Existem extensas novas plantações de cítricos e parecem estar a prosperar. O café foi plantado em cada centímetro quadrado disponível de terra em Havana e arredores, embora as suas perspectivas sejam questionáveis. O cultivo extensivo e intensivo é generosamente abastecido com fertilizantes, apoiado por um sistema de irrigação e estradas em expansão, e em certos setores é altamente mecanizado. O sucesso revelará os números, mas os fracassos poderão passar despercebidos. Se as coisas correrem como planejado, o açúcar em meados da década de 1970 representará consideravelmente menos de 50 por cento do valor total da

produção agrícola. Atualmente, representa cerca de 70 por cento.

Que nível de produtividade esses planos assumem? Qual é de fato o nível atual? Ninguém diz. Talvez ninguém saiba. É certamente baixo, mas admitir isto é questionar o valor dos incentivos morais; e estes, em detrimento da economia cubana, são agora sacrossantos. O regime pode sem dúvida apontar para algumas explosões de energia notáveis. Os apelos ao patriotismo, ao sangue dos mártires, ao instinto competitivo e ao desafio do boicote à OEA funcionam sem dúvida, mas de forma intermitente; apenas uma pequena minoria de cubanos mostrou-se capaz do esforço sustentado necessário para concretizar o potencial do seu fértil país. Além disso, estes poucos dedicados não são necessariamente os mais qualificados pela educação e experiência para carregar o resto do país nas costas. Tendo o zelo revolucionário sempre sido considerado a principal qualificação para a adesão ao Partido, ele acordou agora para o fato de que o seu nível educacional geral é terrivelmente baixo e que é incapaz de fornecer os quadros necessários treinados para estimular a produção. Então eles estão voltando para a escola. Entretanto, muita energia continua a ser mal direcionada e mal coordenada, e o nível de produtividade recusa-se obstinadamente a aumentar.

O dilema para Castro é doloroso. Para alcançar o seu querido objetivo de independência da ajuda econômica soviética, ele deve abandonar os seus princípios e introduzir o tipo de concessões à motivação do lucro que são agora uma característica estabelecida das economias soviética e da Europa Oriental e das quais ele tem sido tão abertamente crítico. Os sinais são de que ele prefere adiar o dia em que Cuba possa equilibrar a sua conta com a União Soviética. Mas poderão os russos permitir-se os princípios de Castro? Alternativamente, eles podem se dar ao luxo de decepcioná-lo? O dilema também é doloroso para eles. Atualmente, parece que eles se contentarão com mais subsídios, desde que Castro deixe de sabotar a política soviética na América Latina, procurando desacreditar os partidos comunistas orientados por Moscou. No entanto, uma barganha nesse sentido poderia facilmente fracassar.

Seria errado sugerir que, tendo equilibrado as suas contas com a

União Soviética, Cuba se despojará prontamente do comunismo, como se este fosse um manto vestido apenas para obter ajuda soviética. Por um lado, Cuba continuará a precisar da União Soviética como mercado para o seu açúcar – e na verdade como seu principal parceiro comercial. Mas este não é o verdadeiro ponto. A verdadeira questão é que, por mais heréticas que sejam as posturas que Castro ocasionalmente adota, o comunismo cubano não é um disfarce. Pode ser altamente eclético, mas Castro pelo menos afirmaria que é uma forma mais pura do que qualquer outra encontrada em qualquer outro lugar. O aparelho do Partido é terrivelmente ortodoxo e o sistema como um todo é tão totalitário quanto qualquer stalinista poderia desejar. Os limites da dissidência são estreitamente traçados e o mecanismo para lidar com aqueles que os transgridam é mantido de forma mais eficiente do que a maioria dos mecanismos em Cuba.

Este é um aspecto que precisa ser examinado mais de perto. O visitante da Ilha de Pines verá quatro horríveis edifícios circulares construídos na década de 1930 para servir como o que então era considerada uma prisão modelo; agora aguardam a demolição para dar lugar a uma escola. O guia descreverá com alguns detalhes como a prisão passou a ser usada para a domesticação brutal dos adversários políticos de Machado e Batista. Ele será menos explícito sobre o fato de que até ao início de 1967 a mesma prisão estava abarrotada de presos políticos do próprio Castro. Estes não foram libertados. A sua presença continuada foi evidentemente considerada incompatível com os planos de transformar a Ilha dos Pinheiros numa espécie de laboratório para experiências sociais, e foram transferidos para a ilha principal. O número de presos políticos atualmente em Cuba é uma questão de adivinhação; Castro admitiu 20.000 em 1965. Tudo o que se pode dizer a título de atenuação é que se acredita que foram tratados de forma mais humana desde que o atual Ministro do Interior foi nomeado há cerca de 18 meses. Na verdade, o regime negaria veementemente um elemento retributivo na sua atitude, e nisso eles podem ser sinceros. A atitude tende antes a ser clínica: os críticos e os opositores do regime (a linha entre eles não é muito definida) são considerados como sofrendo de uma doença política contagiosa;

eles requerem isolamento e tratamento.

Qual é então a receita de Castro para uma sociedade saudável? Muito trabalho árduo para todos é um ingrediente importante, mas de acordo com a melhor doutrina comunista não deve ser nem totalmente intelectual nem totalmente manual. A mecanização da agricultura deverá reduzir a necessidade de trabalho puramente manual, e o sistema deverá ser concebido de tal forma que cada homem e cada mulher sejam capazes de desenvolver ao máximo as suas capacidades físicas e mentais.

Castro também prescreve uma forte dose de igualitarismo. Ele não está satisfeito com a redistribuição drástica da riqueza que já ocorreu. Há cerca de um ano, anunciou que era política do regime equalizar os salários, trabalhando de baixo para cima e não de cima para baixo. Ele admitiu, no entanto, que este era um objetivo de muito longo prazo. Entretanto, em resposta às pressões inflacionistas, os ajustamentos que estão a ser feitos na estrutura salarial tendem a ser no sentido descendente. Portanto, ultimamente tem-se ouvido menos sobre a equalização dos rendimentos e mais sobre a retirada gradual de dinheiro da economia interna. Muitas coisas já são gratuitas: educação, é claro, e serviços médicos básicos (você pode pagar por um tratamento melhor); a maioria das moradias; casamentos e funerais; admissão em eventos esportivos; e, para uma proporção cada vez maior de trabalhadores, a refeição do meio-dia. O objetivo final é declarado ser uma sociedade sem dinheiro, na qual todos receberiam conforto e comodidades, bem como as necessidades da vida. Cada um deve receber de acordo com a sua necessidade, mas é tacitamente aceite que algumas necessidades são mais iguais do que outras e ninguém ainda tentou explicar onde deve ser traçada a linha entre as necessidades privadas e públicas. Castro continuará sem dúvida a “precisar” do seu helicóptero, da sua frota de carros e das suas numerosas casas espalhadas por todo o país. Na verdade, pode-se legitimamente afirmar que estas não são uma diversão para um homem rico; elas são as ferramentas de seu ofício, assim como um carro é uma ferramenta de ofício de um médico.

Ficará claro que o ideal igualitário não tem maior probabilidade de

ser alcançado em Cuba do que em qualquer outro lugar. No entanto, a área de privilégios não merecidos foi fortemente reduzida ao longo dos últimos dez anos e é provável que continue a diminuir sob as pressões do sistema educativo. Atualmente, a educação é obrigatória apenas no nível primário, embora uma proporção bastante elevada de estudantes prossiga até o ensino secundário. O regime contempla nada menos do que a educação universal até e incluindo o nível universitário. As três universidades existentes foram condenadas como cidadelas de privilégio e devem ser abolidas como tal. Serão convertidos em institutos de investigação avançada, enquanto instalações para estudos de nível universitário, fortemente orientados para a ciência e a tecnologia, serão fornecidas nos principais centros de trabalho em todo o país – um sistema de aprendizagem à escala nacional que combina estudo com trabalho produtivo. Não ficou claro como isso será alcançado em termos de professores, edifícios e equipamentos, mas nada poderia ser mais igualitário do que a intenção. Toda a população passará pelo mesmo moinho educacional.

Ao projetar as tendências atuais contra o pano de fundo geral da filosofia social descrita acima, é possível arriscar um palpite sobre o tipo de lugar que Cuba estará dentro de cinco anos. Salvo assassinato ou qualquer revés catastrófico nos seus planos económicos, Fidel Castro ainda estará no controle – talvez mais maduro à medida que se aproxima dos seus 50 anos, mas ainda com fogo na barriga. A liberdade individual permanecerá estritamente subordinada à concepção de bem-estar comum de Castro. O privilégio herdado do passado não terá desaparecido completamente, mas permanecerá vestigial – o carro da família terá se desintegrado, a casa da família estará cinco anos mais degradada e menos funcional, o saldo bancário esgotado. O dinheiro ainda estará em circulação, mas haverá poucos bens não essenciais para gastá-lo, e a escala de bens e serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado terá aumentado. Alimentos e roupas ainda serão racionados, mas as rações serão maiores. A situação habitacional não terá melhorado sensivelmente, mas haverá muito mais escolas. Em geral, o padrão de vida será comparativamente favorável com a média latino-americana, mas será baixo em relação à riqueza

natural de Cuba. O conhecimento técnico gerado pelo sistema educativo ainda estará demasiado disperso para compensar o efeito inibidor sobre a produtividade da dependência contínua de incentivos morais, que são susceptíveis de enfraquecer à medida que a Revolução desaparece na história. Demograficamente, terá havido uma ligeira, mas notável mudança da cidade para o campo, onde novos assentamentos agrícolas de tipo permanente terão começado a surgir; mas a maior parte da mão de obra para operações agrícolas em curto prazo ainda será retirada das cidades e acomodada em acampamentos temporários. A mecanização representará talvez 50 por cento da colheita de açúcar, mas o restante, com café e cítricos, continuará a exigir fortemente mão de obra e não haverá problema de desemprego.

Será uma sociedade livre de corrupção financeira no sentido comum: não há dúvida de que esta foi efetivamente erradicada. Mas se não houver mudança na atual atitude curiosamente permissiva relativamente à utilização de amigos em posição de autoridade para cortar atalhos oficiais, Cuba continuará a sofrer de uma tradicional fraqueza latino-americana – e que poderá, em última análise, revelar-se fatal para os sonhos de uma sociedade igualitária. Haverá poucas tensões sociais, mas poderá muito bem ter-se desenvolvido um sentimento de frustração entre os jovens que não conseguem encontrar saída para as suas aptidões num sistema educativo que ignora as humanidades. O recém-descoberto sentido de nacionalidade e de respeito próprio terá amadurecido e haverá menos agressividade nas relações externas de Cuba. Ela ainda estará em comunhão com Moscou e a maior parte do seu comércio será com a União Soviética – e mais próximo do equilíbrio. O comércio com os países capitalistas terá, no entanto, aumentado, tanto em termos absolutos como relativos.

Presumivelmente, não é inconcebível que estes países possam incluir os Estados Unidos. Do ponto de vista de Washington, sem dúvida, Cuba teria primeiro de corrigir a sua atitude – particularmente no que diz respeito à subversão na América Latina. Do ponto de vista de Havana, o Governo dos EUA também teria de corrigir a sua atitude – sair do Vietnã, para começar, e deixar de ser

“imperialista”. Mas o antiamericanismo, no sentido de uma rejeição apaixonada de tudo o que é americano, não parece ser endêmico em Cuba. O visitante americano ocasional (médico, cientista ou jornalista) é tratado com cortesia e consideração amigável. Se, no decurso da sua missão na América Latina, o avião do Governador Rockefeller tivesse sido sequestrado para Cuba, não teria havido qualquer manifestação contra ele – não só porque o Governo cubano não é propenso a permitir esse tipo de coisas, mas também porque os cubanos têm boas maneiras, uma forte tradição de hospitalidade e, gostem ou não, uma afinidade com os Estados Unidos derivada de longos laços históricos. A opinião pública acolheria quase certamente com agrado qualquer movimento dos líderes cubanos no sentido de uma aproximação com os Estados Unidos. Mas é precisamente entre os líderes que o antiamericanismo tende a ser mais amargo, especialmente entre os membros do Governo que, no seu dia a dia, descobrem exatamente onde o sapato aperta como resultado do boicote da OEA aos Ministros que, por exemplo, têm de tomar a dolorosa decisão de desmantelar uma fábrica de açúcar inteira porque não é possível obter peças sobressalentes no valor de alguns milhares de dólares, não são susceptíveis de estar num estado de espírito conciliatório.

Não pode haver dúvida de que a política de negação econômica da OEA, conhecida aqui como "bloqueio", retardou, embora não possa impedir totalmente, o desenvolvimento econômico de Cuba. Mais importante ainda – e será esta talvez a sua principal justificação agora? – tornou mais difícil a exportação da revolução; canais comerciais podem ser usados para fins subversivos. Vista sob esta luz, a duração da quarentena deve depender em grande parte de Cuba. Mas é importante reconhecer que, enquanto o boicote continuar, persistirá nesta ilha uma espécie de mentalidade de cerco; e isto torna, sem dúvida, mais fácil para o regime organizar, como está a fazer agora, a vida econômica do país numa base militar, destinada a assegurar o esforço máximo durante o ano ou dois críticos que se avizinham. Também fornece ao Governo uma desculpa pronta para os fracassos econômicos.

Para lhes fazer justiça, não é uma desculpa usada

REFLEXÕES XLIV

indiscriminadamente e fora de contexto. Os líderes são muitas vezes surpreendentemente francos sobre as deficiências da sua própria administração, bem como sobre as deficiências das bases. Num discurso em maio passado, Castro descreveu a colheita de açúcar de 1969 como "uma agonia para a nação" e prosseguiu enumerando as razões do seu fracasso: problemas fundamentais cuja resolução exigirá um esforço gigantesco. A resposta a este desafio mostra sinais de ganhar impulso. Pode ser bem a tempo. ●

Viajante

Publicado no dia 1º de janeiro de 1970

Os Estados Unidos e Castro: rompendo o impasse

Edward Gonzalez



Um tanque das Forças Armadas Cubanas é visto em posição perto da área onde cerca de 1.500 aliados anti-Castro desembarcaram na praia de Playa Giron durante a invasão da Baía dos Porcos, na costa sul de Cuba, em abril de 1961.

Treze anos após a ascensão de Fidel Castro ao poder, Washington e Havana continuam presos a posições mutuamente intransigentes. O clima contínuo de recriminações e represálias nas relações entre os EUA e Cuba contrasta agora com o dramático e súbito degelo nas relações entre os EUA e a China, que começou em abril de 1971. Na verdade, tanto Washington como Havana pareciam ter aproveitado o desenvolvimento chinês para reafirmarem suas posturas de intransigência mútua.

Em 16 de abril de 1971, o presidente Nixon declarou que as políticas de Havana impediam o tipo de iniciativas então em curso em relação à China. O presidente observou claramente que Castro “ainda exportava revolução” e que “até que Cuba mude a sua política [sic] em relação a nós, não mudaremos a nossa política em relação a Cuba”. Três dias depois, Castro respondeu reafirmando veementemente a “solidariedade” de Cuba com o movimento revolucionário latino-americano, acrescentando que Cuba poderia de fato dar-se ao luxo de “desprezar as relações... com o governo imperialista de um império em declínio e derrotado em todas as frentes”. Pareceria, portanto, que a relevância do precedente chinês foi rejeitada por ambos os lados e que nenhum deles deseja uma ruptura no atual impasse, a não ser uma capitulação unilateral da outra parte.

Do ponto de vista dos EUA, claro, Cuba não é a China continental com a sua vasta população, capacidade nuclear em desenvolvimento

e potencial para influenciar os desenvolvimentos no Sudeste Asiático, se não na própria Guerra do Vietnã. Igualmente importante, a China comunista emergiu como uma grande ameaça para a União Soviética, que continua a ser o principal adversário estratégico dos Estados Unidos. A maior parte da comunidade política americana apoiou assim a aposta do presidente Nixon em relação à China como forma de promover os interesses vitais dos Estados Unidos.

O mesmo tipo de potenciais compromissos não parece existir em relação a Cuba. O impulso revolucionário de Cuba no Hemisfério já foi em grande parte contido. As reverses econômicas de Castro nos últimos anos tornaram o exemplo cubano menos atrativo para a América Latina, ao mesmo tempo que serviram como um dreno para os recursos soviéticos. O interesse ideológico, militar e econômico soviético na Cuba comunista, por sua vez, proporciona aos Estados Unidos um potencial “refém” para contrariar os movimentos de Moscou noutras partes do mundo. A liderança cubana alinhou-se totalmente com Moscou, tal como contra Pequim, e não parece disposta a uma acomodação com Washington. Como resultado, as autoridades norte-americanas evidentemente percebem poucas aberturas na frente cubana – para além do voleibol – que permitiriam o tipo de iniciativas empreendidas em relação a Pequim. Mesmo que existissem tais aberturas, as sanções estabelecidas pela OEA teriam de ser ultrapassadas em quaisquer novas negociações com Cuba. Finalmente, uma postura mais conciliatória em relação a Havana envolveria riscos políticos internos para a administração durante um ano eleitoral, decorrentes da presença da comunidade cubana exilada e do sentimento anti-Castro entre elementos liberais e conservadores do eleitorado.

Não obstante estes argumentos, os Estados Unidos poderão agora precisar reexaminar os seus próprios interesses vitais à luz dos recentes desenvolvimentos cubanos. Na verdade, tanto os Estados Unidos como Cuba podem estar a desenvolver interesses comuns limitados que poderiam ser explorados por uma política mais flexível dos EUA. Atualmente, porém, as políticas dos dois países parecem basear-se em grande parte em posições antagônicas que

têm origem no passado e que podem já não servir para promover os respectivos interesses nacionais. Em qualquer caso, nem o presidente nem o primeiro-ministro cubano parecem dispostos a dar o primeiro passo. Uma vez que este impasse tem paralisado as relações entre os EUA e Cuba há mais de uma década, pode ser útil reexaminar as causas e os processos iniciais que levaram ao colapso das relações entre os dois países.

II. Confronto e recuo, 1959-1961

O conflito entre Havana e Washington era praticamente certo depois de janeiro de 1959. Recém-saído do seu impressionante triunfo sobre a ditadura de Batista, Castro estava determinado a reduzir, se não eliminar totalmente, a presença econômica, política e cultural norte-americana de longa data em Cuba. Além disso, procurou não só separar Cuba do abraço dos EUA, mas também distinguir o seu novo regime da imagem desacreditada de anteriores governos clientes. Assim empenhada, a sua revolução nacionalista e social foi desde o início contrária aos interesses estabelecidos dos Estados Unidos em Cuba e na América Latina.

O estilo e a perspectiva conservadores da administração Eisenhower tornaram o conflito ainda mais provável. Defensor ferrenho da iniciativa privada e inimigo implacável do comunismo, a administração já tinha apoiado Batista como o aliado zeloso e fiável dos Estados Unidos nas Caraíbas. Apesar da tomada do poder por Castro, a Casa Branca ainda poderia olhar para o precedente bem-sucedido da Guatemala, onde os Estados Unidos tinham encenado a derrubada do regime esquerdista de Arbenz em 1954. Na verdade, como confirmou agora o ex-embaixador Philip Bonsai, os cálculos políticos de Washington foram grandemente afetados pela crença de que Castro não poderia sobreviver por muito tempo ou que, se necessário, poderia ser deposto do poder por meio de uma intervenção indireta dos EUA.^[1]

Os riscos também eram consideravelmente mais elevados em Cuba, no final da década de 1950, do que na Guatemala ou noutros locais da América Latina, onde os interesses dos EUA tinham sido anteriormente ameaçados. O valor contabilístico das empresas

americanas só em Cuba era superior a 1,0 bilhão de dólares e abrangia interesses econômicos abrangentes. Cuba e a Base Naval de Guantánamo foram consideradas de importância estratégica fundamental na proteção das abordagens ao Caribe e ao continente americano. A sensibilidade à questão estratégica, por sua vez, foi aumentada pelo recente crescimento das capacidades estratégicas soviéticas. Além disso, sob a liderança mais ousada de Khrushchev, os soviéticos pareciam decididos a expandir a sua influência política, econômica e militar à escala global. Os riscos elevados e toda a gama de interesses dos EUA parecem, portanto, ter sido apanhados pela questão cubana.

No que diz respeito aos soviéticos, Castro deu origem ao crescente alarme de Washington ao violar as "regras do jogo" que até então tinham sido observadas – exceto Arbenz na Guatemala, que obteve armas do bloco soviético em 1954 e, embora nem tanto, Perón na Argentina – pelos estados membros da comunidade interamericana. A partir do início de 1959, o líder cubano recusou abertamente renegar o apoio comunista no seu país, ao mesmo tempo que apoiava a revolução violenta no estrangeiro. Ele defendeu ainda a posição neutralista de Cuba no conflito Leste-Oeste já em março de 1959, e depois de outubro indicou a sua disponibilidade para estender a mão aos soviéticos como forma de salvaguardar a sua revolução. No geral, portanto, os caminhos divergentes da Havana revolucionária e da Washington conservadora criaram relações cada vez mais tensas.

Embora talvez inevitável, não se segue que o conflito EUA-Cuba fosse incontrolável. A contenção ou o alargamento de um conflito pode depender da forma como os intervenientes identificam os seus próprios interesses e percebem as intenções dos seus antagonistas, bem como dos interesses em jogo. Assim, Havana e Washington foram apanhados numa “profecia autorrealizável”, em que cada lado antecipou o pior comportamento possível por parte do outro e começou a agir em conformidade. Castro parece ter concluído em meados de 1959 que os Estados Unidos não aceitariam a sua revolução e que, em última análise, ele teria de recorrer ao campo soviético em busca de apoio. Da mesma forma, Eisenhower

convenceu-se, no início de 1959, de que o líder cubano já estava a tornar comunista e a sua administração e começou a "examinar medidas... [para] restringir Castro, caso ele se transformasse numa ameaça"^[ii]. Em suma, nenhum dos lados estava disposto a tomar iniciativas ou a responder aos possíveis sinais conciliatórios vindos do outro lado. Pelo contrário, as respectivas posturas e retórica⁴ de cada um foram percebidas exclusivamente como prova de intenções hostis.

É certo que Castro não exerceu quaisquer restrições ao mobilizar o apoio popular, dando vazão às queixas históricas de Cuba contra o "colosso do Norte". Já em janeiro de 1959, ele condenou os Estados Unidos em todos os aspectos na sua relação com Cuba – a sua intervenção em 1898 na Guerra da Independência, a sua imposição da Emenda Platt, o fato de frustrar a revolução de 1933 e o seu apoio a Batista durante a década de 1950. Além disso, lançou ataques verbais contra o "imperialismo", "regimes oligárquicos", "interesses estrangeiros adquiridos", "exploração capitalista" e "agressão ianque". Na verdade, ele exibiu pouco da autocontenção demonstrada pelo presidente Cárdenas em 1938, ou atualmente pelo presidente Salvador Allende, na tentativa de manter as relações Chileno-EUA num plano administrável.

As táticas de confronto de Castro, contudo, devem ser colocadas no seu contexto político imediato. Como libertador de Cuba e revolucionário mais ilustre da América Latina, ele teve necessariamente de atuar para audiências nacionalistas e anti-imperialistas no país e no estrangeiro. Além disso, teve de demonstrar aos seus seguidores que não se tornaria mais um praticante do entreguismo (venda nacional), como aconteceu com grande parte da antiga classe política de Cuba durante a primeira metade do século XX. Imbuído da missão de redenção nacional de sua geração, ele jurou, em 13 de janeiro de 1959, que:

⁴ **Retórica**: palavra com origem no termo grego *rhetorike*, que significa a arte de falar bem, de se comunicar de forma clara e conseguir transmitir ideias com convicção.

A Emenda Platt está concluída. Já não existe um regime militar no nosso país, já não existem oficiais militares que possam trair a revolução tomando o poder como ocorreu em 1933, e pela primeira vez há homens meritórios à frente do país que não se vendem, nem vacilem nem se deixam intimidar por qualquer ameaça.

No entanto, o jovem líder cubano continuou sob pressão de setores ultranacionalistas e comunistas. Testemunhe o seguinte comentário editorial de um importante comunista sobre a visita de Castro a Washington em abril de 1959: *“Fidel não vai mendigar, mas negociar; ele não vai se humilhar, mas discutir... O que Cuba quer e espera, o que ela espera que Fidel Castro consiga na sua viagem, é continuar a seguir o rumo de Martí na sua política... Uma política cubanista....”*^[iii]

Extremamente sensibilizado para estas exigências nacionalistas, Castro procurou, conseqüentemente, evitar comprometer-se de qualquer forma com o governo dos EUA. Um antigo membro do seu regime recorda assim a inquietação de Fidel relativamente à sua decisão de se dirigir à Sociedade Americana de Editores de Jornais em Washington, em meados de abril de 1959:

Ouvi-o expressar receio de ser convidado para a Casa Branca e de ser fotografado com o presidente dos Estados Unidos como mais um líder latino-americano "vendido" ao imperialismo. Além disso, houve problemas quando o Sr. Nixon [então vice-presidente] mudou o convite de sua casa para seu escritório no Senado porque isso poderia ser interpretado como uma visita oficial.^[iv]

Apesar das suas declarações anteriores de que iria abordar a questão dos empréstimos a Cuba, Castro negou publicamente, ao chegar a Washington, que tivesse vindo em busca de "esmolos" econômicas. Além disso, deu instruções privadas aos seus conselheiros econômicos para evitarem discutir aberturas de empréstimos dos EUA com funcionários do Departamento de Estado.

Mesmo assim, Fidel parecia deixar a porta entreaberta para um possível *modus vivendi* com Washington. Durante esta visita, ele defendeu publicamente uma revolução "humanista" e chegou a

ponto de condenar a natureza repressiva do sistema político comunista. Pouco depois, voou para Buenos Aires, onde propôs ao "Comité dos 21" da OEA que os Estados Unidos financiassem um programa de desenvolvimento de 30 bilhões de dólares para toda a América Latina, no qual, claro, Cuba participaria. Portanto, ainda que apenas indiretamente, Castro pode ter sinalizado aos Estados Unidos para retomarem o namoro que tinha começado provisoriamente com as aberturas de empréstimo do Departamento de Estado a Cuba, mas de uma forma que confirmaria plenamente a independência do seu regime e a sua própria integridade nacionalista.

Estes gestos acabaram por ser eclipsados pelas posturas ultranacionalistas e desafiadoras de Castro. A atenção de Washington e do público tendia a centrar-se nos seus desvios simbólicos e ideológicos, e não no rumo mais moderado que ele de fato ainda perseguia durante a primeira metade de 1959. O abrasivo estilo fidelista de política, bem como o estilo esquerdista e a evolução dos acontecimentos em Cuba deixaram a administração Eisenhower pouco disposta a testar a prontidão de Castro para chegar a um acordo. No mínimo, tal abordagem teria implicado consideravelmente mais do que aberturas de empréstimos, porque estas, por si só, não indicavam qualquer revisão da relação tradicional entre clientes EUA-Cubanos. Só num esforço de última hora para evitar a virada de Cuba para Moscou é que Washington tentou esta mudança política.

Pouco antes da chegada do primeiro vice-primeiro-ministro Mikoyan a Havana, o presidente Eisenhower anunciou publicamente, em 26 de janeiro de 1960, que os Estados Unidos observariam uma política de não intervenção, abster-se-iam de represálias e respeitariam o direito de Cuba de empreender uma revolução social. Mas a sorte já estava lançada.

Por seu lado, os Estados Unidos alimentaram a apreensão de Havana com os seus ataques indiscriminados e crescentes à Revolução Cubana após o início de 1959. O clamor público na imprensa e no Congresso dos EUA contra o regime fidelista variou desde os ataques contra o "regime fidelista" deste último, justiça

revolucionária", "infiltração comunista" e "ameaça ao Hemisfério", à sua rejeição às eleições democráticas, às suas políticas econômicas gerais e à sua Lei de Reforma Agrária de maio de 1959. Do ponto de vista do regime de Castro, estas críticas crescentes devem ter surgido como uma acusação generalizada da Revolução Cubana por parte de círculos americanos influentes, que só poderia ser conquistada comprometendo seriamente o processo revolucionário. Nem houve sinais claros em contrário por parte da Casa Branca: tanto o presidente Eisenhower como o vice-presidente Nixon permaneceram firmes na sua oposição pessoal. ^[v] Assim, Castro e os seus seguidores mais próximos só puderam concluir destes ataques públicos que o "colosso do norte" acabaria por se voltar contra a revolução, como ocorreu em Cuba em 1933 e apenas quatro anos antes na Guatemala.

Para não ficar atrás, Castro acabou por rejeitar os Estados Unidos ao radicalizar abruptamente a Revolução Cubana. A partir de outubro de 1959, atacou violentamente a alegada cumplicidade de Washington com elementos contrarrevolucionários, alinou-se com os comunistas cubanos em casa e candidatou-se abertamente ao apoio soviético no mês seguinte. Posteriormente, ele conseguiu optar pelo campo comunista com o acordo de comércio e ajuda soviético-cubano assinado na conclusão da visita de Mikoyan em fevereiro de 1960. As relações entre Havana e Washington deterioraram-se rapidamente a partir de então. Em março de 1960, o presidente Eisenhower deu sinal verde para o planeamento de uma invasão; em maio, foram estabelecidas relações diplomáticas entre Havana e Moscou; em junho, Castro apreendeu refinarias de petróleo americanas (e britânicas); em julho, Eisenhower respondeu cortando a quota cubana de açúcar; e no final do verão e início do outono Castro retaliou ordenando a nacionalização em massa de empresas americanas e cubanas. Pouco depois, os dois candidatos presidenciais de 1960 prometeram eliminar a "cabeça de ponte" comunista em Cuba. As relações foram então rompidas pelos Estados Unidos em janeiro de 1961, e ambos os lados começaram a se preparar para o confronto final que ocorreria na Baía dos Porcos, no mês de abril seguinte.

Em última análise, a ausência de autocontenção mútua no período 1959-1960 refletiu o fracasso de ambos os lados em discriminar entre os seus respectivos interesses nacionais e em identificar quais deles era mais essencial preservar. Como resultado, o conflito não pôde ser contido dentro dos parâmetros mais estritamente definidos dos respectivos interesses vitais em jogo, mas foi rapidamente escalado e alargado para incluir interesses menores que, por sua vez, alimentaram ainda mais o fogo dos antagonismos mútuos. Igualmente crítico, sem uma identificação clara dos seus interesses vitais, nenhum dos lados poderia sinalizar ao outro quais questões eram negociáveis e quais não eram.

Como foi salientado, por exemplo, Castro estava obcecado com a sua posição revolucionária no país e no estrangeiro. Mas tal postura confundia estilo revolucionário com substância, tendendo assim a obscurecer quais eram os interesses vitais da Revolução Cubana. Consequentemente, não só foi impedido de fazer aberturas diretas a Washington, como também ficou praticamente sem espaço de negociação para compromissos – uma condição sem compromisso que foi percebida igualmente pelos seus fervorosos apoiadores e pela administração Eisenhower. Este poderia não ter sido o caso, no entanto, se o líder máximo tivesse explicitamente apontado o direito de Cuba à autodeterminação e à revolução social como as verdadeiras questões em disputa, em vez de confundir estes objetivos com a autoproclamada missão de Havana de revolucionar o Hemisfério ou romper com o padrão de alianças anticomunistas e antissoviéticas.

Os Estados Unidos parecem ter sido igualmente indiscriminados na avaliação dos interesses em jogo na Cuba de Castro. Esses interesses se enquadraram em quatro categorias:

- (1) **Ideológico** – a rejeição do “modo de vida americano” por parte de Cuba e a sua adoção de um sistema “socialista” ou “comunista”;
- (2) **Econômica** – a ameaça que representaria para os interesses empresariais dos EUA na ilha e, adicionalmente, na América Latina, se o exemplo de Castro fosse imitado noutros lugares;
- (3) **Estabilidade hemisférica** – o impacto perturbador do

fidélismo na harmonia interamericana e a ameaça representada aos governos latino-americanos pelos revolucionários fidelistas;

(4) **Segurança nacional** – a conversão de Cuba numa “cabeça de ponte soviética” no Hemisfério Ocidental, estabelecendo uma presença política, econômica, militar e estratégica soviética (como em 1962) nas Caraíbas.

É certo que todos os quatro interesses estariam ameaçados por Castro, especialmente depois de 1960. Mas dos quatro, apenas as questões da estabilidade hemisférica e da segurança nacional afetaram verdadeiramente os interesses vitais dos EUA. Os desafios ideológicos e econômicos eram questões essencialmente secundárias que afetavam, respectivamente, os valores internos e o setor privado da sociedade americana. Mas no período 1959-1960 os Estados Unidos tenderam a confundir interesses privados com interesses nacionais e interesses ideológicos com interesses estratégicos. O efeito líquido foi que a flexibilidade de Washington, tal como a de Castro, foi grandemente restringida. Consequentemente, a Casa Branca não pôde comunicar pública e inequivocamente a Havana as suas prioridades:

(a) as questões vitais nas quais os Estados Unidos não cederiam (subversão hemisférica e presença soviética em Cuba);

(b) as questões secundárias que poderiam ser negociadas (o valor e o método de compensação para propriedades americanas nacionalizadas); ou

(c) as outras questões secundárias que se enquadram no direito de autodeterminação de Cuba (a sua escolha de sistemas políticos e econômicos). Em última análise, Castro levou a cabo uma revolução radicalizada que de fato atingiu duramente todos os interesses americanos – desde o confisco de propriedades americanas e a adoção de uma forma radical de comunismo até à “exportação da revolução” e à consolidação dos laços de Cuba com a União Soviética.

III. Impasse atual e possível convergência

Ao longo da década de 1960, as relações EUA-Cuba permaneceram

num estado de tensão permanente. Os Estados Unidos prosseguiram numa política de "negação" em relação a Castro, visando ao seu isolamento diplomático, político e econômico dentro do Hemisfério por meio do seu próprio embargo econômico e sanções da OEA, ao mesmo tempo que eram acusados de apoiar operações clandestinas ocasionais contra Cuba. Até o final da década de 1960, o regime de Castro contra-atacou por meio de esforços para promover a revolução continental, ao mesmo tempo que avançava no sentido de laços ainda mais estreitos com a União Soviética, especialmente depois de 1968.

No entanto, a política dos EUA sofreu algumas mudanças no final da década. Hoje, Washington admite que o regime de Castro parece enraizado, e já não insiste – como foi formulado originalmente em 1964 – que Cuba quebre a sua “dependência militar, econômica e política” de Moscou. Mas duas “condições prévias” ainda devem ser satisfeitas antes que os Estados Unidos considerem alterar a sua política de “negação”. Estas são o término dos “laços militares” de Cuba com os soviéticos, e a cessação das suas tentativas de “exportar a revolução” para o estrangeiro. Assim, como o próprio presidente Nixon observou, a atual posição dos EUA não se baseia nas políticas internas e na ideologia do regime fidelista. Pelo contrário, dirige-se às políticas externas de Cuba, que ameaçaram os interesses hemisféricos e de segurança nacional dos Estados Unidos, particularmente durante a década de 1960. Contudo, se o pressuposto operativo na política dos EUA é o da permanência do regime, serão as duas “pré-condições” conducentes à alteração do comportamento questionável de Cuba? E serão de igual relevância na promoção dos interesses vitais dos EUA à luz dos recentes desenvolvimentos em Cuba e na América Latina?

Em primeiro lugar, as duas “condições prévias” provavelmente não serão satisfeitas pelo regime de Castro. A atual política dos EUA oferece poucos incentivos para que Havana abandone os seus laços soviéticos e as suas atividades revolucionárias. Antes que Fidel pudesse limitar a sua relação com Moscou, até agora essencial para a sobrevivência do seu regime, ou comprometer a sua posição revolucionária e anti-imperialista, Washington teria de pagar um

preço que evidentemente consideraria demasiado elevado.

Em segundo lugar, a subversão revolucionária do Hemisfério por Havana pode já não ser tão ameaçadora como na década de 1960. Com a ajuda da assistência de segurança dos EUA, a maioria dos regimes latino-americanos conseguiram conter, se não eliminar, os movimentos guerrilheiros fidelistas. Pela sua parte, o próprio Castro recuou no seu anterior apoio incondicional à revolução violenta. Em vez disso, ele avançou para laços mais estreitos com o atual regime militar peruano – os mesmos militares que esmagaram o movimento de guerrilha em 1965 – bem como com o governo socialista chileno. Consequentemente, parece que a ameaça revolucionária cubana já não afeta os interesses vitais dos Estados Unidos na mesma medida que no passado.

Por último, e mais importante, a penetração soviética em Cuba parece agora estar a assumir novas dimensões que poderão levar à sua virtual satelização. No passado, Castro foi capaz de exercer uma independência considerável na prossecução das suas próprias políticas externa e interna, e ocasionalmente desafiou Moscou sempre que era do seu interesse e capacidade fazê-lo – a ponto até de expurgar a "microfacção" pró-soviética no início de 1968. Mas desde então ele não possui balcões de negociação eficazes.^[vi] Devido aos repetidos reveses económicos ao longo dos últimos anos – e mais criticamente ao fracasso em produzir a colheita de dez milhões de toneladas de açúcar em 1970 – o seu regime foi forçado a uma posição de crescente dependência e subordinação aos soviéticos. A assinatura de novos acordos económicos soviético-cubanos no final de 1970 e início de 1971, o crescente afluxo de técnicos soviéticos, a influência crescente de elementos pró-soviéticos dentro do regime de Castro – e as instalações soviéticas de manutenção de submarinos em Cienfuegos atestam o aumento do domínio de Moscou sobre Cuba e a menor capacidade de Fidel para limitar a invasão soviética. Na verdade, Cuba detém agora a duvidosa distinção na América Latina de ter instalações navais soviéticas e norte-americanas na sua ilha. Consequentemente, não é o próprio Castro, mas a crescente penetração soviética em Cuba – que por sua vez poderia facilitar o desenvolvimento de capacidades estratégicas

soviéticas ainda maiores nas Caraíbas – que agora mais põe em perigo os interesses vitais dos EUA.

Paradoxalmente, então, pareceria agora ser do interesse dos EUA oferecer incentivos ao regime de Castro para impedir uma maior penetração soviética de natureza estratégico-militar. Da mesma forma, pareceria vantajoso para os cubanos – se não para o próprio Fidel – começar a trabalhar no sentido de um eventual *modus vivendi* com os Estados Unidos, a fim de reduzir a dependência e a subserviência de Cuba a Moscou. Contudo, a postura pública de ambos os partidos proporcionou até agora poucas aberturas, uma vez que cada lado parece aderir a posições fixas.

Para Castro, o desafio permanente ao “governo imperialista” dos Estados Unidos continua a ser a essência da sua revolução. Em 23 de agosto de 1968, descartou veementemente a possibilidade de Cuba buscar uma acomodação com os Estados Unidos porque esse “seria o momento em que a Revolução teria deixado de existir”. Em 19 de abril de 1971, respondendo às declarações acima mencionadas do presidente Nixon, advertiu que:

Os imperialistas, claro, querem que Cuba se acalme e se comporte, querem neutralizar-nos. Eles nem deveriam sonhar com isso! . . . [porque] princípios firmes e intransigência revolucionária também fazem parte das tradições do nosso povo. . . . Esta Revolução só poderia ter relações com os imperialistas à custa da rendição. E esta Revolução nunca se renderá!

Em 27 de agosto de 1971, repetiu que Cuba “não tinha nada a negociar” com Washington, especialmente na questão da compensação pelas propriedades nacionalizadas dos EUA. Mas uma vez que os líderes dos EUA decidam “*levantar o seu bloqueio contra Cuba e parar todas as suas medidas contra Cuba, deverão fazê-lo incondicionalmente e sem discutir uma única coisa conosco*”. Pareceria, portanto, que o líder cubano estava a reivindicar o título exclusivo de uma liderança anti-imperialista inflexível após a reviravolta de Pequim. No entanto, os seus próprios protestos e condições relativos às futuras relações com os Estados Unidos também sugerem que a posição de Havana pode não ser tão

inflexível como parece à primeira vista.

A posição avançada de máxima “intransigência revolucionária” de Castro poderia, de fato, mascarar tendências contraditórias dentro do seu regime – e possivelmente dele próprio – relativamente ao significado potencial para Cuba da mudança política dos EUA em Pequim. O seu regime inclui uma geração mais velha de líderes civis do extinto Movimento 26 de Julho que constituem um elemento menos radicalizado do que a maioria dos líderes fidelistas oriundos da campanha de guerrilha da Sierra Maestra. Além disso, no período pós-1959, emergiu uma nova geração de elites técnicas e militares que simplesmente podem não partilhar a intensa antipatia dos fidelistas mais antigos para com o “colosso do norte” e que podem agora ser atraídas pelo precedente chinês. Para estes elementos mais velhos e mais jovens da liderança cubana, portanto, alguma forma de acomodação limitada com os Estados Unidos pode oferecer a única perspectiva de melhorar a situação econômica de Cuba, diminuindo a sua dependência de Moscou e minando a nova ascensão de elementos pró-soviéticos dentro do regime.

Uma tal solução “titoísta” para Cuba foi categoricamente rejeitada por Castro no passado – talvez precisamente porque ele a vê tanto como uma “rendição” aos Estados Unidos como a sua última opção restante para recuperar a sua independência de Moscou. Entretanto, a preservação da ética revolucionária de Cuba requer algum nível de tensão externa com os Estados Unidos. Na verdade, o seu regime de austeridade total para forçar o ritmo do desenvolvimento econômico, e o seu compromisso de criar um “novo homem comunista”, foram facilitados ao longo dos anos pela insularidade de Cuba em relação ao seu vizinho rico e altamente desenvolvido do norte. Uma das supremas ironias da atual situação cubana é, portanto, que uma postura acomodatória, em vez de agressiva, dos EUA poderia apresentar escolhas difíceis para Castro e poderia, de fato, representar a situação mais ameaçadora. A postura desafiadora de Fidel serve assim a um duplo objetivo preventivo: dissuade os elementos moderados do seu regime de pressionarem por alguma forma de reaproximação com os Estados Unidos, ao mesmo tempo que desencoraja Washington de

prosseguir um caminho mais conciliatório em relação a Cuba.

O primeiro-ministro cubano pode muito bem ter conseguido programar a resposta dos EUA a este respeito. Não obstante a mudança do contexto da situação cubana e latino-americana, as autoridades norte-americanas continuam a insistir publicamente que Havana não cumpriu as duas "pré-condições" necessárias para que os Estados Unidos reconsiderassem a sua posição. Assim, os porta-vozes do Departamento de Estado foram rápidos em salientar que, no seu discurso de 22 de abril de 1970, Castro tinha prometido que Cuba não tinha desistido e não desistiria do seu apoio ao movimento revolucionário latino-americano. Eles desconsideraram a sua declaração de alteração, na qual acrescentava que tal apoio "não tem necessariamente de ser expresso a favor dos movimentos de guerrilha", mas poderia ser alargado a qualquer governo nacionalista "não importa por que caminho esse governo tenha alcançado o poder" – uma condição que desde então, incluiu o regime militar peruano, bem como o governo socialista democraticamente eleito do Chile.

Nas suas observações de 16 de abril de 1971, o presidente Nixon também se concentrou nas posturas antagónicas de Castro:

No que diz respeito a Castro, ele já traçou o limite. Ele está exportando revolução para todo o hemisfério, e ainda a exporta. Sua linha é contra os Estados Unidos. . . . Enquanto Castro adotar uma linha antagônica e antiamericana, não iremos certamente normalizar as nossas relações com Castro. Assim que ele mudar sua linha em relação a nós, poderemos considerar isso. Mas é a jogada dele.

Ao desafiar Castro desta forma, o presidente permitiu ao líder máximo converter a sua própria postura desafiadora na sua resposta de 19 de abril numa questão de honra nacional. Por sua vez, as reafirmações de Castro de apoio à revolução latino-americana tendem a alimentar as percepções dos EUA. Assim, em 2 de janeiro de 1972, o presidente insistiu novamente que não havia "nenhuma indicação de que Castro se afastaria um centímetro da sua determinação de exportar uma revolução do tipo Castro para todo o

Hemisfério". Consequentemente, continuou ele, “nossa política não vai mudar”.

Além disso, a posição do presidente esconde uma contradição fundamental na política dos EUA. Ao mesmo tempo que condenam a “exportação da revolução” de Havana, os Estados Unidos têm sido igualmente inflexíveis na oposição à normalização das relações diplomáticas e comerciais entre a América Latina e Cuba. Assim, ao insistir no isolamento hemisférico contínuo de Cuba, os Estados Unidos contribuíram para uma situação em que Havana está, na verdade, a ser encorajada a perseguir interesses revolucionários em vez de interesses diplomáticos na América Latina. Igualmente importante, as observações do presidente não continham nenhum sinal para os cubanos de que é a questão do aumento da penetração político-militar soviética e não a questão da "exportação da revolução" – seja simbólica ou realmente implantada – que se tornou agora o fator mais censurável na situação cubana.

Contudo, ao testemunhar perante a Comissão de Relações Exteriores do Senado em 16 de setembro de 1971, o vice-secretário de Estado adjunto, Hurwitch, insistiu nos laços militares de Cuba com os soviéticos. Ele acusou que apenas no ano anterior o governo Castro "permitira" o estabelecimento de uma instalação submarina soviética em Cienfuegos. Mas o seu testemunho ignorou a questão de saber se a atual política dos EUA proporciona um incentivo – e muito menos uma alavanca – para Cuba resistir à incursão soviética.

É certo que Castro continua a ser repugnante para grande parte da comunidade política americana. Qualquer mudança na política dos EUA poderia ser interpretada como uma concessão ao comunismo e como um resgate de um governo hostil que enfrenta dificuldades econômicas. Mas uma tal reação ideológica e emocional a Castro não consegue enfrentar o cerne do problema cubano. Apenas adia a reavaliação da política EUA-Cubana que certamente deverá ocorrer, dada a aparente permanência do regime de Castro e a necessidade de redefinir os interesses vitais dos EUA à luz dos recentes desenvolvimentos cubanos e hemisféricos. Mais atrasos poderiam custar caro aos Estados Unidos em pelo menos dois aspectos.

Primeiro, além do Chile e do Peru, vários estados latino-americanos já começaram a pressionar pela reintegração de Cuba na comunidade latino-americana, de uma forma ou de outra. A questão cubana é, portanto, suscetível de se tornar uma questão altamente controversa para a comunidade interamericana no futuro, e talvez possa até levar ao isolamento virtual de Washington em grande parte do Hemisfério. Em segundo lugar, e mais importante, quanto mais Washington demorar a reconsiderar a sua política em relação a Cuba, menor será a probabilidade de Castro manter influência suficiente para dissuadir uma maior penetração soviética. Em última análise, portanto, os Estados Unidos irão provavelmente lidar com um regime fidelista ou com um regime mais soviético. Embora a primeira pareça preferível, seremos provavelmente confrontados com a segunda, a menos que estejamos dispostos a pagar algum preço num futuro próximo para reforçar, em vez de enfraquecer, a posição de Castro face aos soviéticos.

4. Testando a liderança cubana

Tal manobra dos Estados Unidos não é sem precedentes e, de fato, é inteiramente consistente com a política de contenção soviética de longa data. Washington transformou a situação iugoslava em vantagem para os EUA, estendendo a ajuda a Tito após a sua ruptura com Estaline em 1948. E hoje, a administração Nixon não só procura desenvolver laços com a China comunista, mas também evitar um colapso nas relações com o Chile socialista que poderia levar a uma maior penetração soviética no Hemisfério Ocidental.

Se o próprio Castro poderá ser persuadido a mudar a sua posição em relação aos Estados Unidos permanece, evidentemente, uma questão em aberto. Pode depender de ele ainda conseguir afirmar a sua independência, dado o crescente domínio de Moscou sobre a ilha. Mas a questão é que os Estados Unidos não ofereceram a Fidel nem a elementos menos intratáveis do seu regime muita margem de manobra em termos de exploração de novas opções para Cuba. Em vez disso, a posição dos EUA tendeu a confirmar a posição fidelista de que Cuba deve capitular perante o Colosso ou alinhar-se totalmente com a União Soviética. Ao tentar privar Cuba de mercados e fontes de abastecimento alternativos, e ao procurar

impedir a normalização das relações entre Cuba e os estados latino-americanos individuais, serviu também para reforçar o comportamento de Castro em linhas questionáveis, se não autodestrutivas.

Uma política mais flexível em relação a Cuba necessitaria, portanto, de clarificar as alternativas disponíveis ao regime de Castro e as intenções dos Estados Unidos em relação à Revolução Cubana. A este respeito, a relação EUA-Cuba já não precisa de ser concebida por nenhuma das partes como um jogo de soma zero, em que um lado só pode ganhar à custa do outro. É certo que muitos líderes cubanos ainda partilham a suposição de Castro de que qualquer diminuição dos laços cubano-soviéticos não só constituiria uma inaceitável “reversão de alianças”, mas também deixaria Havana extremamente vulnerável aos renovados esforços dos EUA para eliminar o atual regime.

Tal suposição pode agora ser inválida, no entanto. As alternativas de Havana não são mutuamente exclusivas, nas quais Cuba deva tornar-se um satélite da União Soviética ou voltar a ser cliente dos Estados Unidos. Tanto Cuba como os Estados Unidos podem ganhar com uma situação em que Havana mantém a sua “tábua de salvação” política, econômica e militar com o bloco soviético, mas recupera alguma medida de independência do controle soviético – por exemplo, alargando os laços de Cuba com a Europa Ocidental e o Japão, o terceiro mundo não comunista e a América Latina. E mesmo que uma relação adversária permanecesse sob tais condições, seria, no entanto, menos prejudicial do que atualmente.

Em última análise, muito poderá depender da forma como os Estados Unidos sinalizam a sua disponibilidade para trabalhar no sentido de uma acomodação limitada que minimize os custos para ambos os lados. Washington poderia começar no plano simbólico, tal como a administração Nixon confirmou publicamente a sua posição a Pequim por meio do uso do termo “República Popular da China”. Ao mudar a sua posição pública, os Estados Unidos poderão eventualmente conseguir indicar à liderança cubana que o “colosso do norte” não procura o regresso de Cuba ao seu antigo estatuto de cliente, mas apenas a sua fuga de uma influência soviética cada vez

maior. Mais criticamente, tal postura teria de transmitir um compromisso de que os Estados Unidos se absteriam de tentar depor um regime cubano mais vulnerável que procura limitar – e muito menos romper – a sua associação protetora com Moscou.

Simultaneamente, os Estados Unidos precisariam verificar as suas intenções e de fornecer a Havana os incentivos para modificar a política cubana. Para este fim, Washington poderia começar total ou parcialmente por aliviar o embargo comercial dos EUA, levantando a proibição dos americanos de viajar para Cuba, permitindo a participação oficial cubana em conferências especializadas e eventos desportivos realizados nos Estados Unidos, eliminando as objeções dos EUA ao oeste europeu de comercializar com Cuba e relaxar a oposição dos EUA de normalização das relações entre a América Latina e Cuba. No mínimo, uma tal mudança política serviria como um meio para testar a prontidão de Castro para diminuir os objetivos revolucionários de Cuba no Hemisfério e para resolver questões como o sequestro de aviões comerciais. No máximo, poderia proporcionar incentivos adicionais e necessários para que Cuba resistisse a uma maior penetração militar e política soviética. A resposta de Havana à iniciativa dos EUA poderia então fornecer uma base para determinar se novas tentativas para melhorar as relações são adequadas. ●

Edward Gonzalez

Publicado no dia 1º de julho de 1972

[i] Philip W. Bonsai, "Cuba, Castro e os Estados Unidos." Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 1971.

[ii] Dwight D. Eisenhower, "Os anos da Casa Branca: Travando a paz 1956-1960." Cidade Jardim: Doubleday, 1965, p. 521, 524.

[iii] Carlos Rafael Rodriguez, "Un esclarecimiento necesario", Hoy, 15 de abril de 1959.

[iv] Carta de Felipe Pazos, 23 de março de 1963. Pazos serviu como presidente do Banco Nacional de Cuba até novembro de 1959, e nessa qualidade acompanhou Castro a Washington no mês de abril anterior.

[v] Tendo ficado "profundamente enojado com a perseguição assassina aos seus antigos oponentes", o presidente Eisenhower recusou-se a encontrar-se com Castro durante a sua visita de abril de 1959. Veja Eisenhower, op. cit., pág. 532. Após a sua conferência com Castro, o vice-presidente Nixon concluiu que ele era "ou incrivelmente ingênuo em relação ao comunismo ou sob a disciplina comunista" e recomendou que os Estados Unidos "tratassem com ele em conformidade". Veja Richard M. Nixon, "Seis Crises" (Garden City: Doubleday, 1962), p. 351-352.

[vi] O retorno de Castro ao rebanho soviético foi sinalizado por seu endosso qualificado à ocupação da Tchecoslováquia pelo Pacto de Varsóvia em agosto de 1968. Para uma discussão mais completa dos desenvolvimentos cubano-soviéticos ao longo de 1970, consulte o autor "Relacionamento com a União Soviética", em Carmelo Mesa-Lago (ed.), "Mudança Revolucionária em Cuba" (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1971).

Cuba na década de 1980

Jorge Domínguez



Um homem conserta um carro antigo em uma rua de Havana, Cuba.

Cuba está num ponto de virada. O presidente Fidel Castro tem usado o seu poder com ousadia durante os últimos dois anos para remodelar os assuntos internos de acordo com linhas não vistas desde o final da década de 1960. Em vez de delegar autoridade a subordinados poderosos, como fazia desde o início da década de 1970, ele recentralizou-a. Em vez de liberar a economia, reverteu várias políticas dependentes do mercado da última década. E em vez de sublinhar objetivos políticos pragmáticos, tem enfatizado novamente a necessidade de seguir o caminho ideológico “correto” na construção do socialismo.

Apesar destas mudanças internas, a política externa cubana manteve-se no rumo certo. O que Cuba faz e o que acontece em Cuba é importante porque o seu governo tem sido “o rato que rugiu” nos assuntos mundiais. Cuba destacou pessoal no estrangeiro, em três dezenas de países, desde o Afeganistão ao Zimbábue. Em nada menos que uma dúzia deles, incluindo “pontos críticos mundiais” como a Nicarágua, a Etiópia e o Iêmen do Sul, há também uma presença militar cubana. Nada menos que 30.000 soldados cubanos apoiam o governo angolano.

O elevado perfil de Cuba deve-se tanto ao forte apoio da União Soviética como ao seu próprio estilo de liderança assertivo. Cuba é, simultaneamente, o aliado mais eficaz da União Soviética no Terceiro Mundo e um membro proeminente (sendo Castro um antigo presidente) do Movimento Não Alinhado. Cuba participa na política latino-americana e é membro de pleno direito do Conselho de Assistência Econômica Mútua, que vincula a União Soviética aos seus parceiros. E, claro, Cuba e os Estados Unidos são vizinhos; esta proximidade também contribui para a importância da ilha.

No final de 1984, o presidente Castro olhou em volta e não gostou do que viu em casa. Ele iniciou uma reorganização dos assuntos internos, demitindo muitos líderes governamentais e partidários de várias organizações e facções. As três principais mudanças foram as demissões do ministro do Interior, Ramiro Valdés, em 1985; o presidente do Conselho Central de Planejamento, Humberto Pérez; e o secretário de ideologia do partido, Antonio Pérez Herrero. Um tema comum destas demissões é que o trabalho dos funcionários, embora em alguns aspectos bem-sucedido, desagradou ao presidente Castro, tal como a sua visível demonstração de autonomia na tomada de decisões.

Antes de sua destituição, Ramiro Valdés era considerado o terceiro na hierarquia cubana, depois do irmão de Castro, Raúl. (Raúl, que chefia as forças armadas, é o sucessor designado de Fidel.) Valdés, comandante da revolução desde a guerra contra o governo de Fulgencio Batista na década de 1950, trabalhou para consolidar o poder do novo governo após a vitória em 1959 e durante a crítica década de 1960. Recorreu a todos os meios, incluindo a repressão de qualquer oposição, a prisão generalizada de dissidentes e o amplo recurso à pena de morte. Quando ele deixou o poder no final da década, a contrarrevolução tinha sido esmagada. Regressou como ministro do Interior no final de 1979 para abafar o descontentamento que se tornou evidente para o mundo em 1980, quando mais de 125 mil cubanos partiram do porto de Mariel para os Estados Unidos. Novamente ele conseguiu. A demissão de Valdés em dezembro de 1985, anunciada em tom curto e frio, pode ter resultado de alegações de corrupção e abuso de poder contra ele. Valdés também foi acusado de não ter conseguido travar uma onda de crimes comuns, e pode ter-se oposto a algumas das tendências liberalizantes que não foram revertidas, tais como atitudes sociais e religiosas mais permissivas e uma abertura a influências não comunistas. No Terceiro Congresso do Partido Comunista Cubano, em fevereiro de 1986, Valdés foi retirado do Politburo, o que completou sua queda do poder.

Humberto Pérez foi o arquiteto da recuperação econômica de Cuba durante a última década. Para compreender o seu feito, recordemos

as circunstâncias de Cuba na década de 1960. Esta economia alegadamente planificada centralmente não tinha um plano quinquenal até 1976. No final da década de 1960, não tinha qualquer tipo de plano, nem orçamento, nem auditoria, nem mesmo estatísticas financeiras para determinar os custos. Os sindicatos estavam moribundos e esperava-se que os trabalhadores fizessem horas extras sem remuneração. Os salários eram pagos com pouca consideração pelo esforço, qualidade ou dificuldades.

Pérez conseguiu fazer alguns progressos; a economia recuperou-se do colapso da década de 1960. Resistiu mesmo aos preços muito mais baixos do açúcar (a mercadoria que ainda representa pelo menos três quartos das receitas de exportação cubanas) que têm sido típicos desde 1975. Chegou mesmo a crescer um pouco no início da década de 1980, resistindo à tempestade econômica que devastou a maior parte da América Latina. Os padrões de vida aumentaram. Cuba pode ser um dos poucos países onde a aplicação dos procedimentos econômicos soviéticos, incluindo alguns mecanismos de mercado modificados, aumentou a produção e até a eficiência.

Mas Pérez não realizou os milagres que dele se esperavam; a economia cubana continua problemática e dependente da ajuda externa. Ele foi demitido em julho de 1985 porque os resultados não foram bons o suficiente. Havia uma disciplina planejada insuficientemente e uma dependência excessiva do mercado, e as suas políticas no final de 1984 pareciam ter levado a sérios problemas de balança de pagamentos. O novo alto funcionário para a economia, Osmani Cienfuegos, obteve uma pontuação elevada em lealdade aos irmãos Castro e em competências organizacionais, mas a sua principal experiência foi a formação de insurgentes para revoluções ultramarinas no final da década de 1960.

Antonio Pérez Herrero tentou criar um verdadeiro partido comunista. Para compreender a magnitude da sua tarefa também é necessário olhar para trás, para a década de 1960, quando o Estado alegadamente marxista-leninista mal tinha um partido comunista funcional. Nenhum congresso do partido foi realizado até 1975; o Comitê Central raramente se reunia. Esse regime presumivelmente

democrático tinha uma constituição improvisada, não tinha eleições nacionais nem assembleias legislativas. Pérez Herrero não era um democrata, mas procurou aplicar sistematicamente o marxismo-leninismo para governar Cuba. Sua demissão em 1985 foi a primeira desde 1968 que vinculou publicamente a saída de um funcionário do partido a uma disputa política – no caso dele, a nova e efêmera abertura em relação aos Estados Unidos, e a nova abertura em relação à Igreja Católica Romana, que ainda está em andamento. Ele se opôs a ambas as propostas.

Como forma de infundir uma nova liderança no topo, no Congresso do Terceiro Partido, em fevereiro de 1986, quase metade dos membros suplentes do Comitê Central foram eliminados, tal como 37 por cento dos seus membros titulares. Pela primeira vez desde a criação do Politburo em 1965, houve uma grande mudança na sua composição, incluindo a saída de dois comandantes da revolução. Foram também “inovações”: o novo ministro do Interior (General de Divisão José Abrantes) não é membro do Politburo; nenhum oficial da Marinha é membro titular do Comitê Central; e um homem negro que não fazia parte da coligação revolucionária original, Esteban Lazo, entrou no Politburo. Além disso, tanto a proporção como o número absoluto de membros militares do Comitê Central caíram para os níveis mais baixos, a fim de afirmar mais claramente o poder das elites partidárias civis.

Este não foi, no entanto, um expurgo sangrento ou cruel. Ninguém que foi retirado do cargo de membro ou suplente do Politburo foi convidado a deixar o Comitê Central. Nenhuma facção foi esmagada, nenhuma disputa política abrangente surgiu. O recrutamento também foi racional. A promoção aos órgãos superiores recompensou os bons desempenhos e seguiu os canais hierárquicos apropriados. Ninguém foi promovido ao Politburo que não tivesse sido pelo menos suplente do Comitê Central. Muitas nomeações para substituir ministros ou dirigentes partidários demitidos foram promoções de pessoas com experiência. Em suma, a mudança foi radical, mas não imprudente.

II

O que deu tão errado que exigiu tantas mudanças? As críticas de Castro sublinham a falta de eficiência econômica (apesar do crescimento) e de disciplina, e a demasiada confiança nos métodos de mercado. Ele culpou os altos funcionários por essas falhas substanciais e ideológicas. Castro parece motivado por fatores ideológicos, políticos e econômicos. As suas soluções são, aparentemente, recentralizar a autoridade de tomada de decisões econômicas como um meio de alcançar a eficiência, e voltar a enfatizar os valores socialistas e revolucionários como um meio de motivar as pessoas. Ambas as soluções foram tentadas e falharam em Cuba na década de 1960, mas Castro parece determinado, no entanto, a experimentá-las novamente. Ele acredita que o regime é hoje mais maduro ideologicamente e mais bem-organizado e, portanto, capaz de atingir estes objetivos sem os custos incorridos na década de 1960. Eu acho que ele está errado.

Como resultado da crítica de Castro, as mudanças de pessoal foram mais drásticas nos setores com mau desempenho. Os militares que perderam assentos no Comitê Central eram principalmente do Ministério do Interior e da Marinha; o primeiro foi responsabilizado pelos abusos, pela corrupção e pela sua incapacidade de travar uma onda de crimes em 1985, e o segundo pela sua grave desordem. Da mesma forma, o general do Ministério do Interior encarregado da inteligência de Granada foi retirado do Comitê Central; Cuba tinha estado no escuro sobre muitas mudanças que levaram o governo granadino a cometer suicídio em 1983, preparando o terreno para a intervenção dos EUA e das Caraíbas de língua inglesa.

Fidel Castro criticou (em geral com precisão) o desempenho do seu governo no seu relatório ao Terceiro Congresso do Partido, explicando assim a demissão de muitos membros da sua equipe econômica. Ele observou “a ausência de um planejamento nacional abrangente para o desenvolvimento econômico”. O orçamento, disse ele, “continuou a ser ineficaz. Em vez de regular os gastos, na verdade, promoveu-os juntamente com o consumo social impróprio”. Ele questionou a confiabilidade das estatísticas do governo. Criticou a má utilização do financiamento externo para

projetos que "nem sempre foram realizados com a abordagem racional e disciplinada" necessária. Ele acusou a indústria: "Ainda enfrentamos deficiências técnicas e organizacionais na produção, incapacidade de fazer o melhor uso da assistência técnica estrangeira, falta de disciplina técnica e precisão na reparação e manutenção industrial". Lamentou que "há sérios problemas de serviço em Havana, particularmente na manutenção de habitações, instalações públicas e transportes públicos" (há pouca propriedade de automóveis privados). Havana também sofreu, disse ele, com o abastecimento de água "inadequado" e com "sérios problemas com o serviço telefônico". Ele criticou a educação, o orgulho da revolução: "Algumas turmas ainda são medíocres ou pobres... [e] alguns alunos são promovidos sem terem adquirido o conhecimento necessário".

Na verdade, ele reclamava de tudo, exceto do seu próprio desempenho. Nascido em 1926, Castro parece saudável, capaz e pronto para governar Cuba até o próximo século. Extremamente confiante como sempre, consciente de que ainda conta com o apoio e o carinho de muitos cubanos, astuto e politicamente eficaz, ele ainda domina a vida nacional de Cuba. Um dos líderes mais experientes do mundo, com uma memória prodigiosa, é um orador poderoso e incansável, além de sedutoramente persuasivo nas conversas. Ele ainda presta atenção detalhada à genética animal, aos textos do ensino fundamental e à qualidade dos times de beisebol. Castro pode ser encantador, ou implacável se for necessário, mas o seu estilo de governar passou a basear-se mais em ouvir, escolher e mediar do que em gritar, iniciar ou impor. E, no entanto, ele é, acima de tudo, responsável pelos problemas do seu governo.

Embora Castro tenha criticado acertadamente o desempenho dos seus deputados, a culpa é dele, na medida em que as falhas foram na concepção e não na implantação. Promoveu despesas militares e sociais que ultrapassaram o orçamento. Ele exigiu metas inviáveis nos planos nacionais. Promoveu os interesses do campo à custa de Havana. E ele está pessoalmente desorganizado na gestão do governo. Além disso, Castro é certamente responsável pela direção

arriscada que tem tomado o país nos últimos dois anos.

III

Há um espectro que assombra Cuba. É o espectro do capitalismo. Impede o controle político da economia por parte de Fidel Castro. Ameaça as suas crenças ideológicas fundamentais e radicais. Para protegê-los, lançou novas políticas para redescobrir as “raízes revolucionárias” do regime. No Congresso do Terceiro Partido, ele deu vazão à sua raiva. O sistema de gestão (emprestado da União Soviética) “poderia tornar-se uma farsa completa, no que diz respeito à eficiência empresarial, se tentarmos alcançar a rentabilidade empresarial por meio do aumento do preço dos produtos, da construção e dos serviços produtivos”. Na verdade, disse ele, “os preços de manutenção, construção e transporte... são escandalosamente elevados”. E concluiu: “Acredito que ainda temos muito que aprender no campo da eficiência, e tornar-se aprendiz de feiteiro, ou seja, aprendiz de capitalista, não é a solução”. Ao contrário da União Soviética, da maior parte da Europa Oriental e, certamente, da China, Cuba pode ser o primeiro regime comunista no final da década de 1980 a afastar-se dos mecanismos de mercado, a fim de melhorar a produção e a eficiência.

Na década de 1970, o governo autorizou a contratação privada de serviços, como consertos de encanamentos. Essa mudança foi popular e bem-sucedida. Desde que os trabalhadores cumprissem as suas obrigações para com os empregadores das empresas estatais, poderiam contratar serviços privados para trabalhar à noite ou nos fins de semana. As empresas estatais foram incompetentes e lentas em satisfazer as necessidades dos clientes. Em 1986, porém, Castro alertou que “algumas pessoas confundiram trabalho autônomo com capitalismo”. Além disso, nas artes plásticas, onde as altas taxas estimulam a produção artística e recompensam a qualidade, Castro disse que “há quem pinta e vende quadros ou faz trabalhos de decoração, principalmente para órgãos estatais, que chegam a ganhar mais de 200 mil pesos por ano”. Para ele, isso “mostrou que alguns funcionários do Estado são irresponsáveis”. Uma nova comissão foi nomeada para mudar esta e talvez outras políticas culturais.

Num discurso de abril de 1986, Castro acusou que "alguns dos nossos chefes empresariais também se tornaram empresários do tipo capitalista". (O jornal oficial informou de forma ambígua que houve aplausos.) Castro continuou: "A primeira coisa que um quadro socialista, um revolucionário, um comunista deve perguntar-se não é se a sua empresa está a ganhar mais dinheiro, mas como é que o país ganha mais." Ele criticou os gestores "que querem que suas empresas sejam lucrativas aumentando os preços e distribuindo bônus cobrando o planeta por qualquer coisa". Ele citou o exemplo dos elevadores reforçados com chapas de aço inoxidável instalados no hospital Hermanos Ameijeras. No início, disse ele, admirou a elevada qualidade do trabalho, mas recuou quando soube dos elevados preços que uma agência estatal cobrava de outra pelo trabalho.

Castro poderia ter admirado o trabalho e reconhecido que foi bem feito porque o sistema de gestão estava funcionando conforme planejado. As empresas foram instadas a mostrar a sua eficiência tornando-se lucrativas; eles poderiam reter parte dos seus lucros e declarar um bônus para trabalhadores e gestores. Em troca, esperava-se que a qualidade do trabalho fosse melhor. O exemplo do hospital mostrou como o desempenho e a rentabilidade melhoraram. Castro questionava o sucesso das políticas do seu governo.

Algumas das políticas de reforma de Castro são semelhantes às de Mikhail Gorbachev na União Soviética. Em 1985, o governo cubano lançou uma campanha contra funcionários corruptos e incompetentes. O governo também tomou medidas contra qualquer pessoa que esteja "desviando recursos" para uso privado "graças aos seus amigos e contatos". Outra política ao estilo de Gorbachev ordenava que os bares não servissem cerveja antes das 15h para não atrapalhar o trabalho ou os vizinhos durante o dia. Mas as novas políticas de Castro vão além disto e questionam os próprios mecanismos de incentivos materiais. "Embora reconheçamos que há espaço para bônus no socialismo", advertiu ele, "se se falar demasiadamente em bônus, estaremos corrompendo os trabalhadores". Em vez de dinheiro, "não há apelo à obrigação dos

trabalhadores? Não há apelo ao dever dos jovens, dizendo-lhes que este é um país subdesenvolvido que precisa de se desenvolver, que não pode ser na base de oferecer torta no céu?"

Para acabar com a maldição do mercado, em maio de 1986 o governo proibiu os mercados livres de camponeses. Foram legalizados no início de 1980, seguindo o exemplo de outros países comunistas. Todos aqueles que cultivavam culturas podiam vender livremente nestes mercados, sem controle de preços, quaisquer excedentes remanescentes após terem sido cumpridos os compromissos do plano nacional com as agências estatais. Esta medida recompensou os camponeses, aumentou a produção de culturas alimentares e melhorou o abastecimento nas cidades. Mas Castro ficou indignado com o surgimento de intermediários e com a nova riqueza que estas políticas tornaram possível. Em meados de 1986, o governo também alterou a sua lei de habitação de 1985 para proibir a venda privada de casas. A lei promoveu a aquisição de casa própria, mas alguns pensaram que isso significava que poderiam vender as suas casas ou aquelas que construíram como desejassem.

Tais meios de mercado, disse Castro ao Ministério do Interior no seu 25º aniversário, refletiam tendências "burguesas liberais" inaceitáveis. Em vez disso, "o socialismo deve ser construído por meio do trabalho político". Esses "mecanismos de mercado apenas constroem o capitalismo". As glórias da revolução, disse ele, "não se baseavam no dinheiro", mas "em conceitos, em ideias, em princípios, e baseadas em certos valores morais que as pessoas valorizam".

Os apelos ao patriotismo, aos valores socialistas ou ao compromisso de construir uma sociedade revolucionária são um recurso esgotável. As pessoas podem cansar-se com o passar do tempo ou podem tornar-se céticas quanto a serem chamadas a realizar milagres novamente. No final da década de 1960, Cuba procurou construir uma sociedade melhor baseada em valores mais elevados e criar um "novo homem", motivado pela consciência política, e não pelo "dinheiro maligno". Naqueles anos, o governo fechou os bares, determinou o comprimento certo das saias das mulheres, enviou homossexuais para "reabilitação", para campos de trabalhos

forçados, apelou aos trabalhadores para fazerem horas extraordinárias sem remuneração e desdenhou o uso de incentivos financeiros. Esses esforços falharam. Com eufemismo, os cubanos referem-se a esses tempos como os “anos difíceis”. Irão os cubanos no final da década de 1980 trabalhar por valores superiores ao interesse próprio? Castro disse que não está a lançar uma revolução cultural, mas é isso que as pessoas temem. Ele e seu governo parecem estar retrocedendo.

Nas discussões que tive em Cuba em junho de 1986, muitas pessoas profundamente empenhadas na revolução disseram que o encerramento dos mercados camponeses livres foi um erro. O governo, disseram, poderia ter adotado medidas intermediárias, tais como uma melhor política fiscal e de auditoria, ou o uso normal dos poderes policiais contra o crime. Em vez disso, a política oscilou de mercados não regulamentados para mercado algum. Abaixo disso, eles tinham uma preocupação mais séria. A tendência para a utilização de alguns meios de mercado (promovida por Humberto Pérez) fazia parte das políticas desde o início da década de 1970. A explicação de Castro sobre as mudanças recentes parecia anunciar um renovado fanatismo ideológico para alterar o que pareciam ser as “regras do jogo” durante mais de uma década. Esse medo criou uma ansiedade ainda maior.

Houve relatos de funcionários excessivamente zelosos que ordenaram a demolição de casas construídas sem autorização do Estado, deixando pessoas desabrigadas. Na província nortenha de Holguín, 17 famílias camponesas foram despejadas e as suas casas destruídas. Eles apelaram ao bispo católico romano local, que os protegeu de maiores danos. Os cidadãos da cidade reuniram-se em frente aos escritórios do partido para protestar. As mães jogaram fora os emblemas dos filhos do Sindicato dos Jovens Pioneiros e pisaram neles. Alguns perguntaram como os despejos do regime de Batista diferiam destes. Outros funcionários eventualmente entrevistaram e prometeram construir novas habitações, dando abrigo temporário àqueles que perderam as suas casas.

Os novos valores anticapitalistas têm uma contrapartida na organização econômica. Também a partir do final de 1984, quando

o poder de Humberto Pérez diminuiu acentuadamente, a tomada de decisões econômicas tornou-se cada vez mais centralizada. Os cubanos relatam que os principais líderes às vezes decidem detalhes simples que foram delegados em anos anteriores a empresas estatais. A alternativa preferida destes líderes ao uso moderado e bem-sucedido dos meios de mercado por Cuba é a ideologia e a centralização ou, como eles poderiam dizer, o apelo a uma melhor disciplina, sacrifício e organização para construir uma nova sociedade com novos e melhores cidadãos que respondam às exigências da visão da revolução. No passado, esta “visão” levou ao colapso econômico.

Estas críticas que ouvi em Cuba (com as quais concordo) não poderiam ter sido registradas se as pessoas não estivessem dispostas a discuti-las. Não detectei medo. Muitos sublinharam a sua lealdade à revolução e disseram-me que a criticaram como um sinal da sua fé na sua capacidade de superar o erro. Salientaram, também, que existiam políticas partidárias para tolerar e promover tais críticas como forma de retificar erros. Nem um bispo católico romano teria ousado intervir contra as autoridades se não tivesse havido uma mudança nas relações Igreja-Estado. Mas será que o novo caminho para a virtude continuaria a tolerar divergências? A história do governo oferece poucas garantias: a sua busca passada por uma utopia socialista desencadeou uma repressão arbitrária e implacável.

IV

Na opinião da liderança cubana, o regime deve reconstruir as suas bases ideológicas, políticas e econômicas para melhor cumprir os seus compromissos e resistir às pressões externas. Na pendência de mudanças internas, contudo, Cuba precisa de tempo e espaço para manobrar internacionalmente, a fim de implantar as novas políticas. Paradoxalmente, então, a radicalização interna em curso exige pelo menos uma moderação temporária da política externa.

No final de 1984, o presidente Castro também olhou para o estrangeiro e não gostou muito do que viu. Para ganhar algum espaço político, ele decidiu tentar melhorar as relações com os

Estados Unidos. As perspectivas de melhoria em relação à América Central eram fracas. Em vez disso, voltou-se para questões bilaterais e para a África Austral. Desde 1975, as tropas cubanas estavam em Angola. Em 1976, pensaram que tinham ganhado a guerra, mas ela ainda não terminou. As forças cubanas estão em Angola há mais tempo do que as forças de combate terrestre dos EUA no Vietnã, com uma percentagem mais elevada da população de Cuba destacada como tropas para lá do que os Estados Unidos tinham destacado no auge da sua guerra no Vietnã.

Pela primeira vez, no final de 1984, o governo de Angola, com o apoio de Cuba, apresentou uma proposta que aceitava a "ligação" entre uma retirada faseada das tropas cubanas de Angola e a independência da Namíbia. Permaneceram sérias diferenças entre esta proposta e as preferências dos EUA e da África do Sul relativamente ao momento e à simultaneidade das mudanças e à dimensão da presença residual de tropas cubanas; Angola e Cuba propuseram enviar 20 mil soldados de volta a Cuba, mas manter 10 mil soldados cubanos no norte de Angola para proteger Luanda e o enclave petrolífero de Cabinda. Mas finalmente apareceu uma saída para a guerra por meio da diplomacia. A diplomacia paciente da administração Reagan também merecia muito crédito.

Essas perspectivas mudaram rapidamente, no entanto. Em julho de 1985, as pressões nos Estados Unidos levaram o Congresso, a pedido do presidente Reagan, a revogar a Emenda Clark, que proibia o apoio dos EUA às insurgências em Angola. No final de 1985, o governo dos EUA começou a ajudar os rebeldes da UNITA de Jonas Savimbi na sua luta contra o governo angolano; Cuba e a União Soviética também aumentaram a sua ajuda ao governo de Luanda. As possibilidades de paz negociada ou de melhoria das relações dos EUA com Angola e Cuba diminuíram.

Cuba também procurou melhorar as relações bilaterais com os Estados Unidos. Em dezembro de 1984, Cuba concordou em aceitar o regresso de todos aqueles que tinham ido para os Estados Unidos no barco Mariel de 1980 e que os Estados Unidos tinham determinado que eram excluídos ao abrigo das suas leis de imigração. Por sua vez, os Estados Unidos concordaram que até 20

mil cubanos poderiam emigrar todos os anos, o número normal para a maioria dos países. Os Estados Unidos também aceitariam imediatamente como refugiados cerca de 3.000 ex-prisioneiros políticos libertados por Cuba. Este acordo foi um sucesso para o governo dos EUA. Enviaria de volta milhares de cubanos para as prisões dos EUA, incluindo muitos que nunca tinham cometido um crime. A aceitação dos emigrantes cubanos pelos EUA não era uma concessão, mas um dos seus objetivos: a emigração normal dissuadiria uma "segunda Mariel" e também serviria os valores do reagrupamento familiar na lei de imigração dos EUA.

Embora Cuba tenha procurado facilitar a saída dos opositores do regime, uma política que tem seguido frequentemente (mas nem sempre), o seu principal interesse no acordo era político. A administração Reagan reconheceu a igualdade soberana de Cuba. Pelo menos um aspecto das relações entre EUA e Cuba foi "normalizado". Além disso, os Estados Unidos concordaram em distinguir os imigrantes dos refugiados. Apenas uma minoria dos cubanos que viriam seria categorizada como refugiados; a maioria seriam imigrantes normais. Assim, o governo dos EUA certificou que não tinha "um medo fundado de perseguição" ao "fugir do comunismo". Como resultado do acordo, o governo dos EUA teve de argumentar num tribunal federal dos EUA que o governo cubano protegeria os direitos humanos dos excluídos prestes a serem devolvidos e que nenhum juiz federal deveria impedir a sua partida.

A administração Reagan dissociou a estratégia da ideologia. Fez com que Cuba abordasse a agenda de imigração dos EUA e concordasse com a maioria dos objetivos dos EUA. Em troca, Cuba recebeu símbolos: esta administração, a mais anticomunista, tinha feito um acordo com o governo de Castro. Não durou muito, entretanto. Em 20 de maio de 1985, o programa Rádio Martí da Voz da América foi ao ar para contar aos cubanos sobre seu governo. Um furioso governo cubano suspendeu o acordo de migração; também suspendeu as visitas a Cuba de cubano-americanos iniciadas no final da década de 1970. Mas, um ano depois, o governo cubano permitiu novamente visitas de cubano-americanos. Além disso, sentindo que a Rádio Martí era bastante ineficaz, Cuba sinalizou a

sua vontade de aceitar as emissões como um fato e de restabelecer o acordo migratório. Os novos problemas econômicos de Cuba, o descontentamento político e o aumento da criminalidade comum lembraram ao seu governo que a emigração poderia ser uma válvula de escape. A procura de Cuba por concessões dos EUA que correspondessem à sua própria mudança, contudo, chegou a um impasse no verão de 1986: Cuba exigia demasiado, os Estados Unidos estavam dispostos a conceder muito pouco. Um dos resultados é que as pressões que levaram ao êxodo de Mariel em 1980 estão a aumentar novamente em Cuba.

As relações entre os EUA e Cuba podem ter melhorado como resultado dos avanços na África Austral e da migração. Isso não aconteceu. Enfrentando o sétimo presidente dos EUA que tentou, sem sucesso, enfraquecer o seu regime desde que levou os seus camaradas ao poder em janeiro de 1959, o presidente Castro começou a olhar para os anos pós-Reagan e para as relações com outros governos para fortalecer a estatura internacional geral de Cuba.

V

As vitórias revolucionárias em Granada e na Nicarágua em 1979 garantiram a Cuba que a tocha da revolução iluminava o caminho para o futuro nas Américas. Mas também assustaram muitas pessoas nos Estados Unidos e em outros lugares. Grande parte do Caribe de língua inglesa juntou-se aos Estados Unidos para derrubar o governo de Granada em 1983. Embora o governo sandinista mantivesse mais apoio na América Latina contra os esforços dos EUA para derrubá-lo do que Granada, o entusiasmo inicial da América Latina pelos sandinistas havia diminuído em meados da década de 1980. O apoio cubano à insurreição salvadorenha em 1980 e no início de 1981, que incluiu fornecimentos militares, confirmou os piores receios dos seus adversários. Cuba parecia ter regressado ao seu *slogan* dos anos 1960: “É dever dos revolucionários fazer a revolução” em todo o lado.

Anteriormente, durante a década de 1970, Cuba tinha rompido o

seu isolamento, promovido pelos Estados Unidos e formalizado nas sanções coletivas impostas pela Organização dos Estados Americanos em 1964. Essas sanções foram levantadas em 1975, em parte porque Cuba se recusou a apoiar insurgências nas Américas; no final da década, Cuba mantinha boas relações com a maioria dos governos do hemisfério. Em 1979-80, no entanto, entre novos receios de sucessos revolucionários, incidentes graves, especialmente em várias embaixadas em Havana (incluindo a corrida de milhares de pessoas à embaixada do Peru e a sua posterior saída de Cuba), colocaram Cuba em conflito com a Costa Rica, o Equador, Peru e Venezuela. A Colômbia rompeu relações com Cuba devido ao apoio deste último aos guerrilheiros M-19. Por iniciativa da Argentina, as relações comerciais cubano-argentinas murcharam. Além disso, a força aérea de Cuba afundou por engano um barco da guarda costeira das Bahamas (Cuba mais tarde pediu desculpas e pagou uma indenização). As eleições em Santa Lúcia, Dominica e Jamaica levaram ao poder governos mais hostis a Cuba. No início de 1981, a política de Cuba na América Latina e nas Caraíbas estava em ruínas.

Desde 1981, o governo dos EUA intensificou os esforços para isolar Cuba. Entre outras coisas, aplicou sanções a empresas de terceiros países que importam níquel cubano e o incorporam em produtos exportados para os Estados Unidos; reimpôs a proibição de viagens turísticas dos EUA a Cuba; proibiu as viagens de estudiosos cubanos aos Estados Unidos; e tem procurado desacreditar Cuba perante governos e bancos que detêm dívida cubana.

Assim, a política externa cubana teve de se tornar mais moderada para ser eficaz. Apesar dos esforços dos EUA, Cuba reconstruiu as suas relações com muitos países latino-americanos (embora não com as Caraíbas de língua inglesa). Enfatizou as relações entre governos e não o apoio à revolução. A Argentina tornou-se seu principal parceiro comercial nas Américas. Em 1985, o presidente conservador do Equador, León Febres Cordero, tornou-se o primeiro chefe de Estado latino-americano a visitar Havana desde 1960. Cuba distanciou-se um pouco das insurreições na Colômbia e no Peru e absteve-se de novas entregas de armas de grande porte às

REFLEXÕES XLIV

guerrilhas salvadorenhas. As relações melhoraram com a Colômbia, Costa Rica, Peru e Venezuela. Em 1985-86, foram restabelecidos com Brasil e Uruguai. Eles continuam bem com o Panamá e o México. O presidente Castro manifestou publicamente uma esperança privada de muitos latino-americanos: que a dívida externa seja cancelada (embora Cuba continue a honrar a sua própria dívida para com os bancos ocidentais).

Cuba apoia o governo da Nicarágua. Milhares de conselheiros civis e militares cubanos trabalharam na Nicarágua durante a década de 1980. Tal como anteriormente em Granada, muitos civis cubanos na Nicarágua são reservistas militares; Cuba aprendeu com a sua experiência granadina a enviar reservistas mais jovens e mais bem-treinados para a Nicarágua, que podem lutar melhor contra as tropas dos EUA, caso estas ataquem. Cuba também disse, no entanto, que não reforçaria as suas forças na Nicarágua se os Estados Unidos atacassem, porque seria inviável e demasiado perigoso. Cuba apoiou o processo Contadora porque um acordo consolidaria o domínio sandinista. Cuba também apoia um acordo negociado em El Salvador porque acredita que nenhum dos lados pode vencer a guerra e que as negociações poderão trazer mais poder aos revolucionários do que estes poderiam obter pela força das armas.

VI

Nenhum outro país com a dimensão de Cuba, e poucos com mais recursos, se compara ao âmbito mundial da política externa de Cuba. Sendo um ator importante nos assuntos internacionais da África, as tropas cubanas em Angola estão perto das linhas da frente que a África do Sul enfrenta. As tropas cubanas trabalharam com os soviéticos para ajudar a Etiópia a derrotar a invasão somali em 1977-78; tendo vencido, a maioria das tropas cubanas foi retirada da Etiópia em meados da década de 1980.

Cuba apoia insurgências na África sob a bandeira do anticolonialismo e do antirracismo; este, por sua vez, goza de muito apoio dos governos africanos, muitos dos quais aprovaram os esforços cubanos tanto em Angola como na Etiópia. Cuba apoia a

luta do grupo namibiano, SWAPO, pela independência da África do Sul, e a luta do Congresso Nacional Africano para derrubar o governo sul-africano. De forma mais controversa, Cuba reconheceu a República Árabe Democrática Saharaui - a insurgência Polisário - como um Estado independente que lutava contra a "ocupação" marroquina do antigo Sahara espanhol; alguns cubanos estão no Saara e centenas enviados pela Polisario recebem treinamento em Cuba. É certo que Cuba não é a "causa" destes problemas (ou dos de El Salvador). Cuba é um fator significativo na África principalmente devido à ligação entre a independência da Namíbia e a presença de tropas em Angola. Mas o apoio de Cuba à revolução no estrangeiro continua a ser um princípio fundamental da sua política externa, desde que não impeça as boas relações com a maioria dos governos na África ou na América Latina.

Benin e São Tomé e Príncipe não são nomes familiares. A Líbia e a Argélia são mais conhecidas. Todos acolhem pessoal de cooperação cubano. A ajuda cubana aos dois primeiros é gratuita; Cuba cobra taxas comerciais a este último par e a outros países produtores de petróleo. As empresas estatais cubanas comportam-se como quaisquer empresas concorrentes no mercado mundial. As suas vantagens comparativas são duas: preços inferiores aos praticados nos mercados mundiais para serviços comparáveis e solidariedade política com o governo anfitrião. Parte do trabalho cubano no exterior tem principalmente objetivos políticos: ajudar os aliados cubanos e reforçar a influência de Cuba. E é assim que os cubanos trabalham nas profundezas dos desertos da Líbia para construir estradas e representam a maioria do pessoal de saúde que serve a população pobre de São Tomé e Príncipe. E mais de 20.000 pessoas de mais de 80 países foram formadas em Cuba em meados da década de 1980.

VII

Desde 1959, Cuba tem apelado ao velho mundo para corrigir os desequilíbrios políticos do novo. No início da década de 1960, as relações de Cuba com a maioria das democracias industriais (exceto os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental) eram suficientemente favoráveis para ajudar a frustrar o embargo comercial dos EUA.

REFLEXÕES XLIV

Estas relações melhoraram ainda mais na década de 1970; o comércio cresceu com todos eles, exceto os Estados Unidos. Em 1975, 36% das exportações cubanas e 52% das importações eram comercializadas com países não soviéticos. À medida que o desempenho econômico de Cuba melhorou, tornou-se suficientemente digno de crédito para contrair dívidas com governos e bancos ocidentais (exceto o governo e os bancos dos EUA). A dívida de Cuba em moedas conversíveis aumentou dez vezes entre 1969 e 1982.

Estas relações deterioraram-se desde o final da década de 1970, no entanto. Os governos ocidentais recuaram após as intervenções cubanas nas guerras da África Austral e Oriental (1975-78). O governo dos EUA pressionou os seus aliados para restringirem as suas relações com Cuba. O desempenho econômico cubano, embora ainda geralmente positivo, foi mais fraco do que durante a primeira metade da década de 1970. Disputas específicas, que vão desde os preços excessivos do açúcar cobrados ao Japão até às opiniões de Cuba sobre o estatuto de Berlim Ocidental, agitaram as relações cubanas. Cuba, sentindo-se vulnerável, reconcentrou o seu comércio com o bloco soviético, que representa pelo menos 80 por cento do comércio cubano desde 1982.

Em 1982, Cuba, tal como a maioria dos países latino-americanos, procurou o alívio da dívida nos credores da economia de mercado. Esta dívida cubana (em oposição à sua dívida para com a União Soviética) não é grande pelos padrões mundiais ou pelos da economia cubana. Os governos e bancos credores, e Cuba, negociaram duramente, mas de forma pragmática, e reescalonaram as dívidas cubanas todos os anos. Em 1982, os termos do reescalonamento colocaram Cuba aproximadamente na mediana dos acordos alcançados pelos governos latino-americanos. Desde então, como acontece em toda a América Latina, os termos de Cuba relativamente à dívida reescalonada melhoraram, embora menos do que para a América Latina como um todo. Cuba também lançou uma vigorosa campanha de exportação. Atualmente vende cerca de 200 produtos em países com economia de mercado, embora a maior parte deles em pequenas quantidades. Cuba ainda depende do

açúcar para a maior parte do seu comércio mundial e, mais recentemente, do petróleo para as suas vendas a países com economia de mercado. Sim, petróleo.

Cuba produz pouco petróleo por si só, embora a produção tenha aumentado na década de 1980. No início da década de 1980, a União Soviética concordou em permitir que Cuba reexportasse o petróleo fornecido pela União Soviética que conservava. As metas foram definidas; Cuba comprou petróleo soviético em rublos transferíveis, usou menos do que comprou e revendeu a diferença por moeda forte. Em 1985, as receitas em moeda forte de Cuba provenientes das reexportações de petróleo eram três vezes maiores do que as receitas em moeda forte provenientes das exportações de açúcar. Quando o preço mundial do petróleo caiu, Cuba foi duramente atingida. Perderá cerca de um sexto dos seus ganhos esperados em moeda forte para 1986. Em maio de 1986, Cuba anunciou que iria suspender o pagamento da sua dívida em moeda conversível durante 90 dias, embora rapidamente tenha mudado de atitude e feito um pequeno pagamento para tranquilizar os seus credores. Apesar destes problemas, as relações de Cuba com as democracias industriais (além dos Estados Unidos) ainda lhe dão espaço para respirar política e economicamente.

VIII

Cuba tem de fato uma política externa própria, com autonomia em relação à URSS? É certo que a União Soviética exerceu a sua hegemonia sobre Cuba. Quando Cuba ultrapassou as fronteiras estabelecidas pela URSS, a URSS retaliou. No final de 1967 e início de 1968, a União Soviética impôs sanções econômicas a Cuba porque se opunha a algumas políticas de Castro, e os dois países discordavam nas relações com grupos revolucionários e com governos. Retardou as entregas de petróleo a Cuba, ao mesmo tempo que aumentou as exportações de petróleo para os adversários latino-americanos de Cuba; adiou a entrega de armas e suspendeu a colaboração técnica. O governo soviético e os responsáveis do partido trabalharam com alguns cubanos que procuravam mudar a liderança e as políticas do seu governo. Castro cedeu. Desde então, as políticas cubana e soviética convergiram, embora não sejam

idênticas. Cuba não critica publicamente a política soviética, mesmo quando pode haver diferenças. Na crise, Cuba fica do lado dos soviéticos sem falhar – como no voto com eles nas Nações Unidas quando os soviéticos intervieram no Afeganistão e no boicote aos Jogos Olímpicos de Los Angeles.

Mas dentro dos limites da hegemonia soviética, ocorreram três desenvolvimentos. Primeiro, Cuba consentiu gradualmente com isso. A aprendizagem política e ideológica do governo cubano levou-o a reconhecer que não poderia sobreviver sem o apoio soviético massivo e que a própria influência de Cuba nos assuntos mundiais seria inconcebível sem a sua aliança soviética. Em segundo lugar, Cuba tem muito espaço político para desenvolver políticas próprias que não desafiem os interesses soviéticos. Por exemplo, Cuba começou a apoiar insurreições em 1959, antes da sua aliança com a União Soviética, e manteve uma relação muito mais ativa com os revolucionários do que a URSS. Terceiro, Cuba por vezes lidera a União Soviética, persuadindo-a a comportar-se como de outra forma não se comportaria. O Terceiro Mundo tem, em geral, uma prioridade mais elevada na política externa cubana do que na da União Soviética.

Cuba liderou a União Soviética tanto em Angola como na América Central. Como Arkady N. Shevchenko, um alto funcionário estrangeiro soviético que desertou, descreveu a decisão de enviar 36.000 soldados cubanos para lutar em Angola em 1975-76: "[O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasily] Kuznetsov disse-me que a ideia de operações militares em grande escala teve origem em Havana, não em Moscou." O General Vernon Walters, vice-diretor da CIA em 1975, concorda: "Acredito que entre ser uma ferramenta de Moscou ou perseguir os seus próprios objetivos, Castro perseguia os seus próprios objetivos – que eram, em grande parte, convergentes com aqueles de Moscou." Cuba tinha relações mais estreitas do que a URSS com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A URSS mostrou-se relutante em intervir em Angola quando o MPLA o solicitou pela primeira vez, enquanto Cuba respondeu rapidamente. As tropas cubanas foram transportadas para Angola em navios e aviões cubanos e

comandadas por generais cubanos. O apoio soviético só chegou mais tarde.

O mesmo acontece na América Central, como explicou o presidente Castro num discurso de dezembro de 1982 divulgado na imprensa cubana:

Uma das grandes mentiras que os imperialistas usam em relação à América Central é a sua tentativa de imputar a revolução nesta área à União Soviética. . . . [A URSS] não teve absolutamente nada a ver com a América Central. . . . Os soviéticos não conheciam sequer um dos atuais líderes da Nicarágua. . . durante o período da luta revolucionária. O mesmo se aplica a El Salvador. . . com exceção do Partido Comunista de El Salvador—. . . não era um dos grupos principais – a União Soviética não conhecia os líderes da maioria das organizações revolucionárias salvadorenhas e não tinha contato com eles. O mesmo vale para a Guatemala. . . . Nós, cubanos. . . temos relações com os movimentos revolucionários, conhecemos os líderes revolucionários da região. Eu não vou negar.

A política da União Soviética tinha sido apoiar os partidos comunistas da América Latina, que na década de 1960 e no início da década de 1970 não apoiavam a luta armada. Os partidos salvadorenho, guatemalteco e chileno mudaram de ideia, tal como a União Soviética, depois de verem os ganhos obtidos pelos sandinistas apoiados por Cuba no final da década de 1970. O fato de Cuba ter liderado a União Soviética em duas das disputas mais explosivas do mundo – Angola e América Central – não é motivo de alegria. A autonomia e a liderança cubanas são fontes importantes de instabilidade em ambas as regiões e são claramente adversas aos interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados. O comportamento cubano não foi contrário aos interesses soviéticos, mas a adesão da União Soviética não foi predeterminada. O mundo seria mais simples se Cuba fosse apenas um fantoche soviético.

Cuba continua, no entanto, vulnerável às pressões soviéticas. O bloco soviético é responsável por mais de quatro quintos do comércio cubano; também subsidiou a economia cubana desde

meados da década de 1970 a um nível igual a pelo menos um décimo do produto bruto de Cuba. Este cálculo não inclui as vastas transferências de equipamento militar soviético para Cuba, que são gratuitas. Nem sempre as relações soviético-cubanas foram cordiais nos últimos anos. Por exemplo, em 1981, a União Soviética reduziu o preço que pagava pelo açúcar cubano, ao mesmo tempo que aumentou o preço que cobrava pelo petróleo e outros produtos. Estimo que o preço do açúcar soviético caiu 18% entre 1980 e 1981, embora tenha recuperado em 1983. Esse corte ajuda a explicar por que Cuba teve de renegociar a sua dívida em 1982. Os termos de comércio de Cuba com a União Soviética deterioraram-se em cerca de um sexto entre meados da década de 1970 e meados da década de 1980 (embora isso seja muito melhor do que o que prevalece entre Cuba e os países de economia de mercado que não subsidiam o seu comércio com Cuba).

Em suma, as relações soviético-cubanas são complexas, incorporando o poder desigual e o exercício da hegemonia soviética, bem como o consentimento cubano à hegemonia soviética e à liderança cubana ocasional. As políticas cubana e soviética, mesmo que não sejam idênticas, são geralmente hostis aos interesses dos EUA. Mas a defesa hábil dos interesses dos EUA e dos seus aliados e amigos requer uma compreensão mais sutil de que, contra todas as probabilidades, o governo cubano tem uma política externa própria.

Os assuntos internos cubanos estão a enfrentar problemas à medida que o seu governo adota políticas que desconcertam até os seus apoiadores. E, no entanto, por mais condenáveis que sejam muitos dos abusos que o governo cubano cometeu contra os seus opositores e muitas pessoas inocentes em nome da revolução e do socialismo, a política externa de Cuba continua a ser a conquista fundamental desse governo. ●

Jorge I. Domínguez: professor de governo na Universidade de Harvard. O seu livro, *To Make a World Safe for Revolution*, será publicado em 1987. A sua investigação sobre Cuba foi apoiada pela Fundação Ford.

Publicado no dia 1º de setembro de 1986

O futuro nebuloso de Cuba

Susan Kaufman Purcell



Nuvens sobre Havana, Cuba.

Pouco depois da derrubada de Nicolae Ceausescu, em dezembro de 1989, adesivos prometendo "Natal em Havana" apareceram nas ruas de Miami, lar da maior comunidade cubana fora de Cuba. O *slogan* refletia a convicção dos exilados de que Cuba, cuja economia é quase totalmente dependente da ajuda do que era o bloco soviético, entraria em breve colapso no rescaldo das revoluções democráticas na Europa de Leste e das reformas econômicas e políticas na União Soviética.

Fidel Castro poderá ainda estar no poder no próximo Natal, mas é duvidoso que seja capaz de resistir indefinidamente às pressões que se acumulam continuamente na ilha. O colapso do comunismo na Europa Oriental e a sua desintegração na União Soviética apresentam a Castro a sua ameaça mais séria até esta data. A ameaça é política e ideológica, bem como econômica. Ainda ontem a história estava supostamente do lado do socialismo, o que colocou Castro entre os vencedores do mundo. Hoje, com a democracia triunfante, o líder cubano tornou-se subitamente num "ditador fóssil".

Mesmo antes dos acontecimentos do inverno passado, já eram aparentes os sinais de decadência do sistema cubano. As evidências crescentes da corrupção e do envolvimento do governo cubano no tráfico de drogas, combinadas com o julgamento espetáculo e a execução ao estilo de Moscou do popular general e herói de guerra Arnaldo Ochoa Sánchez, indicaram que a revolução cubana e o seu líder tinham começado a perder a sua autoridade moral. As eleições de fevereiro de 1990 na Nicarágua, que produziram a surpreendente derrota do governo sandinista, chamaram a atenção para o fato de o

povo cubano nunca ter tido a oportunidade de votar a favor ou contra Fidel Castro durante o seu governo de 31 anos. Após a forte invasão do Panamá pelos EUA, que retirou do poder o general Manuel Antonio Noriega, as eleições na Nicarágua também deixaram o líder cubano privado de aliados na região.

Confrontado com estes desenvolvimentos internacionais e internos, Castro reiterou o seu compromisso com o socialismo e começou a elaborar planos de contingência para lidar com as perturbações econômicas e a agitação política esperadas. O seu voto desafiador de “socialismo ou morte” pode refletir a sua visão das únicas alternativas que lhe são abertas. No entanto, Castro já mudou abruptamente de rumo antes. Do final da década de 1970 até o início da década de 1980, ele fez experiências com mecanismos de mercado e, no final da década de 1980, com pluralismo político limitado, apenas para posteriormente reafirmar o seu controle. Se Castro introduzisse novamente tais reformas como forma de difundir as pressões crescentes, não é claro que o gênio da liberalização política e econômica pudesse novamente ser tão facilmente colocado de volta na garrafa.

II

É difícil exagerar a importância da ajuda soviética a Cuba. Uma pequena ilha com mais de dez milhões de habitantes, recebe anualmente entre três bilhões de dólares (de acordo com fontes soviéticas) e cinco a seis bilhões de dólares (de acordo com fontes dos EUA) de ajuda econômica soviética. A ajuda militar é estimada em 1,2 bilhão de dólares anualmente. A ajuda econômica e militar juntas representam até 19-21 por cento do PIB de Cuba.

Grande parte da ajuda assume a forma de subsídios comerciais. Cuba importa quase todo o seu petróleo da União Soviética a preços abaixo do mercado mundial. Desde o final da década de 1970, Moscou permitiu que Havana importasse mais petróleo do que consome e vendesse o excedente no mercado mundial a preços comerciais. Como resultado, as vendas de petróleo tornaram-se a fonte mais importante de divisas para Cuba. A União Soviética também compra açúcar de Cuba a preços que se situam em média

entre três e cinco vezes o preço do mercado mundial.

A dependência de Cuba do comércio subsidiado com a União Soviética cresceu desde 1981, quando 60% do seu comércio era com Moscou; hoje essa parcela é de quase 75%. Quase 90 por cento do comércio de Cuba é feito com países socialistas, um aumento em relação aos 74 por cento de há nove anos.²

O aumento do comércio com a União Soviética e a Europa Oriental reflete, em parte, a incapacidade de Cuba de pagar a sua dívida de 6,8 bilhões de dólares em moedas conversíveis aos governos ocidentais desde julho de 1986. Incapaz de obter créditos para comprar bens nos mercados ocidentais, Cuba foi obrigada a aumentar o seu comércio com as economias não mercantis da União Soviética e da Europa Oriental, com as quais Havana poderia negociar em vez de gastar as escassas divisas estrangeiras. Cuba continua a ser uma economia de monocultura cujo principal produto de exportação é o açúcar. A sua produtividade econômica é mais ou menos a que era em 1958, durante os últimos dias da ditadura de Batista, quando Cuba tinha três milhões de pessoas a menos do que hoje. Sem a ajuda soviética, também é improvável que Havana tivesse conseguido resistir ao embargo econômico dos EUA, que data de 1961.

A União Soviética financiou a Revolução Cubana ao longo dos anos, apesar dos períodos de desacordo aberto entre Moscou e Havana, porque Cuba tem sido extremamente útil aos soviéticos. É um importante posto avançado e aliado ideológico na esfera de influência dos EUA. Serve como base para submarinos soviéticos e aeronaves de reconhecimento e aumenta enormemente as capacidades soviéticas de coleta de informações ao longo das costas atlânticas da América do Norte e do Sul. Cuba também promoveu os interesses soviéticos no Terceiro Mundo ao envolver-se em comportamentos que seriam inaceitáveis se fossem praticados diretamente pelos soviéticos (por exemplo, treinar e armar guerrilheiros marxistas e enviar dezenas de milhares de soldados para apoiar regimes do Terceiro Mundo amigos da União Soviética. (como os de Angola e da Etiópia). Diplomáticamente, Cuba aumentou a influência soviética e os contatos com os países em

desenvolvimento numa variedade de fóruns internacionais.

A ascensão de Mikhail Gorbachev ao poder na União Soviética e as suas políticas de *glasnost* e *perestroika* mergulharam Moscou e Havana num outro período de conflito público. Castro não escondeu a sua desaprovação das políticas de Gorbachev ou os seus receios de que elas destruíssem a capacidade da União Soviética de manter o seu estatuto de superpotência. Em vez de seguir o exemplo de Moscou, Castro lançou em 1986 uma chamada campanha de retificação, cujo objetivo declarado era eliminar todos os vestígios de economia liberal e reafirmar e consolidar ainda mais a economia de comando socialista de Cuba.

Desta vez, porém, o passado pode não ser um guia válido para o futuro da política soviética em relação a Cuba. Primeiro, à medida que a Guerra Fria termina, o valor de Havana para Moscou diminua. Os avanços tecnológicos reduziram a importância de Cuba como fonte de informações e até como base militar. Além disso, porque as políticas de Gorbachev já não envolvem o apoio ativo às “guerras de libertação nacional” no Terceiro Mundo, o apoio contínuo de Cuba aos grupos guerrilheiros marxistas na América Central e noutras lugares desafia diretamente Gorbachev e mina os seus esforços para mudar a imagem internacional da União Soviética. Finalmente, a política externa revolucionária de Cuba põe em risco a crescente aproximação entre a União Soviética e os Estados Unidos, uma vez que Washington responsabiliza Moscou pelo comportamento de Havana. O presidente Bush deixou isto claro durante a cúpula de Malta, e o Secretário de Estado James Baker fez o mesmo, tanto durante a sua aparição sem precedentes perante o novo parlamento soviético como no seu discurso à Organização dos Estados Americanos no final de 1989.

Os desenvolvimentos internos na União Soviética também estão a contribuir para a reduzida tolerância de Gorbachev relativamente ao conflito soviético-cubano. A *glasnost* e a *perestroika* produziram um maior escrutínio público sobre a política externa por parte da imprensa soviética e do novo parlamento. O resultado foi um questionamento sem precedentes dos compromissos tradicionais de política externa de Moscou e uma crescente relutância em sustentar

os custos de um império quando a economia soviética enfrenta graves problemas.

As páginas do *Moscou News* serviram de fórum para o crescente debate sobre a política externa soviética. Escrevendo em 1989, Andrei Kortunov do Instituto dos EUA e Canadá afirmou que Moscou tinha dado mais de 25 por cento da sua ajuda externa a Cuba em 1988-89. Ele observou que o orçamento total de ajuda externa da União Soviética era quase seis vezes maior, numa base *per capita*, do que o dos Estados Unidos e perguntou por que a ajuda estava sendo dada a países do Terceiro Mundo que são ditaduras e se envolvem em políticas externas "aventureiras". O *Moscou News* também citou um deputado de Moscou dizendo: *"Não podemos tolerar esse tipo de situação quando nosso próprio povo precisa obter cartões de racionamento para sabão e açúcar e não consegue encontrar um corte decente de carne nas lojas."*

Mais recentemente, membros da oposição do parlamento soviético colocaram uma "pergunta dos deputados" a Nikolai Ryzhkov, o primeiro-ministro soviético. *"Antes que o congresso decida sobre as medidas governamentais propostas para melhorar a economia"*, disseram, *"pedimos-lhe que informe aos deputados a escala da dívida dos Estados estrangeiros para com a União Soviética e a sua dimensão, Estado por Estado, bem como os termos do procedimento de reembolso."* Em resposta, o jornal governamental *Izvestiya* publicou um artigo de Ryzhkov com números sobre dívidas a Moscou por mutuários estrangeiros. Cuba estava no topo da lista, com uma dívida acumulada de 15 bilhões de rublos, ou mais de 24 bilhões de dólares à taxa de câmbio oficial de um rublo por 1,60 dólares. A dívida de Cuba era mais que o dobro da do segundo devedor, o Vietnã.³

Apesar do crescente debate dentro da União Soviética, ainda não houve uma redução significativa na ajuda soviética a Cuba. Em vez disso, um novo acordo comercial soviético-cubano de um ano, assinado em abril de 1990, supostamente aumenta o comércio e a assistência técnica em 8,7 por cento em relação a 1989. A ajuda militar diminuiu de 1988 a 1989, mas apenas de 1,5 bilhão de dólares para 1,2 bilhão de dólares. Por outro lado, Moscou entregou

seis novos MiG-29 a Havana em 1989 para substituir os antigos MiG-23 de Cuba.

Embora a ajuda soviética ainda não tenha diminuído, há boas probabilidades de que seja reduzida significativamente nos próximos anos. As relações econômicas soviético-cubanas ainda são rígidas pelo Plano Quinquenal Soviético de 1986-90. A discussão pública sem precedentes sobre a política de ajuda externa da União Soviética, particularmente no que se refere a Cuba, deve ser avaliada neste contexto. O novo plano quinquenal também está a ser negociado no contexto da contínua deterioração da economia soviética, o que pode explicar os recentes relatos de que Moscou pretende assinar um acordo por apenas dois anos em vez de cinco.

Entretanto, o comércio soviético-cubano tornou-se cada vez mais imprevisível desde 1988, quando, como parte da *perestroika*, as empresas soviéticas obtiveram o direito de negociar diretamente nos mercados estrangeiros. Isto significou que Cuba teve de lidar diretamente com empresas soviéticas individuais, que preferem vender a clientes que pagam em moeda forte.

O impacto desta situação em Cuba foi claramente visível no verão de 1989, quando um atraso num carregamento de trigo e farinha soviéticos fez com que pizzarias e padarias em Havana reduzissem o seu horário ou fechassem temporariamente as suas lojas. Posteriormente, os navios que transportavam trigo e farinha programados para chegar a Cuba em dezembro de 1989 não conseguiram completar as suas entregas até 22 de janeiro de 1990. Este atraso relativamente curto forçou o governo cubano a comprar 20.000 toneladas de trigo aos países ocidentais em troca de moeda forte. A escassez de trigo afetou imediatamente a produção de ovos e fez com que o preço dos ovos dobrasse. Também causou uma redução nas rações diárias de pão fora da capital e aumentos de preços em Havana para produtos de panificação.

O fato de um atraso de três semanas na chegada do trigo e da farinha ter sido tão rapidamente traduzido em escassez generalizada, racionamento e aumentos de preços realça a extrema vulnerabilidade de Cuba aos efeitos de propagação da *perestroika*.

Qualquer renegociação fundamental dos termos de comércio entre Moscou e Havana no próximo plano quinquenal que ajuste os preços do petróleo soviético e do açúcar cubano ao seu valor real de mercado, como propuseram as autoridades soviéticas, criaria claramente graves problemas econômicos para Cuba.

III

Embora o comércio de Cuba com a Europa Oriental represente apenas cerca de 15% do comércio da ilha com os países socialistas, o colapso do comunismo na Europa Oriental acabará por revelar-se mais destabilizador econômico para Cuba em curto prazo do que as implicações da *glasnost* e da *perestroika* na União Soviética. A Europa Oriental tem fornecido tradicionalmente a Cuba tecnologia, bens manufaturados e peças sobressalentes que a União Soviética não foi capaz de fornecer. Estes incluem geradores elétricos e centrifugadoras para as usinas de açúcar de Cuba, bem como caminhões, automóveis e outros veículos para o sistema de transporte.

Ao contrário da União Soviética, que nunca conheceu o capitalismo e continua a recuar perante um compromisso total com uma economia de mercado, a Europa Oriental está a correr para recuperar o seu passado capitalista. No processo, está a rejeitar acordos de troca a favor de transações em moeda forte sempre que os seus produtos sejam internacionalmente competitivos. Além disso, em contraste com a União Soviética, os novos governos da Europa Oriental não sentem qualquer gratidão ou responsabilidade para com Cuba.

O impacto das revoluções democráticas da Europa Oriental já se faz sentir em Cuba. As fábricas fecharam; os transportes e a construção, que dependem das importações da Europa Oriental, estão em declínio; os trabalhadores têm dificuldades em chegar aos seus empregos e, se e quando chegam, muitas vezes permanecem ociosos porque alguns insumos cruciais ou peças sobressalentes não estão disponíveis; bens de consumo, como pasta de dentes e lâminas de barbear, são escassos e as esperas intermináveis por televisores atribuídos a trabalhadores-modelo tornaram-se comuns. Num

discurso recente descrevendo o que poderá vir pela frente, Castro reconheceu que não tinha sido assinado um acordo para as 12 mil toneladas de aves que Cuba previa receber da Bulgária. O mesmo se aplica ao acordo com a Checoslováquia sobre a cevada, que é utilizada na produção de cerveja e malte. Castro acrescentou que os automóveis e as peças sobressalentes da Hungria podem não chegar e que Cuba não pode contar com o recebimento de peças para as suas centrais termoeletricas da Checoslováquia.

O colapso do comunismo na Europa Oriental também está a ter um impacto político em Cuba. Em março de 1990, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos, reunida em Genebra, votou a favor de pedir ao governo cubano que cumprisse o seu compromisso de não deter, reprimir ou maltratar de qualquer outra forma os ativistas cubanos dos direitos humanos. A resolução também pedia a Cuba que respondesse às perguntas que a delegação tinha colocado durante a sua visita à ilha em 1988. A resolução, à qual Cuba se opôs vigorosamente, foi copatrocinada pela Checoslováquia e pela Polónia, na qualidade de observadores. Votando com os Estados Unidos a favor da resolução estavam a Bulgária e a Hungria. Antes dos acontecimentos do final de 1989, a Europa Oriental sempre votou em bloco com Cuba na comissão de direitos humanos.

Há apenas uma década, Castro presidiu o chamado movimento não alinhado. Agora ainda não está claro se o movimento não alinhado tem futuro e se Cuba terá os votos nas Nações Unidas para continuar a sua cruzada anti-imperialista contra os Estados Unidos.

Há também um impacto psicológico. A corrida à democracia e às economias de mercado nos antigos países do bloco soviético deixa Cuba quase sozinha no mundo, defendendo um sistema que antigos aliados repudiam. O sentido de justiça moral e a crença de que a história estava do lado de Cuba, que reforçaram o regime autoritário de Castro ao longo dos anos, foram minados. O líder cubano tem agora de lidar com problemas económicos crescentes, ao mesmo tempo que está munido de uma reserva de legitimidade política severamente diminuída.

IV

Num esforço para desfazer os danos políticos causados pelas revoluções democráticas na Europa Oriental, Castro argumentou que esses acontecimentos eram irrelevantes para Cuba. O comunismo foi imposto ali por uma potência externa, enfatizou ele, enquanto o comunismo cubano foi o resultado de uma revolução popular levada a cabo pelo povo cubano. A sua conclusão: os cubanos apoiam fortemente o seu sistema político e o seu líder e não é necessário um voto para provar isso, uma vez que o povo cubano “votou” revoltando-se contra Fulgêncio Batista há mais de 31 anos.

Infelizmente para Castro, as eleições de fevereiro na Nicarágua minaram o seu argumento. Tal como Castro, os sandinistas acreditavam que os acontecimentos na Europa Oriental eram irrelevantes para a Nicarágua. Tal como Castro, consideravam-se altamente populares porque tinham derrubado um odiado ditador uma década antes. E, tal como Castro, minimizaram a importância do seu controle sobre os militares, os serviços de informação e a polícia na explicação da sua liderança continuada. A derrota eleitoral dos sandinistas para um candidato que prometia democracia e uma economia de mercado minou a lógica de Castro e enfraqueceu ainda mais a sua legitimidade política.

A derrota dos sandinistas foi o segundo revés sério de Castro na América Latina. Em dezembro de 1989, o General Noriega, que se tinha tornado no outro aliado próximo do líder cubano na região, foi afastado do poder pela invasão do Panamá pelos EUA. A cooperação de Noriega ajudou Castro a contornar o embargo comercial dos EUA contra Cuba, permitindo que Havana estabelecesse empresas fictícias no Panamá. Castro, por sua vez, autorizou o treinamento em Cuba de oficiais dos “batalhões da dignidade” de Noriega, os bandidos que ele usou para atacar a oposição política. Além disso, Cuba ganhou cerca de 70 milhões de dólares nos últimos cinco anos com a venda de vistos a cubanos que queriam deixar a ilha e ir para o Panamá. Havana também utilizou o sistema bancário muito liberal da Cidade do Panamá para lavar dinheiro obtido com o seu envolvimento no tráfico de drogas.

A queda de Noriega também afetou negativamente os planos revolucionários de Castro para o hemisfério. Os líderes cubanos e panamenhos cooperaram no contrabando de armas e munições para as guerrilhas salvadorenhas, principalmente por intermédio do porto pesqueiro do Panamá em Vacamonte, na costa do Pacífico.

O isolamento de Castro no hemisfério foi ainda agravado pelas eleições na Costa Rica, El Salvador e Honduras, que levaram ao poder presidentes conservadores. Estes novos presidentes tornaram menos provável que Castro fosse incluído nos esforços diplomáticos para acabar com a guerra em El Salvador.

V

Os novos desafios apresentados pelos desenvolvimentos no exterior agravaram a já deteriorada situação econômica interna. Entre 1986 e 1989, a economia cubana diminuiu a uma taxa anual de 0,8 por cento. A produtividade do trabalho caiu cerca de 2,5 por cento durante o mesmo período, enquanto o déficit orçamentário aumentou 4,5 vezes. O déficit comercial externo excedeu dois bilhões de dólares anuais e a dívida de Cuba em divisas fortes quase duplicou, para mais de seis bilhões de dólares.⁴ A dívida não paga à União Soviética aumentou seis vezes,⁵ e as reservas de divisas fortes de Cuba caíram 9,5 milhões de dólares, para 87,9 milhões de dólares em 1989. Isto representa metade do nível médio de reservas disponíveis entre 1975 e 1985.⁶

O declínio econômico pode ser parcialmente atribuído à queda dos preços do petróleo nos mercados internacionais, o que fez os ganhos de Cuba em divisas provenientes da venda do excedente de petróleo soviético diminuírem de 621 milhões de dólares em 1985 para 189 milhões de dólares em 1988. Espera-se que o valor de 1989 atinja quase zero.⁷ Contrariamente à sabedoria convencional, não há provas de que o declínio nas receitas de Cuba em divisas provenientes da reexportação do petróleo soviético tenha sido causado por um corte significativo no fornecimento desse petróleo.

A outra explicação para o declínio econômico é a campanha de retificação de Castro. Lançada em abril de 1986 e ainda em vigor, a campanha de retificação reverteu uma experiência com mecanismos

de mercado ao novamente estatizar a economia e substituir incentivos morais por materiais. Sendo uma atualização ideológica da ofensiva revolucionária de Castro em 1968, a campanha de retificação fracassou terrivelmente. A produtividade continuou a diminuir à medida que os cubanos se recusam a trabalhar arduamente para construir um futuro melhor sob o socialismo que parece nunca chegar. No entanto, apesar do fracasso flagrante da campanha de retificação, Castro tem-se recusado até agora a dar outra tentativa, mesmo que limitada, à liberalização econômica, alegando que esta gerou uma classe de intermediários bem pagos que exploraram o povo cubano cobrando preços exorbitantes por alimentos e serviços. O que ele não sublinha é que a experiência com mecanismos de mercado levou a aumentos espetaculares na produtividade agrícola, bem como à criação de uma classe de cubanos que era menos dependente do governo e menos sujeita ao seu controle.

Em vez de abrir a economia, Castro respondeu ao agravamento da situação econômica e à ameaça de uma redução substancial da ajuda soviética, tentando diversificar os seus parceiros comerciais. Em 1989 assinou acordos comerciais com a Coreia do Norte, a Albânia e a China. É duvidoso, contudo, que esses países consigam preencher o vazio. O comércio com a China duplicou em 1988, mas aumentou apenas 12 por cento em 1989. Os esforços para aumentar o comércio com o Japão e a América Latina também não trouxeram bons resultados, uma vez que a falta de moeda forte de Cuba e a sua economia monocultural açucareira tornam-no num parceiro comercial relativamente pouco atraente. No final de 1988, o Japão respondia por apenas 1,5% do comércio de Cuba e a América Latina por menos de 2%. Finalmente, segundo fontes diplomáticas estrangeiras credenciadas em Havana, Cuba também tentou, sem sucesso, obter petróleo a preços preferenciais dos governos do México, Venezuela e Equador.

Castro anunciou uma série de planos de contingência de emergência para fazer face à antecipada ruptura acelerada das relações comerciais tradicionais de Cuba. Num discurso apocalíptico ao Conselho Nacional da Federação de Estudantes Universitários em

março de 1990, o líder cubano declarou que no próximo "período especial em tempos de paz", os níveis de produção diminuirão devido à escassez, e os projetos de desenvolvimento social poderão ser temporariamente interrompidos. A semana de trabalho pode ser reduzida de cinco para três dias. Três quartos das fábricas de cimento da ilha poderão fechar e a eletricidade poderá ser racionada. O problema mais grave será a energia, dada a dependência de Cuba de 12 mil toneladas anuais de petróleo da União Soviética. Castro concluiu o seu discurso, porém, reiterando o seu compromisso com o socialismo, uma vez que "o fim do socialismo, o fim da revolução, seria o fim da nação cubana".

VI

Embora os sinais do declínio econômico de Cuba sejam evidentes há já algum tempo, o verão de 1989 forneceu também provas sem precedentes de graves problemas políticos. O General Ochoa, que liderou as tropas cubanas em Angola, foi subitamente acusado de tráfico de drogas e corrupção. O julgamento-espetáculo estalinista e a subsequente execução de Ochoa reforçaram as suspeitas populares de que o verdadeiro crime de Ochoa era o seu potencial para desafiar a liderança de Castro.⁸

Também acusado e executado por tráfico de drogas foi o coronel Antonio de la Guardia, alto funcionário do Ministério do Interior. A sua operação teria envolvido alegadamente funcionários de um departamento especial dentro do ministério, que Castro tinha criado para contrabandear mercadorias para Cuba e, assim, contornar o embargo comercial dos EUA. Após a execução de de la Guardia, José Abrantes Fernández, ministro do Interior e terceiro homem mais poderoso de Cuba depois de Fidel e seu irmão Raúl, renunciou e foi posteriormente preso. O General Abelardo Colomé Ibarra, então encarregado do Ministério do Interior, reestruturou-o, substituindo muitos dos seus funcionários civis por militares.

A "militarização" do Ministério do Interior não foi um acontecimento isolado. Castro nomeou o General Sexto Batista Santana para chefiar os Comitês de Defesa da Revolução em fevereiro de 1990. Outro general, Juan Escalona, foi nomeado

presidente da Assembleia Nacional do Poder Popular, o braço do governo cubano composto por eleitos localmente (embora oficialmente sugerido ou aprovado) representantes do povo cubano.

A crescente influência dos militares reflete a preocupação do regime de que a ainda controlável oposição interna possa crescer. Existem pelo menos 15 grupos dissidentes em Cuba hoje. Eles promovem uma ampla variedade de agendas, desde o apoio à *glasnost* e à *perestroika* até à liberdade de religião e aos direitos humanos. A atividade dissidente, no entanto, é clandestina tornando difícil especular sobre a sua força ou futuro. Castro referiu-se aos dissidentes num discurso em janeiro de 1990, imediatamente antes de anunciar as nomeações dos dois generais. Chamou-lhes “baratas que tentam criar quintas colunas ao serviço do imperialismo” e prometeu que o povo cubano os “esmagaria”.

Castro já tinha começado a reprimir os grupos de direitos humanos que tinha tolerado brevemente durante a visita de 1988 de uma delegação da Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Após a sua partida, os líderes cubanos dos direitos humanos foram perseguidos e presos. A votação de março de 1990 da comissão da ONU, que foi contra Cuba, foi também seguida pela prisão de nove membros do Partido Pró-Direitos Humanos, que foram acusados de pertencer a uma “organização contrarrevolucionária”.

A dissidência individual contra o regime e as suas políticas aumentou. Num discurso de dezembro de 1989, cujo vídeo foi exibido apenas a militantes do partido comunista, Castro falou dos problemas nos departamentos de história, filosofia e artes e literatura da Universidade Nacional e reconheceu as dificuldades com os bolsistas cubanos que retornam a Cuba depois de estudar na União Soviética. Um jornalista foi expulso do jornal *Juventud Rebelde*, órgão oficial do jovem movimento comunista, por declarar num programa de rádio de Havana que “*Juventud Rebelde* não representava as opiniões dos jovens cubanos”. Um pequeno motim também eclodiu numa sala de cinema quando um grupo de cubanos começou a cantar uma canção popular, “O homem é louco”, quando Castro apareceu na tela. E em fevereiro de 1990, durante a Copa do

Mundo de boxe em Havana, um indivíduo gritou: "Abaixo Castro! Abaixo a ditadura de Fidel Castro!" foi arrastado pelas autoridades.

Antecipando que os acontecimentos na União Soviética encorajariam a oposição ao seu governo em Cuba, Castro tentou esconder do povo cubano as notícias das reformas soviéticas, chegando a ponto de proibir a distribuição, em 1988, das versões em espanhol do *Moscow News* e *Sputnik*. Mas as informações sobre a União Soviética e, posteriormente, sobre a Europa Oriental chegaram mesmo assim a Cuba, comunicadas por diplomatas estrangeiros em Havana, membros da comunidade cubano-americana em Miami e especialmente pela *Rádio Martí*. Como resultado, Castro decidiu enfatizar a natureza *sui generis* do socialismo cubano, que supostamente lhe permitirá sobreviver num mundo que repudiou outras formas de socialismo.

Castro também está a tentar atizar as chamas do nacionalismo cubano, a fim de desviar a atenção da crescente crise de Cuba. Isto explica porque é que os Estados Unidos são mais uma vez alvo de maior raiva, e porque é que Castro começou a falar como se uma invasão de Cuba pelos EUA fosse iminente. "O destino atribui o papel de um dia estar entre os últimos defensores do socialismo", disse ele num discurso em dezembro de 1989. "Num mundo em que o império ianque fosse capaz de tornar realidade os sonhos de Hitler de dominar o mundo", continuou ele, "saberíamos como defender este bastião até aos últimos dias de sangue... Socialismo ou morte! Pátria ou morte! Nós venceremos!"

VII

Apesar da retórica desafiadora de Fidel Castro, as suas opções para superar a crise crescente continuam a diminuir. Os ajustamentos *ad hoc* a uma situação econômica em deterioração, combinados com o uso seletivo da repressão, são pouco mais do que medidas provisórias. À medida que a crise se agrava, Castro acabará por ser confrontado com uma escolha entre utilizar as já enfraquecidas instituições de Cuba para mobilizar e controlar uma população cada vez mais desesperada ou afrouxar os controles políticos e econômicos, a fim de aumentar a produtividade. Ambas as

alternativas colocam desafios fundamentais à continuação do governo de Castro.

Na primeira opção, Castro insistiria que os cubanos superassem a escassez de energia, alimentos e peças sobressalentes trabalhando mais arduamente. Desde 1986, contudo, a campanha de retificação tentou, sem sucesso, aumentar a produtividade dos trabalhadores por meio do uso de incentivos morais. Na ausência de incentivos materiais, a única outra forma de aumentar a produtividade dos trabalhadores seria por intermédio do aumento da dependência de alguma forma de trabalho “voluntário”. No entanto, o grau de repressão que teria de ser aplicado para alcançar níveis de produção mais elevados acabaria por provocar um golpe militar ou uma revolta popular.

Um golpe seria provável por uma série de razões. A execução do General Ochoa deixou muitos militares desconfiados e ressentidos com Castro, especialmente aqueles que serviram com Ochoa em Angola e que agora enfrentam um futuro incerto em Cuba. O uso que Castro faz das forças armadas revolucionárias para reprimir o crescente descontentamento popular ou forçar os cubanos a trabalhar mais arduamente destruiria a tradicionalmente boa imagem e reputação do exército no país e no estrangeiro. Para muitos militares, especialmente aqueles que receberam formação na União Soviética e que apoiam as reformas de Gorbachev, o sacrifício pareceria inútil, uma vez que não ajudaria a resolver a situação cada vez mais desesperadora de Cuba. A conclusão de que poderiam melhorar o futuro de Cuba, bem como o seu próprio, removendo Castro do poder tornar-se-ia inevitável.

Vista neste contexto, portanto, a seleção de militares por parte de Castro para chefiarem instituições civis chave constitui um risco calculado nascido de opções limitadas. Ao militarizar as instituições políticas agora, ele poderá evitar apelar mais tarde aos militares para se envolverem no tipo de repressão que desencadearia um golpe de Estado.

Cuba, no entanto, também poderia seguir o caminho da Romênia. Alguma faísca imprevisível poderia desencadear uma rebelião

contra Castro, cujo comportamento face à crise crescente pareceria cada vez mais irracional, arbitrário e intolerável. Numa tal situação, os militares considerariam provavelmente mais conveniente juntar-se aos rebeldes do que permanecer leais a Castro, pelas razões que acabamos de citar.

Existe até a possibilidade de o líder cubano ser assassinado. Apesar da suposta popularidade e carisma de Castro, ele sempre esteve rodeado de guarda-costas e as suas viagens dentro de Cuba não são divulgadas e são imprevisíveis. O fato de ele ter tentado transportar dez toneladas de armas e munições para o Brasil para sua segurança pessoal durante uma visita em fevereiro é mais uma prova de que ele vê a sua vida em perigo. Embora as suas precauções possam parecer excluir um assassinato, a prisão de Abrantes e de outros confidentes durante o verão de 1989 deixou-o com relativamente poucas pessoas em quem pudesse confiar.

Cuba poderia, evidentemente, evitar esses resultados drásticos se Castro respondesse às mudanças na Europa de Leste e na União Soviética avançando em direção a uma economia de mercado e restabelecendo as relações econômicas com os Estados Unidos. A experiência de Castro com mecanismos de mercado limitados, no final da década de 1970 e início da década de 1980, no entanto, teve vida curta, em parte porque mostrou que as atitudes capitalistas que ele despreza ainda estavam bem vivas em Cuba, apesar da sua crença de que tinha conseguido criar um novo homem socialista. A experiência também começou a criar fontes alternativas de riqueza, um desenvolvimento com implicações políticas que ameaçava potencialmente a continuação do controle de Castro.

Dada a deterioração relativamente maior da economia cubana hoje, seria agora necessária uma liberalização econômica muito mais extensa para resolver os problemas econômicos de Cuba do que antes. Além disso, no período que decorreu desde a experiência anterior com mecanismos de mercado, o comunismo foi deslegitimado e a democracia e os mercados livres triunfaram como ideias. Finalmente, o número de cubanos vivos que participaram diretamente na revolução de 1959 diminuiu, enquanto a juventude cubana, que representa agora 50 por cento da população, tornou-se

mais alienada de uma revolução que não fez e mais atraída por economias baseadas no consumo. Como resultado, a implantação dos tipos de mecanismos de mercado agora necessários para salvar o socialismo cubano iria destruí-lo.

É concebível que Castro pudesse experimentar uma liberalização política limitada, a fim de induzir os Estados Unidos a levantar o seu embargo econômico e a restabelecer relações com Cuba. Esta é a única opção que não representa nenhum risco para Castro, uma vez que lhe permitiria normalizar as relações com os Estados Unidos nos seus próprios termos. Uma retomada do comércio bilateral daria a Castro moeda forte para apoiar a economia em desintegração de Cuba e permitir-lhe-ia evitar a introdução de mecanismos de mercado para sobreviver ao colapso do comunismo noutros locais.

Castro tentou a liberalização política no final da década de 1980, quando libertou vários presos políticos de longa data, tolerou a formação de dois pequenos grupos de direitos humanos e melhorou as relações com a Igreja Católica. Simultaneamente, Castro e outros altos funcionários abandonaram a sua retórica hostil em relação aos Estados Unidos, declararam o seu desejo de melhorar as relações com Washington, restabeleceram um acordo de imigração com os Estados Unidos e participaram em negociações mediadas pelos EUA que levaram à retirada das tropas cubanas de Angola.⁹

A experiência com o pluralismo político limitado terminou quando os seus riscos começaram a superar os benefícios previstos. O pequeno movimento de direitos humanos de Cuba começou a ganhar impulso no âmbito interno e a aumentar a atenção e o apoio no estrangeiro, especialmente no rescaldo das revoluções democráticas na Europa de Leste. Ao mesmo tempo, tornou-se claro que Washington não tinha pressa em alterar radicalmente a sua política em relação a Cuba em resposta a mudanças políticas muito limitadas que poderiam ser facilmente revertidas (o que, de fato, foram). Vários ativistas dos direitos humanos foram perseguidos e posteriormente presos e condenados pelo “crime” de felicitar a Comissão dos Direitos Humanos da ONU por votar contra Cuba. Vários também foram acusados de fornecer informações “falsas”

sobre Cuba a jornalistas estrangeiros.

Na atual atmosfera internacional, em que os estrangeiros já não dão a Castro o benefício da dúvida e o consideram o último ditador estalinista, uma nova abertura política em Cuba seria ainda mais ameaçadora para o controle de Castro. Os opositores nacionais do regime pressionariam imediatamente por eleições livres e monitoradas internacionalmente, estimulados pelas recentes derrotas do General Augusto Pinochet no Chile e dos sandinistas na Nicarágua.

Há quem diga que Castro não teria nada a temer com tais eleições, que dentro de Cuba ele continua a ser um líder popular e carismático que ainda é capaz de atrair multidões enormes e entusiasmadas. Argumentam também que o nacionalismo cubano e o papel histórico de Castro como herói revolucionário compensariam qualquer descontentamento popular produzido por anos de dificuldades econômicas e pela perspectiva de um futuro econômico ainda mais precário.

Na ausência de eleições livres e justas, é impossível confirmar ou refutar este raciocínio. Mas as reportagens erradas da imprensa anteriores às eleições na Nicarágua relativamente à popularidade dos sandinistas e as sondagens extremamente imprecisas que previam uma vitória esmagadora sandinista defendem extrema cautela ao tirar conclusões sobre a popularidade de um líder com base no comportamento público de um povo não livre.¹⁰ No caso de Cuba, parece razoável supor que, tal como na Nicarágua, uma eleição livre e monitorada internacionalmente poria em ação forças que levariam a uma votação a favor da destituição de Castro.

VIII

A sensação de que os dias de Fidel Castro podem estar contados concentrou mais uma vez a atenção na política dos EUA em relação a Cuba. Os desenvolvimentos internacionais, no entanto, transformaram profundamente a natureza do debate. Enfraqueceram o argumento a favor da normalização das relações, e a questão agora é saber se devemos manter a política atual ou fortalecê-la.

O argumento para uma política mais próxima dos EUA em relação a Cuba baseou-se numa visão essencialmente benigna de Castro, no seu extraordinário carisma e no amplo apoio de que gozava entre o povo cubano. O comunismo e a aliança de Castro com a União Soviética foram interpretados como reações a uma política implacavelmente hostil dos EUA. Os aspectos ditatoriais do comunismo cubano foram frequentemente subestimados, enquanto os avanços na educação e na saúde, bem como a estrutura social mais igualitária da Cuba revolucionária, foram enfatizados.

Daí decorreu que os EUA poderiam resolver o seu “problema de Cuba” levantando o seu embargo econômico e tomando medidas para normalizar as relações. Aqueles que eram a favor desta política intensificaram a pressão sobre Washington durante os períodos em que Castro sinalizava vontade de discutir a questão com o governo dos EUA. Alguns argumentaram que não deveria haver condições prévias para a normalização das relações. Outros aceitaram a necessidade de contrapartidas de Cuba.

Os desenvolvimentos na Europa Oriental e na Nicarágua desafiaram estas suposições sobre Cuba. As revelações sobre a natureza dos governos comunistas da Europa Oriental destruíram quaisquer ilusões sobre o apoio popular a estes regimes e aumentaram o ceticismo em relação aos que permanecem. A subsequente derrota eleitoral dos sandinistas minou o argumento de que os regimes comunistas revolucionários no Terceiro Mundo, ao contrário dos da Europa de Leste, gozavam do apoio e da gratidão generalizados das suas populações, independentemente do sucesso ou fracasso das suas políticas.

Ao confundir estes pressupostos sobre Cuba, os acontecimentos na Europa de Leste e na Nicarágua também minaram a confiança nas recomendações políticas que deles decorriam. Como resultado, aqueles que defendiam uma suavização da política dos EUA em relação a Cuba foram colocados na defensiva. Os defensores da política atual, e aqueles que querem fortalecê-la, estão unidos na sua visão do regime cubano e sentem-se justificados pelos desenvolvimentos internacionais. Nunca aceitaram a noção de que o comunismo de Castro era uma reação à hostilidade de Washington.

Em vez disso, argumentaram que o líder cubano escolheu aliar-se à União Soviética e nunca teve qualquer intenção real de fazer uma revolução democrática ou de manter relações amistosas com os Estados Unidos.

A partir disto concluíram que não fazia sentido levantar o embargo dos EUA enquanto Cuba continuasse a ser uma ditadura comunista governada por um líder raivosamente antiamericano. A sua remoção apenas fortaleceria Castro, permitindo-lhe manter a sua aliança estratégica com Moscou, ao mesmo tempo que lhe proporcionaria recursos adicionais para comprar apoio interno e prosseguir as suas políticas revolucionárias no estrangeiro.

O objetivo original do embargo era provocar o colapso da economia cubana e com ele a remoção de Fidel Castro do poder. Esse objetivo permaneceu indefinido enquanto Castro pudesse contar com os soviéticos para comércio e ajuda. Uma sucessão de presidentes dos EUA redefiniu o objetivo do embargo como o isolamento de Cuba. Prometeram manter o embargo em vigor até que Castro deixasse de ajudar as guerrilhas no Terceiro Mundo, retirasse as tropas cubanas de África e permitisse eleições livres e respeitasse os direitos humanos no país.

Além do embargo, a política atual dos EUA consiste em mobilizar o apoio internacional para o monitoramento contínuo da situação dos direitos humanos na ilha. Dentro de Cuba, os EUA desafiaram com sucesso o controle de Castro sobre a informação, primeiro por meio da criação da Rádio Martí em 1985 e, mais recentemente, ao aprovar a criação da TV Martí, sujeita a um teste bem-sucedido de três meses da sua viabilidade, que começou no final de março. Washington também intensificou os apelos à realização de eleições em Cuba, prometendo restaurar relações com um governo democrático devidamente eleito.

Aqueles que são a favor da manutenção da política atual argumentam que as perturbações nos fluxos comerciais soviético-cubanos, a redução prevista na ajuda soviética e a mudança para economias de mercado livre na Europa Oriental irão finalmente permitir que o embargo econômico dos EUA provoque mudanças

substanciais em Cuba. Eles acreditam que os esforços para endurecer o embargo tornariam difícil para os Estados Unidos conseguirem cooperação internacional para pressionar Castro. Finalmente, argumentam que uma política mais dura dos EUA também poderia minar o atual consenso bipartidário no Congresso e reorientar a atenção para a luta dentro do governo dos EUA sobre a sua política para Cuba.

Os defensores de uma política mais dura dos EUA em relação a Cuba querem restaurar o embargo comercial dos EUA ao seu estatuto anterior a 1975, quando a administração Ford permitiu que subsidiárias estrangeiras de empresas norte-americanas comercializassem com Cuba. Os proponentes de um embargo mais rigoroso salientam que outros embargos comerciais existentes, como os contra a Coreia do Norte, o Vietnã e o Camboja, se aplicam a subsidiárias estrangeiras e que Cuba é o único país comunista com uma lacuna para subsidiárias estrangeiras. Desde 1982, subsidiárias estrangeiras de empresas norte-americanas realizaram comércio com Cuba avaliado em aproximadamente 1,5 bilhão de dólares.

Em 5 de abril, a senadora Connie Mack (R-Florida) juntou-se aos senadores Phil Gramm (R-Tex.), Bob Graham (D-Florida) e Joseph Lieberman (D-Conn.) para apresentar um projeto de lei fechando a brecha do embargo. Segundo a legislação proposta, o presidente teria autoridade para reter assistência federal a qualquer país que compre açúcar de Cuba. Há uma boa possibilidade de que o Congresso avance no sentido de reforçar o embargo, embora com efeitos incertos na prática real.

O fato de os Estados Unidos endurecerem a sua política atual ou reafirmarem o *status quo* pode ser menos importante do que a sua insistência contínua em acabar com as violações dos direitos humanos e em realizar eleições livres e justas antes do levantamento do embargo. Essas eleições poderiam assumir a forma de um plebiscito, como sugeriram vários intelectuais proeminentes em todo o mundo, ou de uma disputa pela presidência. A principal alternativa a evitar é uma reconciliação prematura que arranque a derrota das garras da vitória, ao permitir que Castro substitua o declínio da ajuda soviética pelo comércio dos EUA e, assim,

REFLEXÕES XLIV

prolongue o seu governo personalista e antidemocrático. ●

1 The New York Times, 11 de dezembro de 1989.

2 Financial Times, 10 de novembro de 1989, p. 7.

3 Izvestiya, 2 de março de 1990, p. 3.

4 Carmelo Mesa-Lago, "Contagem regressiva em Cuba?" Hemisfile, março de 1990, p. 6.

5 Izvestiya, 2 de março de 1990, p. 3.

6 Relatório Semanal Latino-Americano, 15 de fevereiro de 1990, p. 9.

7 "Castro's Coming Crisis", Confidential Foreign Report, The Economist Newspaper Limited, 21 de dezembro de 1989, p. 1.

10 Para uma descrição persuasiva da lacuna entre atitudes e comportamentos públicos e privados em Cuba, ver José Luis Llovio Menéndez, Insider: My Life as a Revolutionary in Cuba, Nova Iorque: Bantam Books, 1988.

Susan Kaufman Purcell: vice-presidente para assuntos latino-americanos da Americas Society em Nova York.

Publicado no dia 1º de junho de 1990

Segredos do poder de permanência de Castro

Jorge Domínguez



Como o comunismo cubano sobrevive

Fidel Castro fuma um charuto durante entrevistas à imprensa em Havana na visita do senador norte-americano Charles McGovern, maio de 1975.

Pouco depois da queda do Muro de Berlim tornou-se comum em Washington e Miami apostar na data da queda de Fidel Castro. Estas apostas baseavam-se na premissa de que o regime cubano não poderia sobreviver sem o apoio soviético. Desapareceu o subsídio econômico soviético que valia nada menos que um sexto do produto bruto total da ilha; acabaram as transferências de armas, gratuitamente. De 1989 a 1992, a economia cubana contraiu-se acentuadamente, com as importações a diminuírem de 8,1 bilhões de dólares para 2,2 bilhões de dólares. No entanto, o regime cubano permanece firme com Fidel Castro no seu comando. Como o comunismo cubano conseguiu sobreviver?

Além do fato de o comunismo em Cuba não ter sido garantido pelos tanques soviéticos, Cuba é claramente diferente dos regimes da Europa Oriental. Já na primavera de 1990, o povo cubano compreendeu que o comunismo era reversível. Os cubanos já tinham testemunhado o seu colapso noutros lugares e estavam a sentir os efeitos econômicos negativos. Uma sondagem de opinião pública realizada naquela altura mostrou que apenas um quinto dos inquiridos disse que o abastecimento alimentar era bom e apenas um décimo poderia dizer o mesmo sobre a qualidade do transporte. Tais resultados tornam a sondagem crível e, portanto, devemos também acreditar que três quartos dos inquiridos consideravam os serviços de saúde bons e que quatro quintos acreditavam o mesmo em relação às suas escolas. Os cubanos apoiaram o seu regime porque fizeram julgamentos diferenciados sobre o seu desempenho.

Eles compreenderam as suas muitas falhas, mas também puderam identificar os seus sucessos.

Igualmente importante, os cubanos sentiram-se suficientemente livres para expor a um pesquisador as suas muitas críticas à política governamental. Durante muitos anos, o governo cubano permitiu, e até estimulou, formas de queixa dos cidadãos para expor a corrupção e a má gestão, permitindo que os governos locais canalizassem estas queixas para o poder central. Os pesquisadores aproveitaram essa liberdade para criticar serviços específicos e de mau desempenho. Este modesto, mas importante espaço político, continuou a ser a válvula de escape de Havana, e os observadores norte-americanos erram frequentemente nas suas avaliações de Cuba porque não compreendem o seu pleno significado.

A investigação realizada por académicos cubanos no final da década de 1980 mostra também que os cubanos não atribuem muito peso ao Partido Comunista como instituição, mas têm em alta conta os indivíduos que são membros do Partido Comunista. Nas eleições para a assembleia municipal em que foram nomeados pelo menos dois candidatos, menos de um em cada dez eleitores referiu ter escolhido um candidato por pertencer ao partido. Em vez disso, os eleitores apresentaram razões variadas: um bom vizinho, um bom trabalhador, etc. Descobriu-se, no entanto, que muitos destes “bons cidadãos” eram de fato membros do partido. Ao contrário dos seus homólogos da Europa Oriental, estes cubanos não entregaram os seus cartões partidários. Embora o regime fosse vulnerável porque o partido como instituição não era tido em maior consideração, foi, no entanto, fortalecido pelas qualidades pessoais dos seus membros.

A crítica ou o não cumprimento de certas políticas governamentais tem convivido com uma tolerância significativa por parte do regime. Ao mesmo tempo, o regime conquistou apoio público vital para muitos dos seus programas e honrou promessas importantes aos seus cidadãos. Por exemplo, quando o regime prometeu confiar no cumprimento voluntário nos seus esforços para promover a adesão às cooperativas camponesas, continuou a fazê-lo mesmo depois de a participação ter diminuído da sua forte resposta inicial.

Os cubanos discordaram de algumas das políticas do seu governo ao longo dos anos; existe um terreno fértil para plantar as sementes da oposição. Mas para compreender por que razão o regime de Castro resistiu é importante concentrar-nos em fatos raramente relatados fora de Cuba: mesmo entre os seus críticos, o regime pode ser considerado inepto em muitas, mas não em todas as políticas; não é uniformemente opressivo e muitos dos que pertencem ao partido são boas pessoas.

Lição da Europa Oriental: não reforme

Os líderes cubanos aprenderam várias lições com as tentativas de reformas que acabaram por minar outros regimes comunistas. Lição nº 1: empreender o mínimo possível de reformas políticas. Lição nº 2: livre-se da madeira morta da festa desde o início, antes de ser forçado a fazê-lo. Lição nº 3: lidar duramente com deslealdade potencial ou evidente. Lição nº 4: não permitir a organização de uma oposição formal.

Seguindo estas regras, Cuba evitou os padrões que levaram ao desaparecimento de outros regimes comunistas. Um desses padrões na Europa foi o surgimento de reformadores dentro do partido que expulsaram a velha guarda e depois lideraram a formação de uma abertura política. Na Alemanha Oriental, os responsáveis pela transição exerceram o poder apenas por um breve período, antes de serem eles próprios eliminados pelas eleições. Na Hungria, o processo de reforma ocorreu durante vários anos, mas, na abertura fundamental, os reformadores perderam novamente. Outro padrão evidente na Polónia e na Nicarágua (bem como no Chile de Pinochet e nas Filipinas de Marcos) pode ser chamado de “erro espetacular de liderança”: governantes confiantes de que tinham um apoio público substancial convocaram eleições nacionais, que perderam imediatamente.

Não é de surpreender que as próprias reformas políticas de Castro tenham sido mínimas. Tomou medidas para eliminar a discriminação contra os crentes religiosos e para alargar o apelo do Partido Comunista, e uma nova lei eleitoral autoriza eleições diretas para deputados à Assembleia Nacional e delegados à Assembleia

Provincial. Mas o número de candidatos nestas eleições é igual ao número de cargos, os procedimentos de nomeação tornam impossível a atuação de um candidato ou partido da oposição e a campanha eleitoral partidária continua ilegal.

Os meios de comunicação oficiais de Cuba inundaram o país com as “más notícias” dos antigos regimes comunistas da Europa: a dissolução da União Soviética, da Iugoslávia e da Checoslováquia; a eclosão de guerras civis; o aumento do desemprego e da inflação; a eliminação de vários subsídios ao consumo; e o aumento da criminalidade comum. A mensagem para os cubanos comuns é clara: a transição para o capitalismo é longo e doloroso. As elites recebem uma mensagem mais específica: vejam o que aconteceu com Mikhail Gorbachev e outros reformadores; o caminho das concessões reformistas não tem fim – os críticos e os oponentes nunca estão satisfeitos e exigirão sempre mais. Para os líderes cubanos, portanto, as imagens nas telas de televisão dizem-lhes para cerrar fileiras e impedir reformas que possam enfraquecer politicamente o regime.

Uma tarefa relacionada tem sido rejuvenescer a liderança do presidente Castro e do seu irmão Raúl, o ministro das Forças Armadas. Até 1980, nenhum membro do Bureau Político do partido foi demitido – isto desde a sua fundação em 1965. Em contraste, no final do Quarto Congresso do Partido Comunista em 1991, apenas cinco dos que eram membros em 1975 ainda permaneciam. Nesse ínterim, muitos dos funcionários mais importantes de Cuba foram demitidos; alguns ficaram desonrados.

Entre os desgraçados, três se destacam. Humberto Pérez, o arquiteto da recuperação econômica de Cuba na década de 1970, foi despedido em 1985 por dependência excessiva dos mecanismos de mercado. Carlos Aldana, antigo secretário do partido para a ideologia e relações internacionais e um dos mais pragmáticos e de mente aberta da liderança sênior, foi demitido em 1991 por corrupção e negligência do dever. Pior ainda foi o destino do General de Divisão Arnaldo Ochoa, um herói de guerra altamente condecorado pelas suas campanhas militares no Chifre de África em 1977-78, que foi executado perante um pelotão de fuzilamento em

1989 por acusações de corrupção e tráfico de drogas. Tais julgamentos – somados aos julgamentos ao estilo de Nuremberg que as estações de rádio de Miami esperam ocorrer – deixam os oficiais do exército cubano leais ao regime, gratos pelas suas vantagens e desmotivados para a revolta.

Posteriormente, o governo reverteu a sua abertura política muito modesta da década de 1980, que tinha permitido a formação semilegal de pequenos grupos de direitos humanos e de oposição. Desde 1991, muitos ativistas dos direitos humanos e da oposição foram detidos e condenados a duras penas de prisão pelos seus crimes de opinião e de associação pacífica, procurando exercer os seus direitos ao abrigo da constituição de Cuba. Desde 1991, o Ministério do Interior cubano autorizou e organizou “brigadas de reação rápida” para perseguir e, por vezes, espancar dissidentes. Essas brigadas são oficialmente descritas como a resposta espontânea de cidadãos indignados àqueles que difamam o governo, o Partido Comunista e os seus líderes. Essa violência patrocinada oficialmente também pretende ter um efeito dissuasor, intimidando aqueles que possam juntar-se à fraca oposição.

A oposição de Cuba foi atingida de forma especialmente dura pelo declínio catastrófico da economia. Para qualquer indivíduo sobreviver, leva mais tempo para ficar na fila do café da manhã; leva mais tempo para ficar na fila antes do jantar. O transporte por automóvel privado chegou a uma paralisação virtual. Demora muito mais tempo para ir a pé ou de bicicleta para o trabalho. Depois de um dia tão “normal” de trabalho, caminhar ou andar de bicicleta até uma reunião política noturna torna-se menos imaginável. As dificuldades econômicas, que afetam muito menos os funcionários do governo, enfraqueceram ainda mais os já enfraquecidos e sempre dispersos grupos de oposição de Cuba.

Em suma, os irmãos Castro governaram e desmantelaram uma oligarquia excessivamente estável. Os quadros médios temem sobretudo a “certeza” de que o comunismo reformista em Cuba conduziria, no devido tempo, à sua própria morte pessoal. Penalidades severas são aplicadas às elites e aos cidadãos comuns que não seguem a linha oficial. Embora muitos no estrangeiro

esperassem que as dificuldades econômicas aumentassem o apoio aos grupos de oposição, os efeitos em curto prazo destas dificuldades enfraqueceram-nos e desorganizaram-nos, tornando mais fácil a resistência do regime. Estes fatores permitiram ao regime de Cuba resistir ao destino dos seus antigos aliados europeus. Até agora, o aspirante a Boris Yeltsins de Cuba tem sido intimidado. Os seus pretensos Violeta Chamorros e Václav Havels estão na prisão ou em Miami.

A mão amiga do mercado negro

Castro ajustou-se ao colapso dos seus parceiros comunistas, baixando drasticamente o nível de vida de Cuba. A liderança de Cuba procura simplesmente perseverar, orgulhosa mas pobre. O regime poderia sobreviver por um período indefinido neste nível de dificuldades. Não há perspectivas sérias de melhoria econômica a menos que sejam empreendidas mudanças importantes. Mas Castro não é tão rígido e dogmático que nunca mude; encurralada, mesmo agora Cuba já iniciou uma transição para mercados mais livres.

Esta capacidade de adaptação às circunstâncias ajuda a explicar a durabilidade do regime. Em longo prazo, a transição para o mercado livre estabelecerá as bases para o futuro de Cuba, independentemente de quem governa a nação ou da forma que o governo assume. Parte desta transição ocorreu no âmbito da economia formal. O regime reservou uma pedra angular: no início da década de 1960 expropriou todas as propriedades estrangeiras; no início da década de 1990, acolhe o investimento estrangeiro privado em condições atrativas. Este investimento é notável no setor do turismo, mas também pode ser encontrado na agricultura, nas fábricas de montagem e nos contratos de risco para a exploração de petróleo. Tal como o seu valor total, o número de projetos de investimento é pequeno, mas está aumentando.

Esta tendência ocorreu principalmente no setor exportador. Mas o governo também liberou regulamentações para permitir a contratação privada de certos serviços. Algumas empresas estatais que exportam bens e serviços foram semiprivatizadas – isto é, operam como empresas privadas tendo o Estado como único

acionista. Seria apenas um pequeno passo adicional para permitir a sua privatização total, deixando-os nas mãos de antigos quadros do governo e do partido. Esta medida antecipa inteligentemente a privatização do tipo "faça você mesmo" em curso na antiga União Soviética ou a recompensa de última hora aos fiéis empreendida pelos sandinistas na Nicarágua em 1990. Mas qualquer que seja a motivação, estas mudanças alargam o âmbito da economia de mercado de Cuba.

A ascensão da economia de mercado ilegal é mais importante para compreender como os cidadãos comuns se adaptaram à adversidade econômica. As atuais dimensões do mercado negro são difíceis de avaliar. Alguns mercados ilegais dependem do roubo, mas muitos outros representam os melhores mercados. Por exemplo, a agricultura estatal nunca desenvolveu um sistema eficiente de distribuição de alimentos. Ainda hoje as colheitas às vezes apodrecem nos campos sem serem colhidas. Comportando-se de forma ilegal mas eficiente, os camponeses e os intermediários comerciais ligam-se aos consumidores urbanos para equilibrar a oferta e a procura.

Estes mercados ilegais tornaram-se o "agente secreto" do regime no processo de ajustamento, embora a posição oficial seja denunciá-los e reprimi-los. A recorrência aos mercados ilegais é comum e a sobrevivência das famílias cubanas comuns (e mesmo das famílias de funcionários do governo e membros do partido) passou a depender cada vez mais deles. É difícil viver simplesmente com o que o cartão de racionamento do regime atribui, e o mercado negro permite que os cubanos comuns complementem as suas dietas. Também torna menos provável a ocorrência de distúrbios alimentares ou de outros consumidores. Como resultado, a sobrevivência do regime também depende deles e estes mercados ilegais são, de fato, tolerados.

Os mercados ilegais são financiados pelo banco central, uma vez que a dependência do governo da impressão de papel-moeda para financiar o seu próprio déficit cria um considerável excesso de liquidez. À medida que o dinheiro em circulação aumenta, porém, também aumenta a inflação. Como os preços na economia formal

são reprimidos, a inflação até agora só acelera nos mercados ilegais. Desta forma, porém, o Estado está a perder o controle efetivo sobre a política macroeconômica e o comportamento econômico dos seus cidadãos. O próprio processo que ajudou o regime a resistir desde 1989 poderá contribuir para o seu enfraquecimento nos próximos anos. Mas se a inflação nos mercados ilegais acabará por se tornar um fator de derrubada do regime dependerá de possíveis mudanças na política interna cubana, bem como nas políticas dos EUA.

O apoio involuntário de Washington

O regime de Castro perdura em parte porque os seus inimigos o ajudam involuntariamente a sobreviver. As políticas dos EUA fornecem amplo alimento para os radicais cubanos, ajudam a censurar informações que os cubano-americanos poderiam fornecer aos familiares na ilha e impedem que os cubanos comuns aprendam sobre o mundo exterior.

Abundam os exemplos de como Washington apoia involuntariamente o regime de Castro. Diariamente, as estações de rádio de Miami, e ocasionalmente a própria Rádio Martí do governo dos EUA, assustam os cidadãos cubanos com a perspectiva do regresso dos exilados que exigirão a restituição de propriedades. Washington impede a AT&T de ativar uma nova linha telefônica para a ilha numa base comercial normal e proíbe a exportação de equipamento de comunicações, como aparelhos de fax e correio eletrônico. No final da década de 1970, o regime de Castro entrou num dos seus episódios mais instáveis depois de abrir as fronteiras de Cuba ao turismo internacional; mas em 1982 a administração Reagan ajudou Havana a recuperar o controle das suas fronteiras, tornando ilegal que os cidadãos dos EUA gastassem dinheiro em Cuba, travando assim o pouco de turismo vindo dos EUA. As contínuas manobras militares e sobrevoos dos EUA lembram constantemente aos cubanos a possibilidade de uma ameaça dos EUA, tornando mais fácil para Castro pedir sacrifícios para defender a pátria.

Mais útil para os radicais de Cuba tem sido a chamada Lei da Democracia Cubana, que o Congresso promulgou no outono de

1992, no meio da competição partidária pelos votos eleitorais da Flórida. A única medida significativa da lei foi impor sanções às empresas norte-americanas cujas subsidiárias de países terceiros comercializam com Cuba. Dado que esse comércio consistia principalmente em produtos alimentares, os líderes cubanos deverão agora achar mais fácil atribuir a culpa da escassez de alimentos a Washington. Antes da Lei da Democracia Cubana, o regime de Castro tornou-se internacionalmente isolado. Desde então, conseguiu construir uma coligação grande e heterogênea para se defender. As sanções impostas pelos EUA a empresas em países terceiros provocaram protestos de quase todos os principais aliados e parceiros comerciais dos EUA. No final de 1992, pela primeira vez desde que começou em 1960, o embargo comercial dos EUA foi esmagadoramente condenado pela Assembleia Geral da ONU, com o único apoio dos EUA vindo de Israel e da Romênia.

O resultado mais provável da Lei da Democracia Cubana será simplesmente que as empresas cubanas comprem de subsidiárias não americanas. A lei é politicamente contraproducente e economicamente ineficaz. Os Estados Unidos ressurgiram como um inimigo internacional crível, ameaçando mais uma vez Cuba, desta vez com a fome. Que melhor presente poderiam ter recebido os radicais cubanos?

Um novo rumo para a política dos EUA

A administração Clinton deveria tomar a iniciativa – independentemente do que Castro faça – para facilitar uma transição política pacífica em Cuba. É necessária uma política mais ativa dos EUA para reduzir a probabilidade de violência interna e para ajudar a abrir um espaço político mais amplo para a formação de oposição organizada. Os líderes cubanos têm longa experiência na administração da repressão e na adaptação às dificuldades. O que eles não sabem lidar é com a abertura e a paz.

Primeiro, Washington poderia contrariar os apelos nacionalistas de Castro se cessasse os jogos de guerra em torno de Cuba. As medidas de criação de confiança tranquilizariam os cidadãos da ilha contra o ataque dos EUA, tornando mais difícil para Castro pedir sacrifícios.

Em segundo lugar, os Estados Unidos também deveriam parar de ajudar a censura de informação por parte de Cuba: permitir a ligação telefônica da AT&T numa base comercial; permitir a venda de aparelhos de fax e outros equipamentos de comunicação; suspender as regulamentações que impedem os cidadãos dos EUA de viajar para Cuba; fomentar o intercâmbio acadêmico, cultural e artístico; providenciar a abertura de agências de notícias em Havana e Washington; fomentar a cooperação técnica entre as instituições dos EUA e de Cuba para proteger as espécies migratórias, limpar a poluição no Estreito da Flórida e trocar informações sobre o rastreamento de furacões. O fato de tal cooperação deveria ser transmitido aos cubanos.

Remover aspectos do embargo dos EUA para além das comunicações exigiria mudanças recíprocas em Cuba. Mas tendo demonstrado vontade de levantar restrições numa área, os Estados Unidos poderiam utilizar o restante do embargo como um instrumento ativo de negociação para conseguir uma maior abertura. Tais políticas dos EUA permitiriam finalmente o desenrolar mais normal de um processo político em Cuba, permitindo que alguns responsáveis e membros do partido defendessem mais abertamente um redirecionamento de políticas. Também permitiriam que os opositores do regime aproveitassem o evidente descontentamento e a inflação galopante nos mercados ilegais. Uma política mais variada poderia tornar-se possível em Cuba – inicialmente simplesmente como tendências dentro do Partido Comunista –, mas apenas se a política dos EUA fosse outra para que os cubanos que procuram a mudança não fossem mais vulneráveis à acusação de que são traidores da pátria.

Uma objeção comum a esta abordagem é que apenas a coerção funciona para forçar a abertura de um regime comunista. Esta objeção é irrelevante no caso de Cuba. Estas mudanças propostas são notavelmente modestas e, na verdade, realinhariam a política em relação a Cuba com o que tinha sido a política da administração Reagan em relação a vários outros regimes comunistas. Os Estados Unidos permitiram que turistas norte-americanos visitassem a Polônia, exilados nicaraguenses telefonassem para Manágua e

estudantes chineses comprassem aparelhos de fax (antes da revolta na Praça Tiananmen). Desenvolveu um extenso sistema de medidas militares de construção de confiança com a União Soviética, bem como muitos intercâmbios acadêmicos e culturais. Juntamente com medidas coercitivas, estas políticas modestas contribuíram para aberturas políticas nos regimes comunistas.

Há outra alternativa para a administração Clinton: ignorar Cuba. Já não importa como uma questão internacional, Cuba parece cada vez mais apenas uma ilha das Caraíbas. O seu foco agora está em atrair turistas, e não no envio de tropas para Angola e Etiópia ou conselheiros militares para a Nicarágua e o Congo. As relações de Cuba com a Rússia já não ameaçam a segurança dos EUA, embora subsistam pequenos aborrecimentos (o porto de escala da antiga Marinha Soviética em Cienfuegos e a instalação de inteligência eletrônica em Lourdes). O apoio cubano às insurgências praticamente terminou, exceto no que diz respeito aos resíduos de complicações passadas. O seu objetivo já não é promover a revolução, mas sim atrair investimento estrangeiro privado. O comércio com o Canadá tornou-se mais importante do que as relações com o Tajiquistão. O regime fica feliz quando os seus descontentes emigram e espera apenas pelas suas remessas do futuro.

Contudo, por razões políticas internas, parece improvável uma mudança na política dos EUA. Embora a comunidade cubano-americana esteja de fato dividida de forma equitativa, apenas os *lobbies* de direita estão muito organizados politicamente. No início de 1993, mantiveram um controle sobre a política dos EUA que fez Cuba se fixar nas questões mais importantes da agenda dos EUA. Embora negligenciar Cuba fosse melhor do que apoiar involuntariamente os seus linhas-duras, os interesses dos EUA seriam mais bem servidos se Cuba realizasse uma transição pacífica para uma sociedade e uma política mais abertas.

Castro poderia muito bem suportar

Por que, então, Fidel Castro sobreviveu tanto tempo no poder? Pelas mesmas razões, poderá continuar a fazê-lo durante muito mais

anos, a menos que as políticas dos EUA mudem para tornar finalmente possível a ação de oposição em Cuba. Herdeiros de uma autêntica revolução social, os cubanos comuns permanecem suficientemente livres para expressar queixas, ao mesmo tempo que distinguem cuidadosamente entre o que fazem e o que não gostam, e quem respeitam e quem não respeitam. A sociedade civil de Cuba já não é tão fraca como antes, mas a oposição ao regime foi enfraquecida desproporcionalmente pela pressão econômica e continua dificultada pela falta de liderança e organização para capitalizar as atuais dificuldades sociais e econômicas. O Estado continua fortemente repressivo, mas é agora apoiado por mercados ilegais que permitiram aos cubanos adaptarem-se ao declínio econômico.

Nunca antes tantos cubanos expressaram a sua desaprovação pelo sistema comunista. Relatórios não oficiais, mas confiáveis, indicam que nas eleições municipais de dezembro de 1992, um quinto a um quarto de todos os votos expressos – e até um terço em Havana – foram votos em branco ou nulos, um aumento de cinco vezes em relação às eleições anteriores. Tais resultados podem pressagiar o início de uma transição política há muito esperada em Cuba. Só por meio da realização de grandes mudanças políticas é que os líderes de Cuba poderão esperar recuperar o consentimento da população. Mas essas mudanças não estão à vista.

Os cubanos da oposição devem organizar-se de forma muito mais eficaz do que nunca. Enquanto os cidadãos expressarem a sua dissidência por meio de canais legais, o regime não cairá. Mas, para além da repressão e do medo, uma barreira importante ao crescimento da oposição organizada é que muitos que se opõem ao regime não desejam “cometer traição” ou tornar-se “o partido dos Estados Unidos”. Para criar o espaço político necessário a fim de que uma oposição organizada cresça – e talvez eventualmente triunfe – Washington deve moderar as políticas que monopolizam a oposição ao regime e alimentam a sua linha dura.

Os líderes cubanos poderiam estabilizar o seu sistema político empreendendo as suas próprias mudanças cuidadosamente. Poderiam legalizar o mercado negro para melhorar a eficiência e a

produção; poderiam descentralizar o poder para dinamizar as instituições políticas locais que retêm um apoio público significativo, precisamente porque estão próximas e respondem às necessidades dos cidadãos comuns. Tal estratégia não exigiria liberalização política – Cuba manteria um sistema de partido único. Não devolveria a economia de Cuba às circunstâncias anteriores a 1989; não restabeleceria a plena legitimidade do regime. Tais mudanças, no entanto, poderão travar o declínio da economia e até trazer de volta algum crescimento; poderiam tornar mais provável que os cidadãos comuns permanecessem suficientemente leais para que o regime sobrevivesse.

Castro poderá ainda consolidar o seu estilo de socialismo em Cuba. Mesmo a esta hora tardia, o regime permanece no poder porque mantém a lealdade de um número suficiente do seu povo e a parceria relutante de muitos aliados dos EUA. Estas circunstâncias prevalecem em parte porque a oposição rígida de Washington continua a permitir que Castro reúna os cidadãos para defender o que muitos cubanos são capazes de reconhecer como os sucessos legítimos do regime. Os Estados Unidos têm sido um inimigo ferrenho de Fidel Castro, mas com um inimigo como este, ele pode não precisar de amigos. ●

Jorge Domínguez: docente de longa data e administrador da Universidade de Harvard, Jorge Dominguez aposentou-se recentemente após mais de 45 anos de serviços prestados à escola. Ele ocupou vários cargos durante sua carreira, incluindo servir como primeiro vice-reitor da universidade para assuntos internacionais de 2006 a 2015. Nessa posição, Jorge Dominguez liderou iniciativas de alcance internacional e apoiou a presença internacional já estabelecida da universidade.

Publicado no dia 1º de março de 1993

De olho em Cuba: as empresas dos EUA e o embargo

Pamela S. Falk



Chefe das Forças Armadas de Cuba, Raúl Castro, do cosmonauta cubano Arnaldo Tamayo Mendez, do presidente de Cuba, Fidel Castro, e do cosmonauta soviético Yuri Romanenko, durante uma cerimônia de recepção no aeroporto José Martí, em Havana, em outubro de 1980.

No final de 1995, o hangar de jatos privados no Aeroporto Internacional José Martí, em Havana, já estava lotado bem como em 1996, e a maioria das reservas pertencia a uma das raras clientelas de Cuba: empresas americanas. Os executivos-chefes em viagens de familiarização e os analistas técnicos em missões de apuração de fatos têm procurado inúmeras empresas proeminentes e curiosas, incluindo General Motors, Sears Roebuck, Avis, Hyatt, ITT Sheraton, Bank of Boston, Gillette e Radisson Hotels. Cada vez mais, estas empresas gostam do que veem da economia cubana e queixam-se abertamente do que lhes é negado pelo embargo dos EUA. “O embargo é um desperdício de dinheiro e de tempo dos contribuintes”, disse James E. Perrella, CEO da gigante da construção Ingersoll-Rand, após uma reunião em novembro com o presidente cubano Fidel Castro. Perrella, recentemente nomeado presidente do Conselho Nacional de Comércio Exterior, composto por 500 empresas, é apoiado por um número crescente de empresas da Fortune 500. Dwayne O. Andreas, presidente da Archer Daniels Midland, afirma não “conhecer um CEO corporativo que pense que excluir os negócios dos EUA seja uma boa ideia, especialmente quando toda a Europa Ocidental está lá, bem como membros-chave do Congresso, sempre que puderem.” A questão é se as empresas americanas conseguirão organizar-se suficientemente bem para ir além dos esforços silenciosos de *lobby* dos líderes empresariais individuais e aliviar ou acabar com o embargo.

Um Taj Mahal para Havana

Até mesmo os proprietários de alguns dos maiores hotéis e resorts da Flórida, que alberga muitos exilados cubanos fervorosamente anti-Castro, apelam à mudança. Peter Blyth, presidente da cadeia de hotéis Radisson, que tem mais de 4.000 agências de viagens em todo o mundo, incluindo o sul da Flórida, está pronto para investir e frustrado por ter sido bloqueado. "Temos três locais de hotel escolhidos, um local do TGI Friday em Havana escolhido e navios de cruzeiro aguardando luz verde. Há uma demanda reprimida porque [Cuba] é um mercado substancial para empresas americanas, e a maioria de nossos colegas em Wall Street sentem o mesmo." Perrella, Blyth e Andreas concordam que está em andamento um *lobby* empresarial para suspender o embargo. "É como uma avalanche na neve", diz Andreas. "Você realmente não saberá o que está por vir até que esteja em cima de você e seja tarde demais. Mas o *lobby* está lá e está ganhando força." O magnata do setor imobiliário e de cassinos, Donald Trump, diz: "O povo de Cuba é o maior do mundo. Gostaria de ajudá-los a reconstruir o país e devolvê-lo ao seu esplendor original. E assim que a lei mudar, estarei pronto para construir o Taj Mahal em Havana." Ao mesmo tempo, os defensores de uma revogação temem que as empresas dos EUA possam chegar tarde demais. O advogado corporativo e veterano cubano Theodore C. Sorenson diz: "Quando todos os muros caírem, eles descobrirão que seus concorrentes estrangeiros já estão lá".

Apesar das melhores perspectivas de investimento, vários grupos empresariais ainda se opõem veementemente a qualquer negócio dos EUA em Cuba. Tom Cox, diretor executivo do Conselho Empresarial EUA-Cuba, adota uma linha dura: "Isso está lançando uma tábua de salvação para Castro, pura e simplesmente". Mas Cox diz que embora o conselho tenha uma longa lista de pré-condições para apoiar o investimento - estabelecimento de uma economia de livre iniciativa, execução de contratos e proteção e expansão da propriedade privada - "Não é necessário que Castro deixe a cena". Alguns dos membros corporativos de Cox estão começando a se equivocar e a romper com o conselho sobre a questão do embargo.

Um membro perguntou: "Não há algo entre dançar com um ditador e ficar sentado passivamente enquanto os europeus investem? Somos a América corporativa. Por que não somos nós quem manda?" O antigo secretário do Tesouro do presidente Clinton, Lloyd Bentsen, surpreendeu recentemente alguns observadores ao expressar fortes sentimentos pró-investimento numa convenção em Toronto.

A linha dura contra qualquer negócio com Cuba sob Castro ainda é uma ortodoxia para muitos exilados cubanos influentes. O seu ativismo inibe alguns empresários, que temem retaliações internas, mas menos do que no passado. As ameaças de boicotes ou algo pior por parte da comunidade exilada diminuíram; na verdade, o embargo é quebrado na maioria das vezes por famílias exiladas que enviam dinheiro a familiares. Um porta-voz dos Hotéis Radisson afirma que não recebeu qualquer pressão e que os cubano-americanos do condado de Dade são os seus melhores clientes. A Benetton, a multinacional italiana de vestuário, enfrentou um protesto de exilados cubanos, mas afirma que durou um dia em frente à sua loja em Dadeland e cessou quando os responsáveis da empresa se reuniram com os manifestantes. "É um tigre de papel", diz John Kavulich, presidente do Conselho Econômico e Comercial EUA-Cuba. "Os telegramas de cuidado com o comprador e as ameaças de boicote não produziram nenhum grande obstáculo para os defensores do livre mercado."

Da disputa de tudo ou nada dos últimos 30 anos, o debate sobre fazer negócios com Cuba parece estar a mudar para termos e condições. A questão subjacente é quanta mudança pode ocorrer antes de Castro deixar o poder.

Uma cena em mudança

Várias forças estão a incentivar as empresas americanas a tornarem-se públicas no *lobby* contra o embargo. Nos últimos dois anos, Cuba abriu gradualmente a sua economia para permitir a venda de algumas empresas estatais e aliviou as restrições ao investimento estrangeiro. As empresas norte-americanas veem empresas europeias, mexicanas, canadenses e japonesas começarem a fazer

investimentos sérios no país. Os executivos empresariais americanos temem que empresas não norte-americanas possam excluí-los, especialmente nas áreas industriais e de telecomunicações. Várias empresas norte-americanas com grandes reivindicações sobre propriedades expropriadas pelo governo Castro argumentam que a legislação atualmente em apreciação no Congresso para reforçar o embargo põe em perigo os seus direitos. Por último, os acordos de imigração entre os governos dos EUA e de Cuba esfriaram a atmosfera política, inibindo a migração e sublinhando o fato de que, no que diz respeito à política dos EUA, os emigrantes de Cuba são principalmente refugiados econômicos.

As iniciativas do governo cubano aumentaram as expectativas em Wall Street e nas empresas americanas de lucros em curto prazo assim que o embargo for aliviado ou terminado, e isso refletiu-se em preparativos acelerados. As autoridades econômicas cubanas reuniram-se com mais de 1.300 executivos dos EUA e assinaram cerca de 40 cartas de intenções não vinculativas para fazer negócios, incluindo vários compromissos de mais de bilhões de dólares, só em 1995. Um desses compromissos assumidos por um consórcio de investimento está avaliado em 10 bilhões de dólares, segundo Kavulvich. Outra proposta, elaborada por um grupo de 12 hotéis, está avaliada em 2 bilhões de dólares, segundo o Ministério do Turismo de Cuba. Alguns observadores, no entanto, desconsideraram ou rejeitam profundamente estas iniciativas devido ao seu estatuto não vinculativo.

Mesmo com o embargo, as empresas americanas têm alguma presença em Cuba. A atual lei dos EUA permite que empresas americanas com licenças especiais operem no país em telecomunicações, publicações, programas culturais, agências de notícias, processamento de cartões de crédito para determinadas transações, reservas de viagens, projetos humanitários e tipos limitados de vendas médicas e farmacêuticas. A lei dos EUA também permite que empresas americanas comprem uma participação minoritária não controladora numa empresa estrangeira que faça negócios em Cuba, exceto nos casos em que a empresa tenha uma divisão separada dedicada exclusivamente ao

trabalho cubano.

Os produtos americanos também podem ser encontrados em toda Cuba, principalmente em Havana. A Coca-Cola está prontamente disponível, o que não acontecia há seis meses. Os vinhos californianos apareceram recentemente no restaurante do Hotel Nacional em Havana. A maior parte destes produtos é vendida por meio de redes de distribuição não autorizadas no Panamá e em outros países. É uma questão de especulação até que ponto as empresas-mãe estão conscientes destas transações. "Ninguém vende tanta Coca-Cola ao Panamá sem saber para onde vai", diz Julio Ignacio, distribuidor cubano de bebidas espirituosas. "É vendido com uma piscadela e um aceno de cabeça."

Entretanto, o ritmo do investimento estrangeiro não americano em Cuba acelera, apesar dos riscos políticos do país. A Sherritt International do Canadá emitiu no ano passado uma oferta de ações no valor de 500 milhões de dólares para alargar as suas participações cubanas nos setores do açúcar, transportes, comunicações e imobiliário. Em três semanas, estava totalmente inscrito. Em grande parte, o aumento do investimento deve-se a uma crença generalizada de que num futuro não muito distante os Estados Unidos irão afrouxar ou levantar o embargo. "Estamos aqui há entre três a cinco anos e esperamos ser comprados pelos americanos", confidenciou Mario Panunci, cujo banco de investimento italiano financiou a concessionária Fiat em Havana. "Colocamos mais dinheiro do que podemos retirar, mas quem se importa? Sabemos que vocês estarão aqui em breve. Os cubanos querem e as empresas americanas querem também. É apenas uma questão de tempo."

Uma preocupação que paira sobre as empresas americanas é se as oportunidades de investimento de capital e de entrada no mercado serão arbitrariamente restringidas pelo governo de Cuba, que ainda é autoritário e comunista. Em diversas ocasiões, Castro expressou sentimentos relutantes sobre a abertura da economia cubana. No seu discurso de dezembro à Assembleia Nacional, Castro reiterou a sua crença de que "sob o capitalismo, os interesses do povo e os interesses da nação não coincidem. É apenas sob o socialismo que

os interesses da nação e os do povo coincidem". No entanto, Castro aparentemente encontra algum consolo nas taxas fiscais que garantem ao Estado uma ampla fatia dos lucros das novas empresas.

A contrariar a relutância pessoal de Castro estão as pressões de segmentos-chave da sociedade, incluindo funcionários públicos mais jovens e facções militares. Embora a hemorragia dos primeiros anos pós-soviéticos tenha passado, os cubanos reconhecem que a sua economia ainda é frágil. Assim, o nervosismo oficial é constante e centra-se na nova necessidade de sustentar a confiança dos investidores estrangeiros. A desastrosa colheita de açúcar do ano passado – a mais baixa desde os tempos pré-revolucionários – assustou os investidores e deixou os cubanos sóbrios, que começaram a acreditar que a economia estava a melhorar. A produção recorde de açúcar tem sido um problema e a diminuição da produção de açúcar resultou num déficit comercial pior do que o de 1994.

“O turismo será o nosso futuro”, declarou Castro no seu discurso. “Hoje o turismo gera mais receita bruta do que o açúcar.” Na verdade, o turismo está a atrair grande parte da atenção dos investidores estrangeiros; os hotéis estão em 90% da capacidade ou mais em Havana, Varadero e Santiago de Cuba. Os maiores investidores em *joint ventures* com a Cubanacán, uma das agências de turismo de Cuba, são Espanha, Holanda, Canadá, Colômbia, Alemanha e Jamaica. O Ministério do Turismo de Cuba, embora talvez dependa de empreendimentos que possam transformar Cuba numa meca turística sobrelotada, prevê um aumento para 50.000 quartos no ano 2000, face ao nível atual de 23.000, um aumento duplo. É discutível se esses objetivos podem ser alcançados, mas a ilha tem gerado interesse suficiente como destino para justificar a programação de voos diretos a partir de Helsínque e Düsseldorf.

Passo a passo

O governo cubano está bem ciente de que a equipe de política externa da administração Clinton está predisposta a abrir lentamente a porta e tem poucas expectativas de que quaisquer

grandes passos ocorram antes das eleições presidenciais americanas de 1996. A administração Clinton está a conduzir uma revisão interagências, como exigido por lei, da política de telecomunicações EUA-Cuba que considerará permitir que empresas norte-americanas invistam na privatização multibilionária do sistema telefônico de Cuba. Uma interpretação razoável da lei atual poderia considerar tal proposta aceitável, mas a aposta é contra a aprovação de um investimento direto e abrangente nos EUA num ano eleitoral. Mesmo assim, a empresa mexicana envolvida no acordo enviou lobistas ao Capitólio para buscar aprovação para que a AT&T se tornasse parceira no empreendimento. Dwayne Andreas acha que sabe o que acontecerá se Clinton for reeleito. “Clinton certamente avançará no sentido do levantamento do embargo e os cubanos contam com isso”.

Os modestos passos de liberalização que Clinton tomou estão em conformidade com os objetivos da Lei da Democracia Cubana de 1992, que incluem o estabelecimento de contatos interpessoais para promover a reforma democrática em Cuba. Em 6 de outubro, a administração Clinton permitiu que agências de notícias dos EUA se instalassem em Cuba; autorizou a Western Union a abrir escritórios em Havana, as empresas americanas a registrarem patentes dos seus produtos (por exemplo, Coca-Cola ou Kleenex) em Cuba, e as fundações e organizações não governamentais dos EUA a estabelecerem programas de intercâmbio; e expandiu a ajuda humanitária e as remessas familiares permitidas pela lei dos EUA. Os funcionários do governo dos EUA admitem, em privado, que ao abrigo dos novos regulamentos – particularmente os que se aplicam às doações humanitárias – as empresas americanas podem fazer muito para estabelecer uma presença no mercado. No ano passado, por exemplo, Angel R. Martinez, presidente de uma subsidiária da Reebok e cubano-americano, entregou 5.000 pares de tênis Reebok doados a Cuba por meio de uma licença especial, adquirindo algum reconhecimento do nome do produto juntamente com boa vontade.

Iniciativas, mesmo que apenas preparatórias, estão surgindo de outros quadrantes. Um desses esforços é um conjunto de diretrizes de investimento para as empresas norte-americanas, muito

semelhantes aos princípios Sullivan, que forneceram um quadro para investir na África do Sul do *apartheid*. As diretrizes foram escritas por dois exilados cubanos: Rolando H. Castañeda, um alto funcionário de operações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e George Plinio Montalván, o antigo economista-chefe da Organização dos Estados Americanos. As diretrizes propõem requisitos laborais justos, como a contratação direta de cubanos em vez de uma agência estatal, um limite de 48 horas para a semana de trabalho, a organização de sindicatos independentes e a igualdade de acesso dos cubanos a praias e restaurantes. Os autores também propuseram acabar com a proibição liderada pelos EUA à admissão de Cuba no Fundo Monetário Internacional, desde que Cuba implante reformas baseadas no mercado. Apela aos Estados Unidos para que levantem unilateralmente a proibição da venda comercial de alimentos a Cuba; o resto do embargo comercial seria levantado quando Cuba libertasse os seus prisioneiros políticos e concordasse em cumprir as convenções internacionais de direitos humanos. A sua proposta para a resolução de reclamações sobre propriedades expropriadas é a compensação e não a restituição.

“A comunidade empresarial não está tentando ser insensível à dor de cabeça da comunidade exilada”, diz Peter Blyth, do Radisson Hotel. “Existem outras vozes por aí, entre elas muitos cubano-americanos, que nos pedem para avançarmos porque há uma mudança geracional e os avós da comunidade exilada são todos idosos”. Outros executivos expressam, em privado, opiniões semelhantes, dizendo que a comunidade empresarial dos EUA tem sido uma força para a mudança democrática noutros países no passado. Neste caso, as empresas americanas terão de trabalhar com a comunidade exilada para fazer avançar a sua agenda e obter acesso total ao mercado cubano. ●

Pamela S. Falk: Diretora de Pessoal do Subcomitê do Hemisfério Ocidental da Câmara dos Representantes dos EUA. Ela está escrevendo um livro sobre Cuba e assessora empresas e indivíduos sobre o país.

Publicado no dia 1º de março de 1996

A longa reforma de Cuba

Wayne S. Smith



Paralelos errados

A expectativa predominante nos Estados Unidos, e certamente entre os líderes políticos americanos, parece ser a de que o fim está próximo para o presidente cubano Fidel Castro e a sua revolução. Na verdade, essa é a expectativa há alguns anos. Em dezembro de 1992,

pouco depois da aprovação da sua Lei da Democracia Cubana, que reforçou o embargo contra a ilha, o congressista Robert G. Torricelli (DN.J.) garantiu aos americanos que Castro cairia dentro de semanas. O senador Jesse Helms (RN.C.), ao apresentar legislação no ano passado com o congressista Dan Burton (R-Ind.) para endurecer ainda mais o embargo, disse que Castro estava na corda bamba e precisava apenas de um empurrão final. O projeto de lei Helms-Burton proibiria a normalização das relações com qualquer futuro governo que incluísse Castro.

O único debate real tem sido sobre como o fim poderá chegar. Seria como na Romênia, com o desaparecimento de um líder comunista nas mãos do seu povo enfurecido? Ou como na Polônia e na antiga Checoslováquia, onde líderes dissidentes assumiram o governo?

Nenhuma das comparações provavelmente se mostrará adequada. Os governos comunistas foram impostos à Europa Oriental sob a ponta das baionetas soviéticas. Uma vez retiradas as baionetas, o colapso desses regimes era inevitável, independentemente do desfecho do jogo. Em Cuba, as baionetas estrangeiras nunca foram necessárias; o comunismo chegou à crista de um movimento nacionalista popular. É verdade que o comunismo não foi o que Castro tinha prometido. Mas se era o caminho que ele, o líder mais popular da história cubana, desejava para o país, a grande maioria dos cubanos estava preparada para seguir à altura. Castro continua

a gozar de um apoio popular considerável (maioria ou não) e o exército e as forças de segurança o apoiam. Portanto, é um erro pensar que ele irá renunciar. Renunciar seria admitir a derrota, e Castro está longe de ser derrotado.

Castro não está no tipo de situação enfrentada pelo ditador romeno Nicolae Ceausescu e pelo líder soviético Mikhail Gorbachev. A sua situação assemelha-se mais à de Francisco Franco da Espanha após a Segunda Guerra Mundial, e não simplesmente devido à sua herança galega comum. Ambos apostaram no lado errado da história. No caso de Franco, a aposta foi na Segunda Guerra Mundial. Pode-se argumentar sobre o grau de sua cooperação com as potências do Eixo, mas as suas simpatias eram claras. Ele via o autoritarismo conservador como a onda do futuro, a ser assegurada pela vitória do Eixo.

Franco estava errado. A vitória das potências aliadas deixou a Espanha política e economicamente isolada. A Espanha nem sequer foi autorizada a aderir às Nações Unidas ou a participar no Plano Marshall. Para obter aceitação, para permanecer à tona no novo mar democrático e controlado pela OTAN em que a Europa Ocidental se tinha tornado, a Espanha teve de se ajustar. Pragmaticamente, Franco começou a fazê-lo, não porque quisesse, mas porque tinha pouca escolha. O ritmo foi deliberado, com Franco mantendo um controle rígido o tempo todo. A Espanha só alcançou a democracia plena quando Franco saiu de cena em 1975, mas ele lançou as bases tanto para a democracia como para uma economia moderna.

Lições de franco

Castro também fez a aposta errada. Ele pensava que o marxismo-leninismo era a onda do futuro. Ele agora não tem outra alternativa senão reintegrar Cuba numa comunidade internacional que ele nunca imaginou. Tal como Franco, ele está a começar de forma pragmática. Um dos primeiros passos de Castro na remodelação da economia cubana foi semelhante ao de Franco: uma vasta expansão da indústria do turismo para tirar partido das belas praias e dos preços baixos de Cuba. Cuba atraiu cerca de 800 mil turistas no ano

passado, contra apenas alguns milhares em 1985. O turismo substituiu o açúcar como principal fonte de divisas da ilha e poderá facilmente duplicar nos próximos cinco anos.

Em 1993, Castro fez o que dissera que nunca faria: permitir que os cubanos possuíssem e gastassem dólares e mantivessem contas bancárias denominadas em dólares. Autorizou também o trabalho por conta própria em cerca de 100 ocupações, principalmente no setor dos serviços. Isto significava que os cubanos individuais poderiam abrir oficinas privadas de reparação de televisões, lavandarias, restaurantes e muitas outras pequenas empresas. Oficialmente, foram proibidos pelo governo cubano de empregar outros, mas muitos o fizeram e ainda o fazem.

O passo seguinte, em setembro de 1994, foi o restabelecimento dos mercados agrícolas. Depois de cumprirem os seus contratos com empresas estatais, os agricultores podem agora vender o seu excedente de produção por qualquer preço que o mercado suportar. A composição do setor agrícola também começou a mudar. Antes das reformas, cerca de 100.000 pequenas explorações agrícolas privadas funcionavam na ilha. Fazendas semiprivadas foram agora adicionadas a esse estoque. As explorações agrícolas estatais deram lugar a cooperativas nas quais os agricultores muitas vezes têm o direito de utilizar a terra (mas não a possuem de forma definitiva) e podem produzir e vender como entenderem.

Desde dezembro de 1994, os cidadãos foram autorizados a vender artesanato e uma variedade de produtos manuais em mercados artesanais. Assim, em vez dos espaços públicos vazios que costumávamos encontrar nos fins de semana, a Praça da Catedral em Havana e as praças e parques por toda Cuba estão agora lotados de pessoas que não apenas vendem artesanato aos turistas, mas também vendem sapatos, roupas, cerveja e sanduíches de uns para os outros, proporcionando entretenimento musical, cantando, dançando e se divertindo. Percebe-se nessas cenas a profundidade da mudança psicológica que ocorreu. Algum otimismo e a velha alegria de viver cubana substituíram o desespero de 1993.

Tal como na Espanha de Franco, o investimento estrangeiro tem

sido fundamental para a recuperação econômica de Cuba. Este afluxo de capital recebeu um novo impulso por meio de uma lei de investimento estrangeiro promulgada em meados de 1995, que torna possível aos investidores estrangeiros possuírem empresas cubanas, não apenas no turismo, mas em praticamente todas as áreas da economia. Cerca de 60 empresas abriram escritórios em Cuba até agora e muitas mais investiram em empresas cubanas. É difícil obter números, mas uma estimativa cuidadosamente calculada pelo Conselho Comercial e Econômico EUA-Cuba coloca o investimento estrangeiro até à data em mais de 5 bilhões de dólares e em crescimento. Este é um montante respeitável, mas não suficiente para proporcionar a transformação econômica que Cuba exige.

Só o Sherritt International do Canadá já comprometeu meio bilhão de dólares na exploração de petróleo e no desenvolvimento da mineração de cobalto e níquel. Está também a investir em transportes, agricultura (incluindo açúcar), imobiliário, turismo, comunicações e finanças. Isto vai contra a proposta Helms-Burton de punir empresas de países terceiros que invistam em Cuba. Tal como os executivos de Sherritt, muitos outros empresários estrangeiros em Cuba não se impressionam com a ameaça. Eles estão mais irritados do que intimidados por Helms-Burton e preveem que, se o projeto se tornar lei, poucos investidores estrangeiros irão retirar-se. Reconhecem que alguns investimentos estão agora suspensos por causa disso, mas observam que, enquanto for possível obter lucros, outras empresas substituirão aquelas que hesitam ou se retiram. Por exemplo, o grupo Guitart desistiu, mas foi imediatamente substituído pela Tryp, outra cadeia hoteleira espanhola. O efeito da lei Helms-Burton, então, provavelmente será menor. Além de outros problemas, especialistas jurídicos dizem que não resistirá nos tribunais dos EUA.

Finalmente, por meio de uma estratégia que combina o aumento da utilização do bagaço como combustível, mais produção interna de petróleo (que nos últimos três anos quase duplicou para 1,5 milhão de toneladas) e mais importações da Rússia, a crise energética de Cuba parece estar a caminho de uma solução. A crise começou em

1990-92, quando a importação normal de petróleo da União Soviética por Cuba, de 13 milhões de toneladas, caiu para menos de 7 milhões de toneladas.

De volta do abismo

E o resultado dessas reformas? Depois de um declínio na produção econômica de cerca de 40 por cento entre 1989 e 1994, a queda livre terminou. A taxa de crescimento em 1995 foi superior a 2,5 por cento e estima-se que duplicará em 1996. O valor do dólar caiu de 125 pesos em meados de 1994 para 25-35 pesos. Durante um curto período, em agosto, desceu para 12. Os produtos alimentícios básicos que eram escassos em meados de 1994 tornaram-se muito mais abundantes. O preço do feijão caiu de mais de 60 pesos o quilo para 13 pesos e o do arroz de 50 para 5 pesos.

Os apagões intencionais de energia, que em meados de 1994 duravam por vezes 18 horas por dia, 7 dias por semana, na maioria das áreas são agora de algumas horas por semana e em algumas áreas terminaram completamente. Como disse um funcionário de escritório cubano: *"Esse é o maior alívio de todos. Posso suportar todo o resto, mas quando não há ventiladores ou ar condicionado no trabalho, e faz tanto calor à noite que não conseguimos dormir, a paciência começa a se desgastar."*

A nova lei de investimento abre caminho para os exilados cubanos regressarem, investirem e abrirem negócios. Este é um passo bem-vindo, mas suscitou ressentimento entre alguns residentes cubanos, que questionam por que é que os exilados são autorizados a abrir negócios, mas eles não o são. Eles poderão em breve realizar seu desejo. As autoridades cubanas reconheceram que, para racionalizar o setor estatal, poderão, com o tempo, ter de despedir até um milhão de funcionários públicos. As fábricas não lucrativas devem ser fechadas e muitas agências governamentais devem reduzir drasticamente os seus custos. Como serão absorvidas essas massas de novos desempregados? Só há um caminho: expandir o setor privado. Portanto, uma nova lei para pequenas empresas está em discussão. Quando for promulgada, provavelmente este ano, a lei permitirá que grupos de cidadãos, e não apenas indivíduos, reúnam

os seus recursos e abram pequenas empresas privadas que empregarão outros, embora possa limitar o número de funcionários que podem contratar.

Um passo levou a outro nesta transição. A legalização do dólar na economia cubana levantou a necessidade de uma taxa de câmbio oficial realista, que os economistas cubanos ainda estão tentando determinar. As leis sobre o trabalho independente e o investimento estrangeiro aumentaram os apelos a uma lei para as pequenas empresas, o que, por sua vez, conduzirá ao investimento estrangeiro em novas empresas privadas cubanas. O governo, pressionado pelos militares e outros para continuar a reforma, irá sem dúvida resistir no início. Mas eventualmente terá de acomodá-los, talvez por meio da criação de câmaras de compensação estatais para investimentos estrangeiros. As pequenas empresas devem ter capital para prosperar e é do interesse do governo garantir que o obtenham. De que outra forma conseguirão absorver o número crescente de desempregados?

À medida que uma reforma econômica leva a outra, a pressão para a mudança política aumentará. Em breve, por exemplo, cerca de um milhão de antigos funcionários públicos estarão a ganhar a vida em empreendimentos privados de um tipo ou de outro. Eles terão novos interesses e quererão que esses interesses sejam representados. Eles recorrerão à Assembleia Nacional, pressionando-a para que se torne um órgão verdadeiramente representativo. Em suma, as reformas econômicas estabelecem uma equação: quanto mais cidadãos cubanos entram no setor privado, maior é o imperativo de um governo mais representativo.

Rastreo político

As mudanças políticas ocorrerão mais lentamente do que as reformas econômicas e principalmente a reboque desta. Os cubanos assistiram com horror ao colapso socioeconômico na União Soviética e em vários Estados da Europa Oriental, resultante, acreditam eles, de irem demasiado longe e demasiado depressa e de perderem o controle do processo de reforma. Estão determinados a não permitir que isso aconteça em Cuba. Além disso, as autoridades

cubanas argumentam que no meio de uma crise econômica não é o momento para experimentações políticas. Só depois da crise, insistem, é que se poderão contemplar reformas políticas mais significativas. Alguns vão ainda mais longe e veem Cuba a seguir um modelo chinês de reforma, que permite uma liberalização econômica significativa, mas mudanças políticas mínimas.

Um tal modelo pode ser apropriado para a situação atual de Cuba, mas não é provável que continue a sê-lo em longo prazo. A China é um país enorme com petróleo, carvão e outros recursos naturais e um mercado interno tão grande que é quase irresistível para os negócios internacionais. A China pode ser autossuficiente até um ponto que Cuba não consegue e é, portanto, menos vulnerável a pressões externas. Para se reinserir na comunidade econômica internacional, Cuba deve fazer mais concessões e ajustamentos do que a China.

A China tem sofrido pouca pressão para a liberalização política por parte dos seus vizinhos asiáticos, dos Estados Unidos ou da Europa. Este não é o caso de Cuba. Deixando de lado as exigências dos EUA, Cuba enfrenta uma insistência crescente por parte do Canadá, dos parceiros comerciais europeus e dos Estados latino-americanos para que avance em direção à democracia representativa. Ao contrário dos Estados Unidos, estes países acreditam que o envolvimento e o comércio contribuirão mais para encorajar a reforma cubana do que os esforços para isolá-la politicamente e estrangulá-la economicamente. No entanto, as pressões são reais e Cuba deve lidar com elas, especialmente se espera participar plenamente na Organização dos Estados Americanos e em organismos hemisféricos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A transição da Espanha sob Franco oferece mais uma vez um paralelo melhor do que a transição da China sob Deng Xiaoping. Os primeiros passos de Franco em direção a um sistema político mais aberto e à melhoria da imagem da Espanha ocorreram imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando estendeu a liberdade condicional a milhares de presos políticos, suspendeu a censura a jornalistas estrangeiros (mas não da imprensa espanhola), aboliu a milícia Falange, e anunciou que a Espanha com o tempo se

tornaria uma monarquia cristã tradicional. A questão da restauração da monarquia, disse ele, seria resolvida “quando o interesse da nação assim o exigir”.

Depois disso, seu estilo de governança mudou gradativamente. Os seus movimentos críticos em direção à democracia – o processo de liberalização que começou em 1965 e a designação em 1969 do Príncipe Juan Carlos (na verdade, o rei em espera) como seu sucessor – vieram muito mais tarde. Nessa altura, a transformação da economia pobre, agrária e centralizada da Espanha numa economia mais parecida com o resto da Europa estava bastante avançada.

Na verdade, Cuba está a mudar mais rapidamente do que a Espanha de Franco, até porque tudo começou antes do colapso do mundo socialista à sua volta. A expansão da liberdade religiosa começou há mais de uma década, por exemplo, e os cidadãos cubanos, em geral, são livres de praticar a sua fé sem medo de perseguição. Os crentes podem até tornar-se membros do Partido Comunista (se conseguirem conciliar a sua fé com a história de ateísmo do partido). As tensões anteriores entre a Igreja e o Estado foram em grande parte superadas e as negociações para uma visita papal estão em curso.

Desde meados da década de 1970, os cubanos têm podido votar em eleições municipais justas e democráticas. A votação é secreta e o processo de nomeação de candidatos é notavelmente aberto. Não é preciso ser membro do Partido Comunista para concorrer a um cargo público. Na verdade, o partido não desempenha nenhum papel nas eleições municipais. Como disse um membro da Assembleia Nacional Cubana: “Em vez de um sistema multipartidário, temos um sistema eleitoral sem partido”.

Mas os conselhos municipais não tratam de questões nacionais e muito menos internacionais. Estas são debatidas ou, diriam alguns, aprovadas pela Assembleia Nacional. Até 1993, os seus membros eram nomeados, não eleitos por voto popular. Em fevereiro desse ano, a lei eleitoral foi reformada para que os cidadãos de cada município pudessem eleger os seus representantes na Assembleia

Nacional. Infelizmente, o processo de nomeação foi rigorosamente controlado e, pior, apenas um candidato poderia disputar cada assento. A votação subsequente pode ter sido significativa como um referendo geral sobre o regime de Castro porque a elevada participação eleitoral indicou uma vontade de legitimar as tentativas de reforma do governo. Mas como eleição, foi uma farsa. Ainda assim, foi um passo para frente. As autoridades cubanas dizem que não há razão para que a lei eleitoral não possa ser alterada ainda mais. Talvez nas próximas eleições, em 1998, o processo de indicação seja mais aberto e haja mais de um candidato para cada vaga. Entretanto, a Assembleia ganhou importância e as eleições de 1993 trouxeram rostos novos, mais jovens, mais abertos à reforma.

Um sistema multipartidário estará provavelmente a uma década ou mais de distância e, quando chegar, não é provável que siga um padrão convencional. Algumas autoridades cubanas sugeriram que o Partido Comunista fosse abolido em favor de um Partido Revolucionário Cubano, o partido único defendido pelo pai da independência cubana, José Martí. Eventualmente, outros grupos seriam autorizados a registrar-se como oposição ou, pelo menos, como partidos independentes. Estes responsáveis insistem, no entanto, que durante as próximas décadas Cuba deverá aderir a um sistema em que nenhum partido desempenhe um papel nas eleições. *“Simplesmente não queremos entrar no tipo de política partidária debilitante que vemos nos países vizinhos”, disse um observador político cubano. “Deve haver uma maneira melhor de dar voz ao povo no governo.”*

Qualquer que seja o sistema que surja e por mais relutante que Castro possa ser em admiti-lo, a maioria dos cubanos ponderados compreende que estão a avançar em direção a algo novo – uma economia que mistura a iniciativa privada com um papel contínuo do Estado e um sistema político muito mais aberto. Provavelmente parecerá social-democracia para os americanos, embora os cubanos quase certamente continuem a descrevê-la como socialista. É evidente que acreditam que é importante preservar as conquistas da revolução, como a educação e os cuidados de saúde gratuitos e um

elevado grau de igualdade.

Fica com Castro

A visão dominante entre os líderes políticos americanos parece ser a de que Castro deve partir antes que uma mudança significativa possa ocorrer. A administração Clinton não exige a sua destituição como pré-condição para a normalização, mas descreveu-o como uma "causa perdida" ou "irrelevante" e expressou descrença de que mudanças suficientes pudessem ocorrer sob a sua tutela. É evidente que preferiria uma transição pacífica sem ele. Helms-Burton vai mais longe, descartando qualquer envolvimento com qualquer governo que o inclua. Mas é improvável que a saída ou destituição de Castro ocorra em breve, e é provavelmente indesejável.

Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, o consenso na Espanha e no resto do mundo era de que os dias de Franco no cargo estavam contados. Ele não estava sem aliados, pois suas almas gêmeas foram derrotadas? No entanto, no espaço de uma década, reconheceu-se não só que Franco, com ou sem aliados, provavelmente permaneceria no poder, mas também que era a melhor garantia de que a transição de Espanha da ditadura para a democracia seria pacífica e relativamente tranquila. Ele é bem lembrado na Espanha hoje exatamente por isso.

A maioria dos cubanos na ilha, incluindo muitos que discordam de Castro, vê-o desempenhar um papel semelhante. Ele é a única figura política com autoridade para ordenar reformas e fazê-las durar, e é o único que pode impedir que as várias facções políticas mergulhem o país num banho de sangue. Eles sabem que os seus instintos não são democráticos e o ritmo evolutivo que ele favorece significará um processo alongado. Alguns estão impacientes com isso, mas a maioria parece preferir esse cenário a um desfecho mais dramático e possivelmente perigoso. Um ponto crucial é que eles não veem alternativa. É muito bom falar da destituição imediata de Castro, mas quem o substituiria? As eleições estão muito bem, mas quem concorreria contra ele? O povo cubano não vê ninguém nos bastidores e, portanto, a sua reação compreensível é ficar com Castro.

Castro tem sido tão demonizado nos Estados Unidos que a maioria dos americanos tem dificuldade em acreditar que o povo cubano não o queira imediatamente deposto – ou morto. Como podem eles apoiar um homem que se diz ser um tirano sangrento e assassino com o pior registro de direitos humanos no mundo? A revolução indiscutivelmente tem um lado negro. Castro não é um democrata e não está inclinado a tolerar a dissidência. As pessoas são de fato presas por expressarem oposição e por vezes são tratadas de forma rude. Os ativistas dos direitos humanos calculam que cerca de 900 homens e mulheres permanecem atrás das grades por crimes de natureza política (contra dezenas de milhares na década de 1960). Estes males não podem ser tolerados e devem ser superados para que Cuba obtenha plena aceitação na comunidade internacional.

Mas a maioria dos cubanos vê o outro lado da revolução, o lado que proporcionou educação gratuita, excelentes cuidados de saúde gratuitos, um elevado grau de igualdade e, o mais importante, um sentimento de orgulho nacional. Até à crise econômica resultante do colapso da União Soviética, a maioria dos cubanos parecia sentir que tinha se beneficiado da revolução. Devido a essas dificuldades econômicas, muitos gostariam agora de abandonar a revolução, como evidenciado pela crise dos refugiados de 1994. Não se deve perder de vista o fato, no entanto, de que muito mais cubanos estão preparados para ficar e ver a situação passar, mesmo que eles reclamem de sua situação. A maioria dos cubanos é composta de negros e foram os que mais se beneficiaram da revolução. Essa maioria quer ver mudanças, mas não um regresso à situação pré-1959, que a retórica dos exilados brancos anti-Castro muitas vezes parece ameaçar. Instrumentos como a legislação Helms-Burton, que é tão claramente impulsionada por esses mesmos exilados, simplesmente reforçam a determinação da maioria negra e da maioria dos outros cubanos de permanecerem ao lado de Castro.

Franco, é claro, tinha um luxo que Castro não tem: um rei em espera a quem o poder poderia ser dado, que simbolizava a nação e poderia mantê-la unida após a sua partida. Embora Cuba não tenha um Juan Carlos, Castro prepara uma nova geração de líderes. Homens como Carlos Lage Dávila, vice-presidente do Conselho de

Estado, que dirige a economia, o ministro das Relações Exteriores, Roberto Robaina González, o presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, e o chefe do Estado-Maior do Exército, Ulises Rosales, já dirigem o dia a dia dos negócios do país. Quando Castro sair de cena, daqui a 10 ou 12 anos, seja por meio da morte ou da demissão, estes e outros novos líderes estarão prontos para intervir e seguir em frente. Dado um período tão prolongado, provavelmente terá sido escolhido um sucessor que possa assumir o poder pacificamente.

A comunidade do exílio

Só nos Estados Unidos é que uma comunidade cubana exilada teve um forte impacto na política em relação a Cuba, e mesmo aqui esse impacto resulta mais de erros de cálculo dos políticos americanos do que da força dos exilados anti-Castro.

A comunidade cubano-americana não é de forma alguma monolítica; está agora praticamente dividida entre aqueles que são a favor de algum grau de diálogo com o governo de Castro e aqueles que se opõem veementemente. Isto é verdade, apesar de a grande maioria dos cubano-americanos se considerarem fortemente anti-Castro e a maioria permanecer cética de que a democracia possa ser alcançada sob ele. Além disso, o voto cubano-americano não determina e provavelmente nunca determinará o resultado eleitoral na Flórida ou mesmo no condado de Dade, onde vive a maioria dos cubano-americanos do estado. Clinton, por exemplo, venceu o condado apesar de apenas 18% dos cubano-americanos terem votado nele. Ele perdeu nos condados do norte, onde vivem poucos cubano-americanos, por questões que nada tinham a ver com Cuba. Assim, o seu esforço em 1992 para conquistar a Flórida, apoiando a Lei da Democracia Cubana e adotando uma linha dura em relação a Cuba, chegou exatamente a zero. Ele obteve 39% dos votos na Flórida, exatamente o que Dukakis havia recebido quatro anos antes.

Se uma administração Democrata ou Republicana quisesse mudar a política dos EUA em relação a Cuba, poderia facilmente fazê-lo. Os protestos dos exilados cubanos ultraconservadores causariam

poucos danos políticos. A reação deverá ter ainda menos consequências nos próximos anos, à medida que uma nova geração de cubano-americanos, menos revanchista, venha à tona e líderes mais moderados ganhem força. Após a Segunda Guerra Mundial, fortes comunidades republicanas espanholas exiladas na França, no México e na Argentina ajudaram a persuadir a comunidade internacional a não aceitar a Espanha ou a não permitir-lhe ser membro da ONU. Mas à medida que os anos passaram e se tornou cada vez mais claro que os exilados não tinham nenhuma receita para provocar mudanças no âmbito interno e certamente não para substituir o governo de Franco, as suas vozes foram cada vez menos ouvidas. É provável que seja esse o caso dos exilados virulentamente anti-Castro.

Um embargo ao embargo da América

A política dos EUA em relação a Cuba ainda parece estar num túnel temporal da Guerra Fria. Embora Cuba tenha retirado as suas tropas de África, tenha parado de promover a revolução na América Central e tenha perdido os antigos laços militares soviéticos, os Estados Unidos persistem em apertar os parafusos. Os Estados Unidos ainda procuram um sistema político cubano mais aberto, um maior respeito pelos direitos humanos e uma compensação pelas propriedades expropriadas durante a revolução de Castro. Ao definir uma política para promover esses objetivos, no entanto, a administração Clinton poderá notar que os principais avanços da Espanha em direção à democracia ocorreram depois de os Estados Unidos terem normalizado as relações com o país, assinado um acordo econômico-militar com a Espanha em 1953, e permitido a sua admissão nas Nações Unidas em 1955. O envolvimento, por outras palavras, produziu melhores resultados do que o ostracismo.

O resto do mundo é a favor do envolvimento (tal como os Estados Unidos com a maioria dos outros países autoritários) e rejeita a política dos EUA em relação a Cuba. A votação na Assembleia Geral da ONU contra o embargo dos EUA em novembro passado foi de 117 a 3; em 1994, foi de 101 a 2. Os únicos países que votaram com os Estados Unidos foram Israel e o Uzbequistão, e ambos têm comércio com Cuba. Por outras palavras, nem um único governo

coopera com o embargo dos EUA. No entanto, a legislação Helms-Burton faria com que o presidente insistisse no Conselho de Segurança para que outros membros da ONU aderissem ao embargo. As medidas punitivas extraterritoriais da legislação arriscam grandes disputas com o Canadá, o México, a Rússia e a União Europeia.

O comércio também não é a única área em que a política atual é contraproducente. O interesse primordial da América em Cuba e na maioria dos outros Estados das Caraíbas é que as suas populações permaneçam no local. Os Estados Unidos não querem que dezenas de milhares de refugiados e estrangeiros ilegais desembarquem nas suas costas. Isso ficou bastante claro durante a crise dos refugiados de 1994, quando legiões de cubanos partiram em jangadas para a Flórida. A administração Clinton resolveu temporariamente a crise ao celebrar um acordo com Castro em 9 de setembro de 1994, para conter o fluxo. Concluiu outro acordo em 2 de maio de 1995, que exige que a Guarda Costeira devolva diretamente a Cuba os recolhidos em alto mar. Caso contrário, a administração deixou a velha política intacta. Assim, embora a esmagadora maioria dos que tentaram fugir fossem refugiados econômicos, o embargo, que aumenta as dificuldades econômicas da ilha, foi mantido. O embargo cubano é o único embargo dos Estados Unidos que proíbe efetivamente a venda de alimentos e medicamentos, em violação da Quarta Convenção de Genebra de 1949.

Uma abordagem mais sensível

A política atual não serve aos interesses dos EUA nem promove os seus objetivos em Cuba. Não promove a causa dos direitos humanos e de um sistema mais aberto, nem reduz a possibilidade de outro fluxo de refugiados. Complica as relações com os parceiros comerciais mais importantes da América, ao mesmo tempo que nega às empresas norte-americanas qualquer participação no mercado cubano. Este último não é grande, mas um estudo comercial recente estimou que os Estados Unidos e Cuba poderiam rapidamente estar a fazer cerca de 7 bilhões de dólares por ano em negócios.

Contra estas perdas, a política dos EUA não consegue nada. Nem sequer serve aos interesses políticos internos da administração Clinton. Ainda assim, um levantamento total do embargo pode ser politicamente arriscado. O presidente seria, sem dúvida, acusado de dar algo em troca de nada. No entanto, existe uma maneira sensata de começar a mudar a política. Os Estados Unidos deveriam suspender todos os esforços para interferir no comércio e no investimento de outros países em Cuba, suspender o embargo à venda de alimentos e medicamentos porque é inconsistente com a prática internacional, e suspender todas as restrições de viagem, que são de constitucionalidade duvidosa e viola os direitos dos cidadãos americanos. Tendo assim demonstrado boa-fé, os Estados Unidos deveriam dizer que estão prontos para ter um novo relacionamento com Cuba, remover rapidamente outras partes do embargo e entrar em negociações sobre questões bilaterais, como a compensação pelas propriedades dos EUA nacionalizadas, que as autoridades cubanas já indicaram que estão dispostos a discutir. Os Estados Unidos deveriam enfatizar, no entanto, que o ritmo da normalização dependeria, em parte, da forma significativa como Cuba avança com as reformas internas. A América não perderia nada substancial com uma tal abordagem, aumentaria enormemente a possibilidade de desempenhar um papel construtivo na transição de Cuba e evitaria prejudicar as suas relações com outros países.

Infelizmente, tudo indica que os Estados Unidos irão manter a mesma velha abordagem da Guerra Fria dos últimos 35 anos. A tão alardeada abertura a Cuba, anunciada no discurso de política externa do presidente Clinton, de 6 de outubro de 1995, revelou-se sobretudo fumaça. Embora tenha falado de um grande aumento dos intercâmbios acadêmicos, as restrições aos mesmos permanecem praticamente inalteradas. Os cubano-americanos podem agora fazer ostensivamente uma viagem a Cuba por ano sem licença, mas apenas em casos de extrema necessidade humanitária. Como a “necessidade” não é monitorada, porém, um número crescente tem viajado para a ilha, embora com uma justificativa duvidosa. A oferta de Clinton de permitir a abertura de agências de notícias dos meios de comunicação dos EUA em Cuba não era nova. Uma oferta

semelhante foi feita em 1977 e reiterada ao longo dos anos. Os cubanos sempre rejeitaram a oferta, dizendo que não seria um comércio justo porque Cuba tem apenas uma agência de notícias. Na maioria dos casos, provavelmente dirão 'não' novamente.

Apesar da pressão crescente das empresas norte-americanas, que se ressentem de o seu próprio governo entregar o mercado cubano a concorrentes estrangeiros, os sinais da Casa Branca e do Congresso sugerem que a política para Cuba não mudará significativamente durante pelo menos mais dois anos. Se a legislação Helms-Burton se tornar lei, a mudança poderá ser adiada por muito mais tempo.

Pode ser que seja melhor. Cuba sobreviverá sem os Estados Unidos, e os Estados Unidos certamente sobreviverão sem Cuba. Cuba avançará com as suas reformas, continuará a expandir os seus laços comerciais com outros países e acabará, tal como Espanha, em uma sociedade muito diferente. Mas será uma sociedade baseada nas realidades cubanas e não nas de Washington ou Miami. Entretanto, se um instrumento tão obviamente falho como a lei Helms-Burton se tornar a base da política dos EUA, talvez seja melhor que os dois países permaneçam à distância durante alguns anos. ●

Wayne S. Smith: serviu pelos EUA na embaixada em Havana de 1958 a 1961 e como Chefe dos EUA, Seção de Interesse lá de 1979 a 1982, é professor visitante de estudos latino-americanos na **Universidade Johns Hopkins** e membro sênior do Centro de Política Internacional. Seu livro mais conhecido sobre Cuba é **The Closest of Enemies**.

Publicado no dia 1º de março de 1996

A repressão em Cuba

Theresa Bond



Agentes de segurança cubanos detêm um membro do grupo dissidente Damas de Branco durante um protesto no Dia Internacional dos Direitos Humanos, Havana, Cuba, 10 de dezembro de 2015.

Sob cerco

Em março de 2003, no mesmo dia em que as forças dos EUA entraram no Iraque, Fidel Castro lançou uma grande repressão contra os pacíficos dissidentes políticos cubanos. A operação iraquiana foi surpreendentemente rápida – e a de Castro também. No espaço de três semanas, a estátua do velho amigo do líder cubano, Saddam Hussein, foi derrubada no centro de Bagdá; enquanto isso, Castro julgou e prendeu sumariamente 75 cubanos. As suas sentenças – por supostos crimes contra a segurança do país – foram em média de 20 anos. Poucos dias depois, como que numa reflexão tardia, também foram julgados três homens que haviam sequestrado a balsa da Baía de Havana na tentativa de escapar da ilha. Este grupo teve ainda mais azar: foram executados por um pelotão de fuzilamento, apesar de não ter havido violência durante o crime fracassado.

Os observadores cubanos não têm dúvidas de que a repressão de Castro foi planejada para tirar partido da preocupação mundial com os acontecimentos no Oriente Médio. Há menos acordo, no entanto, sobre por que isso ocorreu em primeiro lugar. Como tudo o mais relacionado com Cuba, as prisões em massa provocaram uma onda de especulações e interpretações abrangentes entre os observadores americanos.

Alguns especialistas sugeriram que Castro tomou a iniciativa de impedir uma melhoria nas relações com os Estados Unidos – uma melhoria que ele pode ter considerado iminente, dada a crescente

oposição bipartidária no Congresso dos EUA ao embargo de 40 anos a Cuba. Certamente Castro agiu deliberadamente para estragar a reaproximação no passado. Por exemplo, há sete anos, uma organização dissidente chamada Concílio Cubano foi abruptamente detida e a força aérea cubana abateu dois aviões pertencentes ao grupo exilado Irmãos ao Resgate – tudo apenas alguns dias antes de se esperar que o Congresso rejeitasse a Lei Helms-Burton, que visava a reforçar as sanções contra Cuba. Os tiroteios e prisões de Castro ajudaram a garantir o resultado oposto: a lei foi aprovada. Outros observadores, entretanto, ofereceram uma explicação diferente para a recente repressão de Castro, salientando que o comandante, consciente do ataque preventivo ao Iraque, deve ter decidido que um ataque dos EUA contra Cuba era iminente. Os dissidentes, como aliados do inimigo, tiveram, portanto, de ser neutralizados.

Tal como as interpretações da motivação de Castro variaram em todo o espectro, o mesmo aconteceu com as reações dos responsáveis norte-americanos. Alguns decisores políticos, argumentando que o embargo claramente já não funciona, apelaram ao seu levantamento; outros exigiram que fosse mais rigoroso, proibindo as remessas financeiras de emigrados nos Estados Unidos, por exemplo. Em Cuba, alguns residentes sugeriram que o seu presidente acredita que pode trocar alguns dos dissidentes presos pelos cinco espões cubanos que atualmente cumprem longas penas nos Estados Unidos. Outra interpretação que circula em Havana é que a repressão se destinava a alimentar a interminável retórica de guerra de Cuba, que o regime espera que distraia a população da terrível situação econômica.

Os problemas financeiros de Cuba foram causados principalmente pela má gestão (e foram recentemente agravados por dois furacões), mas os problemas são reais. A importantíssima indústria do açúcar está à beira do colapso, prevendo-se que a produção de açúcar bruto deste ano seja 80% inferior à de 1989 (quando a União Soviética acabou com os seus subsídios). No ano passado, quase metade das 156 usinas de açúcar de Cuba foram fechadas, deixando cerca de 100 mil trabalhadores desempregados. O turismo, a outra principal

fonte de divisas, caiu em consequência dos ataques de 11 de Setembro de 2001.

A desastrosa situação econômica de Cuba tornou-se tão grave, de fato, que a mera aquisição de alimentos suficientes para comer tornou-se uma preocupação o tempo inteiro. A crescente dolarização dos bens de consumo tornou matematicamente impossível a sobrevivência com um salário pago em moeda local. Os dólares americanos foram legalizados em 1993 e hoje são simplesmente indispensáveis. Quanto ao contra-argumento tradicional do regime – de que a saúde e a educação ainda são gratuitas e excelentes – já não tem muito peso. Os hospitais estão decrépitos, os medicamentos básicos não estão disponíveis (exceto nas farmácias exclusivas para estrangeiros), as escolas doutrinam em vez de ensinar e, como dizem os cubanos, "nem sempre se está doente ou aprendendo". Em Havana, utilizar o transporte público é uma provação demorada, os telefones públicos funcionam esporadicamente e a água e a energia falham diariamente. Fora da capital a situação é ainda pior. É claro que os turistas, transportados por todo o país em automóveis com ar-condicionado nas férias com mojito, salsa e charuto, permanecem imunes (e alheios) às privações.

Versão de fidel

Talvez a interpretação mais reveladora da repressão seja a do próprio Castro: que foi a ação de um David (nomeadamente Cuba) confrontando o Golias ao norte. Uma “nota informativa” publicada pelo regime quando a rusga começou deixou esta ideia clara: “Algumas dezenas de pessoas diretamente ligadas às atividades conspiratórias lideradas por James Cason [chefe da Secção de Interesses dos EUA em Havana] foram presas pelas autoridades e serão levadas a julgamento.” Castro usou linguagem semelhante no final dos julgamentos, num discurso que abriu com a sinistra declaração: “Tudo começou com a chegada a Cuba do Sr. Cason”. Segundo Castro, os 75 dissidentes agiam sob ordens de Washington.

O fato de Castro estar obcecado pelos Estados Unidos não é de todo surpreendente, dada a história comum dos dois países. Além disso,

aos 76 anos, o presidente de Cuba está no cargo há 44 anos – mais tempo do que qualquer outro chefe de Estado, exceto a rainha Elizabeth II – e George W. Bush é o décimo ocupante da Casa Branca a confrontá-lo. E os recentes julgamentos mostram que a ansiedade de Castro relativamente à subversão americana não diminuiu ao longo dos anos. Ainda recentemente, em março de 1999, ele tinha promulgado uma nova lei especial (Lei Número 88) punindo o incentivo à política dos EUA, particularmente o embargo. “A revolução aplicará com o rigor necessário... as leis criadas para defendê-la de novas e velhas táticas e estratégias contra Cuba”, advertia a citada “nota informativa”. Na verdade, a Lei 88, que foi utilizada para condenar muitos dos 75 réus, poderia ser chamada de Lei Anti-Helms-Burton, uma vez que se destina especificamente àqueles “que apoiam ou ajudam a fazer cumprir” essa legislação. Agora é ilegal em Cuba dizer, escrever ou fazer qualquer coisa que Washington possa usar contra Havana. Não admira que os dissidentes cubanos se refiram a ela como a Lei da Mordação.

A Lei Helms-Burton não só reforçou o embargo contra Cuba, mas também prometeu dinheiro para apoiar uma “transição democrática” naquele país. Assim, nos anos desde a aprovação da lei, a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional forneceu 22,5 milhões de dólares para promover essa “transição” e para preparar uma Cuba sem Castro. O presidente de Cuba ficou furioso tanto com a linguagem da lei como com o comportamento dos diplomatas americanos locais. Vicki Huddleston, antecessora de Cason na Seção de Interesses dos EUA (e agora embaixadora no Mali), estabeleceu um tom desafiador no ano passado quando começou a distribuir rádios transistores gratuitos aos cubanos. Castro não achou graça e a televisão estatal denunciou os destinatários das rádios como contrarrevolucionários. Cason, diplomata de carreira, chegou a Havana no outono de 2002 e adotou uma atitude ainda mais desafiadora. Em fevereiro, visitou a casa de um dissidente e declarou aos repórteres estrangeiros que tinha convidado para cobrir o evento que Castro tinha “medo da liberdade de expressão” e “dos direitos humanos”. Ambas as acusações eram verdadeiras, mas Castro irritou-se com o que chamou de “*grosería de guapetón con inmunidad diplomática*” –

comportamento rude de um valentão com imunidade diplomática.

O apoio aberto prestado pela missão dos EUA em Havana à oposição de Cuba revelou-se demasiado para Castro suportar. O mero apoio poderia ter sido tolerável, mas não um desafio tão aberto. E para ser justo, o comportamento americano foi um tanto evidente. Noutros estados totalitários, da Birmânia ao Zimbabue, diplomatas americanos e outros fornecem assistência semelhante aos dissidentes locais, mas fazem-no de forma muito mais secreta – tão discretamente, na verdade, que os programas raramente chegam aos olhos do público.

Embora os diplomatas norte-americanos pudessem ter agido de forma menos ostensiva, os próprios dissidentes tiveram muito pouca escolha. Não é fácil preparar-se para uma transição pacífica de governo num país sem aparelhos de fax ou videocassetes à venda e sem fotocópias, e onde uma chamada telefônica de três minutos para o estrangeiro custa o equivalente ao salário médio mensal. As antenas parabólicas são proibidas e ouvir transmissões de rádio estrangeiras é considerado "subversivo". Assim, não surpreende que, quando a Seção de Interesses dos EUA abriu uma espécie de *cibercafé* para dissidentes cubanos, no ano passado, a atração se tenha revelado irresistível. Muitos acorreram ao local, num antigo edifício da embaixada à beira-mar, para navegar na *Web* – um fruto proibido num país onde os cartões de acesso à internet eram anteriormente vendidos apenas a turistas (e agora estão totalmente indisponíveis). Castro, mais uma vez não divertido, não conseguiu fechar o *cibercafé* sem fechar toda a Seção de Interesses dos EUA. Então ele trancou seus usuários. Eles agora recebem visitas de familiares na prisão a cada três meses, em vez de acesso à *Web* todas as quintas-feiras.

Castro aplicou um método semelhante para minar o efeito das visitas de personalidades estrangeiras que esperavam usar a sua presença para apoiar a sociedade civil local. Visitantes privados – funcionários checos com passaportes não diplomáticos, um político sueco e um jornalista argentino – foram detidos e deportados, de forma mais ou menos silenciosa. Visitantes oficiais, porém, como Jimmy Carter; o último ministro das Relações Exteriores do México,

Jorge Castañeda; ou os chefes de Estado que compareceram à cúpula latino-americana de 1999 não podiam ser punidos, por isso Castro foi atrás dos cubanos com quem se tinha reunido. Por exemplo, em 8 de março, oito membros visitantes da Câmara dos Representantes dos EUA reuniram-se num hotel em Havana com cinco dissidentes locais, dois deles acompanhados pelas suas esposas. Quatro dos ativistas foram posteriormente presos com penas que variam entre os 18 e os 26 anos, depois de os empregados do hotel terem testemunhado contra eles nos seus julgamentos.

Antes das detenções, o regime de Castro tinha sido tolerante durante vários anos com a dissidência, atraindo os opositores para uma falsa sensação de segurança. Os ativistas foram levados a acreditar que tinham criado um novo espaço para o seu trabalho e gabaram-se aos visitantes de que agora podiam atuar abertamente; afinal, não havia nada de ilegal no que eles estavam fazendo. Mal sabiam eles que a sua ilha se tornaria em breve o cenário de julgamentos espetaculares ao estilo de Moscou, resultando numa pena cumulativa de 1.450 anos para os 75 arguidos.

Verdade em julgamento

A recente repressão deixou os mais corajosos ativistas da sociedade civil de Cuba na prisão durante décadas (três outros detidos na mesma operação ainda aguardam julgamento). Da meia dúzia de dissidentes conhecidos que ficaram em liberdade, a maioria ou está esgotada após anos de luta ou só recentemente foi libertada da prisão e, portanto, não está disposta a abusar da sorte. Vários fizeram declarações que foram divulgadas no estrangeiro ou deram entrevistas a meios de comunicação estrangeiros, mas poucos vão além disso.

Os que estão atrás das grades vêm de todas as raças e estilos de vida: católicos e maçons, intelectuais e camponeses. Alguns têm apenas vinte e poucos anos; outros estão na casa dos sessenta. Menos de metade dos prisioneiros vivia em Havana – prova de que a sua causa representa não uma ocupação de elite, mas um movimento mais amplo, embora agora decapitado.

Alguns dos dissidentes foram presos por seguirem o currículo

clássico da resistência não violenta nos países comunistas: educação e monitorização dos direitos humanos ou a organização de sindicatos e partidos políticos ilegais. Um grupo leigo católico reviveu uma ideia antiga: assinar uma petição. Outros ativistas embarcaram em empreendimentos mais inovadores, como a criação de bibliotecas independentes. Iniciado há cinco anos como uma única estante na casa de um casal corajoso na cidade de Las Tunas, no leste (os dois fugiram para o exílio como resultado do insuportável assédio governamental), esse movimento representa agora aproximadamente 80 coleções de livros em todo o país.

Na perspectiva do regime, os dissidentes mais ameaçadores eram provavelmente os jornalistas independentes: tanto repórteres profissionais como aqueles que apenas escreviam sobre assuntos que os interessavam. Esta última categoria incluía economistas, engenheiros, camponeses, médicos, professores e ativistas sindicais. O que é conhecido como “jornalismo independente cubano” começou na década de 1980, quando estações de rádio sediadas em Miami começaram a realizar entrevistas telefônicas com pessoas de mente livre que viviam na ilha. Então, em meados da década de 1990, depois que a ligação direta foi estabelecida entre os Estados Unidos e Cuba, algumas dezenas de jornalistas formaram oito “agências de imprensa”.

Nos últimos dez anos, muitos destes jornalistas emigraram e agora ajudam os seus colegas do estrangeiro. O trabalho daqueles que permanecem em Cuba é publicado em *sites* como CubaNet e Nueva Prensa Cubana, operados por cubanos em Miami, ou Encuentro, administrado a partir de Madri.

Como estes *sites* da internet estão bloqueados em Cuba, a maioria dos seus leitores são membros da diáspora cubana ou são especialistas cubanos de língua espanhola. No entanto, as publicações às vezes conseguem chegar ao público-alvo. Os dois *websites* com sede em Miami produzem simples edições em papel dos seus relatórios que, por formas que é melhor não serem divulgadas, são enviadas para a ilha. Muitos textos também são lidos ou discutidos em rádios de Miami que transmitem para Cuba.

Pouco antes da repressão, cerca de uma centena de cubanos praticavam esse tipo de jornalismo independente. Alguns escreveram colunas e editoriais, mas a maioria produziu breves relatórios factuais de 300 a 400 palavras. Eles expuseram violações dos direitos humanos (um advogado cego preso por desobediência civil sendo assediado por colegas de cela ou censores restringindo músicos de rap), divulgaram o trabalho de ativistas (grevistas de fome exigindo a libertação de presos políticos ou dissidentes planejando um boicote eleitoral) e relataram sobre o crises desastrosas na economia (como a escassez de leite ou a restrição de aparelhos de televisão a comparsas do regime). Hoje, menos de duas dúzias permanecem foragidos e trabalhando. Como sugere esse número, simplesmente reportar notícias é um negócio arriscado em Cuba. Raúl Rivero, o poeta contemporâneo e jornalista independente mais conhecido do país, escreveu desafiadoramente em 1999, após a aprovação da “Lei da Mordaza”:

Ninguém, nenhuma lei me fará acreditar que me tornei um gangster ou um criminoso porque denuncio a prisão de um dissidente, ou listo os preços dos produtos alimentícios básicos em Cuba, ou escrevo que é um desastre que mais de 20.000 cubanos todos os anos exilam-se nos Estados Unidos e centenas de outros tentam ir para onde puderem.

Em abril, porém, o governo decidiu que Rivero era um desses gangsters. O poeta, de 57 anos, foi condenado a 20 anos de prisão.

Outrora chefe do escritório de Moscou da Prensa Latina, agência oficial de imprensa de Cuba, Rivero mais tarde serviu como secretário da União dos Escritores Cubanos. Em 1991, ele e outros nove intelectuais assinaram uma carta de protesto a Castro (Rivero é o único signatário que permanece em Cuba até hoje). A carta serviu como o Rubicão do poeta; funcionários do governo que queriam mudar de lado e se tornarem eles próprios dissidentes começaram a procurá-lo, já que ele era bem conhecido e querido desde sua época no regime. Em 1995, fundou a CubaPress, uma agência de imprensa independente – mais recentemente localizada em dois quartos alugados de um apartamento acima de um restaurante na Chinatown de Havana. E poucos meses antes de ser

preso, Rivero lançou uma publicação *samizdat* chamada De Cuba com outro escritor, Ricardo González (mesma sentença, prisão diferente). Duzentos exemplares da primeira edição foram distribuídos, embora muitos tenham sido posteriormente "recolhidos" por bandidos do governo que saquearam os apartamentos dos dissidentes. A segunda edição foi apreendida antes de chegar a alguém. E nas casas de Rivero e González, agentes de segurança do Estado descobriram as ferramentas de seus supostos crimes: um rádio, um gravador, uma máquina de escrever, um *laptop*, um adaptador para câmera de vídeo, fitas de áudio e VHS e um carregador de bateria digital.

Em seu julgamento, a promotoria declarou que Rivero havia criado "um grupo contrarrevolucionário" e "seguido ordens do governo dos Estados Unidos". Contudo, a sua acusação baseou-se mais em adjetivos do que em referências à lei: foi acusado de "realizar atividades subversivas", "escrever artigos subversivos", "lançar uma revista subversiva", trabalhar para uma agência francesa subversiva (*Reporters Sans Frontières*), e fazer parte "de um júri que promoveu um livro com ideias subversivas".

Rivero é um homem brincalhão, por isso deve ter sorrido ao ler a descrição dele na acusação: "frequenta a companhia de antissociais com quem troca influências negativas mútuas, tem opiniões rudes sobre o processo revolucionário, ignora as advertências oficiais, ele é provocador e desrespeita as normas de convivência social". Falante de russo e conhecedor da literatura soviética, Rivero admira a poesia do preso do gulag Joseph Brodsky e é um leitor ávido da poetisa russa Anna Akhmatova, que descreveu a famosa descrição da espera de 17 meses fora da prisão de Leningrado, onde seu filho estava detido. Agora o próprio Rivero se tornou um poeta enviado ao *gulag* pelo crime de escrever a verdade.

Um trabalho interno

No julgamento de Rivero, a promotoria apresentou dois agentes secretos para testemunhar contra ele. Um deles, de codinome "Miguel", havia sido presidente da Cooperativa de Jornalistas Independentes de Cuba. O outro, "Octavio", de 82 anos, alegou que

foi agente durante 40 anos e permaneceu os últimos 10 se passando por jornalista – uma afirmação que, se verdadeira, faria dele o reitor tanto dos jornalistas de Cuba quanto do governo cubano e de seus espões.

É claro que, uma vez que quase todos os jornalistas independentes de Cuba publicavam sob os seus nomes verdadeiros, havia pouco para os agentes do governo "descobrirem", e limitavam-se a registrar as quantias de dinheiro (15 a 20 dólares) que os *sites* pagavam aos escritores para suas histórias. Mesmo assim, os espões (uma dúzia no total) conseguiram causar danos substanciais. Algumas provocaram divisões nos grupos em que penetraram, enquanto outras multiplicaram artificialmente o número das chamadas organizações independentes, diluindo assim o impacto das organizações genuínas e ajudando a desacreditar a sociedade civil. Por exemplo, a "Agente Tania" chefou um grupo que ela criou chamado Partido dos Direitos Humanos – uma divisão de um grupo genuíno com o mesmo nome (o grupo original teve de acrescentar "afiliado à Fundação Andrei Sakharov" ao seu nome para poder diferenciar-se). Aliás, o chefe do verdadeiro Partido dos Direitos Humanos, René Montes de Oca, está preso desde 2000, e o homem que o substituiu, Emilio Leyva Perez, está detido sem julgamento desde fevereiro de 2002. Sendo um dos poucos jornalistas independentes que ainda em geral comentou recentemente: *"há momentos na vida de uma nação em que o único lugar onde um homem decente pode se encontrar é na prisão"*. Hoje parece ser um desses momentos.

A repressão foi particularmente prejudicial para a Comissão Cubana para os Direitos Humanos e a Reconciliação Nacional, que perdeu dois investigadores que monitoravam presos políticos no país antes de serem eles próprios presos. Um desses novos presos é Marcelo López Bañobre, ex-capitão de um rebocador que se juntou à comissão indignado depois que os militares afundaram um rebocador em fuga em 1994, afogando 37 pessoas. Mais tarde, ele foi particularmente ativo na oposição à pena de morte. A acusação de López (ele foi condenado a 15 anos) parece uma nomeação para um prêmio de direitos humanos: "enquanto fazia o monitoramento [das

violações], ele abordou famílias de [prisioneiros] sugerindo-lhes que contactassem organizações internacionais”. O seu último ato como homem livre foi compilar e distribuir, em nome da comissão, uma lista das 75 pessoas então detidas – antes de se tornar o número 76 no dia seguinte.

O outro investigador cativo da Comissão Cubana para os Direitos Humanos é Marcelo Cano Rodríguez, um médico que foi condenado a 18 anos de prisão por "atividades de proselitismo no setor da saúde" - isto é, distribuição de medicamentos a presos políticos e suas famílias. Cano fundou a Associação Cubana de Médicos, e foi provavelmente assim que provocou a ira de Castro, uma vez que os cuidados de saúde deveriam ser uma das vitrines do governo, e Cano, ao provar que o sistema estava quebrado, estragou o quadro.

Durante a repressão, quatro outros médicos foram colocados atrás das grades e várias clínicas independentes foram saqueadas por agentes de segurança do Estado. Apenas numa clínica foram confiscados noventa quilos de medicamentos, incluindo antibióticos, analgésicos e vitaminas, juntamente com equipamento médico, como um inalador de dose calibrada, um sistema de fornecimento de oxigênio e um glicosímetro. Tal como aconteceu com o movimento pelos direitos humanos, o governo tentou desacreditar grupos médicos genuínos; um médico e agente de codinome "Ernesto" fundou um grupo de fachada chamado Associação Cubana Independente de Médicos para fazer exatamente isso.

Outro grupo alvo da recente repressão foi o Movimento de Libertação Cristão, liderado por Oswaldo Payá Sardiñas (que permanece livre e a quem, de forma algo notável, Castro permitiu viajar ao estrangeiro para receber o Prêmio Sakharov do Parlamento Europeu no ano passado). Embora a acusação de três dos principais membros do grupo não o mencionasse, Payá e o seu movimento lideraram o Projeto Varela, uma petição que reuniu mais de 11.000 assinaturas num ano. A constituição cubana dá às pessoas o direito de apresentar iniciativas legislativas se pelo menos 10.000 eleitores se inscreverem, e este enorme feito foi finalmente gerido por um grupo dissidente chamado Todos Unidos (que perdeu quatro dos

seis membros do seu corpo diretivo devido à recente repressão). Em maio de 2002, a petição – exigindo liberdade de associação, liberdade de expressão, anistia para presos políticos, livre iniciativa e eleições livres – foi apresentada à Assembleia Nacional.

No início, Castro ignorou-o, e talvez tivesse continuado a ignorá-lo se não fosse por Jimmy Carter, que por acaso estava em Havana naquela altura. Carter teve a audácia de mencionar o Projeto Varela num discurso transmitido ao vivo pela rádio e televisão cubana, forçando-o assim a chegar aos olhos do público. Envergonhado, Castro providenciou para que "a nação falasse" em resposta e, um mês depois, quase 99 por cento dos eleitores registrados em Cuba (pelo menos de acordo com a imprensa oficial) assinaram uma petição declarando o sistema socialista cubano "intocável". Não assinar, é claro, nunca foi uma opção.

Apenas uma dúzia dos 75 dissidentes presos pertencia formalmente à organização de Payá, mas muitos outros ajudaram na sua petição e agora estão a pagar o preço por isso. Entre eles estão o ativista sindical Pedro Pablo Álvarez (pena de 25 anos), seu colega Carmelo Díaz Fernández, de 62 anos (18 anos), e Roberto de Miranda, presidente da associação independente de professores, que pegou 20 anos de prisão e sofreu um ataque cardíaco na prisão.

Ousando sonhar

O Projeto Varela surpreendeu Castro e o seu regime, mostrando-lhes que os seus súditos outrora obedientes estavam a abandonar os seus medos. Agora, o efeito da repressão sobre os seus organizadores e outros dissidentes depende de Payá ou qualquer outra pessoa conseguir capitalizar a indignação criada pela repressão. Se os 11 mil signatários corajosos do projeto fossem de alguma forma mobilizados, a repressão poderia tornar-se o catalisador de um movimento comparável à Carta 77 na antiga Checoslováquia. Infelizmente, até agora não houve sinais de que o descontentamento popular esteja a ser eficazmente canalizado, e os cubanos podem concluir que a assinatura de petições não vale o risco.

Entretanto, depois de ter jogado atrás das grades a nata da

sociedade civil do seu país, Castro garantiu que a sua partida – seja causada pela biologia ou pela ideologia – será caótica, uma vez que Cuba não estará preparada para isso. Na verdade, a transição pode assemelhar-se mais ao fim sangrento do romeno Nicolae Ceausescu em 1989 do que à cuidadosamente planejada saída suave do general polaco Wojciech Jaruzelski, que está agora a escrever as suas memórias já reformado.

A repressão também prejudicou Castro no âmbito internacional. Os seus admiradores célebres podem não ter vacilado, mas fora de Hollywood as condenações realizaram até mesmo a ruptura transatlântica: de repente o Partido Comunista Francês soou como a Câmara dos Representantes dos EUA, que, numa votação de 414 a o, apelou à libertação imediata dos dissidentes. Numa medida sem precedentes, a Anistia Internacional declarou todos os 75 novos detidos “prisioneiros de consciência”. Os governos britânico, canadense, francês, italiano e espanhol também expressaram rapidamente a sua indignação, um passo significativo porque os turistas destes países trazem para Cuba a tão necessária moeda forte.

Castro, então, parece ter exagerado. Apesar do foco no Iraque, as suas ações provocaram a raiva internacional que rapidamente atingiu Cuba onde mais dói – na sua economia. Os governos que se apressaram a condenar a sua repressão incluem alguns dos seus parceiros comerciais mais próximos. Os oponentes do embargo nos Estados Unidos silenciaram subitamente; as isenções de embargo não foram renovadas; uma feira agrícola dos EUA em Havana foi cancelada; e a União Europeia, depois de anunciar que Cuba não se qualificaria para ajuda europeia extra, endureceu ainda mais a sua “posição comum”.

A julgar pela reação da imprensa oficial, Havana foi a mais ferida por várias deserções de alto nível do campo internacional pró-Cuba. Estes incluíram o escritor português e vencedor do Prêmio Nobel José Saramago e o escritor político uruguaio Eduardo Galeano. As suas críticas sem precedentes levaram Castro a fazer que a comunidade artística cubana assinasse uma mensagem “Aos amigos distantes”, denunciando a suposta “campanha que prepara o

terreno para uma agressão militar dos Estados Unidos contra Cuba". Entre os signatários estavam a grande dama do balé Alicia Alonso; o compositor Chucho Valdés; a cantora Omara Portuondo, do Buena Vista Social Club; e Eusebio Leal, o principal renovador de Havana Velha.

A sociedade civil cubana pode ter sido abalada pelo ataque, mas não desapareceu. Jornalistas independentes continuam a publicar histórias sobre os seus colegas presos e sobre a terrível realidade do país. Enquanto Raúl Rivero escreve poesia em sua cela solitária, sua impressionante coleção de artigos circula em CDs e fitas cassete. O seu colega Manuel Vázquez Portal conseguiu contrabandear o seu próprio diário para fora da prisão Boniato, em Santiago de Cuba, onde cumpre pena de 18 anos. Os esforços de Marcelo López Bañobre, que divulgou os casos de presos no corredor da morte, tornaram-se reconhecidos internacionalmente. Seguindo o exemplo argentino, as esposas dos prisioneiros organizam agora marchas silenciosas todas as semanas exigindo a libertação dos seus companheiros, e as famílias dos presos dizem ter recebido imenso apoio de amigos, vizinhos e até de estranhos.

Contudo, face à recente repressão, poderá revelar-se difícil para a oposição recuperar a sua anterior assertividade e desafio. Os cubanos comuns podem não estar preparados para sair às ruas para exigir a sua liberdade. Nos últimos 44 anos, o primeiro instinto dos cubanos quando estão insatisfeitos com o seu país tem sido simplesmente partir, legalmente ou em jangadas improvisadas. As sucessivas vagas de emigração criaram uma enorme diáspora cubana, totalizando um décimo dos 11 milhões de habitantes da ilha, e eliminaram do país o tipo de pessoas que, noutros Estados comunistas, atuaram como agentes de reforma; em vez de mudarem o país, muitos cubanos mudaram de país, votando com os pés. Castro compreende este fato: que na sua ilha de muitas carências não faltam pessoas dispostas a partir. Ele joga a carta da migração com muita sabedoria, usando-a como válvula de segurança para o descontentamento e para chantagear Washington, que teme uma onda de *boat people*.

É difícil culpar os cubanos que sonham em deixar esta relíquia

REFLEXÕES XLIV

comunista. Mas até mesmo ousar sonhar pode ser perigoso. Na década de 1980, a prisão Boniato abrigou durante dois anos um presidiário que já foi tolo o suficiente para contar aos seus amigos no parque da cidade o sonho da noite anterior: escapar de Cuba. O homem foi preso por essa indiscrição e ficou conhecido como El Soñador de Boniato, “o Sonhador de Boniato”. Agora Boniato tornou-se a residência temporária de seis dos 75 cidadãos mais corajosos de Cuba, muitos dos quais sonharam que poderiam mudar o seu país a partir de dentro. Se eles terão sucesso ou não, permanece incerto. Mas Cuba precisa de mais sonhadores assim. ●

Theresa Bond: pseudônimo de uma respeitada analista política especializada em sociedades fechadas.

Publicado no dia 1º de setembro de 2003

A vitória final de Fidel

Julia E. Sweig



Cuba depois de Castro?

Desde que Fidel Castro ganhou o poder em 1959, Washington e a comunidade cubana exilada têm aguardado ansiosamente o momento em que ele o perderia – altura em que, pensava-se, teriam carta branca para refazer Cuba à sua própria imagem. Sem o punho de ferro de Fidel para manter os cubanos no seu lugar, a ilha explodiria numa exigência coletiva de mudanças rápidas. A população há muito oprimida derrubaria os comparsas revolucionários de Fidel e clamaria por capital, conhecimentos e liderança do norte para transformar Cuba numa democracia de mercado com fortes laços com os Estados Unidos.

Mas esse momento já passou – e nada do que Washington e os exilados previram aconteceu. Mesmo enquanto os observadores cubanos especulam sobre quanto tempo o doente Fidel irá sobreviver, a transição pós-Fidel já está bem encaminhada. O poder foi transferido com sucesso para um novo conjunto de líderes, cuja prioridade é preservar o sistema, permitindo apenas reformas muito graduais. Os cubanos não se revoltaram e a sua identidade nacional continua ligada à defesa da pátria contra os ataques dos EUA à sua soberania. À medida que o regime pós-Fidel responder às exigências reprimidas de uma maior participação democrática e de oportunidades econômicas, Cuba irá sem dúvida mudar –, mas o ritmo e a natureza dessa mudança serão na maior parte imperceptíveis ao olho nu americano.

As quase cinco décadas de Fidel no poder chegaram ao fim no verão passado, não com o estrondo esperado, nem mesmo com um gemido, mas em câmara lenta, com o próprio Fidel a orquestrar a transição. A transferência de autoridade de Fidel para o seu irmão

mais novo, Raúl, e para meia dúzia de legalistas – que governam o país sob a supervisão de Fidel há décadas – tem sido notavelmente tranquila e estável. Nenhum episódio violento nas ruas cubanas. Nenhum êxodo maciço de refugiados. E apesar de uma onda inicial de euforia em Miami, nenhum barco saiu de um porto da Flórida para a viagem de 145 quilômetros. Dentro de Cuba, se o próprio Fidel sobreviverá durante semanas, meses ou anos é agora, em muitos aspectos, irrelevante.

Em Washington, porém, a política para Cuba – que visa essencialmente a mudança de regime – tem sido dominada há muito tempo por ilusões cada vez mais desligadas da realidade na ilha. Graças aos votos e às contribuições de campanha dos 1,5 milhão de cubano-americanos que vivem na Flórida e em Nova Jersey, a política interna impulsionou a elaboração de políticas externas. Essa tendência tem sido tolerada por uma comunidade de inteligência dos EUA, prejudicada por um isolamento impressionante e em grande parte autoimposto de Cuba e reforçada por um ambiente político que recompensa alimentar a Casa Branca com tudo o que esta quer ouvir. Por que alterar o *status quo* quando ele é tão familiar, tão bem financiado e tão retoricamente agradável aos políticos de ambos os partidos?

Mas se entregar Cuba à política interna tem sido o caminho de menor resistência até agora, começará a ter custos reais à medida que a transição pós-Fidel prossegue – tanto para Cuba como para os Estados Unidos. A morte de Fidel, especialmente se ocorrer no período que antecede as eleições presidenciais, poderá trazer instabilidade precisamente devido à percepção nos Estados Unidos de que Cuba será vulnerável à intromissão externa. Alguns exilados podem tentar atrair os Estados Unidos para um conflito direto com Havana, seja incitando potenciais refugiados cubanos a irem para o Estreito da Flórida ou apelando ao Congresso, à Casa Branca e ao Pentágono para tentarem estrangular o governo pós-Fidel.

Washington deve finalmente acordar para a realidade de como e por que o regime de Castro se revelou tão durável - e reconhecer que, como resultado da sua ignorância deliberada, tem poucas ferramentas para influenciar eficazmente Cuba depois da partida de

Fidel. Com a credibilidade dos EUA na América Latina e no resto do mundo no nível mais baixo de todos os tempos, é hora de pôr fim a uma política que a transferência de poder de Fidel já expôs tão claramente como um completo fracasso.

Mudança no tempo

Em 31 de julho de 2006, o secretário de gabinete de Fidel Castro fez um anúncio: Fidel, a poucos dias de completar 80 anos, havia sido submetido a uma grande cirurgia e entregou o "poder provisório" a seu irmão de 75 anos, Raúl, e a seis altos funcionários. A gravidade da doença de Fidel (que se diz ser um câncer intestinal terminal ou uma diverticulite grave com complicações) ficou imediatamente clara, tanto pelas fotografias da figura claramente enfraquecida como pelas declarações sombrias do próprio Fidel, implorando aos cubanos que se preparassem para a sua morte. Por toda a ilha, um ar de resignação e expectativa tomou conta.

O final de agosto, com o seu calor e humidade intensos, é uma época estressante em Cuba, mas à medida que os rumores corriam de casa em casa, houve uma impressionante demonstração de ordem e seriedade nas ruas. A vida continuou: as pessoas iam trabalhar e tiravam férias, assistiam novelas e contrabandeavam DVDs e programas dos canais Discovery e History, esperavam nas filas de ônibus e rações semanais, faziam suas compras diárias no mercado negro - repetindo os rituais que marcaram profundamente a *psiqué* cubana. Só em Miami alguns cubanos festejavam, na esperança de que a doença de Fidel se transformasse em breve na morte, não só de um homem, mas também de meio século de famílias divididas e de ódio mútuo.

Raúl rapidamente assumiu as funções de Fidel como primeiro secretário do Partido Comunista, chefe do Politburo e presidente do Conselho de Estado (e manteve o controle das forças armadas e dos serviços de inteligência). Os outros deputados – dois dos quais trabalharam em estreita colaboração com os irmãos Castro desde a revolução e quatro dos quais emergiram como atores importantes na década de 1990 – assumiram os outros departamentos-chave. Com idades compreendidas entre os 40 e os 70 anos, há anos que se

preparavam para esta transição para a liderança coletiva. José Ramón Balaguer, médico que lutou como guerrilheiro na Sierra Maestra durante a revolução, assumiu a autoridade da saúde pública. José Ramón Machado Ventura, outro médico que lutou na Sierra, e Esteban Lazo Hernández agora dividem o poder sobre a educação. Carlos Lage Dávila – um dos principais arquitetos das reformas econômicas da década de 1990, incluindo os esforços para atrair investimento estrangeiro – assumiu o comando do setor energético. Francisco Soberón Valdés, presidente do Banco Central de Cuba, e Felipe Pérez Roque, ministro das Relações Exteriores, assumiram as finanças nessas áreas.

No início, as autoridades norte-americanas simplesmente admitiram que quase não tinham informações sobre a doença de Fidel ou sobre os planos de sucessão. O presidente George W. Bush disse pouco além de apontar sobriamente (e surpreendentemente) que o próximo líder de Cuba viria de Cuba - um aviso muito necessário ao pequeno mas influente grupo de exilados de linha dura (o congressista republicano da Flórida Lincoln Díaz- Balart, sobrinho de Fidel, proeminente entre eles) com aspirações à política presidencial pós-Fidel.

Algumas semanas após o início da vigília de Fidel, Raúl deu uma entrevista claramente destinada ao consumo dos EUA. Cuba, disse ele, “sempre esteve pronta para normalizar as relações com base na igualdade. Mas não aceitaremos as políticas arrogantes e intervencionistas desta administração”, nem os Estados Unidos obterão concessões ao modelo político interno de Cuba. Poucos dias depois, o secretário de Estado adjunto dos EUA para Assuntos do Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, respondeu na mesma moeda. Washington, disse ele, consideraria o levantamento do seu embargo -, mas apenas se Cuba estabelecesse uma rota para a democracia multipartidária, libertasse todos os presos políticos e permitisse organizações independentes da sociedade civil. Com ou sem Fidel, os dois governos ficaram presos onde estiveram durante anos: Havana pronta para falar sobre tudo, exceto a única condição sob a qual Washington não cederia, Washington oferecendo algo que Havana não quer incondicionalmente em troca de algo que não

está disposto dar.

Da perspectiva de Washington, esta paralisia pode parecer apenas temporária. Shannon comparou a Cuba pós-Fidel a um helicóptero com o rotor quebrado – o que implica que um acidente é iminente. Mas essa visão, generalizada entre os decisores políticos dos EUA, ignora a verdade incômoda de Cuba sob o regime de Castro. Apesar da esmagadora autoridade pessoal de Fidel e das capacidades críticas de Raúl em termos de criação de instituições, o governo baseia-se em muito mais do que apenas o carisma, a autoridade e a lenda destas duas figuras.

Politicamente incorreto

Cuba está longe de ser uma democracia multipartidária, mas é um país funcional, com cidadãos altamente opinativos, onde as autoridades eleitas localmente (embora todas do mesmo partido) se preocupam com questões como a coleta de lixo, transportes públicos, emprego, educação, cuidados de saúde e segurança. Embora atormentadas pelo agravamento da corrupção, as instituições cubanas são compostas por uma função pública qualificada, oficiais militares testados em combate, um corpo diplomático capaz e uma força de trabalho qualificada. Os cidadãos cubanos são altamente alfabetizados, cosmopolitas, infinitamente empreendedores e, pelos padrões globais, bastante saudáveis.

Os críticos do regime de Castro encolhem-se perante tais representações e têm trabalhado arduamente para chamar a atenção de Washington e do mundo para os abusos dos direitos humanos, os presos políticos e as privações econômicas e políticas. Embora essas preocupações sejam legítimas, não compensam a falta de vontade de compreender as fontes da legitimidade de Fidel – ou as características do *status quo* que sustentarão Raúl e a liderança coletiva agora em vigor. Numa viagem a Cuba em novembro, falei com uma série de altos funcionários, diplomatas estrangeiros, intelectuais e críticos do regime para ter uma ideia de como aqueles que estão no país veem o futuro da ilha. (Viajei a Cuba quase 30 vezes desde 1984 e encontrei-me com toda a gente, desde o próprio Fidel até ativistas dos direitos humanos e presos políticos.) Pessoas

a todos os níveis do governo cubano e do Partido Comunista estavam enormemente confiantes na capacidade do regime para sobreviver à morte de Fidel. Dentro e fora dos círculos governamentais, tanto os críticos como os apoiadores – incluindo a imprensa estatal – reconhecem prontamente os grandes problemas com a produtividade e a distribuição de bens e serviços. Mas os programas de benefícios ainda viáveis do regime e um sentimento generalizado de que Raúl é o homem certo para enfrentar a corrupção e se responsabilizar pela governança dão à atual liderança mais legitimidade do que poderia obter apenas da repressão (a explicação habitual que os estrangeiros dão para o poder de permanência do regime).

O contínuo desafio do regime aos Estados Unidos também ajuda. Na narrativa nacional de Cuba, potências externas – seja a Espanha no século XIX ou os Estados Unidos no século XX – aproveitaram-se da divisão interna de Cuba para dominar a política cubana. A ideologia revolucionária enfatiza esta história de independência frustrada e de intromissão imperialista, desde a Guerra Hispano-Americana até à Baía dos Porcos, para sustentar um consenso nacional. A unidade interna, continua a mensagem, é a melhor defesa contra a única potência externa que Cuba ainda considera uma ameaça – os Estados Unidos.

Para dar aos cubanos uma participação neste compromisso entre uma sociedade aberta e uma nação soberana, a revolução construiu programas sociais, educacionais e de saúde que continuam a ser a inveja do mundo em desenvolvimento. A educação pública tornou-se acessível a toda a população, permitindo às gerações mais velhas de camponeses analfabetos verem os seus filhos e netos tornarem-se médicos e cientistas; em 1979, as taxas de alfabetização de Cuba haviam subido para mais de 90%. A esperança de vida passou de menos de 60 anos na época da revolução para quase 80 hoje (virtualmente idêntica à esperança de vida nos Estados Unidos). Embora os níveis de doenças infecciosas tenham sido historicamente mais baixos em Cuba do que em muitas partes da América Latina, os programas de vacinação pública do governo revolucionário eliminaram completamente a poliomielite, a difteria,

o tétano, a meningite e o sarampo. Desta forma, o Estado cubano serviu verdadeiramente a classe baixa pobre, em vez de servir a elite interna e os seus aliados americanos.

Entretanto, a política externa colocou a ilha no mapa geopolítico. Os cubanos usaram os soviéticos (que consideravam os impetuosos jovens revolucionários como imprudentes) para obter dinheiro, armas e isolamento do seu implacável inimigo ao norte. Embora a repressão governamental à dissidência e o controle apertado sobre a economia tenham expulsado muitos do país e virado muitos outros contra o regime de Castro, a maioria dos cubanos passou a esperar que o Estado garantisse o seu bem-estar, proporcionasse a posição internacional que consideram ser o seu patrimônio cultural e histórico e manter os Estados Unidos a uma distância saudável.

O fim da Guerra Fria ameaçou seriamente este *status quo*. A União Soviética retirou o seu subsídio anual de 4 bilhões de dólares e a economia contraiu 35% de uma hora para outra. A elite política de Cuba reconheceu que sem o apoio soviético, a sobrevivência do regime revolucionário estava em perigo – e, com a aquiescência relutante de Fidel, elaborou uma resposta pragmática para salvá-lo. As autoridades cubanas que viajavam ao exterior começaram a usar termos outrora anátemas⁵, como “sociedade civil”. Foram divulgadas propostas para incluir vários candidatos (embora todos do Partido Comunista) nas eleições para a Assembleia Nacional e para permitir pequenas empresas privadas. O governo legalizou o trabalho independente em cerca de 200 setores de serviços, converteu explorações agrícolas estatais em cooperativas de propriedade coletiva e permitiu a abertura de mercados para pequenos agricultores. Por instigação de Raúl, as empresas estatais adotaram práticas contabilísticas e empresariais capitalistas; alguns gestores foram enviados para escolas de negócios europeias. À medida que a noção de uma “empresa socialista” se tornou cada vez mais insustentável, palavras como “mercado”, “eficiência”, “propriedade”, e “concorrência” começaram a surgir com cada vez

⁵ **Anátema:** reprovação enérgica; condenação, repreensão, maldição, execração.

mais frequência na imprensa controlada pelo Estado e nos debates sobre políticas públicas. O investimento estrangeiro da Europa, América Latina, Canadá, China e Israel deu um impulso à agricultura e às indústrias do turismo, mineração, telecomunicações, farmacêutica, biotecnologia e petróleo.

Estas mudanças tornaram Cuba quase irreconhecível em comparação com a Cuba da era soviética, mas também permitiram que o governo de Fidel recuperasse o seu equilíbrio. A economia começou a recuperar e os programas de saúde e educação começaram novamente a funcionar. No final da década de 1990, a taxa de mortalidade infantil de Cuba (aproximadamente seis mortes por 100.000 nascimentos) tinha caído abaixo da dos Estados Unidos e perto de 100 por cento das crianças estavam matriculadas na escola a tempo inteiro até o nono ano. A habitação, embora deteriorada e necessitando desesperadamente de modernização, permaneceu praticamente gratuita. E uma sociedade cosmopolita – embora controlada em muitos aspectos pelo Estado – tornou-se cada vez mais ligada ao mundo por meio de intercâmbios culturais, eventos desportivos, cooperação científica, programas de saúde, tecnologia, comércio e diplomacia. Além disso, em 2002, os fluxos totais de remessas atingiram 1 bilhão de dólares e quase metade da população cubana teve acesso a dólares de famílias no estrangeiro.

Em 2004, iniciou-se um processo de “recentralização”: o Estado substituiu o dólar por uma moeda conversível, intensificou a arrecadação de impostos do setor independente e impôs controles mais rigorosos sobre as despesas de receitas por parte das empresas estatais. Mas mesmo com estes controles sobre a atividade econômica, o mercado negro está por todo lado. Os salários oficiais nunca são suficientes para fazer face às despesas e a economia tornou-se um híbrido de controle, caos e vale-tudo. As regras do jogo são estabelecidas e quebradas a cada passo, e a maioria dos cubanos tem de violar alguma lei para sobreviver. Os administradores das empresas estatais roubam e depois vendem os insumos que obtêm do governo, forçando os trabalhadores a comprarem eles próprios os suprimentos de que necessitam para realizar o seu trabalho - borracha para o sapateiro, copos para o

barman, óleo de cozinha para o *chef* - para preencher quotas de produção.

Ao mesmo tempo, o investimento da revolução no capital humano colocou Cuba numa posição única para tirar partido da economia global. Na verdade, a ilha enfrenta um excesso de capacidade de talento profissional e científico, uma vez que lhe falta a base industrial e o investimento estrangeiro necessários para criar um grande número de empregos produtivos qualificados. Com 10.000 estudantes na sua universidade de ciência e tecnologia e *joint ventures* farmacêuticas já bem-sucedidas com a China e a Malásia, Cuba está preparada para competir com os escalões superiores das nações em desenvolvimento.

Jaqueta de straits

O último ponto de virada potencial nas relações entre os EUA e Cuba ocorreu com o fim da Guerra Fria. Os cubanos saudaram a queda do Muro de Berlim com um suspiro coletivo de alívio; era, pensavam eles, uma oportunidade para explorar o tipo de sociedade que Cuba poderia tornar-se quando não pudesse mais depender da União Soviética. Mas durante a década e meia seguinte, os decisores políticos dos EUA - prejudicados pela política interna e por um mal-entendido fundamental da realidade na ilha - perderam oportunidade após oportunidade de pôr fim a décadas de inimizade.

Em vez de permitir que os debates sobre reformas seguissem o seu curso natural em Cuba, Washington aproveitou para, como disse Bill Clinton na campanha presidencial de 1992, "bater o martelo" sobre Fidel. O Congresso aprovou e Clinton assinou a Lei da Democracia Cubana, que, entre outras coisas, proibia subsidiárias estrangeiras de empresas norte-americanas de negociar com Cuba e proibia navios que viajassem de portos cubanos de atracar nos Estados Unidos. Havana reagiu com indignação previsível, condenando os desígnios imperiais dos EUA em dramáticos protestos públicos. Mais importante ainda, algumas propostas de reforma foram postas em compasso de espera – para que a menor rachadura na armadura de Cuba abrisse caminho à contrarrevolução apoiada pelos EUA. A segurança nacional superou

todo o resto.

A década seguinte viu uma série de meios passos à frente seguidos de grandes passos para trás. Na esperança de aprender mais sobre a ilha e ao mesmo tempo criar uma barreira entre o seu povo e o seu governo, a administração Clinton começou a permitir viagens licenciadas a Cuba para fins académicos e para prestar "apoio ao povo cubano". Também abraçou uma política de "resposta calibrada": à medida que Cuba mudava, a política dos EUA também mudaria. Sem nunca as relacionar com os gestos dos EUA, Cuba empreendeu algumas reformas importantes (e em grande parte não correspondidas), afrouxando as restrições às viagens familiares e a algumas viagens profissionais, relaxando os requisitos de residência para escritores e artistas e continuando as aberturas económicas. E quando 40.000 botes partiram para a costa dos EUA em 1994, depois de um verão de brutal calor, e escassez de eletricidade e de alimentos em Havana, as autoridades dos EUA e de Cuba iniciaram negociações secretas no Canadá. O resultado foi uma cooperação sem precedentes em questões de migração - Washington forneceria 20.000 vistos a cubanos por ano, e a Guarda Costeira dos EUA enviaria cubanos recolhidos no mar para a base naval dos EUA na Baía de Guantánamo - e um grau de contato oficial e pessoal desconhecido desde uma breve abertura sob Jimmy Carter.

Mas estas medidas provisórias, resistidas amargamente pelos exilados que temiam uma descida escorregadia rumo às relações plenas entre os EUA e Cuba, foram rapidamente frustradas. Em fevereiro de 1996, a força aérea cubana abateu dois aviões que voavam na área por um grupo de exilados chamado Irmãos ao Resgate. Liderado por um veterano da Baía dos Porcos, o grupo fazia voos de vigilância sobre o Estreito da Flórida (para informar a Guarda Costeira dos EUA sobre os botes de borracha) e ocasionalmente lançava panfletos anti-Castro sobre Havana a partir de Cessnas comprados nas vendas de etiquetas do Pentágono. Às vezes, autoridades dos EUA juntavam-se aos voos. Havana avisou repetidamente Washington que os voos não seriam tolerados, mas o abate resultou, no entanto, numa rápida retaliação do Congresso - na forma da Lei Cubana de Liberdade e Solidariedade Democrática,

mais conhecida como Helms-Burton.

Helms-Burton levou o embargo dos EUA a novos extremos. Tentou suspender todo o investimento estrangeiro em Cuba, permitindo que os investidores fossem processados nos tribunais dos EUA. Determinava que os futuros presidentes só poderiam levantar o embargo se Cuba cumprisse uma série de condições, incluindo a realização de eleições multipartidárias, o reconhecimento da propriedade privada e a libertação de todos os presos políticos. E estipulou que qualquer mudança futura na política dos EUA dependeria de Fidel e Raúl Castro – juntamente, implicitamente, com outros altos funcionários militares e do Partido Comunista – abandonarem completamente a política.

O regime cubano respondeu com a sua própria linha dura. Raúl, embora fosse um dos principais defensores da reforma econômica internamente, era um absolutista quando se tratava de confrontar os Estados Unidos. Mesmo enquanto alguma liberalização continuava e uma nova constituição cubana abria o caminho para um renascimento religioso ao permitir que os membros do Partido Comunista praticassem abertamente, houve um expurgo em todo o governo de acadêmicos e intelectuais - muitos deles leais ao partido - considerados como sendo associados aos Estados Unidos ou às reformas apoiadas pelos EUA. A mensagem era assustadoramente clara: se pudesse escolher entre a segurança nacional e uma sociedade mais aberta, a revolução escolheria sempre a segurança.

Na sequência de Helms-Burton, a administração Clinton trabalhou para relançar uma série de iniciativas de boa vontade. Quando o Papa João Paulo II visitou a lotada Praça da Revolução de Havana em 1999, ele pediu “ao mundo que se abrisse a Cuba e a Cuba que se abrisse ao mundo”. O seu apelo deu a Washington e a Havana cobertura política para reavivar algum impulso na melhoria das relações. As guardas costeiras dos países trabalharam juntas em operações antidrogas e os comandantes militares reformados dos EUA reuniram-se com Fidel e Raúl. Os Baltimore Orioles e a seleção cubana de beisebol jogaram entre si - uma vez em Baltimore, uma vez em Havana - e depois que o musicólogo Ry Cooder lançou um álbum de baladas tradicionais cubanas, houve um "efeito Buena

Vista Social Club", com músicas americanas artistas, músicos, clérigos, acadêmicos, estudantes, empresários e políticos afluíram a Cuba em números recordes. Os cubano-americanos que não tinham regressado à ilha desde que partiram quando eram crianças pequenas visitaram-na pela primeira vez e depois regressaram várias vezes, reencontrando familiares há muito perdidos. Vários republicanos proeminentes, incluindo os antigos secretários de Estado Henry Kissinger e George Shultz, apelaram a uma comissão bipartidária para realizar uma revisão completa da política dos EUA em relação a Cuba.

Mas no dia seguinte ao Dia de Ação de Graças, em 2000, o progresso foi novamente prejudicado – desta vez pela chegada ao sul da Flórida de um menino de seis anos chamado Elián González. Elián havia saído de Cuba com a mãe, mas ela faleceu na viagem aos Estados Unidos. No início, a administração Clinton demorou a retirar Elián da custódia dos seus familiares na Flórida e devolvê-lo ao seu pai em Cuba - inflamando o nacionalismo cubano e incitando protestos em massa anti-EUA em Havana. Então, quando a procuradora-geral Janet Reno ordenou que agentes federais prendessem Elián numa operação antes do amanhecer e o devolvessem ao pai, a comunidade de exilados entrou em erupção. O incidente não só acabou com a perspectiva de um novo degelo nas relações entre os EUA e Cuba; também (pelo menos na ausência de recontagem) ajudou a inclinar a eleição presidencial para George W. Bush, que derrotou Al Gore na Flórida por algumas centenas de votos.

Tal como a maioria dos aspirantes a presidente que procuram votos, o candidato Bush prometeu acabar com o regime de Castro. Mas foi só depois dos ataques de 11 de Setembro, e da nova atenção da administração à promoção da democracia e aos regimes desonestos, que a política dos EUA em relação a Cuba tomou um rumo decididamente mais agressivo. A equipe latino-americana do primeiro mandato de Bush (muitos dos quais ajudaram a escrever ou fizeram *lobby* para Helms-Burton) rejeitou qualquer cooperação comercial ou de segurança com Havana e encorajou especulações de que Cuba estava desenvolvendo armas biológicas para exportação

para regimes desonestos ou uso contra os Estados Unidos. (Essas alegações, não surpreendentemente, murcharam sob um exame mais minucioso). No final do seu primeiro mandato, a administração Bush tinha derrubado praticamente todas as iniciativas, oficiais e não oficiais, para melhorar as relações. Terminou as negociações bilaterais sobre migração. Parou de aprovar a maior parte das vendas de medicamentos, dificultou as viagens legais a Cuba para todos, exceto para grupos religiosos e alguns acadêmicos, e suspendeu vistos para acadêmicos e artistas cubanos. E proibiu quase totalmente os cubano-americanos, que têm forte inclinação republicana, de visitar ou enviar dinheiro para Cuba. Apenas as vendas de produtos agrícolas dos EUA, porque foram explicitamente permitidas pelo Congresso, escaparam à repressão.

Infidelidade

Embora a administração George W. Bush tenha posto fim aos esforços secretos para derrubar Fidel, os Estados Unidos gastam hoje cerca de 35 milhões de dólares por ano em iniciativas descritas por alguns como "promoção da democracia" e por outros como "desestabilização". Rádio Martí e TV Martí transmitem da Flórida para Cuba; outros programas do governo dos EUA destinam-se a apoiar dissidentes, famílias de presos políticos, ativistas de direitos humanos e jornalistas independentes. Embora alguns cubanos ouçam a Rádio Martí, o governo cubano bloqueia o sinal da TV Martí e, sem laços abertos entre os países, apenas uma fração do apoio chega realmente aos cubanos que vivem na ilha; a maior parte é distribuída por meio de contratos sem licitação à indústria caseira anti-Castro que surgiu em Miami, Madrid e em algumas capitais da América Latina e da Europa de Leste. Os destinatários de tal generosidade federal - juntamente com os agentes de inteligência cubanos que penetram rotineiramente nos grupos que formam - tornaram-se os principais intervenientes na política bem financiada, embora obviamente ineficaz, de Washington em relação a Cuba.

Além disso, em Cuba estes esforços são geralmente contraproducentes. As sanções econômicas dos EUA deram aos líderes de Cuba uma justificação para controlar o ritmo da inserção

da ilha na economia mundial. A percepção, generalizada em Cuba, de que os Estados Unidos e a diáspora cubana estão a planejar uma mudança de regime fortalece ainda mais os linhas duras nacionais que argumentam que apenas um modelo político fechado com aberturas de mercado mínimas pode isolar a ilha da dominação por uma potência estrangeira aliada às antigas elites monetárias. Os dissidentes que se associam abertamente à política dos EUA e aos seus defensores em Miami ou no Congresso dos EUA marcam-se como fantoches dos Estados Unidos, mesmo que não o sejam. Além disso, o governo cubano minou com sucesso a legitimidade interna e internacional dos dissidentes ao “revelar” alguns como fontes, ativos ou agentes dos Estados Unidos (ou dos próprios serviços de inteligência de Cuba). A detenção e encarceramento de 75 dissidentes em 2003 pretendia demonstrar que Cuba poderia e iria impedir os esforços externos de mudança de regime, independentemente do consequente clamor internacional e da repreensão do Congresso dos EUA.

Existem alguns dissidentes genuínos em Cuba, não contaminados por nenhum dos governos e não enfraquecidos por lutas internas. Um deles, Oswaldo Payá, é um católico devoto que lidera o Projeto Varela, que coletou mais de 11 mil assinaturas em 2002 para uma petição pedindo ao governo cubano que realizasse um referendo sobre eleições abertas, liberdade de expressão, livre iniciativa e liberação de direitos políticos aos prisioneiros. No entanto, foi apenas resistindo ao abraço da comunidade internacional, e dos Estados Unidos em particular, que Payá manteve a sua credibilidade e autonomia. Entretanto, abaixo do radar (e em todas as instituições cubanas oficialmente sancionadas), há dezenas de nacionalistas, comunistas, socialistas, social-democratas e progressistas ponderados que podem ainda não ter espaço político para expor publicamente as suas opiniões, mas que expressam dissidência em termos que os decisores políticos dos EUA não reconhecem ou não apoiam.

O resultado de meio século de hostilidade - especialmente agora com os laços quase totalmente cortados - é que Washington não tem praticamente nenhuma influência sobre os acontecimentos em

Cuba. Sem outra forma de cumprir os seus compromissos de campanha para com os cubano-americanos, a não ser uma invasão em grande escala, a administração Bush criou a Comissão de Assistência a uma Cuba Livre em 2003 e nomeou um “coordenador de transição para Cuba” em 2004. Até à data, a comissão, cujos membros e deliberações foram mantidos em segredo, publicou dois relatórios, totalizando mais de 600 páginas, sobre que tipo de assistência o governo dos EUA poderia, “se solicitado”, fornecer a um governo de transição em Cuba.

O pressuposto básico por detrás do planeamento da Comissão é que, com assistência externa, a transição de Cuba será um híbrido daquelas da Europa Oriental, da África do Sul e do Chile. Essas analogias e as prescrições políticas delas derivadas não se sustentam. Ao contrário dos europeus do Leste na década de 1980, os cubanos, embora entusiastas da cultura e do dinamismo norte-americanos, consideram Washington não como um farol de liberdade contra a tirania, mas como um opressor imperialista que ajudou a justificar a repressão interna. (Além disso, os Estados Unidos promoveram ativamente as viagens, o comércio e os laços culturais com o bloco soviético antes do início das transições.) No caso da África do Sul, as sanções que ajudaram a derrubar o regime do *apartheid* foram bem-sucedidas porque, em contraste, foram ao embargo unilateral dos EUA a Cuba, de âmbito internacional. E no Chile, o governo dos EUA só conseguiu tirar Augusto Pinochet do poder porque o apoiou firmemente durante tanto tempo.

A segunda característica da visão de Washington para a Cuba pós-Fidel é mais perigosa do que uma má analogia. A administração Bush deixou claro que a sua principal prioridade é interromper os planos de sucessão do regime de Castro. O relatório da Comissão de Assistência a uma Cuba Livre, divulgado pouco antes de Fidel ser submetido a uma cirurgia intestinal em julho, afirma: *"O único resultado aceitável da incapacitação, morte ou destituição de Fidel Castro é uma transição democrática genuína. ... A fim de minar a estratégia de sucessão do regime, é fundamental que o governo dos EUA mantenha a pressão econômica sobre Cuba."*

Desde a guerra de 2003 no Iraque, os cubanos têm observado de

perto os efeitos da desbaathificação naquele país. Tal como a adesão ao Partido Baath do Iraque sob Saddam Hussein, a adesão ao Partido Comunista Cubano é um bilhete para o progresso profissional tanto para crentes devotos como para oportunistas agnósticos. Os membros do partido incluem intelectuais sofisticados, economistas reformistas, clérigos, líderes jovens impetuosos e emergentes, cientistas, professores, oficiais militares, burocratas, agentes da polícia e empresários nos "setores geradores de receitas" da economia. Em suma, é impossível saber quem entre os cerca de milhões de membros do partido (e 500.000 membros da União da Juventude Comunista) é um verdadeiro fidelista ou raulista. A purga de membros do partido deixaria o país sem os indivíduos qualificados de que necessitará depois de Fidel, qualquer que seja o ritmo da mudança. E se os Estados Unidos, ou um governo que Washington considere adequadamente transitório, alguma vez estivesse em posição de orquestrar tal purga, enfrentaria então uma insurgência de milícias altamente treinadas e galvanizadas pelo nacionalismo antiamericano.

Um desenvolvimento encorajador é que a comunidade cubano-americana já não tem a mesma opinião no que diz respeito ao futuro de Cuba e ao seu papel nele. Durante décadas, uma minoria vocal de exilados de linha dura – alguns dos quais defenderam, direta ou indiretamente, a violência ou o terrorismo para derrubar Fidel – manteve um bloqueio na política de Washington para Cuba. Mas os cubano-americanos que vieram para os Estados Unidos quando eram crianças são eleitores menos apaixonados e obstinados do que os seus pais e avós, e os quase 300.000 migrantes que chegaram desde 1994 estão geralmente mais preocupados em pagar as contas e sustentar as suas famílias no futuro da ilha. Agora, a maioria dos cubano-americanos, embora ainda anti-Castro, reconhece que o embargo falhou e quer sustentar os laços familiares e humanitários sem eliminar completamente as sanções. No geral, muitos querem a reconciliação em vez da vingança.

O Departamento de Estado está a começar a reconhecer estas mudanças, e muitos membros do Congresso devem agora responder aos constituintes de outros países latino-americanos que se

ressentem da influência descomunal dos cubano-americanos. Mas os linhas-dura e os seus aliados em Washington continuarão a lutar contra qualquer proposta de revisão política. Temem que, se Washington adotar uma abordagem mais realista em relação à ilha, o comboio político passe por Miami e siga diretamente para Havana – e eles terão perdido a sua influência no momento em que isso mais importa.

Movimento de Washington

Mesmo com o crescimento da economia e os novos investimentos do setor público em transportes, energia, educação, cuidados de saúde e habitação, os cubanos estão hoje profundamente frustrados pelos rigores de apenas conseguirem pagar as contas. Eles estão ansiosos por mais participação democrática e oportunidades econômicas. Mas também reconhecem que os modelos sociais, econômicos e políticos de Cuba só mudarão gradualmente e que essa reforma será orquestrada por aqueles que Fidel há muito vem preparando para o substituir. Também Washington deve aceitar que não há alternativa aos que já governam a Cuba pós-Fidel.

Na perspectiva dos sucessores escolhidos por Fidel, a transição ocorre num contexto internacional particularmente favorável. Apesar dos esforços diligentes de Washington, Cuba está longe de estar isolada: tem relações diplomáticas com mais de 160 países, estudantes de quase 100 estudam nas suas escolas e os seus médicos prestam serviços em 69 deles. O ressurgimento da esquerda latino-americana, juntamente com o recente aumento do sentimento antiamericano em todo o mundo, torna o desafio de Cuba aos Estados Unidos ainda mais convincente e menos anômalo do que foi logo após a Guerra Fria. A relação cubano-venezuelana, baseada numa crítica partilhada do poder dos EUA, do imperialismo e do “capitalismo selvagem”, tem um poder simbólico particular. Embora esta aliança dificilmente seja permanente, e os observadores americanos muitas vezes deem muita importância à influência da Venezuela como intermediária de poder, ela fornece a Cuba cerca de 2 bilhões de dólares em petróleo subsidiado por ano e proporciona um mercado de exportação para o excesso de médicos e conselheiros técnicos de Cuba. (Ao fornecer a espinha dorsal dos

programas sociais do presidente venezuelano Hugo Chávez e da assistência na construção de organizações funcionais, Havana exerce mais influência na Venezuela do que Caracas em Cuba). Havana, sem ceder qualquer autoridade a Chávez, otimizará esta relação enquanto permanecer ela for benéfica.

A Venezuela também não é o único país que resistirá aos esforços dos EUA para dominar a Cuba pós-Fidel e purgar o país do legado revolucionário de Fidel. Os latino-americanos, ainda profundamente nacionalistas, há muito que veem Fidel como uma força de justiça social e um controle necessário da influência dos EUA. Como o comparecimento ao seu funeral demonstrará, ele continua sendo um ícone. Os latino-americanos de diversas tendências ideológicas, a maioria deles profundamente empenhados na democracia nos seus próprios países, querem ver uma aterrissagem suave em Cuba – e não a violência e o caos que acreditam que a política dos EUA irá trazer. Tendo em conta os seus próprios fracassos na década de 1990 em traduzir o compromisso com Cuba em democratização, e os atuais problemas de credibilidade dos Estados Unidos a este respeito, é pouco provável que os aliados dos EUA na América Latina ou na Europa ajudem Washington a usar algum tipo de iniciativa internacional para promover os seus desejos de uma mudança radical em Cuba.

Quando Fidel morrer, vários intervenientes nos Estados Unidos e na comunidade internacional apressar-se-ão a emitir e, se conseguirem, impor uma série de exigências: realizar um referendo e eleições multipartidárias, libertar imediatamente todos os presos políticos, devolver os bens nacionalizados e compensar antigos proprietários, reescrever a constituição, permitir uma imprensa livre, privatizar empresas estatais – em suma, tornar-se um país que Cuba nunca foi, mesmo antes da revolução. Muitos desses objetivos seriam desejáveis se estivéssemos inventando um país do zero. Poucos deles são agora realistas.

Depois do funeral de Fidel, um governo de “transição” do tipo que Washington espera não ocupará o palácio presidencial em Havana. Isto significa que a Casa Branca não pode esperar responsabilmente pelo dia feliz em que os contornos dos relatórios da sua comissão

possam ser postos à prova. Em vez disso, a atual administração deveria começar imediatamente a dialogar com os principais líderes cubanos. Reconhecendo que Cuba e os Estados Unidos partilham um interesse na estabilidade em ambos os lados do Estreito da Flórida, a primeira prioridade é coordenar esforços para evitar uma crise de refugiados ou provocações imprevistas por parte de grupos de exilados baseados nos EUA, ansiosos por explorar um momento de mudança na situação da ilha. Para além da gestão de crises, Washington e Havana podem cooperar numa série de outras preocupações na Bacia das Caraíbas, incluindo o tráfico de drogas, a migração, a segurança aduaneira e portuária, o terrorismo e as consequências ambientais da perfuração *offshore* no Golfo do México. Os dois países trabalharam com sucesso em algumas destas questões no passado: cada um tem burocracias compostas por profissionais que conhecem as questões, e até se conhecem. O fim da proibição de viagens imposta por Washington, uma medida já apoiada por maiorias bipartidárias na Câmara dos Representantes, abriria ainda mais o caminho para uma nova dinâmica entre os Estados Unidos e Cuba. Tal como a primeira, a Casa Branca de Bush encerrou formalmente as operações secretas na ilha, esta administração Bush ou o seu sucessor também deveriam tirar afirmativamente da mesa a mudança de regime, há muito tempo a peça central da política de Washington em relação a Cuba.

Ao continuar o rumo atual e ao fazer ameaças sobre que tipo de mudança é ou não aceitável depois de Fidel, Washington apenas irá abrandar o ritmo da liberalização e da reforma política em Cuba e garantir muitos mais anos de hostilidade entre os dois países. Ao propor medidas bilaterais de gestão de crises e de criação de confiança, ao pôr fim às sanções econômicas, ao sair do caminho dos cubano-americanos e de outros americanos que desejam viajar livremente para Cuba, e ao dar a Cuba o espaço para traçar o seu próprio rumo depois de Fidel, Washington ajudaria acabar com a mentalidade de cerco que há muito permeia o corpo político cubano e, com o aplauso dos aliados dos EUA, talvez ajudar a acelerar a reforma. Os cubanos dentro e fora da ilha sempre lutaram pelo seu destino - e tentaram atrair o poderio americano para os seus conflitos, direta ou indiretamente. Para que os próximos 50 anos

não tragam mais do mesmo, o caminho mais sensato para Washington é sair do caminho, afastando-se completamente da política interna de Cuba.

Os sucessores de Fidel já estão trabalhando. Atrás de Raúl está uma série de outras figuras com capacidade e autoridade para tomar as rédeas e continuar a transição, mesmo depois de Raúl ter partido. Felizmente para eles, Fidel ensinou-lhes bem: estão a trabalhar para consolidar o novo governo, resolver questões comuns, conceber um modelo de reforma com características cubanas, sustentar a posição de Cuba na América Latina e internacionalmente, e gerir as previsíveis políticas dos Estados Unidos. O fato de estas conquistas perdurarem após a morte de Fidel é uma vitória final para o último sobrevivente latino-americano. ●

Julia E. Sweig: pesquisadora sênior de Nelson e David Rockefeller e diretora de Estudos da América Latina no Conselho de Relações Exteriores. Ela é autora de *Por Dentro da Revolução Cubana: Fidel Castro e o Subterrâneo Urbano e Fogo amigo: perdendo amigos e fazendo inimigos no século antiamericano.*

Publicado no dia 1º de janeiro de 2007

Cuba depois do comunismo

Julia E. Sweig e Michael J. Bustamante



As reformas econômicas que estão a transformar a ilha

Um carro à venda em Havana, fevereiro de 2012

À primeira vista, as estruturas políticas e econômicas básicas de Cuba parecem tão duráveis como os carros americanos de meados do século que ainda circulam pelas suas ruas. O Partido Comunista permanece no poder, o Estado domina a economia e murais representando o rosto do revolucionário Che Guevara, há muito falecido, ainda aparecem nas muralhas da cidade. As previsões de que a ilha sofreria uma rápida transformação à maneira da China ou do Vietnã, e muito menos do antigo bloco soviético, revelaram-se rotineiramente uma bobagem. Mas Cuba parece hoje muito diferente do que era há dez ou 20 anos, ou mesmo recentemente, em 2006, quando uma doença grave obrigou Fidel Castro, o presidente de longa data do país, a renunciar. Longe de estar quebrada, Cuba entrou numa nova era, cujas características desafiam uma fácil classificação ou comparação com transições noutros locais.

Há três anos, Castro causou uma tempestade midiática ao zombar de um jornalista americano que “o modelo cubano já nem sequer funciona para nós”. Aceitando tacitamente esta avaliação, o irmão de Fidel, Raúl Castro, o atual presidente, está a liderar uma revisão gradual, mas, para Cuba, em última análise, radical da relação entre o Estado, o indivíduo e a sociedade, tudo sem cortar o cordão umbilical socialista. Até agora, essa situação instável carece de uma definição completa ou de um rótulo convincente. “Atualização do modelo social e econômico cubano”, o eufemismo preferido do Partido Comunista, exagera o grau de coesão ideológica, ao mesmo tempo que suaviza as implicações para a sociedade e a política. Por

enquanto, a Cuba emergente pode ser melhor caracterizada como um híbrido público-privado no qual múltiplas formas de produção, propriedade e investimento, além de um Estado de bem-estar social mais reduzido e maior liberdade pessoal, coexistirão com empresas estatais geridas pelos militares em setores estratégicos da economia e continuação do regime de partido único.

Uma nova lei de migração, que entrará em vigor este ano, constitui um exemplo revelador das reformas em curso em Cuba. Até recentemente, o governo cubano exigia que os seus cidadãos solicitassem autorização oficial antes de viajarem para o estrangeiro, e médicos, cientistas, atletas e outros profissionais enfrentavam obstáculos adicionais. O Estado ainda regulamenta a saída e entrada de atletas profissionais e funcionários de segurança e reserva-se o direito de negar passaporte a qualquer pessoa por razões de segurança nacional. Mas a nova lei de migração elimina a necessidade de “cartões brancos”, como eram conhecidas as dispendiosas e impopulares autorizações de saída; dá àqueles que deixaram o país ilegalmente, como desertores, permissão para visitar ou possivelmente se repatriar; e amplia de 11 meses para dois anos o período de tempo em que os cubanos podem residir legalmente no exterior sem o risco de perder suas contas bancárias, casas e negócios na ilha.

Este novo momento em Cuba não chegou com um estrondo, mas sim na sequência de uma série de medidas cumulativas - as mais proeminentes entre elas a reforma agrícola, a formalização de um código fiscal progressivo e os esforços altamente publicitários do governo para começar a reduzir o tamanho das folhas de pagamento do Estado, permitindo um maior número de pequenas empresas. Os primórdios do crédito privado, do imobiliário e dos mercados atacadistas prometem promover a evolução de Cuba. Ainda assim, Cuba não parece preparada para adotar tão cedo o plano chinês ou vietnamita para a liberalização do mercado. As realidades demográficas, geográficas e econômicas únicas de Cuba - particularmente o envelhecimento da população da ilha de 11 milhões, a sua proximidade com os Estados Unidos e a sua combinação de capital humano avançado e infraestrutura física

dilapidada - diferenciam Cuba de outros países que se afastaram do comunismo. Talvez não seja surpreendente, então, que as mudanças em curso em Cuba não se assemelhem ao cenário de transição rápida previsto na legislação Helms-Burton de 1996, que condicionou a remoção do embargo dos EUA às eleições multipartidárias e à restituição da propriedade privada que foi nacionalizada na década de 1960. A este respeito, Washington permanece mais paralisada no tempo do que Havana.

As reformas de Cuba podem parecer frustrantemente lentas, inconsistentes e insuficientes para resolver as dificuldades econômicas dos seus cidadãos e os desejos de uma maior participação política. Esta falta de rapidez, no entanto, não deve ser interpretada como um sinal de que o governo simplesmente insistiu ou está a ignorar os desafios políticos. A resposta dos líderes cubanos aos incômodos desafios em longo prazo do seu país envolveu pensamento estratégico e debate considerável. Na verdade, os próximos anos serão cruciais. Como observou recentemente Miguel Díaz-Canel, de 53 anos, atual vice-presidente e recém-designado sucessor de Castro, Cuba fez “progressos nas questões que são mais fáceis de resolver”, mas “o que resta são as escolhas mais importantes”. Isso será decisivo no desenvolvimento do país.”

Esses dilemas fundamentais incluem o seguinte: como pode Cuba atrair e gerir o investimento estrangeiro de que necessita urgentemente, preservando ao mesmo tempo a sua soberania arduamente conquistada? Quanta desigualdade irão tolerar os cidadãos da ilha em troca de maior produtividade e maiores oportunidades? E mesmo que o Partido Comunista consiga dar um passo atrás na governança cotidiana, como Castro insiste que deve, como irão os líderes de Cuba enfrentar as pressões de longa data por maior transparência, responsabilização pública e participação democrática? Se o passado recente for um prelúdio, Cuba provavelmente continuará no seu caminho gradual em direção a uma sociedade mais aberta e pluralista, preservando ao mesmo tempo a sua independência em termos de política externa.

Reforma com características cubanas

Desde o momento em que assumiu o poder provisório em 2006, Raúl Castro tem falado abertamente sobre a situação difícil de Cuba. “Reformamos ou afundamos”, declarou num discurso nacional caracteristicamente curto e incisivo em 2010. Mesmo que Havana se mantenha fiel à sua convicção política central – nomeadamente, que o Partido Comunista continue a ser a melhor defesa da nação contra mais de um século de interferência dos EUA – termos como “descentralização”, “responsabilidade” e “institucionalização” tornaram-se palavras da moda, não tabus. Enquanto na década de 1990 Havana estava disposta a permitir apenas empresas privadas limitadas como medida de emergência, o governo fala agora abertamente em garantir que 50 por cento do PIB de Cuba esteja em mãos privadas dentro de cinco anos. Realistas ou não, objetivos tão ambiciosos teriam sido um sacrilégio há menos de dez anos. A representação dos pequenos empresários cubanos na Assembleia Nacional do país e a sua participação no desfile anual do Primeiro de Maio já oferecem provas das mudanças em curso.

As reformas produziram vários sucessos modestos até agora. Depois de enfrentar graves crises de liquidez e de balança de pagamentos na sequência do colapso financeiro global de 2008, Cuba conseguiu restaurar um mínimo de estabilidade financeira, retomando o pagamento da sua dívida, cortando drasticamente as suas importações e iniciando a árdua tarefa de reduzir a dívida pública. Vários investimentos estratégicos importantes de parceiros internacionais – mais notavelmente, a remodelação do Porto de Mariel, com a ajuda do capital brasileiro, para transformá-lo num importante porto de transporte de contêineres – estão a avançar dentro do previsto. Entretanto, um novo gabinete estatal de responsabilização financeira iniciou a difícil tarefa de eliminar a corrupção endêmica.

No entanto, Cuba enfrenta sérios obstáculos na sua busca por maior vitalidade econômica. Ao contrário da China e do Vietnã no início dos seus esforços de reforma, Cuba é um país subdesenvolvido com problemas do mundo desenvolvido. Não só a população está a envelhecer (18 por cento da população tem mais de 60 anos), mas a

economia do país está fortemente inclinada para o sector dos serviços. Quando o Vietnã iniciou as suas reformas econômicas *doi moi* (renovação) em 1986, os serviços representavam cerca de 33 por cento do PIB, enquanto a base produtiva representava quase 67 por cento. Em contraste, os serviços em Cuba representam perto de 75% do PIB da ilha – o resultado de mais de 20 anos de grave decadência industrial e baixas taxas de poupança e investimento. As exportações de serviços (principalmente de profissionais de saúde), combinadas com o turismo e as remessas, constituem a principal defesa do país contra um déficit sustentado da balança de pagamentos.

As autoridades e economistas cubanos reconhecem esta fraqueza estrutural e enfatizam a necessidade de aumentar as exportações e promover um mercado interno mais dinâmico. No entanto, até agora, o Estado não foi capaz de remediar o desequilíbrio. Na indústria do açúcar, que já foi um pilar, a produção continua a fracassar, apesar do recente aumento dos preços globais e dos novos investimentos brasileiros. Entretanto, um escândalo de corrupção e a queda dos preços mundiais enfraqueceram a indústria do níquel, levando ao encerramento de uma das três instalações de processamento da ilha. De um modo mais geral, a produtividade cubana continua anêmica e o país tem sido incapaz de capitalizar a sua força de trabalho altamente qualificada.

Embora importante, a expansão do setor das pequenas empresas não pode resolver estas questões centrais. Existem atualmente 181 categorias legais para o trabalho por conta própria, mas estão concentradas quase exclusivamente no setor dos serviços, incluindo proprietários de restaurantes independentes, barracas de comida e pensões. Os fundos iniciais são escassos, as taxas para as licenças exigidas são altas e algumas das categorias legais são absurdamente específicas. Também não está claro se a oportunidade de obter um lucro legítimo atrairá as empresas do mercado negro para o exterior.

Não surpreende, portanto, que a expansão do trabalho independente ainda não tenha permitido ao Estado cumprir os seus objetivos de redução das suas inchadas folhas de pagamento. No

final de 2010, Castro comprometeu-se a eliminar 500.000 empregos públicos nos primeiros seis meses de 2011, com o objetivo de incorporar mais de 1,8 milhão de trabalhadores (de uma força de trabalho total estimada em 5,3 milhões) no setor privado até 2015. Mas o governo conseguiu eliminar apenas 137 mil cargos naquele primeiro ano. Ainda assim, as reformas estão a ter um impacto sério. As pequenas empresas empregam atualmente cerca de 400.000 cidadãos, um aumento de 154 por cento desde que a liberalização do trabalho independente começou em outubro de 2010. Além disso, para estimular um maior crescimento, as autoridades lançaram recentemente uma empresa atacadista que permitirá às empresas emergentes comprar fornecimentos nas mesmas condições das que possuem as empresas estatais, respondendo assim a uma grande reclamação dos empresários.

Para complementar estes ganhos, Cuba precisa continuar a reconstruir as suas capacidades produtivas em áreas essenciais como a agricultura. Antes de Raúl Castro chegar ao poder, aproximadamente 20 por cento das terras cultiváveis do país estavam improdutivas e Cuba importava metade do seu abastecimento interno de alimentos - uma parte significativa da qual provinha dos Estados Unidos, ao abrigo de uma exceção de 2000 ao embargo comercial. Para aumentar a produção interna, o Estado cedeu mais de 3,7 milhões de acres de terra a agricultores privados, cujas culturas representam agora 57 por cento da produção total de alimentos no país, apesar de ocuparem pouco menos de 25 por cento das terras aráveis. No entanto, os níveis agregados de produção alimentar na maioria das categorias básicas ainda permanecem os mesmos que os verificados em 2002 ou ligeiramente abaixo deles.

Mais promissor é o investimento para reformar o Porto de Mariel, liderado pelo conglomerado brasileiro Odebrecht, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento. Cuba espera posicionar-se como um importante centro marítimo no Caribe. Localizado entre o Canal do Panamá e pontos nos Estados Unidos e na Europa, o enorme porto de águas profundas de Mariel está idealmente situado para lidar com o comércio com os Estados Unidos e outros países

num mundo pós-embargo. Além disso, quatro empresas farmacêuticas brasileiras assinaram contrato para produzir medicamentos nas proximidades do porto para exportação direta para o mercado brasileiro e outros mercados. Ainda assim, se o embargo dos EUA continuar em vigor, os benefícios em longo prazo do investimento em Mariel serão limitados.

O projeto portuário sublinha alguns dos dilemas mais amplos que restringem o investimento estrangeiro em Cuba e as perspectivas globais de crescimento do país. Havana designou Mariel como uma zona especial de desenvolvimento econômico - uma área onde as empresas estrangeiras recebem incentivos e prerrogativas especiais - num esforço para atrair dólares de investimento extremamente necessários. As autoridades cubanas também pretendem tirar partido da população instruída do país e estabelecer zonas de investimento orientadas para a inovação de alta tecnologia e outras atividades de elevado valor agregado, como a biotecnologia. No entanto, sem ligações às indústrias locais, essas zonas de investimento poderiam tornar-se ilhas econômicas, proporcionando emprego aos habitantes locais e rendimentos ao governo cubano, mas reduzindo os efeitos multiplicadores.

O sistema de moeda dupla da ilha torna o desafio ainda mais difícil. Subproduto da circulação de dólares americanos na década de 1990 - primeiro no mercado negro, depois legalmente - o peso cubano conversível (CUC) funciona hoje como a moeda do setor turístico e é necessário para a compra de muitos bens de consumo. Para os cidadãos cubanos comuns, o valor do CUC está indexado ao dólar, sendo um CUC igual a 25 pesos cubanos (CUP), a moeda em que a maioria dos trabalhadores estatais é paga. Consequentemente, os cidadãos que recebem moeda forte do estrangeiro ou que ganham dinheiro em CUC, tais como os trabalhadores que recebem gorjetas de turistas estrangeiros, desfrutam de rendimentos muito mais elevados do que os trabalhadores que dependem apenas dos salários pagos em CUP.

Pior ainda, os valores do CUC e do CUP são considerados iguais dentro e entre empresas estatais. Esta prática contabilística bizarra ajudou a isolar os preços do CUP da inflação durante o auge da crise

econômica que se seguiu ao colapso da União Soviética, mas hoje torna difícil para analistas e investidores estimarem os custos reais de fazer negócios na ilha ou o valor das empresas estatais. Os economistas concordam que a forma menos perturbadora de avançar em direção a uma moeda única seria fundir gradualmente as duas taxas de câmbio em conjunto com um aumento constante do PIB e dos salários em geral. Mas, entretanto, a paridade cambial artificial de um para um dentro do setor estatal tem o efeito de sobrevalorizar a taxa de câmbio internacional da CUP e, assim, diminuir a competitividade dos bens nacionais. Paradoxalmente, o regime de moeda dupla protege as importações em detrimento da produção interna.

Passando por ilhas

A recente reforma da lei de migração de Cuba resume claramente uma série de possibilidades, limites e implicações da agenda mais ampla de Castro. Apesar de ser um sinal da vontade do Estado para tomar decisões estratégicas e, sem dúvida, a reforma mais importante até à data, a nova lei também sublinha as difíceis batalhas que permanecem e ilustra a dificuldade de gerir a ótica e as expectativas. Tal como acontece com a maioria das questões da sociedade cubana, a linha entre política e economia é totalmente confusa.

Confrontado com um êxodo de profissionais qualificados e de capital do país após a revolução, o governo cubano começou a regulamentar fortemente a circulação dos seus cidadãos no estrangeiro no início da década de 1960. À luz do envolvimento direto dos emigrados nas tentativas de destituir o regime de Castro, muitas vezes financiado pelo governo dos EUA, Havana tratou a migração como uma questão de segurança nacional. Durante muitos anos, aqueles que conseguiram sair, legal ou ilegalmente, tiveram os seus bens despojados pelo Estado e não puderam, salvo exceções extraordinárias, regressar a casa. Tais restrições deixaram feridas profundas.

No entanto, já passou muito tempo desde que os cubanos dentro e fora da ilha puderam ser nitidamente divididos entre

anticomunistas e revolucionários pró-Castro. Qualquer visita ao aeroporto de Miami hoje atesta a força dos laços transnacionais; na alta temporada, mais de cem voos charter semanais transportam cubanos e cubano-americanos entre os dois países. Estas viagens, permitidas em algumas circunstâncias desde o final da década de 1970, aumentaram consideravelmente desde 2009, quando o presidente dos EUA, Barack Obama, levantou as restrições às visitas familiares. Em 2012, mais de 400 mil cubanos dos Estados Unidos visitaram a ilha. E isto para não falar das centenas de milhares de emigrantes cubanos que vivem na América Latina, no Canadá, na Europa e noutros locais, que também visitam e apoiam a família no seu país.

Na verdade, ao tornar mais fácil para os cubanos viajarem, trabalharem no estrangeiro e depois regressarem a casa, a nova lei de migração de Cuba também pretende estimular a economia. Com um valor estimado em bilhões de dólares por ano, as remessas têm sido um grande negócio desde o final da década de 1990, ajudando os cubanos a compensar os baixos salários e a tirar partido das poucas oportunidades que existiram para a iniciativa privada. Agora que o governo empreendeu uma expansão mais ampla do setor das pequenas empresas, os laços entre a diáspora e a ilha estão a trazer resultados ainda maiores. Os cubanos no estrangeiro já estão a ajudar a investir dinheiro nas cafetarias, oficinas de reparação e outros pequenos negócios que surgem em todo o país. Alguns ilhéus também enviam o seu próprio dinheiro para fora do país, para que os familiares possam comprar-lhes bens de consumo no estrangeiro.

Contudo, para além de corrigir um *status quo* profundamente impopular, a nova lei de migração colocou o governo numa posição embaraçosa. Supondo que um número suficiente de cubanos possa pagar as taxas agora reduzidas, mas ainda comparativamente elevadas, associadas à aquisição dos documentos de viagem necessários, outros países - principalmente os Estados Unidos - terão de continuar a receber visitantes e migrantes cubanos em grande número. Ironicamente, Havana há muito que critica as preferências especiais concedidas aos cubanos ao abrigo da lei de imigração dos EUA, por parecerem encorajar e recompensar

tentativas perigosas de chegar às costas dos EUA. Agora, Cuba parece se beneficiar da permanência de tais medidas - especialmente o caminho rápido de um ano para a residência permanente estabelecido pela Lei de Ajustamento Cubano de 1966. Ao abrigo do subsídio alargado de dois anos para residência legal no estrangeiro, os mais de 20.000 cubanos que emigram legalmente para os Estados Unidos todos os anos poderão adquirir *green cards* sem necessariamente renunciarem aos seus pedidos de cidadania, casas ou negócios na ilha.

O pequeno capital da diáspora pode revelar-se mais fácil de regular e confiar do que os fundos de empresas multinacionais impulsionados estritamente pelos lucros. Ao abrigo das disposições de repatriamento da nova lei de migração da ilha, alguns cubanos podem até retirar-se para a ilha com as suas pensões e poupanças, após décadas de trabalho no estrangeiro. No entanto, abrir as portas à saída de mais jovens cidadãos pode revelar-se arriscado para uma sociedade que envelhece rapidamente e com baixas taxas de natalidade, que há já algum tempo sofre de uma fuga de cérebros. Além disso, juntamente com as remessas de dólares, Cuba precisa urgentemente de médios e grandes investidores. Em última análise, apenas gastos maiores poderão ajudar a resolver o problema económico mais fundamental de Cuba: a sua base produtiva esgotada. Castro parece reconhecer que atrair investimento estrangeiro, descentralizar o governo e expandir ainda mais o setor privado são as únicas formas de enfrentar esta situação difícil em longo prazo. No entanto, é pouco provável que o governo proceda com qualquer coisa que não seja cautela. As autoridades têm receio de balançar o barco político interno e tanto os cidadãos como os líderes partidários recuam perante a perspectiva de uma terapia de choque mais radical. Os crescentes protestos públicos na China e no Vietnã contra a desigualdade e a corrupção desenfreada apenas reforçaram a preferência do governo cubano pelo gradualismo.

Encontrar um equilíbrio adequado não será uma tarefa fácil. No final de 2012, Havana legalizou a criação de cooperativas de transporte - entidades privadas com participação nos lucros, detidas e geridas pelos seus membros - para resolver

estrangulamentos na distribuição agrícola. Entretanto, 100 empresas estatais gerem agora as suas finanças de forma totalmente autônoma, como parte de um programa piloto com a duração de um ano. O governo também está a considerar formas de oferecer a um leque mais vasto de potenciais parceiros estrangeiros condições mais vantajosas para *joint ventures*. Mas o Partido Comunista está a lidar com inúmeras contradições – reconhecendo um lugar para a economia de mercado, desafiando velhos preconceitos contra os empresários e insinuando a descentralização do orçamento, ao mesmo tempo que insiste incongruentemente, nas palavras das suas diretrizes oficiais de 2011, que “o planeamento central, e não o mercado, terá precedência.”

Facilitar o estado do pai

Reduzir o papel económico do Estado, preservando simultaneamente a continuidade política, exige enfiar a linha numa delicada agulha ideológica. Embora o governo espere continuar a fornecer aos cubanos serviços sociais essenciais, como cuidados de saúde e educação, os líderes do partido repreenderam os cidadãos da ilha por, de outra forma, dependerem demasiado daquilo que um funcionário proeminente chamou há alguns anos de “estado pai”. Aos olhos de muitos cubanos, isto é profundamente irónico. Os fundadores revolucionários de Cuba, que construíram um Estado paternalista ao serviço da igualdade, apelam agora ao desmantelamento parcial desse Estado. Além do mais, a maioria dos cubanos já precisa recorrer ao mercado negro ou à ajuda de familiares no exterior para adquirir muitas necessidades diárias.

Isto não quer dizer que as reformas tenham sido conduzidas sem a contribuição popular. Na preparação para o Sexto Congresso do Partido Comunista Cubano de 2011, o governo convocou uma série de assembleias sem precedentes em todo o país para ouvir as queixas dos cidadãos e propostas de mudança e para discutir a agenda de Castro. Embora eleições multipartidárias não estejam no horizonte, este empreendimento permitiu um debate público generalizado e muitas vezes controverso, embora dentro de parâmetros conceituais amplamente “socialistas”. Apesar de defender o regime de partido único, Castro também apelou aos

funcionários públicos para que se tornassem acessíveis à imprensa estatal e pediu à imprensa, por sua vez, que abandonasse o seu tradicional triunfalismo. Na mesma linha, ele implorou aos estudantes que “debatassem sem medo” e aos membros do partido que “olhem uns nos outros nos olhos, discordem e discutam, discordem até mesmo do que os líderes dizem sempre que [vocês] acharem que há razão para fazê-lo”. Mais recentemente, Díaz-Canel mencionou publicamente a impossibilidade de proibir a difusão de notícias por meio das redes sociais e da internet – um sinal de que, para o governo, o benefício estratégico de facilitar uma conectividade mais ampla à internet pode muito bem superar a utilidade de controlar o acesso.

A realidade ainda não alcançou esta retórica. O debate em público entre altos funcionários cubanos continua a ser raro, mesmo que seja vigoroso à porta fechada. Também não está claro se a Assembleia Nacional de Cuba pode tornar-se um ramo do governo mais consequente e deliberativo. As declarações públicas que pretendem impugnar a legitimidade da Revolução Cubana continuam a ser um tabu e são motivo para enfrentar consequências no local de trabalho ou mesmo ostracismo. No entanto, fora dos órgãos governamentais de alto nível e da ainda largamente anódina imprensa diária, diversas vozes têm pressionado consideravelmente os termos do debate nos últimos anos, confundindo a linha supostamente nítida que divide as posições “revolucionárias” e “contrarrevolucionárias”.

A atenção internacional tende a centrar-se na pequena comunidade dissidente de Cuba, particularmente num elenco mais recente de ativistas e *bloggers* com conhecimentos digitais. No entanto, num país onde a internet continua a ser um bem caro e altamente regulamentado, talvez os debates mais interessantes e potencialmente consequentes estejam a ocorrer entre acadêmicos, artistas, cineastas independentes, antigos funcionários e líderes religiosos leigos, particularmente da Igreja Católica, cujos *websites*, jornais e fóruns públicos são mais acessíveis à população da ilha. Em geral, estes atores não propõem uma ruptura radical com todos os legados, símbolos e narrativas da revolução. Eles também

mantêm distância do apoio financeiro estrangeiro, especialmente dos EUA e dos cubano-americanos, o que marca muitos dissidentes como “mercenários” aos olhos do Estado cubano. No entanto, fazem-no mais por convicção política do que por cálculo estratégico, recusando aceitar a suposta escolha entre seguir a linha do partido no âmbito interno e colaborar com esquemas de transição concebidos no estrangeiro.

Recentemente, um pequeno grupo de católicos moderados e marxistas reformistas, reunidos sob os auspícios de um centro cultural patrocinado pela Igreja, fez circular on-line uma série de propostas simples de reforma política. Estas incluíram a permissão de eleições diretas e competitivas para todos os principais cargos de liderança de Cuba (embora com todos os candidatos vindos de um partido), acesso irrestrito à internet, meios de comunicação mais livres, separação de poderes mais eficaz no governo e maior uso de plebiscitos para as principais decisões governamentais. As propostas provocaram a oposição de alguns defensores do *status quo*, ao mesmo tempo que geraram apoio, interesse e debate substanciais entre os acadêmicos da ilha.

No entanto, apesar do alcance sem precedentes destas discussões, é difícil prever se produzirão muitas mudanças concretas em curto prazo. Atualmente, não parecem estar a ter muito impacto no público, que lhes presta menos atenção do que os guardiões ortodoxos da fé revolucionária. A explicação para o desligamento dos cubanos comuns tem tanto a ver com a apatia, a inércia, a autopreservação e as exigências materiais que enfrentam todos os dias, como com o acesso limitado à informação e um direito de reunião limitado. Afinal de contas, um número substancial de cubanos vê estações de televisão de Miami por meio de gravações piratas ou ligações ilícitas por satélite, mas até agora não se mostraram mais propensos a sair às ruas do que os seus vizinhos que não têm esse acesso. Desde a década de 1960, o principal meio para os insatisfeitos no seu país expressarem a sua opinião tem sido emigrar – particularmente para os Estados Unidos, dados os múltiplos incentivos para os cubanos incorporados na lei de imigração dos EUA. Enquanto este padrão continuar, Havana terá o

espaço político para continuar as suas reformas “sem pausa, mas sem pressa”, na formulação de Castro.

O último sinal da Guerra Fria

Como mostra a questão da migração, as dificuldades econômicas e políticas de Cuba não podem ser apreciadas isoladamente do seu contexto internacional. O embargo dos EUA continua a ser um obstáculo formidável à prosperidade econômica em longo prazo da ilha e lança uma longa sombra sobre a política interna cubana. No caso do Vietnã, foi só depois do levantamento do embargo dos EUA em 1994 que a economia começou a transformar-se de forma séria. Dada a proximidade de Cuba com os Estados Unidos e os seus custos laborais relativamente baixos, uma mudança semelhante na legislação dos EUA poderia ter um impacto profundo na ilha.

Em janeiro, o Secretário de Estado dos EUA, John Kerry, abriu a sua audiência de confirmação celebrando a sua estreita colaboração com o Senador John McCain (R-Ariz.) na superação do legado da guerra, a fim de restaurar as relações dos EUA com o Vietnã. No entanto, tanto Kerry como Obama parecem ainda ceder à sabedoria convencional ultrapassada sobre Cuba, segundo a qual Washington não pode mudar a sua política falha enquanto os cubano-americanos no Congresso continuarem a opor-se a fazê-lo. A realidade, porém, já está mudando. Os constituintes destes legisladores começaram a votar com os pés e talões de cheques, viajando para a ilha e enviando remessas para as famílias de lá como nunca antes. Além disso, vários cubano-americanos ricos estão agora a falar diretamente com Havana sobre investimentos futuros em grande escala. Sendo um democrata que obteve quase metade dos votos dos cubano-americanos na Flórida em 2012, Obama está numa posição melhor do que qualquer um dos seus antecessores para começar a traçar o fim do embargo de 50 anos dos Estados Unidos.

O contexto geopolítico na América Latina fornece outra razão pela qual o governo dos EUA deveria fazer uma mudança séria em Cuba. Há cinco anos que Obama tem ignorado a desaprovação unânime da América Latina relativamente à posição de Washington em relação a

Cuba. Em vez de perpetuar o isolamento diplomático de Havana, a política dos EUA incorpora as pretensões imperiais de uma época passada, contribuindo para a própria marginalização de Washington. Praticamente todos os países da região recusaram-se a participar noutra Cúpula das Américas se Cuba não estiver à mesa. Cuba, por sua vez, preside atualmente a nova Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, que exclui Washington. A administração Obama começou a definir o que poderá tornar-se uma agenda séria de segundo mandato para a América Latina, centrada na energia, no emprego, na inclusão social e no aprofundamento da integração nas Américas. Mas o simbolismo de Cuba em toda a região é tal que a Casa Branca só pode conduzir definitivamente as relações EUA-América Latina para fora da Guerra Fria e para o século XXI mudando a sua política em relação a Cuba.

Para fazer tal mudança, contudo, Washington deve ultrapassar a sua suposição de que Havana prefere uma relação antagônica com os Estados Unidos. Raúl Castro mostrou que não é seu irmão e recorreu a numerosos canais, públicos e privados, para comunicar a Washington que está pronto para conversar. Isto não significa que ele ou os seus sucessores estejam preparados para comprometer a política interna de Cuba; na verdade, o que Castro está disposto a colocar na mesa permanece obscuro. Mas as decisões do seu governo de libertar mais de 120 presos políticos em 2010 e 2011 e permitir que uma série de *bloggers* e ativistas dissidentes viajassem para o estrangeiro este ano foram supostamente destinadas a ajudar a preparar o terreno para potenciais conversações com os Estados Unidos.

Entretanto, a morte de Hugo Chávez, o antigo presidente venezuelano, e a estreita margem na eleição do seu sucessor, Nicolás Maduro, deixaram claro que Havana tem razões próprias para traçar um caminho a seguir com os Estados Unidos. Mais ou menos na última década, Cuba passou a depender da Venezuela para grandes fornecimentos de petróleo subsidiado, em troca de uma brigada considerável de médicos cubanos que integravam os programas sociais do governo Chávez. A incerteza política em

Caracas constitui um forte lembrete dos perigos de depender demasiado de qualquer parceiro. Havana já começa a diversificar. Além de financiar a renovação do Porto Mariel, os brasileiros estenderam uma linha de crédito para renovar e expandir cinco aeroportos em toda a ilha e assinaram recentemente um acordo para contratar 6.000 médicos cubanos para suprir carências na cobertura de saúde rural do Brasil. Mesmo assim, em longo prazo, os Estados Unidos continuam a ser um mercado natural vital para os produtos e serviços cubanos.

É claro que, como provou a década de 1990, mesmo um enorme revés financeiro pode não ser suficiente para levar Havana à porta de Washington. Meio século de guerra econômica nos EUA condicionou os burocratas e quadros partidários cubanos a associar a abertura interna ou em relação aos Estados Unidos com uma ameaça à independência de Cuba. Alguns da linha dura podem preferir continuar com o *status quo* à incerteza que poderia advir de uma abertura mais ampla do seu país.

A melhor maneira de mudar tais atitudes, contudo, seria Washington tomar a iniciativa de estabelecer um novo *modus vivendi* diplomático e econômico com Havana. Em curto prazo, os dois países têm numerosos problemas práticos para resolver em conjunto, incluindo desafios ambientais e de segurança, bem como o destino de cidadãos de alto perfil que cumprem pena nas prisões dos EUA e de Cuba. A maioria das medidas políticas que Obama deveria tomar nesta fase – remover Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo, eliminar obstáculos para todos os americanos viajarem para lá e licenciar maior comércio e investimento – não exigiriam a aprovação do Congresso ou qualquer grande acordo com Havana. Embora possa ser politicamente estranho nos Estados Unidos que um presidente seja visto como alguém que ajuda Castro, na ilha, tais medidas reforçariam o argumento de que Cuba pode tornar-se uma sociedade mais aberta e democrática sem sucumbir à pressão externa ou à subversão. Além disso, laços comerciais mais profundos poderiam ter repercussões para além do domínio econômico, dando mais margem de manobra aos reformadores

internos e aumentando o apoio na ilha a uma maior liberalização econômica e política.

Em 1991, o presidente soviético Mikhail Gorbachev esteve ao lado do secretário de Estado dos EUA, James Baker, em Moscou, e anunciou que a União Soviética eliminaria o seu subsídio anual multibilionário a Cuba. Os analistas da CIA e os especialistas americanos começaram imediatamente a prever o fim iminente da Revolução Cubana e uma rápida restauração capitalista. Mais de 20 anos se passaram desde então, Fidel Castro se aposentou e Raúl Castro, de 82 anos, cumpre agora o primeiro ano do que ele disse ser seu último mandato de cinco anos como presidente. Em 2018, quando Díaz-Canel assumir as rédeas, Cuba provavelmente continuará a desafiar as fantasias americanas do pós-Guerra Fria, mesmo que se afaste ainda mais do seu passado socialista ortodoxo. Para os restantes membros da geração revolucionária fundadora de Cuba, uma transformação tão delicada proporciona uma última oportunidade para moldar o seu legado. Para os cubanos nascidos depois de 1991, os próximos anos podem oferecer uma oportunidade de começar a deixar para trás o Estado de limbo ideológico e econômico prolongado em que foram criados.

Obama, entretanto, tem uma escolha. Ele pode optar pelo caminho de menor resistência política e permitir que os burocratas bem-entrincheirados, os ideólogos da segurança nacional e as vozes pró-embargo no seu próprio país mantenham a política para Cuba numa caixa, afastando ainda mais os aliados regionais e perpetuando a mentalidade de cerco entre os cubanos. Ou pode ousar ser o presidente que finalmente tirará os Estados Unidos do debate interno de Cuba e encontrará uma forma de Washington e Havana trabalharem juntos. Como resultado, tanto o povo cubano como os interesses nacionais dos EUA seriam beneficiados. ●

Julia E. Sweig: membro sênior de Nelson e David Rockefeller para Estudos da América Latina no Conselho de Relações Exteriores e autora de *Cuba: o que todos precisam saber*. Siga-a no Twitter @JuliaSweig.

Michael J. Bustamante: Ph.D. candidato em história da América Latina na Universidade de Yale.

Publicado no dia 01 de julho de 2013

Camaradas cubanos

Michael J. Bustamante



A verdade sobre a nova détente de Washington e Havana

Uma criança segura uma bandeira cubana durante um desfile em Havana, 20 de dezembro de 2014.

Há um ano, quando o presidente dos EUA, Barack Obama, e o presidente cubano, Raúl Castro, apertaram desajeitadamente as mãos no serviço memorial de Nelson Mandela, as redes sociais explodiram em especulações sobre o que o gesto poderia significar. A maioria dos observadores de Cuba estavam céticos e alertaram contra a leitura excessiva do encontro. Mas, como deixou claro o anúncio histórico de quarta-feira de uma nova direção na política EUA-Cubana, por vezes um aperto de mão é mais do que um simples aperto de mão.

Ao que parece, ao longo dos últimos 18 meses, responsáveis dos EUA e de Cuba conduziram diálogos secretos de alto nível que foram organizados pelo Canadá e pelo Vaticano. No topo da agenda dos americanos estava Alan Gross, um subcontratado da USAID preso em Cuba em 2009 pelo seu papel num programa secreto para aumentar o acesso à internet na ilha. Entretanto, os negociadores cubanos esperavam assegurar os restantes membros dos Cinco Cubanos – agentes de inteligência que estavam presos nos Estados Unidos desde o final da década de 1990. Muitos observadores apelaram a uma troca, mas a administração Obama recusou-se durante muito tempo a aceitar o que considerava uma troca desigual. No final, a solução para salvar as aparências foi Cuba libertar Gross unilateralmente por razões humanitárias e os Estados Unidos trocarem os três cubanos por um oficial desconhecido da inteligência americana. O momento do anúncio, coincidindo tanto com o Hanukkah (Gross é judeu) como com a festa de São Lázaro (sincretizada nas religiões afro-cubanas com a divindade Babalu

Ayé, amplamente associada à cura) não poderia ter sido mais auspicioso.

O que permanece obscuro é como as negociações sobre Gross deram lugar a discussões mais amplas que culminaram num compromisso de restabelecer laços diplomáticos plenos. Há apenas uma semana, os cubófilos cambalearam quando a Associated Press expôs novamente os programas desajeitados de promoção da democracia da USAID na ilha. O último da sua série de relatórios de um ano centrou-se nos esforços para amplificar o potencial antigovernamental do grupo cubano de hip-hop Los Aldeanos (sem a participação dos artistas). Além disso, o Gabinete de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA acabava de anunciar a mais recente de uma série de multas enormes aplicadas contra bancos internacionais que fazem negócios com Havana. Na verdade, os apelos à mudança de política – nenhum mais proeminente ultimamente do que o do New York Times – tornaram-se mais ruidosos. Mas tendo em conta anos de desconfiança acumulada, para não mencionar o estatuto perenemente baixo de Cuba no totem da política externa, poucos esperavam um discurso tão ousado ou uma mudança diplomática tão abrupta.

É importante, no entanto, avaliar o que isso não é. O embargo – pelo menos a maior parte dele – permanece em vigor. As novas aberturas ao comércio são as mais significativas desde que as sanções totais foram implantadas em 1962. No entanto, será impossível dizer com que rapidez e amplitude os laços econômicos entre os dois países crescerão até que os Departamentos do Tesouro e do Comércio dos EUA liberem novas versões dos regulamentos cubanos de controle de ativos e administração de exportações. Obama e o governo cubano merecem crédito por desvincularem, pela primeira vez, o estatuto diplomático dos laços comerciais plenos. Ainda assim, o caminho desde o fortalecimento das relações políticas até a normalização completa é longo e difícil. Os defensores da mudança política nos EUA poderão ainda enfrentar vários obstáculos pela frente. E muitos cubanos, ansiosos por colher rapidamente os benefícios de uma nova era, poderão ter de moderar

as suas expectativas.

Todas as coisas com moderação

Obama não é o primeiro presidente dos EUA a tentar restaurar relações diplomáticas plenas com Cuba. Jimmy Carter fez isso, e muito antes em sua administração. No caso de Carter, contudo, a extensão desse compromisso e as negociações fracassadas por trás dele permaneceram em grande parte confidenciais. Com os anúncios de quarta-feira, os governos dos EUA e de Cuba optaram por uma estratégia diferente. Embora as conversações anteriores tenham ocorrido longe dos olhos do público, os esforços futuros para virar uma nova página terão lugar sob incessante escrutínio dos meios de comunicação social. As expectativas declaradas de que embaixadas formais serão abertas dentro de alguns meses sugerem que o processo já está bem encaminhado.

Outras diferenças históricas notáveis tornaram possível esta dinâmica. No passado, Cuba fez da remoção total do embargo uma condição para negociações sobre relações diplomáticas. Na prática, as conversações furtivas assumiram geralmente uma dinâmica de retaliação. No final de 1962, por exemplo, o emissário de Kennedy, James Donovan, um advogado americano e comandante da Reserva da Marinha dos Estados Unidos, garantiu a libertação de prisioneiros da Baía dos Porcos por 53 milhões de dólares em alimentos e medicamentos. No entanto, o incrementalismo amplo – em que se esperava que cada lado fizesse gestos graduais e recíprocos – falhou sempre. Assim, a proposta de Henry Kissinger de um “pacote de acordo” passo a passo durante a administração Ford fracassou quando Cuba enviou tropas para Angola. Desta vez, o executivo de ambos os países optou por uma atitude ousada que simultaneamente deixou questões fundamentais por resolver. Reconciliando-se, talvez, com o fato de o embargo estar profundamente codificado na legislação dos EUA desde 1996, ambos os lados consideraram que era sensato optar pelo politicamente possível em vez do politicamente perfeito.

Os *spoilers* de períodos anteriores também estão visivelmente ausentes do panorama bilateral atual. Os teóricos da conspiração há

muito que acusam Havana – e em particular o antigo líder Fidel Castro – de não querer realmente melhores relações com os Estados Unidos, cuspidos sempre nos olhos dos americanos precisamente no momento errado. Durante os anos Carter, por exemplo, a recusa de Cuba em ceder nos seus compromissos militares e anticoloniais na África, com ou sem razão, descarrilou a reaproximação incipiente então em curso. Hoje, Fidel está ausente de cena e, desde a paralisante crise pós-soviética da década de 1990, os envoltimentos internacionais de Cuba assumiram uma base predominantemente humanitária. Nos Estados Unidos, com o poder político pró-embargo de Miami em declínio e os governos latino-americanos a pressionarem Washington e Havana para chegarem a um acordo, havia simplesmente menos espaço para desistir.

Santa Aliança

O diabo, claro, estará nos detalhes. Com o estatuto pleno de embaixada, a colaboração diplomática prática em questões como a luta contra o narcotráfico, a proteção ambiental e a ajuda humanitária em caso de catástrofe poderá prosseguir com poucos obstáculos. O aumento dos laços econômicos, por outro lado – especialmente com a probabilidade de o Congresso abandonar totalmente o embargo – não ocorrerá. Da forma como estão, os buracos estratégicos específicos que a administração Obama abriu nas restrições comerciais, já uma espécie de queijo suíço burocrático, podem deixar alguns críticos da política dos EUA querendo mais. Ainda assim, se o Departamento de Estado optar por deixar de designar Cuba como Estado patrocinador do terrorismo, como é esperado, os bancos de países terceiros enfrentarão menos escrutínio dos EUA quando fizerem negócios com a ilha.

Cuidadosamente calibrado para promover a “independência do Estado cubano”, o novo comércio direto entre os Estados Unidos e Cuba será orientado, em primeiro lugar, para a expansão do setor privado na agricultura e na comunidade urbana de pequenos negócios. Este foco é politicamente astuto, embora cauteloso. Faz eco dos argumentos de organizações cubano-americanas moderadas, como o Grupo de Estudo de Cuba e, mais recentemente,

#Cubanow, que têm promovido agressivamente um envolvimento “de princípios” em vez de um envolvimento desenfreado. Ainda assim, ainda não foram articulados que tipo de burocracia envolverá estas transações, como serão facilitadas e como o Estado cubano responderá. (Em contraste, na área das telecomunicações, parece que os fornecedores dos EUA podem obter maior cobertura legal para interagirem diretamente com o Estado cubano.) Enigmático, Obama mencionou um compromisso cubano de “fornecer mais acesso à internet aos seus cidadãos”. Mas, mais uma vez, resta saber o que isso significa em termos práticos, especialmente tendo em conta as ansiedades do governo cubano relativamente aos pontos de vista antigovernamentais.

Outra complicação é que Obama terá de continuar a enfiar a linha numa agulha ideológica muito delicada. Por um lado, ele cumpriu a sua promessa desde o início da sua administração de levar as relações EUA-Cuba numa “nova direção”. No entanto, nas suas observações de quarta-feira, ele também reforçou, pelo menos retoricamente, o compromisso dos Estados Unidos com a democracia e os direitos humanos. As relações diplomáticas plenas posicionam os Estados Unidos para expor as suas preocupações nestas áreas de forma mais direta e eficaz aos líderes cubanos. No entanto, mesmo que a Casa Branca procure afastar-se do tipo de programas desleixados e irresponsáveis de promoção da democracia que, em primeiro lugar, colocaram Gross em apuros, o Congresso poderá continuar a apoiá-los, e o Estado cubano provavelmente não os aprovará.

Finalmente, no âmbito interno, os críticos que se opõem mesmo a mudanças políticas mínimas já estão ansiosos por obstruir os trabalhos. O presumível candidato presidencial republicano, Marco Rubio, senador pela Flórida, já estava furioso muito antes de Obama sequer pronunciar uma palavra. Comprometendo-se a bloquear a confirmação de qualquer proposta de embaixador dos EUA em Cuba da sua nova posição como presidente da Subcomissão do Senado para Assuntos do Hemisfério Ocidental, ele poderia tornar a viagem desde o anúncio de quarta-feira até uma presença diplomática de pleno direito em Havana uma jornada politicamente

desagradável.

Não é fácil

Infelizmente, até agora, um tanto perdidas na confusão têm sido as diversas reações dos cubanos nos Estados Unidos e em toda a ilha. Os canais de notícias nacionais dos EUA previsivelmente afluíram ao restaurante Versailles, em Little Havana, há muito tempo a capital do exílio em Miami, a conversa política e os doces de goiaba. Lá fora, os defensores da abordagem linha-dura reuniram-se para expressar a sua desaprovação pela “traição” de Obama. Contudo, em bairros como Hialeah – habitados por alguns dos mais de meio milhão de cubanos que chegaram aos Estados Unidos desde 1995 – os sentimentos tendiam a refletir uma preocupação prática com os entes queridos na ilha. “Este é um grande passo”, escreveu um comentarista do Facebook. “O povo de Cuba é o único que se deixa enganar por aqueles que tentam derrubar os Castros de Miami, [onde os exilados podem] comer carne e viver uma vida boa.”

Entretanto, na ilha, o júbilo popular noticiado nos meios de comunicação internacionais poderá em breve ser atenuado pela realidade de que as medidas anunciadas ficam aquém do montante total. Inicialmente, alguns pareciam pensar que o *bloqueo* (o bloqueio, o termo preferido de Cuba para o embargo) tinha sido totalmente levantado. Mas os meios de comunicação estatais concentraram-se sobretudo no regresso dos três agentes cubanos. Procurando calibrar as expectativas, no sábado, Raul Castro enfatizou em discurso televisionado que a batalha contra o embargo será “longa e difícil”. Por enquanto, espere ver mais desta mensagem – “*el bloqueo está igualito*”, o bloqueio permanece o mesmo, tal como um *website* estatal ainda o mantém – para que a eliminação do bicho-papão dos EUA não coloque pressão instantânea sobre o governo cubano para iniciar as suas próprias reformas estagnadas.

Essa pressão é exatamente o que muitos proponentes das mudanças políticas esperam ver e à qual alguns em Cuba, seja por autopreservação ou por medo genuíno do desconhecido, tentarão resistir. Por outro lado, a remodelação das relações com os Estados

Unidos, mesmo que de forma imperfeita, pode dar aos reformadores internos cubanos – os genuínos e os oportunistas que procuram ganhar dinheiro – maior espaço para defenderem a sua posição. A dificuldade de prever o resultado realça a importância de melhorar o acesso e o conhecimento dos decisores políticos sobre a política interna de Cuba.

O acordo alcançado entre a administração Obama e o governo cubano é, em qualquer medida, histórico, necessário e atrasado. Até mesmo muitos críticos do regime de Castro reconhecem isso, embora com resignação. No entanto, à medida que a borracha diplomática cai na estrada e Cuba continua a sua transição precária para uma economia mista com desigualdades crescentes, antigas disputas podem assumir novas formas. “*No es fácil*” (Não é fácil), disse Obama no seu discurso, citando uma resposta cubana comum às condições espartanas na ilha. Caminhar na corda bamba diplomática que o presidente propôs – e muito menos prever o que o futuro da ilha reserva para os seus cidadãos sofredores – também não o será. ●

Michael J. Bustamante: Ph.D. candidato em história da América Latina na Universidade de Yale.

Publicado no dia 21 de dezembro de 2014

Chamada de Havana

José W. Fernández e Eric Lorber



A flexibilização do embargo abrirá o setor cubano de telecomunicações

Uma mulher fala em um telefone público ao lado de um aviso pintado na parede referindo-se aos "Cinco Cubanos" (agentes que foram presos pelos Estados Unidos em 2010 por espionagem em Miami). O aviso diz: "Liberdade para os cinco, eles retornarão".

Em 15 de janeiro de 2015, o Departamento do Tesouro dos EUA anunciou um alívio significativo do embargo de 54 anos a Cuba, implantando a mudança política histórica do presidente dos EUA, Barack Obama, em relação à ilha. Como parte da mudança, o Gabinete de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC) alterou os regulamentos que permitem a algumas empresas norte-americanas entrar no mercado cubano.

Entre as muitas novas regras, o afrouxamento dramático das restrições ao investimento em telecomunicações tem o maior potencial para acelerar o crescimento da sociedade civil em Cuba. Os regulamentos revistos das telecomunicações podem capacitar os elementos reformistas do país e promover a mudança política, diminuindo a dependência do setor em relação ao regime de Castro. Ao mesmo tempo, os novos regulamentos proporcionam às empresas norte-americanas oportunidades econômicas imediatas, desde que estejam dispostas a suportar os encargos administrativos e burocráticos da condução de negócios na ilha. O maior envolvimento das empresas norte-americanas no país – embora não isento de riscos comerciais – poderia pagar dividendos políticos ao promover o desenvolvimento de reformas políticas e de mercado.

Ligando para o exterior

Não foi por acaso que Obama visou ao acesso dos cidadãos cubanos à internet e a outros serviços de telecomunicações: Cuba tem um

dos níveis mais baixos de penetração da internet no mundo. Segundo a União Internacional de Telecomunicações, apenas 25% dos cubanos têm acesso à *Web* e essas ligações são lentas e frequentemente monitorizadas pelo governo.

Entretanto, as taxas de penetração das telecomunicações cubanas são as mais baixas da América Latina: a ETECSA, a única companhia telefônica de Cuba, serve apenas a 18% dos cubanos – uma porcentagem inferior à do Afeganistão devastado pela guerra. O aumento do acesso à internet trará benefícios econômicos e políticos para o povo cubano, uma vez que a conectividade à internet pode impulsionar o desenvolvimento econômico em longo prazo, facilitando a distribuição eficiente de informações, reduzindo os custos de transação e reduzindo as barreiras à entrada de empresários. De acordo com o Banco Mundial, há um aumento de 1,3% no crescimento econômico para cada aumento de dez pontos percentuais nas ligações à internet de alta velocidade de um país.

O mercado de comunicação mal servido e em grande parte inexplorado de Cuba é uma oportunidade atraente para as empresas norte-americanas. As alterações regulamentares dos Departamentos do Tesouro e do Comércio dos EUA expandem as permissões anteriores concedidas a empresas dos EUA que fornecem serviços de telecomunicações e internet, bem como àquelas que trabalham em projetos de infraestruturas cubanos. As regras revistas esclarecem antigas ambiguidades: os regulamentos anteriores proibiam qualquer investimento na rede doméstica de telecomunicações cubana, mas também autorizavam a prestação de serviços que ligavam terceiros países à ilha.

Devido em parte à dificuldade de determinar quando os serviços de terceiros foram encerrados em Cuba, as empresas de telecomunicações e TI dos EUA evitaram completamente o país. Embora as empresas de telecomunicações estejam agora autorizadas a realizar transações que estabeleçam mecanismos para serviços comerciais de telecomunicações na ilha, continua em vigor uma colcha de retalhos de outras restrições dos EUA. Várias décadas de sanções sobrepostas ainda podem dissuadir algumas empresas norte-americanas de entrar nos mercados cubanos, em

primeiro lugar, uma vez que fazer negócios num país sujeito a algumas sanções - mesmo que essas sanções não estejam relacionadas com o setor em questão - aumenta o risco de correr em conflito com a lei dos EUA, resultando em centenas de milhões de dólares em multas.

A maioria das empresas norte-americanas não tem experiência de operação em Cuba, uma vez que o país tem sido objeto de um abrangente embargo comercial americano há mais de cinco décadas. Aprender como operar nos mercados cubanos - incluindo compreender a burocracia, a base de consumidores e as duas moedas nacionais utilizadas, entre outros fatores - apresenta desafios significativos que podem dissuadir muitas empresas norte-americanas de procurarem oportunidades de negócios naquele país.

Algumas empresas americanas poderão também ter de tentar alcançar os concorrentes europeus, asiáticos e norte-americanos que aproveitaram o embargo para ganhar uma posição segura em Cuba. Por exemplo, as empresas mineiras canadenses têm relações de décadas com o governo cubano para a extração de metais, enquanto os gigantes europeus das telecomunicações têm parceria com o governo há muitos anos para gerir a ETECSA.

Expandindo a largura de banda de Cuba

O desenvolvimento do setor de telecomunicações de Cuba poderia levar a uma expansão econômica significativa e a um aumento do fluxo de informação para o país. E há uma série de medidas que a administração Obama pode tomar para aumentar as hipóteses de sucesso.

Para estimular o crescimento e diminuir os receios da indústria, a OFAC poderia ir mais longe no incentivo às empresas de telecomunicações a fazerem negócios em Cuba. Em particular, a OFAC poderia emitir orientações para esclarecer que as empresas de telecomunicações dos EUA não serão punidas se violarem involuntariamente as sanções dos EUA a Cuba ao tentarem envolver-se em atividades permitidas. Da mesma forma, a OFAC poderia esclarecer que os operadores de internet e de telecomunicações dos EUA estão autorizados a financiar novas

pequenas empresas cubanas, atuando como franqueados e revendedores de telecomunicações, serviços de TI e equipamentos. Os novos regulamentos permitem agora o estabelecimento de lojas detidas diretamente por empresas de telecomunicações dos EUA para vender bens e serviços, mas são menos claros sobre se é permitido o *franchising* ou a subcontratação a cubanos.

O Tesouro dos EUA também pode fazer mais para orientar as empresas que estão a considerar investir em Cuba, mas que têm dificuldades em determinar que atividades são agora possíveis. Embora os novos regulamentos sejam instrutivos, muitas vezes é difícil identificar como as proibições se aplicam a negócios e transações específicos.

A criação de uma linha direta da OFAC dedicada a questões relacionadas com Cuba ajudaria muito a estabelecer um canal aberto entre as empresas norte-americanas e os reguladores encarregados de interpretar as novas regras. Teleconferências semelhantes ao programa “Linha Direta” criado pelo Departamento de Estado para permitir que as empresas dos EUA se envolvam diretamente com embaixadores e decisores políticos relevantes tranquilizariam as empresas dos EUA, ajudando-as a protegerem-se melhor contra a violação inadvertida de sanções que ainda estão em vigor.

Conexões perdidas

Embora o alívio do embargo dos EUA seja um passo na direção certa, a promoção do desenvolvimento econômico e da liberalização política de Cuba será um processo longo, repleto de armadilhas e oportunidades de fracasso. Politicamente, grande parte da opinião pública dos EUA apoia o abrandamento das relações entre os EUA e Cuba, mas muitos no Congresso - incluindo vários potenciais candidatos presidenciais republicanos - expressaram dúvidas sobre o alívio das sanções concedidas a Cuba e anunciaram a sua intenção de minar a iniciativa de Obama. O senador Marco Rubio (R-Flórida) observou que “pretende usar [seu] papel como novo presidente do subcomitê do Hemisfério Ocidental do Comitê de Relações Exteriores do Senado para fazer todos os esforços para

bloquear esta tentativa perigosa e desesperada do presidente de polir o seu legado à custa do povo cubano.”

Os representantes republicanos também estão a considerar retirar fundos a qualquer embaixada estabelecida em Havana, bem como bloquear a nomeação de um embaixador dos EUA por Obama. Da mesma forma, o ex-governador Jeb Bush (R-Flórida) sugeriu recentemente que achava que o embargo a Cuba deveria ser reforçado, e não enfraquecido. Da mesma forma que membros do Congresso colocaram desafios significativos às tentativas de Obama de chegar a um acordo com o Irã sobre o seu programa nuclear, ameaçando aprovar legislação de sanções adicionais, também aqui o Congresso poderia tomar uma série de medidas para inviabilizar a melhoria das relações.

Embora as relações normalizadas entre os EUA e Cuba constituam sinais iniciais de progresso político e diplomático, o governo cubano não alterou significativamente as suas políticas em resposta às concessões dos EUA. Pouco depois do anúncio de Obama, o presidente cubano Raúl Castro proclamou que embora os Estados Unidos possam ter mudado a sua posição sobre o embargo, Cuba pretende continuar no seu caminho econômico e político socialista. Para que o desenvolvimento do setor das telecomunicações tenha o efeito pretendido de trazer aos cubanos informações do mundo exterior, e para que as empresas dos EUA se envolvam, os cubanos precisarão do tipo de acesso à internet que o governo relutará em conceder. Mas, ao contrário do passado, Havana não mais culpará os EUA pelo embargo.

Ao afrouxar as restrições aos setores das TI e das telecomunicações, a administração Obama direcionou-se para uma área onde as empresas norte-americanas podem liderar, ao mesmo tempo que permite ao povo cubano obter acesso à informação que lhe faltou durante muitas décadas. Na sua essência, a nova política reflete a crença da administração de que o próprio povo cubano, integrado na comunidade global de informação após décadas de isolamento, será os melhores agentes para uma mudança democrática pacífica numa Cuba pós-Fidel. Os novos regulamentos foram os primeiros passos prescientes. Washington deveria agora

tomar as medidas necessárias para maximizar a sua eficácia. ●

José W. Fernández: Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Econômicos, Energéticos e Empresariais dos EUA e sócio da Gibson, Dunn & Crutcher LLP.

Eric Lorber: trabalhou anteriormente no Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA e agora é associado da Gibson, Dunn & Crutcher LLP.

Publicado no dia 17 de fevereiro de 2015

LUIZ BIANCHI

Havana removida

William M. LeoGrande



Retirar Cuba da lista de patrocinadores estatais do terrorismo

Bandeiras cubanas hasteadas ao lado da Seção de Interesses dos Estados Unidos em Havana, 5 de abril de 2015.

A recente recomendação do Departamento de Estado dos EUA de que o presidente dos EUA, Barack Obama, retire Cuba da lista de patrocinadores estatais do terrorismo internacional elimina um grande obstáculo ao restabelecimento das relações diplomáticas entre Washington e Havana. Se Obama agir de acordo com a recomendação feita às vésperas da Sétima Cúpula das Américas, que se reunirá no Panamá nesta sexta-feira, fortalecerá significativamente a posição diplomática de Washington na América Latina e criará uma atmosfera positiva para suas interações com outros chefes de Estado do hemisfério – incluindo o líder cubano Raúl Castro.

É certo que a decisão de retirar Cuba da lista de terroristas não encerrará o debate interno sobre se Cuba pertence à lista – ou sobre a abertura mais ampla de Obama a Cuba. O Congresso tem 45 dias para rever a determinação de um presidente antes de esta entrar em vigor, e os críticos conservadores de Obama no Congresso tentarão sem dúvida bloquear a remoção de Cuba. Contudo, não é provável que tenham sucesso, uma vez que teriam de reunir maiorias à prova de veto em ambas as casas do Congresso. Mas aproveitarão a oportunidade para redobrar as suas críticas à política de Obama para Cuba, em particular, e à sua política externa em geral.

Embora a determinação do presidente em relação a Cuba pareça simples – até mesmo óbvia – as questões são complexas. A lei que estabelece a lista de Patrocinadores Estatais do Terrorismo, a Lei de Administração de Exportações de 1979, exige, no mínimo, que o

REFLEXÕES XLIV

presidente certifique que o país em questão não apoiou o terrorismo internacional nos últimos seis meses e deu garantias de que não o apoiará no futuro. Ele reportaria essa certificação ao Congresso, e ela só entraria em vigor dentro de 45 dias, dando ao Congresso a oportunidade de tentar anular a conclusão. Enquanto isso, o Departamento de Estado examinará o comportamento recente de Cuba nas questões que serviram de base para a inclusão de Cuba na lista .

Uma caricatura do presidente dos EUA Ronald Reagan no chamado "Cretins Corner" em um museu em Havana, 10 de junho de 2004.



A designação original de Cuba em 1982 foi uma tentativa politicamente motivada do presidente dos EUA, Ronald Reagan, de angariar apoio para as suas políticas impopulares na América Central. Naquela altura, como agora, a lei que rege a lista de patrocinadores estatais define o terrorismo estritamente como "violência premeditada e com motivação política, perpetrada contra alvos não combatentes". Antes de 1982, Washington distinguia entre movimentos revolucionários e organizações terroristas. Não listou Cuba como Estado patrocinador do terrorismo, apesar do apoio de longa data de Havana à revolução. Na década de 1980, porém, enquanto Havana apoiava os insurgentes revolucionários, especialmente em El Salvador, Washington, sob a Doutrina Reagan, apoiava os contrarrevolucionários. A administração chamou os aliados de Cuba de "terroristas" e os seus próprios "combatentes pela liberdade". Nunca listou como terroristas os grupos insurgentes que apoiou no Afeganistão, Angola e Nicarágua, apesar do uso da violência contra não combatentes.

Ao longo dos anos, à medida que o apoio de Cuba às revoluções no estrangeiro diminuía, a razão para a inclusão de Cuba na lista de patrocinadores estatais mudou. A partir de 1987, os relatórios anuais reconheceram que o governo dos EUA era "incapaz de rastrear o patrocínio direto de um ataque terrorista internacional...

a Cuba". No início da década de 1990, depois de Cuba ter cessado formalmente o seu apoio aos movimentos revolucionários no estrangeiro, os relatórios do Departamento de Estado acrescentaram ainda outra justificação: a concessão de refúgio seguro por Cuba aos membros da ETA Basca e das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). O relatório de 1999 reconheceu que Cuba permaneceu na lista não porque apoiasse ativamente os insurgentes, mas porque "abrigava terroristas do passado". Isto não era inteiramente consistente com a definição oficial de apoio ao terrorismo internacional, que especifica que dar "santuário" aos terroristas significa permitir-lhes "realizar atividades terroristas" a partir do território nacional de um país – algo que Cuba não permitiu.

Um homem caminha perto de uma placa com a imagem do presidente cubano Raúl Castro em Havana, 19 de dezembro de 2014.

Em 2014, as razões citadas para a inclusão de Cuba tornaram-se notavelmente fracas. O último relatório centra-se exclusivamente no abrigo por Cuba de membros do ETA e das FARC e de fugitivos dos EUA. Reconhece que as ligações de Cuba à



ETA tornaram-se "mais distantes" e que vários membros do ETA foram realocados com a cooperação do governo espanhol. O relatório de 2013 também observa que Cuba facilitou as negociações entre as FARC e o governo colombiano visando a resolver a mais longa guerra de guerrilha do hemisfério.

A presença em Cuba de cerca de 70 fugitivos dos EUA, especialmente aqueles a quem Cuba concedeu asilo político, tornou-se um ponto focal da oposição conservadora à retirada de Cuba da lista de patrocinadores estatais. "Antes de Cuba ser removida... os fugitivos americanos devem ser trazidos de volta para enfrentar a justiça nos EUA", escreveu o senador Robert Menendez (DN.J.) numa carta ao secretário de Estado John Kerry. Os senadores republicanos David Vitter (La.), Marco Rubio (Florida) e Ted Cruz

(Tex.) enviaram uma carta semelhante ao procurador-geral Eric Holder.

Os fugitivos norte-americanos que viviam em Cuba foram mencionados pela primeira vez no relatório do Departamento de Estado de 1988, que citava William Morales e Joanne Chesimard. Morales, um nacionalista porto-riquenho acusado de conduzir atentados a bomba nos Estados Unidos, chegou a Cuba em 1988. Chesimard (também conhecido como Assata Shakur), um membro do Exército de Libertação Negra condenado pelo assassinato de um policial estadual de Nova Jersey, chegou em 1984.

Os Estados Unidos têm todo o direito de solicitar a extradição de fugitivos norte-americanos de Cuba. No entanto, uma vez que o tratado de extradição EUA-Cubano de 1904 está moribundo e Cuba concedeu asilo político a Morales e Chesimard, é pouco provável que sejam devolvidos. Além disso, como observou Vidal, os Estados Unidos recusaram-se a extraditar “dezenas e dezenas de cidadãos cubanos, alguns deles acusados de crimes horríveis, alguns acusados de terrorismo, assassinato e sequestro”. O principal deles é Luis Posada Carriles, que orquestrou atentados a bomba em hotéis em Cuba na década de 1990 e planejou o atentado a um voo da Cubana Airlines em 1976, que matou todos os 73 passageiros e tripulantes.

Isto deixa a questão de saber se os fugitivos dos EUA que permanecem em Cuba são motivos legítimos para manter Cuba na lista do terrorismo. Não, se a base jurídica da lista for levada a sério. A lei define “terrorismo internacional” como “terrorismo envolvendo cidadãos ou o território de mais de um país”. Os crimes de Morales e Chesimard podem ser considerados terrorismo, mas não se enquadram na definição legal de terrorismo internacional, porque foram crimes cometidos nos Estados Unidos por cidadãos norte-americanos.

O presidente dos EUA, Barack Obama, cumprimenta o presidente cubano Raul Castro em Joanesburgo, 10 de dezembro de 2013.



REFLEXÕES XLIV

As autoridades dos EUA insistem que a decisão de remover Cuba da lista de Estados patrocinadores do terrorismo foi tomada com base no mérito - "guiada pelos fatos e pela lei", como o próprio Obama disse em 17 de dezembro. A defesa da designação de Cuba nunca foi forte e tem se fortalecido a cada ano que passa. Cuba permaneceu na lista pela mesma razão que a ineficaz política de hostilidade em relação a Havana permaneceu em vigor – nenhum presidente teve a coragem política de mudá-la.

Obama atravessou esse Rubicão, abrindo caminho para uma política baseada nos fatos e na lei, e não na política e na ideologia – não apenas no que diz respeito aos patrocinadores estatais do terrorismo, mas também nas relações gerais dos EUA com Cuba. Com a lista de terrorismo resolvida, o restabelecimento das relações diplomáticas normais deverá seguir-se rapidamente, juntamente com o progresso numa vasta gama de questões de interesse mútuo que têm sido impedidas por esta relíquia da Guerra Fria. ●

William M. LeoGrande: professor de governo na American University em Washington, DC e coautor com Peter Kornbluh do recente livro *Back Channel to Cuba: The Hidden History of Negotiations between Washington and Havana* .
Publicado no dia 9 de abril de 2015

Nadir das Américas

Michael J. Bustamante



Havana e a Sétima Cúpula

Apoiadores do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, queimam uma bandeira dos EUA em frente à Embaixada dos EUA em Buenos Aires, enquanto ambos os lados se reúnem no Panamá para o início da Cúpula das Américas, em 10 de abril de 2015.

Em Havana, o surrealismo não é tanto uma escola de arte, mas uma característica da vida cotidiana. Para além da bolha turística que envolve partes da cidade nominadamente socialista, os residentes enfrentam contradições diárias que parecem apenas intensificar-se. Os cubanos médios, com salários estatais deprimidos, por exemplo, já estão a apressar-se para agarrar a última colheita de batatas deste ano. Do outro lado da cidade, no entanto, o Sara's Bar atrai clientes da elite detentora de moeda estrangeira da ilha com uma notável imitação do chique de South Beach. A dez minutos de distância, a bandeira vermelha da União Soviética anuncia orgulhosamente um novo restaurante privado russo, completo com cartazes de propaganda da era Lenin para dar à decoração a quantidade certa de *kitsch* nostálgico.

Mas tudo isso não é nada comparado com a experiência de assistir aos presidentes Barack Obama e Raúl Castro proferirem discursos no Panamá como se estivessem duelando, na Sétima Cúpula das Américas, uma reunião da qual Cuba tinha sido anteriormente excluída. Transmitido ao vivo em Cuba pela televisão estatal e pela rede venezuelana de notícias 24 horas TeleSUR, o confronto representou uma batalha frente a frente que estava em construção há 50 anos e um potencial ponto de mudança para uma reaproximação bilateral ainda em fase inicial. Ao mesmo tempo, no coração densamente povoado e da classe trabalhadora da capital de Cuba, a vida parecia continuar enquanto a maioria das pessoas se ocupava de preocupações mais mundanas. “As coisas

provavelmente continuarão as mesmas”, disse um vizinho, encolhendo os ombros, enquanto as crianças ao seu redor jogavam *stickball* com tampas de garrafa.

O presidente do Equador, Rafael Correa, ouve comentários do presidente dos EUA, Barack Obama, na Cúpula das Américas na Cidade do Panamá, em 11 de abril de 2015.



O ceticismo parecia justificado. A encenação começou antes mesmo da chegada de Obama e Raúl. Ao lado de um fórum da sociedade civil amplamente aguardado, realizado antes da própria cúpula, irrompeu uma confusão quando a delegação oficial de Cuba – alegando, pedantemente, representar a “verdadeira” sociedade civil de Cuba e presidida, de forma questionável, por Abel Prieto, ex-ministro da Cultura e atual conselheiro de Raúl Castro – protestou veementemente contra a presença de dissidentes anti-Castro baseados em Miami e nas ilhas que já se encontravam na sala de conferências. Qualquer que seja a opinião sobre a manipulação do conceito de “sociedade civil” por parte dos cubanos – e muito menos a tendência de Miami para associar o termo apenas à oposição de linha dura – os protestos não deveriam ter sido inesperados. A presença no Panamá de Félix Rodríguez, um idoso exilado cubano e antigo agente da CIA que ajudou o exército boliviano a localizar e executar Che Guevara em 1967, só poderia ter terminado em desastre. Nos dias seguintes, a gritaria evoluiu para uma briga entre cubanos pró-Castro, reforçados por aliados panamenhos, e inimigos anti-Castro, todos num parque em frente à embaixada de Cuba na Cidade do Panamá. Quem quer que desse o primeiro golpe, a cena corria o risco de reviver estereótipos dos cubanos como irremediavelmente ideológicos, impossivelmente intransigentes e incapazes de diálogo.

As cabeças mais frias prevaleceram enquanto os chefes de Estado se reuniam para uma longa série de discursos assim que a cúpula teve início formal. Na verdade, uma reunião a portas fechadas entre Bruno Rodríguez, ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, e

John Kerry parecia ter lançado as bases para um possível avanço no restabelecimento formal das relações. Mesmo assim, à medida que os presidentes Obama e Castro começaram a fazer os seus comentários, cada líder parecia falar tanto para si como para o outro. Os Estados Unidos, afirmou Obama, tinham pouco interesse em falar sobre o seu passado reconhecidamente perturbador na região e preferiram concentrar-se na colaboração com um olhar voltado para o futuro. Mais história, porém, foi exatamente o que ele obteve, quando Raúl Castro lançou um inventário de 50 minutos das queixas cubanas contra o intervencionismo dos EUA, desde as suas raízes na ideologia do Destino Manifesto, até à Emenda Platt de 1901, à Invasão da Baía dos Porcos. “Sempre gosto das lições de história que recebo nessas coisas”, brincou Obama.

Era de esperar uma certa quantidade de invectivas, especialmente perante um público regional com um extenso histórico de resistência às presunções hegemônicas dos EUA. Chame isso de um tão esperado acerto de contas, parcialmente performático, antes que Havana considere abrir novamente a loja. Na verdade, no início da sessão, o presidente equatoriano, Rafael Correa, achou por bem lembrar ao primeiro presidente afro-americano em exercício que os Estados Unidos foram fundados na hipocrisia racial. Começava o processo de ‘fritura’.

Ainda assim, enquanto Castro alternava entre exigências calculadas de reparação e paixão improvisada, perdendo o seu lugar na página em vários pontos, outra ironia era palpável por meio dos televisores de Havana. A revolução foi fundada, entre outras coisas, na promessa de que Cuba nunca mais seria um *playground* exótico para fantasias americanas. No entanto, no momento da maior conquista diplomática do governo revolucionário – um presidente dos EUA em exercício tendo de ouvir um presidente cubano ler-lhe o ato de motim – a capital de Cuba acolheu simultaneamente mais visitantes americanos do que nunca, contentes em bebericar mojitos, fotografar ruínas e seus habitantes, e desfilar pela cidade em caravanas de Chevys antigos.

Os líderes e as cadeias de hotéis cubanos (nos quais os militares cubanos muitas vezes têm participação), para não mencionar os

crescentes restaurantes privados, pensões e outros negócios ansiosos por entrar no fluxo de caixa, parecem preparados para conviver com o simbolismo turvo de tais encontros. O turismo na ilha há muito que lucra com a venda, em parte, da imagem de uma Cuba dos anos 1950 que a revolução supostamente teria deixado para trás. Desde 17 de dezembro, esse fascínio só aumentou, com os hotéis lotados e todos, de Conan O'Brien a Paris Hilton, aparecendo para dar uma olhada.

O presidente de Cuba, Raul Castro, finge não ouvir as perguntas dos jornalistas enquanto ele e o presidente dos EUA, Barack Obama, se encontram na Cidade do Panamá, em 11 de abril de 2015.



Mas, para além da enxurrada de viajantes norte-americanos interessados, os avanços no sentido da reaproximação em longo prazo serão provavelmente meticulosos e acompanhados de novos diálogos entre os surdos. Seguindo o conselho do Departamento de Estado dos EUA, Obama recomendou oficialmente que Cuba fosse retirada da lista de Estados patrocinadores do terrorismo. Isto eliminará um grande obstáculo à conversão formal de “Seções de Interesses” permanentes em embaixadas de pleno direito e expandirá a capacidade do governo cubano de conduzir negócios em todo o mundo. Ainda assim, para além do trabalho importante a realizar em questões bilaterais práticas, como a migração, o tráfico de drogas, as telecomunicações e as exportações limitadas para o setor privado de Cuba, o embargo como um todo, a Baía de Guantánamo e outros itens importantes na lista de desejos dos cubanos provavelmente permanecerão sem solução antes de Obama deixar o cargo. Com o governo cubano a deter as chaves para um cenário de investimento estrangeiro reformado, mas ainda restritivo, a maioria das empresas norte-americanas ansiosas por entrar num “mercado virgem” (como se o capital europeu, chinês e latino-americano não estivesse na ilha há anos) terá de esperar a sua hora, mesmo quando o embargo deixar de ser um fator.

No final, o histórico tête-à-tête entre os presidentes Obama e Castro no Panamá terminou com uma nota positiva. Obama, Raúl admitiu no final do seu discurso, era um “homem honesto” de “origens humildes”, sem culpa pelos legados da diplomacia armada, dos regimes militares apoiados pelos EUA e da pressão hemisférica que data de antes do seu nascimento. Para seu crédito, o presidente ouviu pacientemente a litania histórica, tratando os cubanos como adultos – talvez o principal desejo de Havana em todos estes anos de rixas bilaterais. Uma reunião pública amigável entre os dois após a sessão plenária dos Chefes de Estado reafirmou o desejo de ambos os governos de manter a dinâmica sempre que possível.

No entanto, à medida que os americanos chegam e os europeus e canadenses correm para experimentar a decadência romantizada de Havana antes da chegada de mais gringos, muitos dos residentes da cidade ainda procuram uma saída. “Agora, com as relações”, previram vários amigos, “a Lei de Ajustamento Cubano” – que permite aos cubanos um caminho rápido garantido para a residência permanente nos Estados Unidos assim que tocam a fronteira dos EUA – “está fadada a chegar ao fim”. Aproveite enquanto puder, parece ser o consenso, especialmente porque a Lei de Migração reformada de Cuba de 2013 permite que os cubanos obtenham um *green card* enquanto mantêm direitos de residência, propriedade ou até mesmo um pequeno negócio na ilha. Uma última incongruência completa então este quadro surreal: entre a equipe da televisão estatal de Cuba enviada para reportar o confronto histórico entre o seu presidente e um presidente dos EUA, dois técnicos teriam optado por não regressar a casa. ●

Michael J. Bustamante: Ph.D. candidato em história da América Latina na Universidade de Yale.

Publicado no dia 21 de abril de 2015

Um enigma cubano

Michael J. Bustamante



As contradições nas relações de Washington com Havana

Um homem pendura bandeiras cubanas em um prédio próximo à embaixada dos EUA (não na foto) em Havana, Cuba, 11 de agosto de 2015.

Nas novas embaixadas de Cuba e dos EUA em Washington e Havana, as bandeiras de cada país respectivo agitam-se agora no ar abafado de agosto. Em 20 de julho, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodríguez, inaugurou a missão diplomática restaurada da ilha, na rua 16, noroeste, dando uma festa e fazendo um discurso. Num encontro recíproco em 14 de agosto, o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, ergueu as estrelas e as listras na costa norte de Havana. Ainda se recuperando de uma fratura no fêmur, Kerry aproveitou a oportunidade para aprender o *guachineo* – uma dança animada que é a última moda entre os jovens cubanos.

Com a mesma energia, viajantes, empresários e, especificamente, empresários da comunicação social norte-americanos atacaram Cuba na sequência do afrouxamento parcial das restrições às viagens e ao comércio pelo presidente dos EUA, Barack Obama. Desde 2009, os cubano-americanos têm podido viajar e enviar remessas com bastante liberdade. Depois, em 2011, a Casa Branca autorizou cidadãos norte-americanos a viajarem para Cuba para intercâmbios educativos conhecidos como passeios interpessoais. Depois de 17 de dezembro de 2014, quando Obama e o presidente cubano Raúl Castro declararam a sua intenção de restabelecer as relações diplomáticas, o turismo direto continuou a ser ilegal, mas tornou-se ainda mais fácil de visitar. Como resultado, o número de viajantes norte-americanos sem família na ilha, que visitaram a ilha entre janeiro e julho, aumentou 54% em relação ao mesmo período do ano passado. Por sua vez, o ímpeto no Congresso para a

revogação total do embargo dos EUA está a aumentar constantemente.

Um guarda fica em frente à nova embaixada cubana em Washington depois que autoridades hastearam a bandeira nacional em uma cerimônia, em 20 de julho de 2015.



Mas sob o verniz do bom sentimento cerimonial, as contradições entre e dentro das partes envolvidas – em Washington, Havana e a diáspora cubana em Miami – perduraram. Tomemos como exemplo os defensores do antiembargo nos Estados Unidos. A nova organização de defesa Engage Cuba conseguiu reunir diversos círculos eleitorais do setor privado, da comunidade de grupos de reflexão e da América Cubana moderada para pressionar por viagens e comércio totalmente abertos. Embora os membros da coligação da indústria hoteleira dos EUA, dos *lobbies* agrícolas e dos fabricantes de eletrônica possam estar mais preocupados com os seus resultados financeiros, o grupo cubano-americano #CubaNow (também parceiro da Engage Cuba) tem pressionado pelo diálogo e pelo investimento como uma melhor forma de promover a democracia, direitos humanos e mercados abertos em Cuba. Para alguns ativistas da base da esquerda, contudo, os esforços do Engage Cuba parecem contornar questões mais espinhosas, como o futuro dos programas de promoção da democracia dos EUA. O governo cubano e os progressistas dos EUA consideram estes programas, estreitamente concebidos para apoiar os dissidentes cubanos, como uma interferência ilegal nos assuntos internos da ilha.

Fuzileiros navais dos EUA levantam a bandeira dos EUA enquanto o secretário de Estado dos EUA, John Kerry, observa (na embaixada dos EUA em Havana, Cuba, 14 de agosto de 2015.

As observações de Kerry em Havana ecoaram estas tensões, alternando entre notas de *realpolitik*, de promoção da paz e de um compromisso com objetivos



anteriores. “A política dos EUA não é a bigorna sobre a qual será forjado o futuro de Cuba”, afirmou – um aceno histórico à soberania de Cuba. Ao mesmo tempo, porém, Kerry sublinhou numa conferência de imprensa separada que o embargo não seria susceptível de ser levantado se Cuba não fizesse avanços nos direitos humanos. O velho mantra da cenoura e do castigo, previsivelmente, sussurrava as penas entre os funcionários do governo em Havana. Em resposta, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Rodríguez atacou o próprio histórico de direitos humanos dos EUA numa conferência de imprensa conjunta, referindo-se implicitamente a Ferguson e a outros pontos críticos de injustiça racial nos Estados Unidos.

Na verdade, em Cuba, no meio da antecipação de uma possível sorte inesperada pós-embargo, está em curso um debate aceso sobre o que realmente significa a nova política dos EUA. Um grupo de apoiadores do governo parece convencido de que o objetivo dos Estados Unidos continua a ser a mudança de regime por meios comerciais ou econômicos. Antes de um recente congresso da Liga da Juventude Comunista, a organização juvenil do Partido Comunista de Cuba, o acadêmico cubano Elier Ramírez Cañedo alertou contra o impacto deletério da mídia popular dos EUA, quer o conteúdo apareça na televisão estatal (que já transmite episódios contrabandeados de *Friends*) ou é distribuído por meio do serviço ilegal de troca de arquivos conhecido como “o Pacote”. Da mesma forma, as potências radicais do Estado cubano rejeitaram a oferta do Google Ideas de instalar uma infraestrutura móvel sem fios para o país, gratuitamente. “Há algumas pessoas que querem nos dar [a internet] de graça”, disse o segundo vice-presidente José Ramón Machado Ventura, “...,mas para nos penetrar e fazer um trabalho ideológico para uma nova conquista”. Cuba ainda poderá acabar por colaborar com o gigante de Silicon Valley, mas a sua própria empresa estatal de telecomunicações desempenhará um papel em qualquer acordo.

O conflito de interesses também é notável no setor agrícola, onde as empresas norte-americanas já estão ativas. Desde 2000, os produtores norte-americanos foram autorizados a exportar

produtos alimentícios para a ilha. O comércio atingiu um máximo de 710 milhões de dólares em 2008, mas caiu depois disso como resultado da falta de reservas em moeda forte em Cuba. Depois de 17 de dezembro, grupos industriais dos EUA formaram a Coligação Agrícola dos EUA para Cuba a fim de recuperar e expandir a sua quota de mercado. Mas, além de importar produtos dos EUA, Cuba precisa desesperadamente de aumentar a sua própria produção agrícola. Entre 60 e 70 por cento do abastecimento alimentar da ilha já vem do exterior. As aberturas ao governo cubano por parte dos produtores norte-americanos, portanto, aumentaram a preocupação entre os pequenos agricultores privados e as cooperativas de Cuba de que poderiam ser excluídos. Talvez refletindo estes receios, as importações de produtos alimentícios dos EUA por Cuba diminuíram, na verdade, 37 por cento no primeiro semestre de 2015.

Manifestantes protestam contra a reabertura da embaixada dos EUA em Havana, no bairro de Little Havana, em Miami, Flórida, em 14 de agosto de 2015.



Finalmente, em Miami, tem havido tanto ceticismo como apoio total ao ousado pivô de Washington em Cuba. Em 17 de dezembro, a delegação do Congresso cubano-americano comprometeu-se a reverter a reaproximação, se possível. Na realidade, cada vez mais antigos apoiadores das sanções dos EUA estão a abandonar o barco. Embora a velha guarda não tenha conseguido impedir a normalização, outros cétricos resignaram-se ao fato de que ela irá avançar. Por sua vez, começaram a resistir à mudança de outra forma – apresentando argumentos anti-imperialistas, o que, ironicamente, é essencialmente a mesma linha defendida pela Esquerda Cubana à qual se opõem politicamente.

Por exemplo, num episódio recente do programa de televisão *Arrebatados*, com sede em Miami, o analista político Frank Resillez descreveu amargamente a nova estratégia dos Estados Unidos em relação a Cuba como “basicamente um processo de

colonização... Vamos colonizar Cuba novamente, tal como os espanhóis fizeram, tal como os soviéticos fizeram durante trinta anos... Cuba, de fato, já é uma colônia dos Estados Unidos porque vive das remessas da comunidade exilada.” Vários dias antes, a *blogueira* Isabel Estrada Portales denunciou a estratégia da administração Obama em relação a Cuba como fundamentalmente “neoliberal” porque se baseia na premissa de que “uma economia de mercado pode mudar a essência antidemocrática do regime cubano”. Tais argumentos podem parecer infundados ou exagerados. No entanto, a crença no poder das empresas por si só para transformar a sociedade cubana – alardeada por defensores do antiembargo como a Câmara de Comércio dos EUA – pode de fato soar suspeitamente como a diplomacia do dólar. Ironicamente, então, os redutos do governo anticubano em Miami partilham agora preocupações semelhantes com os leais ao governo em Havana, que estão preocupados com a possibilidade de serem invadidos por produtos norte-americanos.

O secretário de Estado dos EUA, John Kerry, recebe o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Eduardo Rodríguez Parilla, em seu escritório no Departamento de Estado em Washington, em 20 de julho de 2015.



Um colega meu contou-me recentemente sobre um amigo que morava em Havana e que certa vez disse sarcasticamente que “Cuba está na moda”. É verdade que Billy Gibbons, o guitarrista da banda de rock americana ZZ Top, anunciou recentemente um próximo álbum “Afro-Cuban” com um título apropriadamente alegre e falso-espanhol: “Perfectamundo”. E que Demeter, uma empresa de fragrâncias com sede em Nova York acaba de nomear um de seus perfumes como “Cuba”.

Mas o seu sarcasmo destacou uma realidade desconfortável: à luz de toda a agitação, a maioria dos cubanos ainda está à espera de ver o impacto de melhores relações nas suas carteiras. Aqueles que não têm uma posição na economia turística ou no setor privado de Cuba ainda têm dificuldade em adquirir bens básicos. Numa pequena

cidade da província de Matanzas, duas horas a leste de Havana, a carne de porco custava recentemente 40 pesos cubanos (cerca de 2 dólares) o quilo. Os salários no setor estatal, porém, ainda são em média apenas 600 pesos cubanos (cerca de 30 dólares) por mês.

É claro que o restabelecimento das relações diplomáticas e o reforço dos laços comerciais podem muito bem ajudar a sociedade cubana no seu conjunto e um número significativo de cubanos em ambos os lados do estreito da Flórida veem cautelosamente a abertura de embaixadas como um sinal de esperança. Mas a mudança também levanta tantas questões como respostas. Ainda existem questões difíceis, como a compensação às empresas norte-americanas pelas propriedades que possuíam em Cuba e que foram nacionalizadas no início da Revolução Cubana. Da mesma forma, Cuba pede indenização pelos efeitos cumulativos das sanções dos EUA. Entretanto, a disputa triangular entre Washington, Miami e Havana por influência e atenção pode parecer muito distante das preocupações imediatas de muitos cidadãos comuns. “Podemos ter embaixadas”, escreveu recentemente um residente de Havana para o *website OnCuba*, falando das frustrações reprimidas da juventude cubana, “mas dez horas de internet ainda custam o mesmo que um mês inteiro de trabalho”. ●

Michael J. Bustamante: Ph.D. candidato em história da América Latina na Universidade de Yale.

Publicado no dia 19 de agosto de 2015

A atitude de Obama em relação à Cuba

Michael J. Bustamante



O que fazer com a viagem histórica

O presidente dos EUA, Barack Obama (D), aperta a mão do presidente de Cuba, Raúl Castro, durante uma reunião bilateral durante a Cúpula das Américas na Cidade do Panamá, em 11 de abril de 2015.

Em fevereiro, pouco depois de a Casa Branca ter anunciado a visita histórica do presidente dos EUA, Barack Obama, a Cuba, nos dias 21 e 22 de março – a primeira de qualquer presidente dos EUA em exercício em 88 anos – um meme começou a circular nos *feeds* dos cubanos no Facebook. Nele, Obama lança com confiança a peça vencedora num jogo de dominó contra os principais candidatos presidenciais republicanos da época, Donald Trump, Ted Cruz e Marco Rubio. A legenda diz: “Se pegó”, que se traduz aproximadamente como “Gotcha” ou “Checkmate”.

Os críticos que condenam a visita de Obama a Cuba, incluindo Cruz e Rubio, podem estar em minoria, uma vez que as sondagens de opinião revelam que o público dos EUA apoia largamente a medida. Mas esta imagem do presidente marcando pontos geoestratégicos com confiança contradiz uma realidade mais complexa nesse terreno. Em alguns aspectos, a aproximação entre EUA e Cuba ainda é tênue e a visita de Obama é necessária para dar impulso a um processo atormentado por trancos e barrancos.

Muitos observadores de Cuba que conheço não esperavam que o presidente viajasse para a ilha tão cedo. Em dezembro, Obama disse ao Yahoo! Notícias em entrevista exclusiva de que ele iria “se as circunstâncias fossem adequadas. . . se de fato posso dizer com confiança que estamos vendo algum progresso na liberdade e possibilidades para os cubanos comuns. . . Não estou interessado apenas em validar o *status quo*.” Certamente, Cuba tornou-se um lugar mais dinâmico com o afluxo de americanos e outros visitantes

desde o ano passado. Mas grande parte da arquitetura econômica e política do país permaneceu inalterada desde o Sexto Congresso do Partido Comunista de Cuba em 2011. Nessa altura, o governo do presidente Raúl Castro solidificou o seu compromisso de descentralizar lentamente a economia de estilo soviético, afrouxando algumas restrições a negócio privado. Contudo, avanços adicionais – como o fim do sistema de moeda dupla da ilha – foram prometidos, mas ainda não se materializaram. (As novas leis sobre migração e investimento estrangeiro, aprovadas em 2013 e 2014, respetivamente, são exceções importantes.)

Uma abordagem mais cautelosa, portanto, poderia ter sido adiar uma visita presidencial até depois do Sétimo Congresso do Partido Comunista de Cuba, em abril. Nesta altura, é mais provável que as autoridades cubanas detalhem quaisquer planos em curto prazo para novas reformas. Mas, faltando apenas dez meses para Obama, parece melhor que ambos os lados consolidem os ganhos mais cedo ou mais tarde. Tal como o presidente sublinhou na entrevista de dezembro, a sua administração acredita que o poder brando dos EUA, em vez do método da cenoura e do castigo, conduzirá à mudança. “Estaremos muito melhor se os hábitos mentais, a cultura e as atitudes do povo americano e das empresas americanas estiverem lá para os cubanos verem e interagirem no dia a dia”, disse ele. Com razão, as autoridades da ilha e até mesmo os cubanos comuns podem irritar-se com estas suposições paternalistas. Mesmo assim, eles parecem prontos para lucrar com as recompensas financeiras.

O presidente dos EUA, Barack Obama, e o presidente cubano, Raúl Castro, reúnem-se na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, em 29 de setembro de 2015.



O aumento do contato entre americanos e cubanos durante o último ano proporcionou, de fato, oportunidades consideráveis para os cidadãos dos EUA difundirem (supostamente) os seus valores e para os cubanos empreendedores ganharem dinheiro. Em 2015, o número de viajantes dos EUA para a ilha – 161

mil no total, sem incluir os cerca de 400 mil cubano-americanos e viajantes da diáspora cubana que visitam familiares – aumentou mais de 77 por cento em comparação com o ano anterior. A chegada de tantos visitantes, por sua vez, representou uma bênção para todos os tipos de pequenas empresas de propriedade cubana no setor *cuentapropista* (ou autoemprego) da ilha, centrado nos serviços. Um número cada vez maior de estrelas da televisão, do cinema e da música dos EUA – incluindo o DJ Diplo, que acaba de fazer um espetáculo diante de 400 mil fãs cubanos aos gritos – tem caminhado pelas ruas de Havana. Obama chegou a anunciar esta semana que suspendeu praticamente todos os limites restantes às viagens individuais a Cuba. A corrida de turistas e dólares americanos continua.

Entretanto, à frente de negócios internacionais, algumas empresas norte-americanas, como o serviço de locação de apartamentos *Airbnb*, estão agora a operar na ilha; muitos mais estão em busca de oportunidades ou em conversações com autoridades cubanas. Recentemente, Washington e Havana assinaram um acordo histórico de aviação comercial para garantir voos regulares diretos entre os dois países. As companhias aéreas dos EUA já estão a competir para arrebatar uma das 30 rotas diárias para a ilha, enquanto os serviços de *ferry* e de cruzeiros aguardam nos bastidores.

Mas ainda há muito mais que precisa ser feito.

Vejamos, por exemplo, os esforços da Casa Branca para utilizar a autoridade executiva para criar exceções ao embargo comercial. As alterações iniciais nas regras no início de 2015 autorizaram tipos selecionados de exportações, tais como materiais de construção, dispositivos de telecomunicações e equipamento agrícola, para utilizadores finais no incipiente setor privado de Cuba. No entanto, inicialmente não estava claro se os regulamentos permitiriam o processamento dessas exportações por meio de agências estatais de importação cubanas, que é a única opção no sistema socialista da ilha. A confusão levou a mais diálogo e a mudanças nas regras, o que, em teoria, deu aos dólares americanos e aos bens mais espaço legal para fluir. Mas as autoridades continuam a falar umas com as

outras. A Secretária do Comércio dos EUA, Penny Pritzker, sugeriu recentemente que, embora os Estados Unidos tivessem autorizado um número recorde de negócios – 490 só em 2015, totalizando 4,3 bilhões de dólares em negócios – Cuba não tinha feito o suficiente para levar esses acordos até à linha de chegada. O próprio ministro do Investimento Estrangeiro de Cuba insistiu que era o contrário. A papelada acumulada em Washington, disse ele, foi o principal obstáculo que impediu muitas empresas de começarem a operar.

Como resultado desses atrasos regulamentares e de comunicação, o desenvolvimento de laços comerciais reais tem sido mais lento do que a Casa Branca esperava. Isto deve-se, em parte, ao fato de a maior parte do embargo comercial permanecer em vigor (mesmo com uma série de novas exceções escritas nos seus termos). Mas as autoridades cubanas também parecem incapazes de processar o número de pedidos de investidores que receberam. As alterações regulamentares mais recentes nos EUA, em janeiro, e apenas esta semana, abrem as portas ao comércio de uma forma mais ampla do que nunca. Os bancos dos EUA, por exemplo, podem agora processar transações do governo cubano, e existe agora uma ampla liberdade para exportar produtos para empresas estatais que “satisfaçam as necessidades do povo cubano”. Ainda assim, as próprias reformas econômicas da ilha, que poderão facilitar a entrada de mais bens e capitais dos EUA, continuam a avançar a passo de caracol. A menos que essas transformações acelerem, a capacidade do povo cubano de tirar partido de uma sorte inesperada pós-embargo, se e quando ela ocorrer, continuará limitada.

Entretanto, as crescentes desigualdades e o crescimento limitado dos rendimentos reais em Cuba estão a contribuir para um problema maior, embora em câmara lenta, que nenhum dos governos parece particularmente inclinado a resolver de frente. Em suma, o aumento do turismo afetou os preços locais. Num país onde a produção agrícola continua lenta e os mercados atacadistas ainda estão em recuperação, a procura por parte dos donos de restaurantes aumentou substancialmente os custos dos alimentos para o cidadão médio. De acordo com as últimas estatísticas disponíveis no governo cubano, o preço dos alimentos

REFLEXÕES XLIV

consumidos pela família cubana média aumentou 24 por cento em 2014. O número é sem dúvida superior ao do ano passado. Para os cubanos que ganham escassos salários estatais em pesos desvalorizados, sem ter um pé na economia de moeda forte em que o turismo cubano se move, as despesas crescentes correm o risco de colocar alguns bens fora do alcance.

Electo Rossel, 20 anos, veste uma camisa com a foto do presidente dos EUA, Barack Obama, em Havana, Cuba, 14 de agosto de 2015.



Consequentemente, os cubanos podem estar a votar com os pés. Em 2015, mais de 70 mil ilhéus emigraram para os Estados Unidos (muitas vezes através da América do Sul e Central), o número mais elevado em 35 anos. É claro que muito disto envolve o receio de que os seus privilégios únicos de imigrante nos Estados Unidos desapareçam – nomeadamente, a política de “pés molhados/pés secos” que data da década de 1990 e a Lei de Ajustamento Cubano de 1966, que permite que os cubanos que cheguem às costas dos EUA busquem residência após um ano. Mas mesmo que este fator de atração tenha estimulado um êxodo silencioso, o precário poder de compra dos rendimentos do setor estatal, combinado com uma impaciência compreensível por tempos melhores, está sem dúvida a levar muitos cubanos a partir. No âmbito nacional, os salários cresceram apenas 14% em 2014, a partir de uma média já anêmica do que seria o equivalente a 30 dólares por mês. Nas conversas com amigos cubanos, esta ligação entre os baixos salários e o desejo de emigrar surge sempre como uma preocupação central.

Tendo em conta todas estas questões, o que é que Obama espera conseguir numa viagem de dois dias à ilha?

Uma reunião com Raúl Castro está obviamente na agenda. O mesmo acontece com uma reunião privada com dissidentes políticos que as autoridades cubanas consideram estar em dívida com Washington. Enquanto isso, correm rumores de que AT&T, Marriott e as redes de hotéis Starwood batizarão negócios adicionais no meio

da visita. Mas se Obama se concentrar demasiadamente nas cerimônias de assinatura corporativa em vez dos desejos dos cubanos de uma maior abertura política e econômica no âmbito interno, também será visto como tendo deixado as autoridades da ilha fora de perigo.

Mesmo assim, os Estados Unidos só podem encorajar e incentivar a reforma cubana. Ele não pode controlar seu curso. A este respeito, espera-se que o presidente também ouça os representantes de uma zona cinzenta dinâmica na sociedade cubana – aqueles que se identificam não apenas como legalistas ou dissidentes, mas como críticos construtivos, intelectuais, anti-imperialistas, socialistas democráticos, ou simplesmente pequenos proprietários de empresas operando sob intensos obstáculos. Um dos gestos mais importantes que Obama pode fazer é reconhecer que a sociedade cubana é complexa e que os seus problemas não se prestam a soluções rápidas e importadas. Uma sondagem recente mostra que a média dos cubanos é esmagadoramente favorável à abertura do seu país aos Estados Unidos. Mas, ao falar com familiares e colegas em Havana, neste mês de dezembro, também sei que muitos ilhéus sentem intensa apreensão quanto à sua capacidade de manter proteções sociais e desenvolver o seu país de forma equitativa a partir do zero. Quer seja escrevendo no meio acadêmico ou nos fóruns de comentários em *blogs*, outros já expressaram preocupação com a grande participação dos militares cubanos na economia ou com a nova zona de livre comércio no porto de Mariel. Eles veem-nos como sinais cruéis do capitalismo de Estado em marcha, e não como a última linha de defesa do socialismo.

A vantagem de Obama é a sua extraordinária popularidade na ilha e, num discurso televisivo no Grande Teatro de Havana, ele terá uma oportunidade sem precedentes de enviar a uma população muitas vezes cética uma necessária mensagem de esperança. Mas tal como o envolvimento comercial do Norte não conduzirá automaticamente a uma sociedade mais aberta, comprar produtos dos EUA num mundo pós-embargo não equivale a uma estratégia de desenvolvimento sustentável para uma economia improdutiva sobrecarregada por uma fatura de importação inchada. Os próprios

REFLEXÕES XLIV

cubanos, em última análise, e apenas os próprios cubanos, devem ser os principais agentes do seu futuro econômico e político. ●

Michael J. Bustamante: Ph.D. candidato em história da América Latina na Universidade de Yale.

Publicado no dia 18 de março de 2016

LUIZ BIANCI

Negócios incomuns em Cuba

Anne Nelson e Debi Spindelman



Carta de Havana

A infraestrutura em ruínas de Cuba.

No mês passado, o presidente dos EUA, Barack Obama, aproveitou a sua visita a Havana, Cuba, para mostrar a promessa do empreendedorismo: reuniu-se com líderes empresariais proeminentes e organizou um painel especial para empresários. Um pequeno exército de outros executivos e estudantes de escolas de administração dos EUA invadiu Havana ao longo do mês, em busca de negócios.

Mas muitos deles saíram decepcionados. A abertura das relações políticas entre os dois países está muito atrasada e os próximos meses trarão muitas discussões críticas sobre os direitos humanos e outras questões prementes. Mas a conversa começou com a política econômica, e o que estes empresários descobriram é que as relações comerciais normalizadas exigirão que encontrem uma linguagem comum, e até mesmo uma moeda comum, para fazer negócios.

Tal como os antigos carros americanos cujos motores desgastados foram substituídos por motores dos Ladas soviéticos, a nova economia cubana permanecerá ineficiente mesmo que adquira um chassi brilhante. No centro da questão está “La Lucha”. Este é o termo cubano para o vasto sistema econômico que paira entre a economia oficial falida e a economia criminalizada do mercado negro. Qualquer empresa estrangeira que pretenda fazer negócios em Cuba será afetada pelo seu funcionamento.

A economia oficial é produto do sistema comunista cubano, oferecendo saúde e educação gratuitas. Uma viagem de ônibus urbano custa alguns centavos e alimentos básicos são vendidos por uma ninharia. Mas o sistema sofre com a falta de abastecimento e

REFLEXÕES XLIV

de graves problemas de distribuição. Muitas vezes faltam medicamentos básicos nas clínicas rurais, os ônibus são escassos e lotados e pode ser difícil para o cubano médio localizar até mesmo alimentos produzidos localmente. Por exemplo, procurar os elementos de uma dieta básica cubana – arroz, feijão, óleo de cozinha, ovos, couve, açúcar e sal – pode exigir visitas a quatro mercados diferentes e meio dia na fila.

Um homem almoça em uma barraca de comida em um mercado de agricultores em Havana, Cuba, 23 de fevereiro de 2008.



Em Cuba, o mercado negro é ilegal e acarreta penalidades severas. Isto levou ao La Lucha, um canal “legal” para aquisição de bens. É difícil imaginar o país funcionando sem ele. Tivemos uma boa noção de como La Lucha funcionava ao visitar um movimentado mercado ao ar livre em Havana que oferecia produtos frescos, carne e ovos. A fila para comprar ovos pelo baixo preço oficial serpenteava pelo quarteirão.

Mas perto da entrada do mercado, uma mulher franzina chamada Ana ofereceu o mesmo produto, mas sem esperar e com uma margem de lucro de 20%. Ela não chegou nem perto de sustentar a si mesma e ao filho com o salário de enfermeira de US\$ 25 por mês, explicou ela, então comprou ovos de um fazendeiro para vender com lucro. O seu modesto empreendimento permite que os cubanos que vivem acima do nível de subsistência escolham a conveniência em vez da economia, mesmo que isso viole as normas estatais.

Este mercado cinzento é geralmente tolerado, se não aprovado, pelo governo. Foi uma adaptação natural às distorções da economia cubana, geradas por mais de meio século de graves ineficiências do comunismo, que foram exacerbadas pelas restrições brutais do embargo dos EUA. Uma questão que impulsiona a economia legal de Cuba é a falta de informação, que resulta em condições de mercado caóticas. Os produtores lutam para colocar seus produtos no mercado e os consumidores têm poucos meios de saber o que está em estoque e onde. Há escassez de bens específicos devido a

limitações de importação ou produção, mas produtos cubanos como açúcar e café também podem não estar disponíveis numa mercearia, mesmo num bairro nobre devido a estrangulamentos de distribuição.

A lei cubana não permite publicidade comercial nos meios de comunicação estatais e impressos, e todos os principais meios funcionam sob controle estatal, o que inclui os meios de comunicação social. Alguma publicidade está a começar a surgir nas plataformas digitais, mas ainda é demasiado nova e demasiado limitada para resolver o problema.

Outro aspecto da economia de Cuba que pode ser frustrante para as empresas dos EUA é o sistema de moeda dupla. A maioria dos cubanos é paga na moeda nacional, o peso cubano ou CUP, que só serve para a compra de bens distribuídos pelo Estado. Os funcionários públicos, incluindo médicos e advogados, recebem salários miseráveis na CUP, no valor de 15 a 30 dólares por mês. É verdade que a maioria dos cubanos não paga habitação e outras necessidades, mas ainda considera impossível sustentar uma família sem um segundo emprego ou alguma forma de assistência.

Por outro lado, os bens de consumo, importados e de luxo – em Cuba estes “luxos” incluem artigos de vestuário-padrão, peças automotivas e eletrodomésticos básicos – são cotados no peso conversível cubano ou CUC. O peso conversível foi criado em 2004 como forma de arrecadar moeda forte sem usar o dólar americano. Em 2013, o governo cubano decidiu eliminar gradualmente o CUC, mas este ainda está, ao que tudo indica, indexado ao dólar americano. Mais uma vez, o embargo dos EUA tornou a situação difícil para os cubanos comuns muito mais dolorosa. Uma camiseta simples custa de US\$ 8 a US\$ 10 e um par de tênis, US\$ 50 – quantias assustadoras em um salário estadual.

Tal como os antigos carros americanos cujos motores desgastados foram substituídos por motores dos Ladas soviéticos, a nova economia cubana permanecerá ineficiente mesmo que adquira um chassi brilhante. Como resultado, surgiu uma complexa classe de elite, composta por três setores. Primeiro, há aqueles que recebem

dinheiro em dólares e euros que podem ser convertidos em CUCs, como a elite política cubana e seus parentes, cujos privilégios de viagem lhes permitem adquirir mercadorias do Equador, do México e dos Estados Unidos, e vendê-las com lucro. Não é incomum que voltem com uma mala cheia de celulares para revenda. Outra seção da classe de elite consiste naqueles que recebem presentes e remessas de parentes exilados ou colhem os benefícios das visitas familiares. O terceiro grupo é formado por quem trabalha para empresas estrangeiras e é remunerado em moeda estrangeira, e por quem trabalha para visitantes estrangeiros que devem pagar em CUCs. Assim, no espelho da economia cubana, um taxista pode ganhar mais num dia do que um cirurgião num mês. A elite da CUC é uma minoria, superada em número pelos escravos assalariados da CUP nas camadas mais baixas de La Lucha.

As empresas dos EUA também podem ter em mente que, embora este novo capítulo nas relações entre os EUA e Cuba beneficie sem dúvida o povo cubano em longo prazo, em curto prazo poderá exacerbar as tensões sociais. A ênfase no comércio eletrônico, por exemplo, poderá aumentar a desigualdade social, beneficiando aqueles que pertencem a esta classe de elite. Vejamos, por exemplo, o **Airbnb**, o primeiro grande participante dos EUA no comércio eletrônico em Cuba. A disfunção da economia cubana levou ao colapso de grande parte do mercado imobiliário de Havana e a uma grave escassez de habitação. Em 1997, o governo cubano começou a permitir que famílias cubanas alugassem quartos a estrangeiros por cerca de 30 dólares por noite, como forma de gerar rendimentos adicionais, desde que recebessem autorização do Estado. Este programa é conhecido como casa particular. A **Airbnb** afirma que desde que iniciou as suas operações em Cuba, em abril de 2015, cerca de 4.000 destes proprietários de casas particulares aderiram à sua rede, criando “uma importante fonte de rendimento para milhares de famílias cubanas” que recebem “uma média de 250 dólares por reserva”.

Mas existem grandes diferenças entre a média de uma casa particular e o aluguel do **Airbnb** hoje. As casas particulares reservam hóspedes por telefone, e-mail ou boca a boca,

mas é quase impossível para um cubano participar no Airbnb sem acesso aos privilégios da elite do CUC. Primeiro, uma listagem requer acesso à internet. Apenas uma pequena porcentagem de lares cubanos tem conectividade (cerca de cinco por cento, embora este número seja contestado), e a mensalidade habitual de 40 dólares excede os salários normais do governo. Alguns anfitriões do Airbnb tentam gerenciar seus aluguéis por meio dos novos pontos de acesso *WiFi* que foram implantados em todo o país. Mas estas ligações também são proibitivamente caras e demasiado lentas para gerir eficazmente os anúncios e a exibição de fotografias da Airbnb. As 21 mil casas particulares de Cuba já representam uma elite em Cuba, dada a grave escassez de habitação do país. Ainda assim, é mais provável que estas casas familiares ofereçam quartos modestos, enquanto o cliente da Airbnb pode esperar máquinas de café expresso, fornos micro-ondas e chuveiros funcionais – todos importados – e preferir habitações privadas.

A nova elite da CUC está bem posicionada para tirar partido das ineficiências de Cuba. Vejamos, por exemplo, o caso de “Isabel”, uma anfitriã da Airbnb em Havana (que pediu que o seu nome verdadeiro não fosse divulgado). Isabel pode participar do comércio eletrônico porque faz parte da elite do CUC e tem as conexões e a sofisticação para navegar pelos trechos superiores de La Lucha. Ela possui várias casas (uma raridade em Cuba) e pertence a uma família com laços estreitos com o Partido Comunista. Seu clã possui uma dúzia de propriedades para alugar, que foram totalmente reformadas e equipadas com eletrodomésticos importados, e alguns membros dirigem carros novos importados da China. Ela listou um apartamento confortável em Havana no Airbnb por meio de um corretor que representa diversas propriedades no *site*. Mas as dificuldades nas transferências bancárias devido ao embargo dos EUA (recentemente alterado) exigiram que outro intermediário transferisse o pagamento para a sua conta cubana. O apartamento é alugado por US\$ 130 por noite, mas depois de cobrir as taxas de hospedagem do Airbnb (dez a 15%), impostos cubanos e pagamentos a intermediários, Isabel ganha pouco mais da metade disso. Mesmo assim, numa noite ela ganha o dobro do salário mensal de um funcionário público. Os modestos donos das casas

particulares estão sobrevivendo, mas Isabel está enriquecendo. Não há nada errado com isto, mas as empresas dos EUA não devem iludir-se pensando que as operações “*peer-to-peer*” se traduzirão em benefícios para a população cubana em geral.

Na verdade, muitos cubanos têm votado com os pés. Quase meio milhão de cubanos obtiveram residência nos Estados Unidos desde 2000. Há quase dois milhões de cubano-americanos nos Estados Unidos (com mais noutros países), em comparação com uma população insular de 11,2 milhões. Um número crescente de membros da elite do CUC recusou a oportunidade de emigrar, acreditando que as oportunidades serão maiores no seu país, mas a situação parece diferente para os cubanos com salários do CUP. A Lei de Ajustamento Cubano de 1966 ofereceu requisitos de imigração preferenciais aos cubanos, e a política de “pé molhado, pé seco” de 1995 criou um incentivo para os cubanos chegarem ao solo dos EUA.

Havana, Cuba.

Com a renovação das relações diplomáticas entre Cuba e os Estados Unidos no ano passado, tem havido apelos para acabar com o estatuto de imigração preferencial. Isto levou a um sentimento de pânico entre alguns cubanos. O congressista republicano Blake Farenthold, do Texas, informou que o seu estado já está a registar um aumento de 60 por cento no número de migrantes que tentam entrar vindos de Cuba, após o anúncio de dezembro de 2014 por Obama de que iria virar uma nova página nas relações EUA-Cuba. Seria uma tragédia se a mudança na política resultasse num aumento da fuga de cubanos em condições perigosas. Existe também o risco de uma fuga massiva de cérebros, na qual Cuba perde educadores e pessoal médico que trabalham por salários do Estado para empregos nos Estados Unidos como *babysitters* e motoristas de táxi.

Na verdade, com a abertura, pode haver uma corrida desenfreada para encontrar, ou construir, uma Cuba que se assemelhe aos



Estados Unidos. Mas isso não deve acontecer à custa da outra Cuba, misteriosa e complexa, que vale a pena explorar. Para começar, há o sucesso frequentemente ignorado de Cuba nos indicadores de desenvolvimento humano. O Banco Mundial informou que em 2013, a esperança de vida de Cuba, de cerca de 79 anos, excedeu pela primeira vez a dos Estados Unidos. Os cubanos orgulham-se da sua segurança, resultado da proibição das armas e da limitação severa do tráfico e do abuso de drogas. O sistema de medicina preventiva do país tem sido altamente eficaz. Todas as semanas, equipes de estudantes de medicina fazem *check-ups* semanais de porta em porta, reduzindo eficazmente muitas doenças infecciosas em toda a ilha. Nas últimas semanas, Cuba mobilizou as suas reservas militares para fumigar todas as famílias do país para limitar a propagação do vírus Zika.

Embora o povo cubano viva sob um manto de censura que controla todos os aspectos dos meios de comunicação impressos e radiodifundidos nacionais, os cubanos encontraram formas criativas de desfrutar de uma dieta mediática saudável, graças a um serviço conhecido como “El Paquete” transmitido por meio da humilde unidade *flash*. Os *pendrives* são distribuídos por assinatura e oferecem de tudo, desde *The Economist* até temporadas completas de “House of Cards”, pelo modesto preço de US\$ 1 a 2 por semana.

As nossas conversas recentes com dezenas de cubanos, tanto em Havana como no interior rural, revelaram que, embora estejam ansiosos por conquistar maiores liberdades, muitos dos seus desejos materiais são surpreendentemente modestos: melhor acesso à alimentação, melhores transportes públicos e roupas e *smartphones* mais baratos. Estão também conscientes das vantagens que podem perder numa transição: cidades onde as drogas são raras e a violência armada é desconhecida, uma sociedade que está empenhada em nutrir e educar todas as suas crianças.

Os cubanos perguntam como integrar os aspectos mais construtivos do sistema dos EUA sem importar as pragas que os acompanham. Por seu lado, os Estados Unidos, bem como os empresários norte-americanos que pretendem estabelecer-se na ilha, deveriam aproximar-se de Cuba com um espírito de descoberta, com muito a

oferecer, muito a ganhar e muito a aprender. ●

Anne Nelson: membro do Conselho de Relações Exteriores, leciona desenvolvimento de mídia internacional na Escola de Relações Públicas e Internacionais da Universidade de Columbia e publicou amplamente sobre o assunto.

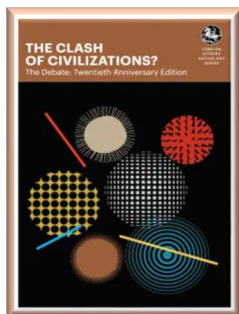
Debi Spindelman: especialista em desenvolvimento de capacidades na Escola de Assuntos Públicos e Internacionais da Universidade de Columbia.

Publicado no dia 5 de abril de 2016

LUIZ BIANCHI

O choque de civilizações?

Foreign Affairs



O confronto aos 20

Introdução

As origens de “O Choque de Civilizações?” residem na conjunção de um estudioso especial e de um momento especial. No início da década de 1990, Samuel P. Huntington já era um dos mais importantes cientistas sociais da segunda metade do século XX, tendo sido autor de importantes obras em todos os subcampos da ciência política. As

marcas de seus esforços foram grandes questões, respostas fortes, pensamento independente e expressão clara. Entretanto, o fim da Guerra Fria deu início a uma nova era nas relações internacionais, juntamente com uma série de questões sobre o que a impulsionaria. Atraído, como sempre, pelas principais questões práticas e teóricas da época, Huntington assumiu a tarefa de delinear este novo mundo.

Quanto mais pensava nisso, mais decidia que a maioria das análises existentes estava indo na direção errada. O futuro não era provavelmente um percurso fácil em direção à democracia, à paz e à convergência harmoniosa, nem era provável que fosse um regresso aos velhos jogos da política tradicional das grandes potências ou da rivalidade ideológica. “As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante do conflito serão culturais”, concluiu; “o choque de civilizações dominará a política global.”

Huntington era mais uma raposa intelectual do que um ouriço. Ele havia trabalhado com muitas variáveis e teorias ao longo dos anos e estava aberto à ideia de que qualquer uma delas



pudesse dominar em circunstâncias específicas e que pudessem interagir. Nesse contexto, ele sentiu que as variáveis culturais tinham sido vendidas a descoberto, uma vez que estudos recentes muitas vezes presumiam que os atores políticos eram atores homogêneos e intercambiáveis, cujas ações eram impulsionadas pela estrutura de incentivos que enfrentavam, ou atores distintos cujas particularidades seriam eliminadas por influência da modernização inexorável. As questões de identidade eram fundamentais para o comportamento humano, acreditava ele, e provavelmente se tornariam mais e não menos relevantes nos próximos anos – e as civilizações, sendo a forma mais ampla e profunda de cultura, desempenhariam assim um papel crucial na estruturação de futuras interações globais. Ele expôs seu argumento em uma palestra no American Enterprise Institute, transformou-o em um artigo ocasional para o Olin Institute of Strategic Studies em Harvard (do qual era diretor) e, a partir daí, evoluiu para o artigo principal no verão de 1993, edição dos Negócios Estrangeiros – quando se tornou viral.

O artigo “Clash” tocou num ponto nevrálgico porque levantou assuntos importantes e desconfortáveis de forma direta e poderosa. Parecia revelar algumas verdades óbvias sobre as diferenças entre as comunidades humanas que a discussão dominante tinha ignorado ou silenciado, colocando rudemente essas diferenças na frente e no centro e exigindo que fossem abordadas. No rebuliço subsequente, contudo, muitas das *nuances* e subtilezas do argumento de Huntington foram eliminadas, tal como alguns dos seus pontos mais importantes - nomeadamente, que os choques civilizatórios eram um risco e não uma certeza e que podiam e deveriam ser minimizados pela adoção de uma política externa americana apropriadamente humilde e sensível.

Durante a década de 1990, o artigo foi frequentemente atacado, com críticos alegando que o seu enquadramento intelectual obscurecia, em vez de clarificar, as tendências globais e que a sua visão das civilizações em conflito corria o risco de se tornar uma profecia autorrealizável. Depois do 11 de Setembro, em contraste, o artigo foi frequentemente elogiado, com os seus apoiadores a vê-lo como uma

análise presciente da dinâmica subjacente a uma “guerra ao terror” que tinha apanhado grande parte do mundo de surpresa. Duas décadas depois, o júri ainda está indeciso, surgindo acordo apenas sobre o seu significado duradouro.

Acreditamos que os leitores devem decidir por si próprios sobre o quão bem ele se sai ou não, por isso temos o prazer de publicar esta coleção de vigésimo aniversário dedicada ao artigo e ao seu autor. O pacote inclui o artigo original; uma ampla gama de respostas de comentaristas proeminentes; a resposta de Huntington aos seus críticos; uma retrospectiva recente de Richard Betts sobre grandes teorias da era pós-Guerra Fria; elogios a Huntington de Stephen Peter Rosen, Eliot Cohen, Zbigniew Brzezinski e Henry Rosovsky; e um vídeo de uma celebração da carreira de Huntington apresentando reminiscências de seus alunos, incluindo Cohen, Francis Fukuyama e Fareed Zakaria.

Uma boa forma de medir o poder de uma teoria é observar a escala, a intensidade e a qualidade do debate que ela provoca; por isso, “Clash” é uma das contribuições teóricas mais poderosas das últimas gerações, e estamos orgulhosos de ter estado presentes na sua criação. ●

Gideon Rose: Editor of Foreign Affairs.

Publicado no dia 12 de agosto de 2013

O choque de civilizações?

Samuel P. Huntington



Guardando uma mesquita recentemente bombardeada em Grozny, Rússia, dezembro de 1994

O próximo padrão de conflito

A política mundial está a entrar numa nova fase e os intelectuais não hesitaram em proliferar visões do que será – o fim da história, o regresso das rivalidades tradicionais entre os Estados-nação e o declínio do Estado-nação devido às influências conflitantes do tribalismo e globalismo, entre outros. Cada uma dessas visões capta aspectos da realidade emergente. No entanto, todos eles ignoram um aspecto crucial, e na verdade central, do que provavelmente será a política global nos próximos anos.

A minha hipótese é que a fonte fundamental de conflito neste novo mundo não será principalmente ideológica ou sobretudo econômica. As grandes divisões entre a humanidade e a fonte dominante do conflito serão culturais. Os Estados-nação continuarão a ser os intervenientes mais poderosos nos assuntos mundiais, mas os principais conflitos da política global ocorrerão entre nações e grupos de diferentes civilizações. O choque de civilizações dominará a política global. As divisões entre civilizações serão as linhas de batalha do futuro.

O conflito entre civilizações será a última fase na evolução do conflito no mundo moderno. Durante um século e meio após a emergência do sistema internacional moderno com a Paz de Vestfália, os conflitos do mundo ocidental ocorreram em grande parte entre príncipes – imperadores, monarcas absolutos e monarcas constitucionais que tentavam expandir a sua força econômica mercantilista e, mais importante, o território que governavam. No processo, criaram Estados-nação e, a partir da

Revolução Francesa, as principais linhas de conflito foram entre nações e não entre príncipes. Em 1793, como disse RR Palmer: "As guerras dos reis terminaram; as guerras dos povos começaram." Este padrão do século XIX durou até o final da Primeira Guerra Mundial. Depois, como resultado da Revolução Russa e da reação contra ela, o conflito de nações cedeu ao conflito de ideologias, primeiro entre o comunismo, o fascismo-nazismo e a democracia liberal, e depois entre o comunismo e a democracia liberal. Durante a Guerra Fria, este último conflito concretizou-se na luta entre as duas superpotências, nenhuma das quais era um Estado-nação no sentido europeu clássico e cada uma das quais definia a sua identidade em termos da sua ideologia.

Esses conflitos entre príncipes, Estados-nação e ideologias foram principalmente conflitos dentro da civilização ocidental, "guerras civis ocidentais", como William Lind os rotulou. Isto foi tão verdadeiro no caso da Guerra Fria como no caso das guerras mundiais e das guerras anteriores dos séculos XVII, XVIII e XIX. Com o fim da Guerra Fria, a política internacional sai da sua fase ocidental e a sua peça central passa a ser a interação entre as civilizações ocidentais e não ocidentais e entre dentro das próprias civilizações não ocidentais. Na política das civilizações, os povos e governos das civilizações não ocidentais já não permanecem como objetos da história, como alvos do colonialismo ocidental, mas juntam-se ao Ocidente como motores e formadores da história.

A natureza das civilizações

Durante a guerra fria, o mundo foi dividido em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos. Essas divisões não são mais relevantes. É muito mais significativo agora agrupar os países não em termos dos seus sistemas políticos ou econômicos ou em termos do seu nível de desenvolvimento econômico, mas sim em termos da sua cultura e civilização.

O que queremos dizer quando falamos de uma civilização? Uma civilização é uma entidade cultural. Aldeias, regiões, grupos étnicos, nacionalidades, grupos religiosos, todos têm culturas distintas em diferentes níveis de heterogeneidade cultural. A cultura de uma

aldeia no sul da Itália pode ser diferente daquela de uma aldeia no norte da Itália, mas ambas partilharão uma cultura italiana comum que as distingue das aldeias alemãs. As comunidades europeias, por sua vez, partilharão características culturais que as distinguem das comunidades árabes ou chinesas. Árabes, chineses e ocidentais, contudo, não fazem parte de nenhuma entidade cultural mais ampla. Eles constituem civilizações. Uma civilização é, portanto, o agrupamento cultural mais elevado de pessoas e o nível mais amplo de identidade cultural que as pessoas possuem, aquém daquilo que distingue os humanos de outras espécies. É definido tanto por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes, instituições, quanto pela autoidentificação subjetiva das pessoas. As pessoas têm níveis de identidade: um residente de Roma pode definir-se com vários graus de intensidade como romano, italiano, católico, cristão, europeu, ocidental. A civilização a que pertence é o nível de identificação mais amplo com o qual se identifica intensamente. As pessoas podem e redefinem as suas identidades e, como resultado, a composição e os limites das civilizações mudam.

As civilizações podem envolver um grande número de pessoas, como acontece com a China ("uma civilização que finge ser um Estado", como disse Lucian Pye), ou um número muito pequeno de pessoas, como o Caribe anglófono. Uma civilização pode incluir vários Estados-nação, como é o caso das civilizações ocidentais, latino-americanas e árabes, ou apenas um, como é o caso da civilização japonesa. As civilizações obviamente se misturam e se sobrepõem, e podem incluir subcivilizações. A civilização ocidental tem duas variantes principais, a europeia e a norte-americana, e o Islã tem as suas subdivisões árabe, turca e malaia. As civilizações são, no entanto, entidades significativas e, embora as linhas entre elas raramente sejam nítidas, são reais. As civilizações são dinâmicas; eles sobem e descem; eles se dividem e se fundem. E, como qualquer estudante de história sabe, as civilizações desaparecem e são enterradas nas areias do tempo.

Os ocidentais tendem a pensar nos Estados-nação como os principais intervenientes nos assuntos globais. No entanto, eles têm

sido assim há apenas alguns séculos. O alcance mais amplo da história humana tem sido a história das civilizações. Em *Um Estudo de História*, Arnold Toynbee identificou 21 civilizações principais; apenas seis delas existem no mundo contemporâneo.

Por que as civilizações entrarão em choque?

A identidade da civilização será cada vez mais importante no futuro e o mundo será moldado em grande medida pelas interações entre sete ou oito civilizações principais. Estas incluem a civilização ocidental, confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslava-ortodoxa, latino-americana e possivelmente africana. Os conflitos mais importantes do futuro ocorrerão ao longo das divisões culturais que separam estas civilizações umas das outras.

Por que será esse o caso?

Primeiro, as diferenças entre civilizações não são apenas reais; eles são básicas. As civilizações são diferenciadas umas das outras pela história, língua, cultura, tradição e, mais importante, pela religião. As pessoas de diferentes civilizações têm opiniões diferentes sobre as relações entre Deus e o homem, o indivíduo e o grupo, o cidadão e o Estado, pais e filhos, marido e mulher, bem como opiniões diferentes sobre a importância relativa dos direitos e responsabilidades, liberdade e autoridade, igualdade e hierarquia. Essas diferenças são produto de séculos. Elas não desaparecerão tão cedo. São muito mais fundamentais do que as diferenças entre ideologias políticas e regimes políticos. As diferenças não significam necessariamente conflito, e conflito não significa necessariamente violência. Ao longo dos séculos, porém, as diferenças entre civilizações geraram os conflitos mais prolongados e mais violentos.

Em segundo lugar, o mundo está a tornar-se um lugar menor. As interações entre povos de diferentes civilizações estão a aumentar; essas interações crescentes intensificam a consciência civilizacional e a consciência das diferenças entre civilizações e dos pontos em comum dentro das civilizações. A emigração norte-africana para França gera hostilidade entre os franceses e, ao mesmo tempo, aumenta a receptividade à imigração por parte dos

"bons" católicos polacos europeus. Os americanos reagem muito mais negativamente ao investimento japonês do que a investimentos maiores do Canadá e de países europeus. Da mesma forma, como Donald Horowitz apontou, "Um Ibo pode ser ... um Owerri Ibo ou um Onitsha Ibo na região oriental da Nigéria. Em Lagos, ele é simplesmente um Ibo. Em Londres, é nigeriano. Em Nova York, ele é africano." As interações entre povos de diferentes civilizações aumentam a consciência civilizatória das pessoas que, por sua vez, revigora diferenças e animosidades que se estendem ou se pensa que remontam profundamente à história.

Terceiro, os processos de modernização econômica e de mudança social em todo o mundo estão a separar as pessoas de identidades locais de longa data. Também enfraquecem o Estado-nação como fonte de identidade. Em grande parte do mundo, a religião agiu para preencher esta lacuna, muitas vezes na forma de movimentos que são rotulados como "fundamentalistas". Tais movimentos são encontrados no cristianismo ocidental, no judaísmo, no budismo e no hinduísmo, bem como no islamismo. Na maioria dos países e na maioria das religiões, as pessoas ativas nos movimentos fundamentalistas são jovens, técnicos, profissionais e empresários de classe média, com formação universitária. A "dessecularização do mundo", observou George Weigel, "é um dos fatos sociais dominantes da vida no final do século XX". O renascimento da religião, "*la revanche de Dieu*", como Gilles Kepel a rotulou, fornece uma base para a identidade e o compromisso que transcende as fronteiras nacionais e une as civilizações.

Quarto, o crescimento da consciência civilizatória é reforçado pelo duplo papel do Ocidente. Por um lado, o Ocidente está no auge do poder. Ao mesmo tempo, porém, e talvez como resultado, está a ocorrer um fenômeno de regresso às raízes entre as civilizações não ocidentais. Cada vez mais se ouvem referências a tendências de introspecção e de "asianização" no Japão, ao fim do legado de Nehru e à "hinduização" da Índia, ao fracasso das ideias ocidentais de socialismo e nacionalismo e, portanto, à "reislamização" do Oriente Médio, e agora um debate sobre ocidentalização *versus* russização no país de Boris Yeltsin. Um Ocidente no auge do seu

poder confronta países não ocidentais que têm cada vez mais o desejo, a vontade e os recursos para moldar o mundo de forma não ocidental.

No passado, as elites das sociedades não ocidentais eram geralmente as pessoas que estavam mais envolvidas com o Ocidente, tinham sido educadas em Oxford, na Sorbonne ou em Sandhurst e tinham absorvido atitudes e valores ocidentais. Ao mesmo tempo, a população dos países não ocidentais permaneceu frequentemente profundamente imbuída da cultura indígena. Agora, porém, essas relações estão sendo revertidas. Uma desocidentalização e indigenização das elites está a ocorrer em muitos países não ocidentais, ao mesmo tempo que as culturas, estilos e hábitos ocidentais, geralmente americanos, se tornam mais populares entre a massa do povo.

Quinto, as características e diferenças culturais são menos mutáveis e, portanto, menos facilmente comprometidas e resolvidas do que as políticas econômicas. Na antiga União Soviética, os comunistas podem tornar-se democratas, os ricos podem tornar-se pobres e os pobres, ricos, mas os russos não podem tornar-se estônios e os azeris não podem tornar-se armênios. Nos conflitos de classe e ideológicos, a questão chave era “De que lado você está?” e as pessoas podiam escolher e mudar de lado. Nos conflitos entre civilizações, a pergunta é “O que é você?” Esse é um dado que não pode ser mudado. E como sabemos, da Bósnia ao Cáucaso e ao Sudão, a resposta errada a essa pergunta pode significar um tiro na cabeça. Ainda mais do que a etnia, a religião discrimina acentuada e exclusivamente entre as pessoas. Uma pessoa pode ser meio francesa e meio árabe e, ao mesmo tempo, até cidadã de dois países. É mais difícil ser meio católico e meio muçulmano.

Finalmente, o regionalismo econômico está a aumentar. As proporções do comércio total intrarregional aumentaram entre 1980 e 1989, de 51% para 59% na Europa, de 33% para 37% na Ásia Oriental e de 32% para 36% na América do Norte. A importância dos blocos econômicos regionais deverá continuar a aumentar no futuro. Por um lado, o regionalismo econômico bem-sucedido reforçará a consciência civilizacional. Por outro lado, o regionalismo

econômico só poderá ter sucesso quando estiver enraizado numa civilização comum. A Comunidade Europeia assenta na base partilhada da cultura europeia e do cristianismo ocidental. O sucesso da Zona de Comércio Livre da América do Norte depende da convergência atualmente em curso das culturas mexicana, canadense e americana. O Japão, pelo contrário, enfrenta dificuldades na criação de uma entidade econômica comparável na Ásia Oriental porque o Japão é uma sociedade e uma civilização únicas. Por mais fortes que sejam os laços comerciais e de investimento que o Japão possa desenvolver com outros países do Leste Asiático, as suas diferenças culturais com esses países inibem e talvez impeçam a sua promoção da integração econômica regional como a da Europa e da América do Norte.

A cultura comum, pelo contrário, está claramente a facilitar a rápida expansão das relações econômicas entre a República Popular da China e Hong Kong, Taiwan, Singapura e as comunidades chinesas ultramarinas noutros países asiáticos. Com o fim da Guerra Fria, os pontos em comum culturais superam cada vez mais as diferenças ideológicas e a China continental e Taiwan aproximam-se. Se a comunidade cultural for um pré-requisito para a integração econômica, o principal bloco econômico do Leste Asiático do futuro provavelmente centrar-se-á na China. Este bloco, de fato, já está a existir. Como observou Murray Weidenbaum.

Apesar do atual domínio japonês na região, a economia asiática baseada na China está a emergir rapidamente como um novo epicentro para a indústria, o comércio e as finanças. Esta área estratégica contém quantidades substanciais de tecnologia e capacidade de produção (Taiwan), excelente perspicácia empresarial, de marketing e de serviços (Hong Kong), uma excelente rede de comunicações (Cingapura), um enorme conjunto de capital financeiro (todos os três) e dotações muito grandes de terras, recursos e trabalho (China continental)... De Guangzhou a Singapura, de Kuala Lumpur a Manila, esta rede influente – muitas vezes baseada em extensões dos clãs tradicionais – tem sido descrita como a espinha dorsal da economia do Leste Asiático. [1]

A cultura e a religião também constituem a base da Organização de

Cooperação Econômica, que reúne dez países muçulmanos não árabes: Irã, Paquistão, Turquia, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Turquemenistão, Tadjiquistão, Uzbequistão e Afeganistão. Um impulso para o renascimento e expansão desta organização, fundada originalmente na década de 1960 pela Turquia, Paquistão e Irã, é a constatação, por parte dos líderes de vários destes países, de que não tinham qualquer possibilidade de admissão na Comunidade Europeia. Da mesma forma, a Caricom, o Mercado Comum Centro-Americano e o Mercosul assentam em bases culturais comuns. No entanto, até à data, os esforços para construir uma entidade econômica mais ampla entre as Caraíbas e a América Central que supere a divisão anglo-latina fracassaram.

À medida que as pessoas definem a sua identidade em termos étnicos e religiosos, é provável que vejam uma relação “nós” *versus* “eles” existente entre elas e pessoas de etnia ou religião diferentes. O fim dos Estados ideologicamente definidos na Europa Oriental e na antiga União Soviética permite que as identidades étnicas tradicionais e as animosidades venham à tona. As diferenças na cultura e na religião criam diferenças em questões políticas, que vão desde os direitos humanos à imigração, ao comércio e ao ambiente. A proximidade geográfica dá origem a reivindicações territoriais conflitantes da Bósnia a Mindanao. Mais importante ainda, os esforços do Ocidente para promover os seus valores de democracia e liberalismo como valores universais, para manter a sua predominância militar e para promover os seus interesses econômicos geram respostas contrárias de outras civilizações. Cada vez menos capazes de mobilizar apoio e formar coligações com base na ideologia, os governos e grupos tentarão cada vez mais mobilizar apoio apelando à religião comum e à identidade civilizacional.

O choque de civilizações ocorre, portanto, em dois níveis. No âmbito micro, grupos adjacentes ao longo das linhas de divisão entre civilizações lutam, muitas vezes de forma violenta, pelo controle do território e entre si. No âmbito macro, Estados de diferentes civilizações competem pelo poder militar e econômico relativo, lutam pelo controle de instituições internacionais e de terceiros, e promovem competitivamente os seus valores políticos e religiosos

específicos.

As linhas que faltam entre as civilizações

As divisões entre civilizações estão a substituir as fronteiras políticas e ideológicas da Guerra Fria como pontos críticos para crises e derramamento de sangue. A Guerra Fria começou quando a Cortina de Ferro dividiu a Europa política e ideologicamente. A Guerra Fria terminou com o fim da Cortina de Ferro. À medida que a divisão ideológica da Europa desapareceu, a divisão cultural da Europa entre o Cristianismo Ocidental, por um lado, e o Cristianismo Ortodoxo e o Islã, por outro, ressurgiu. A linha divisória mais significativa na Europa, como sugeriu William Wallace, pode muito bem ser a fronteira oriental do cristianismo no ano 1500. Esta linha corre ao longo do que são hoje as fronteiras entre a Finlândia e a Rússia e entre os Estados Bálticos e a Rússia, atravessa a Bielorrússia e a Ucrânia, separando a Ucrânia ocidental, mais católica, da Ucrânia oriental ortodoxa, vira para oeste, separando a Transilvânia do resto da Romênia, e depois atravessa a Iugoslávia quase exatamente ao longo da linha que agora separa a Croácia e a Eslovênia do resto da Iugoslávia. Nos Balcãs, essa linha coincide, evidentemente, com a fronteira histórica entre os impérios Habsburgo e Otomano. Os povos ao norte e a oeste desta linha são protestantes ou católicos; partilhavam as experiências comuns da história europeia — o feudalismo, o Renascimento, a Reforma, o Iluminismo, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial; eles geralmente estão em melhor situação econômica do que os povos do leste; e podem agora esperar um maior envolvimento numa economia europeia comum e a consolidação de sistemas políticos democráticos. Os povos a leste e ao sul desta linha são ortodoxos ou muçulmanos; historicamente pertenceram aos impérios otomano ou czarista e foram apenas levemente tocados pelos acontecimentos que moldaram o resto da Europa; são geralmente menos avançados economicamente; parecem muito menos propensos a desenvolver sistemas políticos democráticos estáveis. A Cortina de Veludo da cultura substituiu a Cortina de Ferro da ideologia como a linha divisória mais significativa na Europa. Como mostram os acontecimentos na Iugoslávia, não se trata apenas de uma linha de

diferença; às vezes é também uma linha de conflito sangrento.

O conflito ao longo da linha de divisão entre as civilizações ocidental e islâmica já dura 1.300 anos. Após a fundação do Islã, o avanço árabe e mouro para oeste e norte só terminou em Tours em 732. Do século XI ao século XIII, os cruzados tentaram, com sucesso temporário, trazer o cristianismo e o domínio cristão para a Terra Santa. Do século XIV ao XVII, os turcos otomanos inverteram a balança, alargaram o seu domínio sobre o Oriente Médio e os Balcãs, capturaram Constantinopla e sitiaram Viena por duas vezes. No século XIX e no início do século XX, à medida que o poder otomano declinava, a Grã-Bretanha, a França e a Itália estabeleceram o controle ocidental sobre a maior parte do Norte da África e do Oriente Médio.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Ocidente, por sua vez, começou a recuar; os impérios coloniais desapareceram; primeiro o nacionalismo árabe e depois o fundamentalismo islâmico manifestaram-se; o Ocidente tornou-se fortemente dependente dos países do Golfo Pérsico para obter energia; os países muçulmanos ricos em petróleo tornaram-se ricos em dinheiro e, quando o desejaram, ricos em armas. Várias guerras ocorreram entre árabes e Israel (criadas pelo Ocidente). A França travou uma guerra sangrenta e implacável na Argélia durante a maior parte da década de 1950; As forças britânicas e francesas invadiram o Egito em 1956; As forças americanas entraram no Líbano em 1958; posteriormente, as forças americanas regressaram ao Líbano, atacaram a Líbia e envolveram-se em vários encontros militares com o Irã; terroristas árabes e islâmicos, apoiados por pelo menos três governos do Oriente Médio, utilizaram as armas dos fracos e bombardearam aviões e instalações ocidentais e capturaram reféns ocidentais. Esta guerra entre os árabes e o Ocidente culminou em 1990, quando os Estados Unidos enviaram um enorme exército ao Golfo Pérsico para defender alguns países árabes contra a agressão de outros. No rescaldo, o planejamento da OTAN é cada vez mais direcionado para potenciais ameaças e instabilidade ao longo da sua “camada sul”.

É pouco provável que esta interação militar secular entre o

Ocidente e o Islã diminua. Poderia se tornar mais virulenta. A Guerra do Golfo deixou alguns árabes orgulhosos por Saddam Hussein ter atacado Israel e enfrentado o Ocidente. Também deixou muitos a sentirem-se humilhados e ressentidos com a presença militar do Ocidente no Golfo Pérsico, com o domínio militar esmagador do Ocidente e com a sua aparente incapacidade de moldar o seu próprio destino. Muitos países árabes, para além dos exportadores de petróleo, estão a atingir níveis de desenvolvimento económico e social em que as formas autocráticas de governo se tornam inadequadas e os esforços para introduzir a democracia se tornam mais fortes. Algumas aberturas nos sistemas políticos árabes já ocorreram. Os principais beneficiários destas aberturas foram os movimentos islâmicos. Em suma, no mundo árabe, a democracia ocidental fortalece as forças políticas antiocidentais. Este pode ser um fenómeno passageiro, mas certamente complica as relações entre os países islâmicos e o Ocidente.

Essas relações também são complicadas pela demografia. O espetacular crescimento populacional nos países árabes, particularmente no Norte da África, levou ao aumento da migração para a Europa Ocidental. O movimento dentro da Europa Ocidental no sentido de minimizar as fronteiras internas aguçou as sensibilidades políticas no que diz respeito a este desenvolvimento. Na Itália, França e Alemanha, o racismo é cada vez mais aberto, as reações políticas e a violência contra os migrantes árabes e turcos tornaram-se mais intensas e mais generalizadas desde 1990.

Em ambos os lados, a interação entre o Islã e o Ocidente é vista como um choque de civilizações. O “próximo confronto” do Ocidente, observa M.J Akbar, um autor muçulmano indiano, “*virá definitivamente do mundo muçulmano. É no domínio das nações islâmicas, do Magreb ao Paquistão, que a luta por uma nova ordem mundial irá começar.*” Bernard Lewis chega a uma conclusão semelhante:

Estamos perante um estado de espírito e um movimento que transcende em muito o nível das questões e das políticas e dos

governos que as perseguem. Isto não é menos do que um choque de civilizações – a reação talvez irracional, mas certamente histórica, de um antigo rival contra a nossa herança judaico-cristã, o nosso presente secular, e a expansão mundial de ambos.^[2]

Historicamente, a outra grande interação antagonônica da civilização árabe islâmica tem sido com os povos negros pagãos, animistas e agora cada vez mais cristãos, no sul. No passado, este antagonismo foi sintetizado na imagem dos traficantes de escravos árabes e dos escravos negros. Tem-se refletido na guerra civil em curso no Sudão entre árabes e negros, nos combates no Chade entre insurgentes apoiados pela Líbia e o governo, nas tensões entre cristãos ortodoxos e muçulmanos no Chifre de África, e nos conflitos políticos, motins recorrentes e violência comunitária entre muçulmanos e cristãos na Nigéria. A modernização da África e a difusão do cristianismo irão provavelmente aumentar a probabilidade de violência ao longo desta linha de ruptura. Sintomático da intensificação deste conflito foi o discurso do Papa João Paulo II em Cartum, em fevereiro de 1993, atacando as ações do governo islâmico do Sudão contra a minoria cristã local.

Na fronteira norte do Islã, o conflito tem irrompido cada vez mais entre os povos ortodoxos e muçulmanos, incluindo a carnificina da Bósnia e de Sarajevo, a violência latente entre sérvios e albaneses, as relações tênues entre os búlgaros e a sua minoria turca, a violência entre os ossétios e os inguches, o massacre incessante entre armênios e azeris, as relações tensas entre russos e muçulmanos na Ásia Central e o envio de tropas russas para proteger os interesses russos no Cáucaso e na Ásia Central. A religião reforça o renascimento das identidades étnicas e reestimula os receios russos sobre a segurança das suas fronteiras meridionais. Esta preocupação é bem captada por Archie Roosevelt:

Grande parte da história russa diz respeito à luta entre os povos eslavos e os turcos nas suas fronteiras, que remonta à fundação do Estado russo, há mais de mil anos. No confronto milenar dos eslavos com os seus vizinhos orientais reside a chave para uma compreensão não só da história russa, mas também do caráter russo. Para compreender as realidades russas de hoje, é necessário

ter um conceito do grande grupo étnico turco que tem preocupado os russos ao longo dos séculos.^[3]

O conflito de civilizações está profundamente enraizado noutras partes da Ásia. O confronto histórico entre muçulmanos e hindus no subcontinente manifesta-se agora não só na rivalidade entre o Paquistão e a Índia, mas também na intensificação dos conflitos religiosos na Índia entre grupos hindus cada vez mais militantes e a substancial minoria muçulmana da Índia. A destruição da mesquita de Ayodhya, em dezembro de 1992, trouxe à tona a questão de saber se a Índia continuará a ser um Estado democrático secular ou se se tornará um Estado hindu. No Leste Asiático, a China tem disputas territoriais pendentes com a maioria dos seus vizinhos. Tem seguido uma política implacável para com o povo budista do Tibete e está a seguir uma política cada vez mais implacável para com a sua minoria turco-muçulmana. Com o fim da Guerra Fria, as diferenças subjacentes entre a China e os Estados Unidos reafirmaram-se em áreas como os direitos humanos, o comércio e a proliferação de armas. É pouco provável que estas diferenças sejam moderadas. Uma “nova guerra fria”, afirmou Deng Xiaoping em 1991, está em curso entre a China e a América.

A mesma frase foi aplicada às relações cada vez mais difíceis entre o Japão e os Estados Unidos. Aqui a diferença cultural exacerba o conflito econômico. As pessoas de cada lado alegam racismo do outro, mas pelo menos do lado americano as antipatias não são raciais, mas culturais. Os valores básicos, as atitudes e os padrões de comportamento das duas sociedades dificilmente poderiam ser mais diferentes. As questões econômicas entre os Estados Unidos e a Europa não são menos graves do que as entre os Estados Unidos e o Japão, mas não têm a mesma relevância política e intensidade emocional porque as diferenças entre a cultura americana e a cultura europeia são muito menores do que aquelas entre civilização americana e civilização japonesa.

As interações entre civilizações variam muito na medida em que são susceptíveis de serem caracterizadas pela violência. A concorrência econômica predomina claramente entre as subcivilizações americana e europeia do Ocidente e entre ambas e o Japão. No

continente eurasiático, contudo, a proliferação do conflito étnico, sintetizado ao extremo na “limpeza étnica”, não foi totalmente aleatória. Tem sido mais frequente e mais violento entre grupos pertencentes a diferentes civilizações. Na Eurásia, as grandes divisões históricas entre civilizações estão mais uma vez em chamas. Isto é particularmente verdade ao longo das fronteiras do bloco islâmico de nações em forma de meia-lua, desde o bojo da África até à Ásia Central. A violência também ocorre entre muçulmanos, por um lado, e sérvios ortodoxos nos Balcãs, judeus em Israel, hindus na Índia, budistas na Birmânia e católicos nas Filipinas. O Islã tem fronteiras sangrentas.

Reunião da civilização: a síndrome do país de Kin

Grupos ou Estados pertencentes a uma civilização que se envolvem em guerras com pessoas de uma civilização diferente tentam naturalmente reunir o apoio de outros membros da sua própria civilização. À medida que o mundo pós-Guerra Fria evolui, a comunidade civilizacional, aquilo que a HDS Greenway chamou de síndrome do “país-parente”, está a substituir a ideologia política e as considerações tradicionais de equilíbrio de poder como a principal base para a cooperação e coligações. Pode ser visto emergindo gradualmente nos conflitos pós-Guerra Fria no Golfo Pérsico, no Cáucaso e na Bósnia. Nenhuma destas foi uma guerra em grande escala entre civilizações, mas cada uma envolveu alguns elementos de mobilização civilizacional, que pareciam tornar-se mais importantes à medida que o conflito continuava e que podem fornecer uma antecipação do futuro.

Primeiro, na Guerra do Golfo, um Estado árabe invadiu outro e depois lutou contra uma coligação de estados árabes, ocidentais e outros. Embora apenas alguns governos muçulmanos apoiassem abertamente Saddam Hussein, muitas elites árabes aplaudiram-no em privado e ele era muito popular entre grandes setores do público árabe. Os movimentos fundamentalistas islâmicos apoiaram universalmente o Iraque, em vez dos governos do Kuwait e da Arábia Saudita, apoiados pelo Ocidente. Renunciando ao nacionalismo árabe, Saddam Hussein invocou explicitamente um apelo islâmico. Ele e os seus apoiadores tentaram definir a guerra

como uma guerra entre civilizações. “Não é o mundo contra o Iraque”, como disse Safar Al-Hawali, reitor de Estudos Islâmicos da Universidade Umm Al-Qura, em Meca, numa fita amplamente divulgada. “É o Ocidente contra o Islã.” Ignorando a rivalidade entre o Irã e o Iraque, o principal líder religioso iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, apelou a uma guerra santa contra o Ocidente: *“A luta contra a agressão, a ganância, os planos e as políticas americanas será considerada uma jihad, e qualquer um que seja morto nesse caminho é um mártir.”* “Esta é uma guerra”, argumentou o rei Hussein da Jordânia, *“contra todos os árabes e todos os muçulmanos e não apenas contra o Iraque”*.

A mobilização de setores substanciais das elites e do público árabes em apoio de Saddam Hussein fez com que os governos árabes da coligação anti-Iraque moderassem as suas atividades e moderassem as suas declarações públicas. Os governos árabes opuseram-se ou distanciaram-se dos esforços subsequentes do Ocidente para exercer pressão sobre o Iraque, incluindo a aplicação de uma zona de exclusão aérea no verão de 1992 e o bombardeio do Iraque em janeiro de 1993. A coligação anti-Iraque ocidental-soviética-turca-árabe de 1990 tinha-se tornado, em 1993, uma coligação composta quase exclusivamente pelo Ocidente e pelo Kuwait contra o Iraque.

Os muçulmanos contrastaram as ações ocidentais contra o Iraque com o fracasso do Ocidente em proteger os bósnios contra os sérvios e em impor sanções a Israel por violar as resoluções da ONU. O Ocidente, alegaram, estava a usar dois pesos e duas medidas. Um mundo de civilizações em conflito, no entanto, é inevitavelmente um mundo de padrões duplos: as pessoas aplicam um padrão aos seus países afins e um padrão diferente aos outros.

Em segundo lugar, a síndrome do país de parentesco também apareceu em conflitos na antiga União Soviética. Os sucessos militares armênios em 1992 e 1993 estimularam a Turquia a apoiar cada vez mais os seus irmãos religiosos, étnicos e linguísticos no Azerbaijão. “Temos uma nação turca que sente os mesmos sentimentos que os azerbaijanos”, disse um responsável turco em 1992. “Estamos sob pressão. Os nossos jornais estão cheios de fotos de atrocidades e perguntam-nos se ainda levamos a sério a

prosseção da nossa posição política neutra". Talvez devêssemos mostrar à Armênia que existe uma grande Turquia na região." O presidente Turgut Özal concordou, observando que a Turquia deveria pelo menos "assustar um pouco os armênios". A Turquia, Özal ameaçou novamente em 1993, "mostraria as suas presas". Os jatos da Força Aérea Turca realizaram voos de reconhecimento ao longo da fronteira com a Armênia; a Turquia suspendeu os envios de alimentos e os voos aéreos para a Armênia; e a Turquia e o Irã anunciaram que não aceitariam o desmembramento do Azerbaijão. Nos últimos anos da sua existência, o governo soviético apoiou o Azerbaijão porque o seu governo era dominado por ex-comunistas. Com o fim da União Soviética, porém, as considerações políticas deram lugar às religiosas. As tropas russas lutaram ao lado dos armênios e o Azerbaijão acusou o "governo russo de virar 180 graus" em direção ao apoio à Armênia cristã.

Terceiro, no que diz respeito aos combates na ex-Iugoslávia, o público ocidental manifestou simpatia e apoio aos muçulmanos bósnios e aos horrores que sofreram nas mãos dos sérvios. No entanto, foi manifestada relativamente pouca preocupação relativamente aos ataques croatas aos muçulmanos e à participação no desmembramento da Bósnia-Herzegovina. Nas fases iniciais da dissolução da Iugoslávia, a Alemanha, numa demonstração invulgar de iniciativa e força diplomática, induziu os outros 11 membros da Comunidade Europeia a seguirem o seu exemplo no reconhecimento da Eslovênia e da Croácia. Como resultado da determinação do Papa em fornecer um forte apoio aos dois países católicos, o Vaticano estendeu o reconhecimento antes mesmo da Comunidade. Os Estados Unidos seguiram o exemplo europeu. Assim, os principais atores da civilização ocidental uniram-se em apoio dos seus correligionários. Posteriormente, foi relatado que a Croácia recebia quantidades substanciais de armas da Europa Central e de outros países ocidentais. O governo de Boris Yeltsin, por outro lado, tentou seguir um caminho intermediário que fosse simpático aos sérvios ortodoxos, mas que não alienasse a Rússia do Ocidente. Grupos conservadores e nacionalistas russos, no entanto, incluindo muitos legisladores, atacaram o governo por não ser mais aberto no seu apoio aos sérvios. No início de 1993,

várias centenas de russos aparentemente serviam nas forças sérvias e circularam relatórios sobre o fornecimento de armas russas à Sérvia.

Os governos e grupos islâmicos, por outro lado, castigaram o Ocidente por não ter vindo em defesa dos bósnios. Os líderes iranianos apelaram aos muçulmanos de todos os países para que prestassem ajuda à Bósnia; em violação do embargo de armas da ONU, o Irã forneceu armas e homens aos bósnios; grupos libaneses apoiados pelo Irã enviaram guerrilheiros para treinar e organizar as forças bósnias. Em 1993, cerca de 4.000 muçulmanos de mais de duas dúzias de países islâmicos lutavam na Bósnia. Os governos da Arábia Saudita e de outros países sentiram-se sob pressão crescente de grupos fundamentalistas nas suas próprias sociedades para fornecerem um apoio mais vigoroso aos bósnios. No final de 1992, a Arábia Saudita teria fornecido financiamento substancial para armas e munição aos bósnios, o que aumentou significativamente as suas capacidades militares face aos sérvios.

Na década de 1930, a Guerra Civil Espanhola provocou a intervenção de países que eram politicamente fascistas, comunistas e democráticos. Na década de 1990, o conflito iugoslavo está a provocar a intervenção de países muçulmanos, ortodoxos e cristãos ocidentais. O paralelo não passou despercebido. “A guerra na Bósnia-Herzegovina tornou-se o equivalente emocional da luta contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola”, observou um editor saudita. “Aqueles que morreram lá são considerados mártires que tentaram salvar seus companheiros muçulmanos”.

Conflitos e violência também ocorrerão entre Estados e grupos dentro da mesma civilização. Tais conflitos, no entanto, serão provavelmente menos intensos e menos propensos a expandir-se do que os conflitos entre civilizações. A identidade comum a uma civilização reduz a probabilidade de violência em situações onde essa poderia ocorrer de outra forma. Em 1991 e 1992, muitas pessoas ficaram alarmadas com a possibilidade de conflito violento entre a Rússia e a Ucrânia sobre território, especialmente a Crimeia, a frota do Mar Negro, armas nucleares e questões econômicas. Contudo, se a civilização é o que conta, a probabilidade

de violência entre ucranianos e russos deverá ser baixa. São dois povos eslavos, principalmente ortodoxos, que mantêm relações estreitas há séculos. No início de 1993, apesar de todas as razões para o conflito, os líderes dos dois países estavam efetivamente a negociar e a resolver as questões entre os dois países. Embora tenha havido sérios combates entre muçulmanos e cristãos noutras partes da antiga União Soviética e muita tensão e alguns combates entre cristãos ocidentais e ortodoxos nos Estados Bálticos, praticamente não houve violência entre russos e ucranianos.

A mobilização da civilização até à data tem sido limitada, mas tem vindo a crescer e tem claramente potencial para se espalhar muito mais. À medida que os conflitos no Golfo Pérsico, no Cáucaso e na Bósnia continuavam, as posições das nações e as clivagens⁶ entre elas seguiam cada vez mais linhas civilizacionais. Os políticos populistas, os líderes religiosos e os meios de comunicação social consideraram-na um meio potente de despertar o apoio das massas e de pressionar governos hesitantes. Nos próximos anos, os conflitos locais com maior probabilidade de se transformarem em grandes guerras serão aqueles, como na Bósnia e no Cáucaso, ao longo das linhas de ruptura entre civilizações. A próxima guerra mundial, se houver, será uma guerra entre civilizações.

O Oeste versus o resto

O Ocidente está agora num extraordinário pico de poder em relação a outras civilizações. Seu oponente superpoderoso desapareceu do mapa. O conflito militar entre os Estados ocidentais é impensável e o poder militar ocidental é incomparável. Com exceção do Japão, o Ocidente não enfrenta nenhum desafio econômico. Domina as instituições políticas e de segurança internacionais e, com as instituições econômicas internacionais, do Japão. As questões políticas e de segurança globais são efetivamente resolvidas por uma direção dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, as questões econômicas mundiais por uma direção dos Estados Unidos,

⁶ **Clivagem**: separação, diferenciação ou oposição de grupos sociais ou étnicos.

Alemanha e Japão, todos os quais mantêm relações extraordinariamente estreitas entre si, com exclusão de países menos importantes, e em grande parte países não ocidentais. As decisões tomadas no Conselho de Segurança da ONU ou no Fundo Monetário Internacional que refletem os interesses do Ocidente são apresentadas ao mundo como refletindo os desejos da comunidade mundial. A própria frase “a comunidade mundial” tornou-se o substantivo coletivo eufemístico (substituindo “o Mundo Livre”) para dar legitimidade global a ações que refletem os interesses dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais.^[4] Por meio do FMI e de outras instituições econômicas internacionais, o Ocidente promove os seus interesses econômicos e impõe a outras nações as políticas econômicas que considera apropriadas. Em qualquer sondagem a povos não ocidentais, o FMI ganharia sem dúvida o apoio dos ministros das finanças e de alguns outros, mas obteria uma classificação esmagadoramente desfavorável de quase todos os outros, que concordariam com a caracterização de Georgy Arbatov sobre funcionários do FMI como *“neo-ocidentais. Bolcheviques que adoram apropriar o dinheiro de outras pessoas, impondo regras antidemocráticas e estranhas de conduta econômica e política e sufocando a liberdade econômica.”*

A dominação ocidental do Conselho de Segurança da ONU e das suas decisões, moderada apenas pela abstenção ocasional da China, produziu a legitimação da ONU para o uso da força pelo Ocidente para expulsar o Iraque do Kuwait e a sua eliminação das armas sofisticadas do Iraque e da capacidade de produzir tais armas. Também produziu a ação sem precedentes por parte dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França ao conseguir que o Conselho de Segurança exigisse que a Líbia entregasse os suspeitos do atentado a bomba contra o avião da Pan Am 103 e depois impusesse sanções quando a Líbia se recusou. Depois de derrotar o maior exército árabe, o Ocidente não hesitou em exercer o seu peso no mundo árabe. O Ocidente está, de fato, a utilizar instituições internacionais, o poder militar e os recursos econômicos para governar o mundo de forma a manter a predominância ocidental, proteger os interesses ocidentais e promover os valores políticos e econômicos ocidentais.

Essa é pelo menos a forma como os não ocidentais veem o novo mundo, e há um elemento significativo de verdade na sua opinião. As diferenças de poder e as lutas pelo poder militar, econômico e institucional são, portanto, uma fonte de conflito entre o Ocidente e outras civilizações. As diferenças culturais, ou seja, valores e crenças básicas, são uma segunda fonte de conflito. V.S Naipaul argumentou que a civilização ocidental é a “civilização universal” que “se adapta a todos os homens”. No âmbito superficial, grande parte da cultura ocidental permeou de fato o resto do mundo. Num nível mais básico, contudo, os conceitos ocidentais diferem fundamentalmente daqueles prevalecentes em outras civilizações. As ideias ocidentais de individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, Estado de direito, democracia, mercados livres, separação entre Igreja e Estado, muitas vezes têm pouca ressonância nas culturas islâmica, confucionista, japonesa, hindu, budista ou ortodoxa. Os esforços ocidentais para propagar tais ideias produzem, em vez disso, uma reação contra o "imperialismo dos direitos humanos" e uma reafirmação dos valores indígenas, como pode ser visto no apoio ao fundamentalismo religioso por parte da geração mais jovem nas culturas não ocidentais. A própria noção de que poderia haver uma “civilização universal” é uma ideia ocidental, em contradição direta com o particularismo da maioria das sociedades asiáticas e com a sua ênfase naquilo que distingue um povo de outro. Na verdade, o autor de uma revisão de 100 estudos comparativos de valores em diferentes sociedades concluiu que “os valores que são mais importantes no Ocidente são os menos importantes em todo o mundo”.^[5] Na esfera política, é claro, estas diferenças são mais manifestas, nos esforços dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais para induzir outros povos a adotar ideias ocidentais relativas à democracia e aos direitos humanos. O governo democrático moderno originou-se no Ocidente. Quando se desenvolveu em sociedades não ocidentais, foi geralmente o produto do colonialismo ou da imposição ocidental.

O eixo central da política mundial no futuro será provavelmente, nas palavras de Kishore Mahbubani, o conflito entre “o Ocidente e o Resto” e as respostas das civilizações não ocidentais ao poder e aos

valores ocidentais.^[6] Essas respostas geralmente assumem uma ou a combinação de três formas. Num extremo, os Estados não ocidentais podem, como a Birmânia e a Coreia do Norte, tentar seguir um caminho de isolamento, isolar as suas sociedades da penetração ou da "corrupção" vinda do Ocidente e, na verdade, optar por não participar na Comunidade global dominada pelo Ocidente. Os custos deste caminho, no entanto, são elevados e poucos Estados o seguiram exclusivamente. Uma segunda alternativa, o equivalente ao "band-wagoning" na teoria das relações internacionais, é tentar juntar-se ao Ocidente e aceitar os seus valores e instituições. A terceira alternativa é tentar "equilibrar" o Ocidente por intermédio do desenvolvimento do poder econômico e militar e da cooperação com outras sociedades não ocidentais contra o Ocidente, preservando ao mesmo tempo os valores e instituições indígenas; em suma, modernizar, mas não ocidentalizar.

Os países dilacerados

No futuro, à medida que as pessoas se diferenciarem por civilização, os países com um grande número de povos de diferentes civilizações, como a União Soviética e a Iugoslávia, serão candidatos ao desmembramento. Alguns outros países têm um grau razoável de homogeneidade cultural, mas estão divididos sobre se a sua sociedade pertence a uma civilização ou a outra. Estes são países dilacerados. Os seus líderes normalmente desejam seguir uma estratégia de movimento e tornar os seus países membros do Ocidente, mas a história, a cultura e as tradições não são ocidentais. O país dilacerado mais óbvio e prototípico é a Turquia. Os líderes turcos do final do século XX seguiram a tradição de Attatürk e definiram a Turquia como um Estado-nação ocidental moderno e secular. Aliaram a Turquia ao Ocidente na OTAN e na Guerra do Golfo; eles solicitaram a adesão à Comunidade Europeia. Ao mesmo tempo, porém, elementos da sociedade turca apoiaram um renascimento islâmico e argumentaram que a Turquia é basicamente uma sociedade muçulmana do Oriente Médio. Além disso, embora a elite tenha definido a Turquia como uma sociedade ocidental, a elite do Ocidente recusa-se a aceitar a Turquia como

tal. A Turquia não se tornará membro da Comunidade Europeia, e a verdadeira razão, como disse o presidente Özal, “é que somos muçulmanos e eles são cristãos e não dizem isso”. Tendo rejeitado Meca e depois sido rejeitada por Bruxelas, para onde olha a Turquia? Tashkent pode ser a resposta. O fim da União Soviética dá à Turquia a oportunidade de se tornar o líder de uma civilização turca revivida, envolvendo sete países, desde as fronteiras da Grécia até às da China. Encorajada pelo Ocidente, a Turquia está a fazer grandes esforços para construir esta nova identidade para si mesma.

Durante a última década, o México assumiu uma posição algo semelhante à da Turquia. Tal como a Turquia abandonou a sua oposição histórica à Europa e tentou aderir à Europa, o México deixou de se definir pela sua oposição aos Estados Unidos e está, em vez disso, a tentar imitar os Estados Unidos e juntar-se a eles na Zona de Comércio Livre da América do Norte. Os líderes mexicanos estão empenhados na grande tarefa de redefinir a identidade mexicana e introduziram reformas econômicas fundamentais que acabarão por conduzir a mudanças políticas também fundamentais. Em 1991, um importante conselheiro do presidente Carlos Salinas de Gortari descreveu-me detalhadamente todas as mudanças que o governo Salinas estava a fazer. Quando ele terminou, comentei: "Isso é muito impressionante. Parece-me que basicamente você quer transformar o México de um país latino-americano em um país norte-americano." Ele olhou para mim surpreso e exclamou: "Exatamente! É exatamente isso que estamos tentando fazer, mas é claro que nunca poderíamos dizer isso publicamente." Como indica a sua observação, tanto no México como na Turquia, elementos significativos da sociedade resistem à redefinição da identidade do seu país. Na Turquia, os líderes de orientação europeia têm de fazer gestos ao Islã (a peregrinação de Özal a Meca); da mesma forma, os líderes norte-americanos do México têm de fazer gestos para aqueles que consideram o México um país latino-americano (Cúpula Ibero-Americana de Salinas em Guadalajara).

Historicamente, a Turquia tem sido o país mais profundamente dilacerado. Para os Estados Unidos, o México é o país mais

dilacerado. Globalmente, o país devastado mais importante é a Rússia. A questão de saber se a Rússia faz parte do Ocidente ou é a líder de uma civilização eslavo-ortodoxa distinta tem sido recorrente na história russa. Esta questão foi obscurecida pela vitória comunista na Rússia, que importou uma ideologia ocidental, adaptou-a às condições russas e depois desafiou o Ocidente em nome dessa ideologia. O domínio do comunismo encerrou o debate histórico sobre ocidentalização *versus* russificação. Com o comunismo desacreditado, os russos enfrentam mais uma vez essa questão.

O presidente Yeltsin está a adotar princípios e objetivos ocidentais e a tentar fazer da Rússia um país "normal" e uma parte do Ocidente. No entanto, tanto a elite russa como o público russo estão divididos nesta questão. Entre os dissidentes mais moderados, Sergei Stankevich argumenta que a Rússia deveria rejeitar o rumo "atlantista", que a levaria "a tornar-se europeia, a tornar-se parte da economia mundial de forma rápida e organizada, a tornar-se o oitavo membro dos Sete, e colocar particular ênfase na Alemanha e nos Estados Unidos como os dois membros dominantes da aliança atlântica." Embora também rejeite uma política exclusivamente eurásiana, Stankevich argumenta, no entanto, que a Rússia deveria dar prioridade à proteção dos russos noutros países, enfatizar as suas ligações turcas e muçulmanas e promover "uma redistribuição apreciável dos nossos recursos, das nossas opções, dos nossos laços e dos nossos interesses em favor da Ásia, da direção oriental." Pessoas desta persuasão criticam Yeltsin por subordinar os interesses da Rússia aos do Ocidente, por reduzir o poderio militar russo, por não ter apoiado amigos tradicionais como a Sérvia, e por promover reformas económicas e políticas de formas prejudiciais para o povo russo. Indicativo desta tendência é a nova popularidade das ideias de Petr Savitsky, que na década de 1920 argumentou que a Rússia era uma civilização eurásiana única.^[7] Os dissidentes mais extremistas expressam opiniões muito mais abertamente nacionalistas, antiocidentais e antisemitas, e instam a Rússia a desenvolver novamente a sua força militar e a estabelecer laços mais estreitos com a China e os países muçulmanos. O povo da Rússia está tão dividido como a elite. Um inquérito de opinião

realizado na Rússia Europeia, na primavera de 1992, revelou que 40 por cento do público tinha atitudes positivas em relação ao Ocidente e 36 por cento tinha atitudes negativas. Como tem sido durante grande parte da sua história, a Rússia no início da década de 1990 é verdadeiramente um país dilacerado.

Para redefinir a sua identidade civilizacional, um país dilacerado deve cumprir três requisitos. Em primeiro lugar, a sua elite política e econômica tem de apoiar e estar entusiasmada em geral com esta medida. Em segundo lugar, o seu público tem de estar disposto a concordar com a redefinição. Terceiro, os grupos dominantes na civilização receptora têm de estar dispostos a abraçar o convertido. Todos os três requisitos existem em grande parte no que diz respeito ao México. Os dois primeiros existem em grande parte no que diz respeito à Turquia. Não está claro se alguma delas existe no que diz respeito à adesão da Rússia ao Ocidente. O conflito entre a democracia liberal e o marxismo-leninismo ocorria entre ideologias que, apesar das suas grandes diferenças, partilhavam ostensivamente objetivos últimos de liberdade, igualdade e prosperidade. Uma Rússia tradicional, autoritária e nacionalista poderia ter objetivos bem diferentes. Um democrata ocidental poderia travar um debate intelectual com um marxista soviético. Seria virtualmente impossível para ele fazer isso com um tradicionalista russo. Se, à medida que os russos deixarem de se comportar como marxistas, rejeitarem a democracia liberal e começarem a comportar-se como russos, mas não como ocidentais, as relações entre a Rússia e o Ocidente poderão tornar-se novamente distantes e conflituosas.^[8]

A conexão confuciano-islâmica

Os obstáculos à adesão de países não ocidentais ao Ocidente variam consideravelmente. São menores para os países da América Latina e do Leste Europeu. São maiores para os países ortodoxos da antiga União Soviética. São ainda maiores nas sociedades muçulmanas, confucionistas, hindus e budistas. O Japão estabeleceu uma posição única como membro associado do Ocidente: está no Ocidente em alguns aspectos, mas claramente não pertence ao Ocidente em dimensões importantes. Os países que, por razões de cultura e de

poder, não desejam ou não podem aderir ao Ocidente competem com o Ocidente por meio do desenvolvimento do seu próprio poder econômico, militar e político. Fazem-no promovendo o seu desenvolvimento interno e cooperando com outros países não ocidentais. A forma mais proeminente desta cooperação é a ligação confucionista-islâmica que surgiu para desafiar os interesses, valores e poder ocidentais.

Quase sem exceção, os países ocidentais estão a reduzir o seu poder militar; sob a liderança de Yeltsin, a Rússia também está. A China, a Coreia do Norte e vários Estados do Médio Oriente, contudo, estão a expandir significativamente as suas capacidades militares. Estão a fazê-lo por meio da importação de armas de fontes ocidentais e não ocidentais e do desenvolvimento de indústrias de armas locais. Um dos resultados é a emergência daquilo a que Charles Krauthammer chamou “Estados Armados”, e os Estados Armados não são Estados Ocidentais. Outro resultado é a redefinição do controle de armas, que é um conceito ocidental e um objetivo ocidental. Durante a Guerra Fria, o objetivo principal do controle de armas era estabelecer um equilíbrio militar estável entre os Estados Unidos e os seus aliados e a União Soviética e os seus aliados. No mundo pós-Guerra Fria, o objetivo principal do controle de armas é impedir o desenvolvimento, pelas sociedades não ocidentais, de capacidades militares que possam ameaçar os interesses ocidentais. O Ocidente tenta fazê-lo por meio de acordos internacionais, pressão econômica e controles sobre a transferência de armas e tecnologias de armamento.

O conflito entre o Ocidente e os Estados confucionista-islâmicos centra-se em grande parte, embora não exclusivamente, nas armas nucleares, químicas e biológicas, nos mísseis balísticos e noutros meios sofisticados para os lançar, bem como na orientação, inteligência e outras capacidades eletrônicas para atingir esse objetivo. O Ocidente promove a não proliferação como uma norma universal e os tratados e inspeções de não proliferação como meios de concretizar essa norma. Ameaça também uma série de sanções contra aqueles que promovem a disseminação de armas sofisticadas e propõe alguns benefícios para aqueles que não o fazem. A atenção

do Ocidente centra-se, naturalmente, nas nações que são real ou potencialmente hostis ao Ocidente.

As nações não ocidentais, por outro lado, afirmam o seu direito de adquirir e utilizar quaisquer armas que considerem necessárias para a sua segurança. Também absorveram, na íntegra, a verdade da resposta do ministro da defesa indiano quando lhe perguntaram que lição aprendeu com a Guerra do Golfo: "Não lutem contra os Estados Unidos a menos que tenham armas nucleares". As armas nucleares, as armas químicas e os mísseis são vistos, provavelmente de forma errada, como o potencial equalizador do poder convencional ocidental superior. A China, claro, já possui armas nucleares; O Paquistão e a Índia têm capacidade para implantá-los. A Coreia do Norte, o Irã, o Iraque, a Líbia e a Argélia parecem estar a tentar adquiri-los. Um alto funcionário iraniano declarou que todos os Estados muçulmanos deveriam adquirir armas nucleares e, em 1988, o presidente do Irã emitiu uma diretiva apelando ao desenvolvimento de "armas químicas, biológicas e radiológicas ofensivas e defensivas".

De importância central para o desenvolvimento das capacidades militares contra o Ocidente é a expansão sustentada do poder militar da China e dos seus meios para criar poder militar. Impulsionada por um desenvolvimento econômico espetacular, a China está a aumentar rapidamente as suas despesas militares e a avançar vigorosamente com a modernização das suas forças armadas. Está a comprar armas aos antigos Estados soviéticos; está desenvolvendo mísseis de longo alcance; em 1992, testou um dispositivo nuclear de um megaton. Está desenvolvendo capacidades de projeção de energia, adquirindo tecnologia de reabastecimento aéreo e tentando adquirir um porta-aviões. A sua acumulação militar e a afirmação da soberania sobre o Mar da China Meridional estão a provocar uma corrida armamentista regional multilateral na Ásia Oriental. A China também é um grande exportador de armas e tecnologia bélica. Exportou materiais para a Líbia e o Iraque que poderiam ser usados para fabricar armas nucleares e gás sarin. Ajudou a Argélia a construir um reator adequado para a investigação e produção de armas nucleares. A

China vendeu ao Irã tecnologia nuclear que as autoridades americanas acreditam que só poderia ser usada para criar armas e aparentemente enviou componentes de mísseis de alcance de 480 quilômetros para o Paquistão. A Coreia do Norte tem em curso um programa de armas nucleares há já algum tempo e vendeu mísseis avançados e tecnologia de mísseis à Síria e ao Irã. O fluxo de armas e tecnologia bélica ocorre geralmente do Leste Asiático para o Oriente Médio. Há, contudo, algum movimento na direção inversa; A China recebeu mísseis Stinger do Paquistão.

Surgiu assim uma ligação militar confucionista-islâmica, concebida para promover a aquisição, pelos seus membros, de armas e tecnologias de armamento necessárias para combater o poder militar do Ocidente. Pode ou não durar. Atualmente, porém, é, como disse Dave McCurdy, “um pacto de apoio mútuo dos renegados, gerido pelos proliferadores e pelos seus apoiadores”. Está assim a ocorrer uma nova forma de competição armamentista entre os Estados islâmico-confucionistas e o Ocidente. Numa corrida armamentista à moda antiga, cada lado desenvolveu suas próprias armas para se equilibrar ou para alcançar superioridade contra o outro lado. Nesta nova forma de competição armamentista, um lado está a desenvolver as suas armas e o outro lado tenta não equilibrar, mas limitar e impedir esse aumento de armas, ao mesmo tempo que reduz as suas próprias capacidades militares.

Implicações para o oeste

Este artigo não argumenta que as identidades civilizacionais substituirão todas as outras identidades, que os Estados-nação desaparecerão, que cada civilização se tornará uma entidade política única e coerente, que os grupos dentro de uma civilização não entrarão em conflito e nem mesmo lutarão entre si. Este artigo apresenta a hipótese de que as diferenças entre civilizações são reais e importantes; a consciência civilizacional está a aumentar; o conflito entre civilizações suplantará as formas ideológicas e outras formas de conflito como a forma global dominante; as relações internacionais, historicamente um jogo disputado no seio da civilização ocidental, serão cada vez mais desocidentalizadas e

tornar-se-ão um jogo em que as civilizações não ocidentais são atores e não simplesmente objetos; instituições internacionais políticas, de segurança e econômicas bem-sucedidas têm maior probabilidade de se desenvolver dentro das civilizações do que entre civilizações; os conflitos entre grupos de civilizações diferentes serão mais frequentes, mais sustentados e mais violentos do que os conflitos entre grupos da mesma civilização; os conflitos violentos entre grupos de diferentes civilizações são a fonte mais provável e mais perigosa de escalada que poderá levar a guerras globais; o eixo primordial da política mundial serão as relações entre “o Ocidente e o resto”; as elites de alguns países não ocidentais dilacerados tentarão tornar os seus países parte do Ocidente, mas na maioria dos casos enfrentam grandes obstáculos para conseguir isso; um foco central de conflito no futuro imediato será entre o Ocidente e vários estados islâmico-confucionistas.

Isto não significa defender a conveniência de conflitos entre civilizações. É apresentar hipóteses descritivas sobre como poderá ser o futuro. Contudo, se estas hipóteses são plausíveis, é necessário considerar as suas implicações para a política ocidental. Estas implicações devem ser divididas entre vantagens em curto prazo e acomodações em longo prazo. Em curto prazo, é claramente do interesse do Ocidente promover uma maior cooperação e unidade dentro da sua própria civilização, particularmente entre os seus componentes europeus e norte-americano; incorporar no Ocidente sociedades da Europa Oriental e da América Latina cujas culturas sejam próximas às do Ocidente; promover e manter relações de cooperação com a Rússia e o Japão; evitar a escalada de conflitos locais entre civilizações em grandes guerras entre civilizações; limitar a expansão do poderio militar dos Estados confucionistas e islâmicos; moderar a redução das capacidades militares ocidentais e manter a superioridade militar no Leste e Sudoeste da Ásia; explorar diferenças e conflitos entre Estados confucionistas e islâmicos; apoiar em outras civilizações grupos simpáticos aos valores e interesses ocidentais; fortalecer as instituições internacionais que refletem e legitimar os interesses e valores ocidentais e promover o envolvimento de Estados não ocidentais nessas instituições.

Em longo prazo, seriam necessárias outras medidas. A civilização ocidental é ao mesmo tempo ocidental e moderna. As civilizações não ocidentais tentaram tornar-se modernas sem se tornarem ocidentais. Até à data, apenas o Japão conseguiu plenamente esta missão. As civilizações não ocidentais continuarão a tentar adquirir a riqueza, a tecnologia, as competências, as máquinas e as armas que fazem parte da modernidade. Tentarão também conciliar esta modernidade com a sua cultura e valores tradicionais. A sua força econômica e militar em relação ao Ocidente aumentará. Assim, o Ocidente terá cada vez mais de acomodar estas civilizações modernas não ocidentais, cujo poder se aproxima do poder do Ocidente, mas cujos valores e interesses diferem significativamente dos do Ocidente. Isto exigirá que o Ocidente mantenha o poder econômico e militar necessário para proteger os seus interesses em relação a estas civilizações. No entanto, também exigirá que o Ocidente desenvolva uma compreensão mais profunda dos pressupostos religiosos e filosóficos básicos subjacentes a outras civilizações e da forma como as pessoas nessas civilizações veem os seus interesses. Será necessário um esforço para identificar elementos comuns entre as civilizações ocidentais e outras civilizações. Para o futuro relevante, não haverá uma civilização universal, mas sim um mundo de diferentes civilizações, cada uma das quais terá de aprender a coexistir com as outras. ●

[1] Murray Weidenbaum, Grande China: a próxima superpotência econômica? Louis: Centro Universitário de Washington para o Estudo de Negócios Americanos, Questões Contemporâneas, Série 57, fevereiro de 1993, pp.

[2] Bernard Lewis, "As Raízes da Fúria Muçulmana", The Atlantic Monthly, vol. 266, setembro de 1990, p. 60; Time, 15 de junho de 1992, pp.

[3] Archie Roosevelt, For Lust of Knowing, Boston: Little, Brown, 1988, pp.

[4] Quase invariavelmente os líderes ocidentais afirmam que estão a agir em nome da "comunidade mundial". Um pequeno lapso ocorreu durante o período que antecedeu a Guerra do Golfo. Numa

entrevista ao programa "Good Morning America", de 21 de dezembro de 1990, o primeiro-ministro britânico, John Major, referiu-se às ações que "o Ocidente" estava a tomar contra Saddam Hussein. Ele rapidamente se corrigiu e posteriormente se referiu à "comunidade mundial". Ele estava, no entanto, certo quando errou.

[5] Harry C. Triandis, *The New York Times*, 25 de dezembro de 1990, p. 41, e "Estudos Transculturais de Individualismo e Coletivismo", *Simpósio de Motivação de Nebraska*, vol. 37, 1989, pp.

[6] Kishore Mahbubani, "The West and the Rest," *The National Interest*, verão de 1992, pp.

[7] Sergei Stankevich, "Russia in Search of Itself," *The National Interest*, verão de 1992, pp. 47-51; Daniel Schneider, "Um Movimento Russo Rejeita a Inclinação Ocidental", *Christian Science Monitor*, 5 de fevereiro de 1993, pp.

[8] Owen Harries salientou que a Austrália está a tentar (imprudentemente na sua opinião) tornar-se um país dilacerado ao contrário. Embora tenha sido um membro de pleno direito não só do Ocidente, mas também do núcleo militar e de inteligência ABCA do Ocidente, os seus atuais líderes estão, na verdade, a propor que deserte do Ocidente, se redefina como um país asiático e cultive laços estreitos com o Ocidente e seus vizinhos. O futuro da Austrália, argumentam eles, está nas economias dinâmicas do Leste Asiático. Mas, como sugeri, a cooperação econômica estreita requer normalmente uma base cultural comum. Além disso, nenhuma das três condições necessárias para que um país dilacerado se junte a outra civilização provavelmente existirá no caso da Austrália.

Samuel P. Huntington: professor de Ciência do Governo da Eaton e diretor do Instituto John M. Olin de Estudos Estratégicos da Universidade de Harvard. Este artigo é o produto do projeto do Instituto Olin sobre "As Mudanças no Ambiente de Segurança e os Interesses Nacionais Americanos".

Publicado no dia 1º de junho de 1993



A convocação

Fouad Ajami



'Mas eles disseram: não ouviremos'

Jogando futebol em Teerã, junho de 1990

Em *Youth's Youth*, de Joseph Conrad, uma novela publicada na virada do século, Marlowe, o narrador, lembra quando encontrou "o Oriente" pela primeira vez:

E então, antes que eu pudesse abrir os lábios, o Oriente falou comigo, mas numa voz ocidental. Uma torrente de palavras foi derramada no silêncio enigmático e fatídico; palavras estranhas e raivosas misturadas com palavras e até frases inteiras de bom inglês, menos estranhas, mas ainda mais surpreendentes. A voz praguejou e amaldiçoou violentamente; crivou a paz solene da baía com uma saraivada de insultos. Começou me chamando de Pig, e daí foi crescendo em adjetivos inomináveis – em inglês.

O jovem Marlowe sabia que mesmo a civilização mais remota tinha sido feita e refeita pelo Ocidente e ensinou novos caminhos.

Não é assim com Samuel P. Huntington. Num curioso ensaio, “O Choque de Civilizações”, Huntington encontrou as suas civilizações inteiras e intactas, estanques sob um céu eterno. Enterradas vivas, por assim dizer, durante os anos da Guerra Fria, essas civilizações (islâmica, eslava-ortodoxa, ocidental, confucionista, japonesa, hindu, etc.) ergueram-se assim que a pedra foi removida, sacudiram-se e passaram a reivindicar a lealdade de seus adeptos. Para este estudante de história e cultura, as civilizações sempre pareceram criaturas confusas. Os sulcos atravessam civilizações inteiras, atravessam os próprios indivíduos – esse foi o veredito da modernidade. Mas Huntington ignora tudo isso. Os becos tortuosos e sinuosos do mundo estão endireitados. Com um lápis afiado e mão firme, Huntington marca onde termina uma

civilização e começa a natureza selvagem da “outra”.

Mais surpreendente ainda é a atitude de Huntington em relação aos Estados e ao lugar que ocupam no seu esquema de coisas. De um dos mais influentes e brilhantes estudantes do Estado e do seu interesse nacional, surge agora um ensaio que ignora a astúcia dos Estados, a natureza nada sentimental e de sangue frio de grande parte do que fazem enquanto abrem caminho através do caos. Apesar da passagem obrigatória de que os Estados continuarão a ser “os intervenientes mais poderosos nos assuntos mundiais”, os Estados são anulados e o seu lugar é dado a civilizações em conflito. Nas palavras de Huntington: “A próxima guerra mundial, se houver, será uma guerra entre civilizações”.

O poder da modernidade

A meditação de Huntington é ocasionada pela sua preocupação com o estado do Ocidente, o seu poder e os termos do seu envolvimento com “o resto”.^[1] “Aquele que dá, domina”, observou o grande historiador Fernand Braudel sobre o tráfego de civilizações. Ao construir-se ao longo dos séculos, o Ocidente ajudou a formar os outros também. Chegamos ao fim desta trilha, Huntington tem certeza. Ele está impressionado com a “desocidentalização” das sociedades, a sua “indigenização” e a aparente vontade de seguir o seu próprio caminho. Na sua visão das coisas, fenômenos como a “hinduização” da Índia e o fundamentalismo islâmico estão em ascensão. A estes desvios para a “tradição” Huntington atribuiu grande força e poder.

Mas Huntington está errado. Ele subestimou a tenacidade da modernidade e do secularismo em lugares que adquiriram estes caminhos contra grandes probabilidades, sempre perigosamente perto do abismo, a escuridão nunca longe. A Índia não se tornará um Estado hindu. A herança do secularismo indiano irá manter-se. A vasta classe média irá defendê-la, manter a ordem intacta para manter o lugar da Índia – e o seu próprio – no mundo moderno das nações. Existe nessa política anárquica um pavor instintivo de brincar com fogos que possam consumi-la. O chauvinismo hindu pode tornar a vida pública do país mais grosseira, mas o Estado e a

classe média que o sustenta sabem que um desvio para o fanatismo religioso é um risco de ruína. Uma classe média engenhosa participa da cultura e das normas globais. Passou um século desde que a burguesia indiana, por meio do seu veículo político, o Congresso Nacional Indiano, decidiu reivindicar para si e para a Índia um lugar entre as nações. Dessa longa luta para derrubar o domínio britânico e da luta paralela contra o “comunalismo”, os defensores da ideia nacional construíram um Estado grande e durável. Eles não cederão tudo isto por um reino político de pureza hindu.

Temos ouvido falar dos tradicionalistas, mas não devemos exagerar o seu poder, pois as tradições são muitas vezes mais insistentes e barulhentas quando se rompem, quando as pessoas já não acreditam realmente e quando costumes antigos perdem a sua capacidade de manter homens e mulheres em casa. O fenômeno que apelidamos de fundamentalismo islâmico é menos um sinal de ressurgimento do que de pânico, perplexidade e culpa pelo fato de a fronteira com "o outro" ter sido cruzada. Aqueles jovens pobres urbanos, parcialmente educados nas cidades do mundo árabe, e os seus pregadores leigos educados na Sorbonne, poderão ser evidência de um genuíno regresso à tradição? Eles derrubam as portas da Europa e da América em busca de liberdade e de trabalho, e protestam contra os pecados do Ocidente. É fácil compreender a frustração de Huntington com este tipo de complexidade, com a estranha mistura de atração e repulsa que o Ocidente gera, e a sua necessidade de simplificar as coisas, de delimitar as fronteiras das civilizações.

Contudo, a promoção da tradição não é prova de que estas civilizações fora do Ocidente estejam intactas, ou que a sua agitação seja uma indicação da sua vitalidade, ou que representem uma ameaça convencional de armas. Mesmo um ataque tão completo e de longo alcance contra a hegemonia ocidental como o da revolução teocrática do Irã poderia ainda assim não conseguir afastar essa sociedade da cultura do Ocidente. A revolução cruel daquele país nasceu da constatação do “Imã armado” de que o seu povo estava a ser seduzido pelos costumes da América. Os portões foram escancarados na década de 1970, e os altos muros que o aiatolá

Khomeini construiu em torno do seu governo foram uma resposta a essa sedução cultural. Inundado, o Irã foi “resgatado” por homens que reivindicavam a autenticidade como a sua bandeira. Um extremo levou a outro.

“Rezamos pela chuva da misericórdia e recebemos inundações”, foi como disse Mehdi Bazargan, o modernista decente que foi o primeiro primeiro-ministro de Khomeini. Mas o milênio foi trazido à realidade e o sonho de uma revolta pan-islâmica à imagem do Irã desapareceu no vento. O terror e a miséria alcançaram a utopia. O Sudão poderia imitar o “exemplo revolucionário” iraniano. Mas isto apenas significará mais pauperização e ruína de uma terra desesperada. Não há reabilitação do exemplo iraniano.

Uma batalha trava-se na Argélia, uma sociedade do Mediterrâneo, próxima da Europa – um país produtor de vinho, aliás – e no Egito entre os poderes seculares existentes e uma alternativa islâmica. Mas não devemos apressar-nos a publicar obituários destes Estados. Na Argélia, a *nomenklatura* da Frente de Libertação Nacional fracassou e desencadeou uma revolta dos jovens, das classes baixas e dos excluídos. A revolta levantou uma bandeira islâmica. Apanhados entre um regime que desprezavam e um reinado de virtude que temiam, os profissionais, as mulheres e os modernistas da classe média deram o seu apoio às forças da “ordem”. Saudaram a repressão do exército aos islâmicos; permitiram a interrupção de um processo democrático que certamente levaria os islamitas ao poder; eles aceitaram as “liberdades” protegidas pela repressão, o diabo que você conhece em vez daquele que você não conhece.

Os temas argelinos repetem-se no caso egípcio, embora o dilema do Egito relativamente à sua oposição islâmica não seja tão agudo. Os islamistas continuam a perseguir o Estado, mas não conseguem derrubá-lo. Não há probabilidade de que o Estado egípcio – agora repleto de complacência e corrupção suficientes para testar a célebre paciência e bom humor dos egípcios – afunde. Este é um país velho e cético. Sabe que não deve confiar o seu destino aos aplicadores de dogmas religiosos radicais. Estas não são estruturas de ordem profundas e seguras que as classes médias nacionais

criaram. Mas eles não serão surpreendidos da noite para o dia.

A Turquia também não se perderá, virará as costas à Europa e perseguirá alguma tentação imperial nos domínios devastados da Ásia Central. Huntington menospreza a modernidade e o secularismo daquele país quando escreve que os turcos – rejeitando Meca e rejeitados por Bruxelas – provavelmente irão para Tashkent em busca de um papel pan-turco. Não há viagem para esse passado imperial. Ataturk cortou essa ligação com fúria, apontou o seu país para oeste, abraçou a civilização da Europa e fê-lo sem hesitações ou dúvidas. É em Frankfurt e Bona – e em Washington – e não em Baku e Tashkent que a atenção dos turcos está fixada. Os herdeiros do legado de Ataturk são demasiado astutos para perseguirem a glória imperial, reunindo à sua volta os domínios dispersos dos povos turcos. Depois da perda das suas possessões europeias, os turcos agarraram-se à Trácia e a tudo o que esta ligação à Europa representa.

Huntington faria com que as nações lutassem por laços e fidelidades civilizacionais, quando prefeririam lutar pelas suas quotas de mercado, aprender como competir numa economia mundial impiedosa, criar empregos e sair da pobreza. Por sua vez, os “gurus da gestão” e aqueles que acreditam que os interesses venceram as paixões no mundo de hoje dizem-nos que os homens querem a Sony, não o solo.^[2] Há muita verdade no que dizem, um terrível esgotamento com utopias, uma relutância em partir em expedições de princípios ou crenças. É difícil pensar na Rússia, devastada pela inflação, assumindo a grande causa de uma “segunda Bizâncio”, a portadora da tocha ortodoxa-eslava.

E onde está o mundo confucionista de que fala Huntington? Nas terras movimentadas e em expansão da Orla do Pacífico, grande parte da política e da ideologia foi sublimada em finanças que as nações da Ásia Oriental se transformaram em verdadeiras oficinas. A civilização do Catai (norte da China) está morta; o arquipélago indonésio é surdo ao apelo dos radicais religiosos em Teerã enquanto tenta alcançar a Malásia e Singapura. Um vento diferente sopra nas terras do Pacífico. Nesse mundo, a economia, e não a política, está no comando. O mundo é muito menos

antisséptico do que Lee Kuan Yew, o sábio de Singapura, gostaria que fosse. Um inimigo poderia estar à espreita de toda a prosperidade que a década de 1980 trouxe ao Pacífico. Mas as terras da Orla do Pacífico – protegidas, certamente, por um guarda-chuva de segurança americano – não estão preparadas para um grande desentendimento entre as nações. E se os problemas chegassem a esse mundo, eles irromperiam dentro dos seus limites, e não por intermédio das linhas civilizacionais.

As coisas e os caminhos que o Ocidente adotou para "o resto" – aquelas frases completas em bom inglês que Marlowe ouviu há um século – tornaram-se os costumes do mundo. A ideia secular, o sistema estatal e o equilíbrio de poder, a cultura *pop* saltando muros e barreiras tarifárias, o Estado como instrumento de bem-estar, tudo isso foi internalizado nos lugares mais remotos. Provocamos as próprias tempestades em que agora enfrentamos.

A fraqueza da tradição

As nações “trapaceiam”: fazem malabarismos com identidades e interesses. Seus caminhos serpenteiam. Poder-se-ia pensar que o tráfico de armas da Coreia do Norte e da China para a Líbia, o Irã e a Síria mostra isso – que os Estados se associarão a qualquer civilização, por mais estranha que seja, desde que o preço seja justo e os produtos estejam prontos. Huntington transforma este ato rotineiro de egoísmo numa sinistra “ligação confucionista-islâmica”. Há explicações melhores: o comércio de renegados, a simples pirataria, uma “economia subterrânea” que compensa a lacuna deixada pelos grandes fornecedores de armas (Estados Unidos, Rússia, Grã-Bretanha e França).

Compare a forma como Huntington vê as coisas com a descrição de Braudel do tráfico entre a cristandade e o Islã através do Mediterrâneo no século XVI - e isto foi numa era religiosa, após a queda de Constantinopla para os turcos e de Granada para os espanhóis: *"Os homens passaram para lá e para cá, indiferentes às fronteiras, Estados e credos. Eles estavam mais conscientes das necessidades da navegação e do comércio, dos perigos da guerra e da pirataria, das oportunidades de cumplicidade ou traição"*

proporcionadas pelas circunstâncias." [3]

Esses tipos de “cumplicidades” e ambiguidades estão ausentes na análise de Huntington. As civilizações estão amontoadas nos cantos e recantos – e nos postos de controle – dos Balcãs. Huntington vai aonde apenas os corajosos se aventurariam, naquela faixa de populações mistas que se estende do Adriático ao Báltico. Inúmeros nacionalismos vivem ali, todos ofendidos, todos possuidores de memórias de um passado lendário e igualmente prontos para os demagogos que prometem endireitar um mapa confuso. No emaranhado desses movimentos panorâmicos ele encontra a linha que marcava “a fronteira oriental do cristianismo ocidental no ano de 1500”. A disputa por território entre o nacionalismo croata e o seu homólogo sérvio, a sua *“joint venture”* na divisão da Bósnia, é transformada numa luta entre os herdeiros de Roma, Bizâncio e Islã.

Mas por que deveríamos cair nesse tipo de determinismo? “Um estrangeiro que viaja pela estrada entre Zagreb e Belgrado fica impressionado não com a falha histórica decisiva que atravessa a exuberante planície eslava, mas com o oposto. Sérvios e croatas falam a mesma língua, mais ou menos algumas centenas de palavras, partilharam o mesmo modo de vida de aldeia durante séculos.” [4] O gênio cruel de Slobodan Milosevic e Franjo Tudjman, homens a cavalo familiarizados com terras e situações de perigo, foi transformar suas tentativas de poder em grandes empreendimentos civilizacionais - as muralhas do Iluminismo defendeu-se contra o Islã ou, no caso de Tudjman, contra os herdeiros da fé eslavo-ortodoxa. As diferenças tiveram que ser ampliadas. Assim que Tito, um opressor de oportunidades iguais, saísse de cena, o equilíbrio entre as nacionalidades estava fadado a desmoronar-se. A Sérvia teve certa hegemonia no antigo sistema. Mas no mundo que pairava no horizonte – a privatização e a reforma econômica – os sérvios estavam menos confiantes. Os cidadãos de Sarajevo, os croatas e os eslovenos tiveram uma vantagem sobre os sérvios rurais. E assim os sérvios atacaram a nova ordem das coisas com um abandono desesperado.

Alguns voluntários muçulmanos vieram para a Bósnia, movidos

pela fé e pelo zelo. Huntington vê nestes poucos retardatários o poder arrebatador da “reunião civilizacional”, prova do domínio do que ele chama de “síndrome do país de parentesco”. Isso é ilusão. Nenhuma cavalaria muçulmana jamais iria em socorro. Os iranianos podem ter criticado a guerra santa, mas os *chetniks* continuaram o seu trabalho. O trabalho de ordem e misericórdia teria de ser feito pelos Estados Unidos se a cruel utopia dos sérvios quisesse ser contestada.

Não devia ter sido necessário nenhum poder de profecia para prever onde terminaria a luta nos Balcãs. O abandono da Bósnia estava em sintonia com os costumes do mundo. Ninguém queria morrer por Srebrenica. Os europeus desviaram o olhar, como tem sido seu hábito. Os americanos hesitaram por um momento enquanto o desejo de ficar fora dos Balcãs lutava contra as cenas de horror. Então a “prudência” venceu. Milosevic e Tudjman podem precisar de lendas civilizacionais, mas não há necessidade de investir este tipo de significado nos seus projetos de conquista.

Na sua ânsia de encontrar essa guerra implacável através das “fronteiras sangrentas” do Islã, Huntington aceita a interpretação de Saddam Hussein da Guerra do Golfo. Foi, para Saddam e Huntington, uma batalha civilizacional. Mas o veredito da Guerra do Golfo foi totalmente diferente. Pois se houve uma campanha que expôs os interesses dos Estados, até onde eles irão para restaurar um equilíbrio de poder tolerável num lugar que importa, foi esta. Um déspota local aproximara-se das riquezas do Golfo Pérsico e uma grande potência vinda de longe veio em seu socorro. O pelotão reunido pelos americanos contava com cavaleiros sauditas, turcos, egípcios, sírios, franceses, britânicos e outros.

É verdade que, quando o sonho de hegemonia de Saddam Hussein foi destruído, o secularista confesso que tinha devastado os ulemás, os homens religiosos do seu país, recorreu à linguagem de fogo e enxofre do aiatolá Khomeini e tomou emprestado o simbolismo e o grito de guerra do seu velho iraniano. Nêmesis. Mas poucos, se é que algum, foram enganados por esta súbita conversão à fé. Eles conheciam o predador pelo que ele era: ele tinha um ministro das Relações Exteriores cristão (Tariq Aziz); ele tinha guerreado contra

a revolução iraniana durante quase uma década e orgulhava-se do secularismo do seu regime. Homens prudentes da ordem social e política, os ulemás saíram do caminho e deram ao seu Estado o espaço necessário para controlar o predador na fronteira entre a Arábia Saudita e o Kuwait.^[5] Eles sabiam que este era um daqueles momentos em que a pureza se curva à necessidade. Dez dias depois de Saddam ter invadido o Kuwait, o órgão religioso de maior autoridade da Arábia Saudita, o Conselho dos Ulemás Superiores, emitiu uma fatwa, ou uma opinião dominante, apoiando a presença de forças árabes e islâmicas e de "outras forças amigas". Todos os meios de defesa, decidiu o ulemá, eram legítimos para garantir ao povo "a segurança da sua religião, da sua riqueza, da sua honra e do seu sangue, para proteger aquilo de que gozam de segurança e estabilidade". De alguma forma, no Egito, a principal figura religiosa daquele país, o Shaykh de Al Ashar, Shaykh Jadd al Haqq, denunciou Saddam como um tirano e descartou as suas pretensões islâmicas como disfarce para a tirania.

Nem pode a retórica do principal líder religioso iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, contra os americanos durante a Guerra do Golfo, ser considerada uma prova da disposição do Irã em relação a essa campanha. Homens astutos, os governantes do Irã ficaram de fora dessa guerra. Eles emergiram como os principais beneficiários da derrota do Iraque. A campanha liderada pelos EUA contra o Iraque manteve a promessa de inclinar o equilíbrio regional a seu favor. Não foram derramadas lágrimas no Irã pelo que aconteceu ao regime de Saddam Hussein.

É graças ao dom misto de viver em lugares difíceis que homens e mulheres sabem distinguir entre o que ouvem e o que existe: não foram assim alimentadas ilusões em vastas extensões do mundo árabe muçulmano sobre Saddam, ou sobre a campanha para frustrá-lo nesse assunto. A luta no golfo foi vista como realmente era: uma tentativa de primazia enfrentada por uma expedição imperial que a destruiu. Fechou-se um círculo no golfo: onde outrora a ordem na região "a leste de Suez" fora obra dos britânicos, era agora assegurada pela Pax Americana. O novo poder de sentinela no golfo pertencia à civilização do Ocidente, tal como o

anterior. Mas a presença americana teve o consentimento ansioso das terras árabes do Golfo Pérsico. O estranho entrando para verificar os parentes.

O mundo do Islã divide-se e subdivide-se. As linhas de batalha no Cáucaso também não são coextensivas às divisões civilizacionais. As linhas seguem os interesses dos Estados. Onde Huntington vê um duelo civilizacional entre a Armênia e o Azerbaijão, o Estado iraniano lançou ao vento o zelo religioso e a fidelidade. Na verdade, nessa batalha, os iranianos inclinaram-se para a Armênia cristã.

O escrito dos Estados

Fomos entregues a um novo mundo, com certeza. Mas não é um mundo onde o mandato das civilizações funciona. As civilizações e as fidelidades civilizacionais permanecem. Existe para eles uma medida surpreendente de permanência. Mas sejamos claros: as civilizações não controlam os Estados, os Estados controlam as civilizações. Os Estados desviam o olhar dos laços de sangue quando necessário; eles veem fraternidade, fé e parentesco quando é do seu interesse fazê-lo.

Permanecemos em um mundo de autoajuda. A solidão dos Estados continua; a desordem no mundo contemporâneo tornou essa solidão mais pronunciada. Ainda não foi encontrada nenhuma forma de reconciliar a França com a hegemonia da Pax Americana, ou de convencê-la a confiar na sua segurança ou a ceder o seu julgamento à potência ocidental proeminente. E nenhum azerbaijano apresentou uma forma de reunir as terras do Islã para a luta por Nagorno Karabakh. O céu não caiu em Kuala Lumpur ou em Túnis por causa dos reveses do Azerbaijão na sua luta com a Armênia.

A lição que Tucídides nos legou no seu célebre diálogo entre os melianos e os atenienses permanece. Os melianos, recorde-se, eram uma colônia dos lacedemônios. Cercados por Atenas, eles resistiram e tinham certeza de que os lacedemônios estavam "obrigados, mesmo que por muita vergonha, a vir em auxílio de seus parentes". Os melianos nunca vacilaram na sua confiança nos seus aliados "civilizacionais": "O nosso sangue comum assegura a nossa

REFLEXÕES XLIV

fidelidade.”^[6] Sabemos o que aconteceu aos melianos. Os seus aliados não apareceram, a sua ilha foi saqueada, o seu mundo foi devastado. ●

[1] O próprio Ocidente não é examinado no ensaio de Huntington. Nenhuma fissura passa por ele. Não se ouve falar de multiculturalistas. É ordenado dentro de suas muralhas. As dúvidas que Huntington tem sobre a vontade dentro dos muros, ele guardou dentro de si. Ele assumiu que o seu apelo à unidade será respondido, pois lá fora tremulam as bandeiras dos sarracenos e dos confucionistas.

[2] Kenichi Ohmae, "Global Consumers Want Sony, Not Soil", *New Perspectives Quarterly*, outono de 1991.

[3] Ferdinand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Era de Filipe II*, Vol. II, Nova York: Harper & Row, 1976, p. 759.

[4] Michael Ignatieff, "The Balkan Tragedy", *New York Review of Books*, 13 de maio de 1993.

[5] Huntington cita um certo Safar al Hawali, um radical religioso da Universidade Umm al Qura em Meca, no sentido de que a campanha contra o Iraque foi outra campanha ocidental contra o Islã. Mas isso não pode servir como prova. Safar al Hawali era um excêntrico. Entre a classe ulama e os estudiosos religiosos da Arábia Saudita, ele era, para todos os efeitos práticos, um solitário.

[6] Tucídides, *A Guerra do Peloponeso*, Nova York: The Modern American Library, 1951, pp.

Fouad Ajami: professor Majid Khadduri de Estudos do Oriente Médio na Escola de Estudos Internacionais Avançados da Universidade Johns Hopkins.

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

Os perigos da decadência

Kishore Mahbubani



O que o resto pode ensinar ao Ocidente

Após um ataque a bomba em Bagdá, Iraque, fevereiro de 1991

Nas principais capitais ocidentais existe um profundo sentimento de desconforto quanto ao futuro. A confiança de que o Ocidente continuaria a ser uma força dominante no século XXI, tal como tem acontecido nos últimos quatro ou cinco séculos, está a dar lugar a um sentimento de mau pressentimento de que forças como a emergência do Islã fundamentalista, a ascensão da Ásia Oriental e o colapso da Rússia e da Europa Oriental poderá representar ameaças reais para o Ocidente. Uma mentalidade de cerco está se desenvolvendo. Dentro destas paredes conturbadas, o ensaio de Samuel P. Huntington "O Choque de Civilizações?" certamente ressoará. Será, portanto, uma grande surpresa para muitos ocidentais saber que o resto do mundo teme o Ocidente ainda mais que o Ocidente o teme, especialmente a ameaça representada por um Ocidente ferido.

Huntington tem razão: o poder está a mudar entre as civilizações. Mas quando as placas tectônicas da história mundial se movem de forma dramática, como acontece agora, as percepções destas mudanças dependem da nossa posição. O objetivo principal deste ensaio é sensibilizar o público ocidental para as percepções do resto do mundo.

A retirada do Ocidente não é universalmente bem-vinda. Ainda não há substituto para a liderança ocidental, especialmente a liderança americana. As retiradas súbitas do apoio americano aos aliados do Oriente Médio ou do Pacífico, embora improváveis, poderiam desencadear mudanças massivas que ninguém apreciaria. A retirada ocidental poderia ser tão prejudicial quanto a dominação ocidental.

Por qualquer padrão histórico, a recente época de dominação ocidental, especialmente sob a liderança americana, tem sido notavelmente benigna. Teme-se pensar como seria o mundo se a Alemanha nazi ou a Rússia estalinista tivessem triunfado no que foi chamado de “guerras civis ocidentais” do século XX. Paradoxalmente, a natureza benigna da dominação ocidental pode ser a fonte de muitos problemas. Hoje, a maioria dos decisores políticos ocidentais, que são filhos desta época, não conseguem conceber a possibilidade de que as suas próprias palavras e ações possam levar ao mal e não ao bem. Os meios de comunicação ocidentais agravam esta cegueira genuína. A maioria dos jornalistas ocidentais viaja para o exterior com base em suposições ocidentais. Eles não conseguem compreender como o Ocidente pode ser visto como algo que não seja benevolente. CNN não é a solução. As mesmas imagens visuais transmitidas simultaneamente para salas de estar em todo o mundo podem desencadear percepções opostas. As salas de estar ocidentais aplaudem quando mísseis de cruzeiro atingem Bagdá. A maioria dos que vivem no exterior vê que o Ocidente irá retribuir rapidamente aos iraquianos ou somalis não brancos, mas não aos sérvios brancos, um sinal perigoso por qualquer padrão.

As hordas asiáticas

Huntington discute o desafio colocado pelas civilizações islâmica e confucionista. Desde o ataque ao World Trade Center, os americanos começaram a absorver a paranoia europeia em relação ao Islã, vista como uma força das trevas que paira sobre uma virtuosa civilização cristã. É irônico que o Ocidente tema cada vez mais o Islã quando diariamente os muçulmanos são lembrados da sua própria fraqueza. “O Islã tem fronteiras sangrentas”, diz Huntington. Mas em todos os conflitos entre muçulmanos e forças pró-Ocidente, os muçulmanos estão a perder, e a perder gravemente, sejam eles azeris, palestinos, iraquianos, iranianos ou muçulmanos bósnios. Com tanta desunião, o mundo islâmico não está prestes a fundir-se numa única força.

Estranhamente, apesar de toda esta paranoia, o Ocidente parece estar a seguir quase deliberadamente um caminho destinado a

agravar o mundo islâmico. O Ocidente protesta contra a reversão da democracia em Myanmar, no Peru ou na Nigéria, mas não na Argélia. Esses padrões duplos doem. A Bósnia causou danos incalculáveis. A dramática passividade das nações europeias poderosas, à medida que o genocídio é cometido à sua porta, rasgou o fino véu de autoridade moral que o Ocidente tinha enrolado em torno de si como um legado da sua recente era benigna. Poucos podem acreditar que o Ocidente teria permanecido igualmente passivo se os bombardeios da artilharia muçulmana tivessem chovido sobre as populações cristãs em Sarajevo ou Srebrenica.

O comportamento ocidental em relação à China tem sido igualmente intrigante. Na década de 1970, o Ocidente desenvolveu um caso de amor com uma China governada por um regime que cometeu atrocidades grosseiras durante o Grande Salto em Frente e a Revolução Cultural. Mas quando o governo desastroso de Mao Zedong foi seguido por uma era Deng Xiaoping muito mais benigna, o Ocidente puniu a China pelo que, pelos seus padrões históricos, foi uma repressão menor: o incidente de Tiananmen.

Infelizmente, Tiananmen tornou-se uma lenda ocidental contemporânea, criada pelas transmissões ao vivo da repressão. Pequim errou gravemente no uso excessivo de armas de fogo, mas não errou na decisão de reprimir. O fracasso em reprimir a rebelião estudantil poderia ter levado à desintegração política e ao caos, um pesadelo chinês perene. Os decisores políticos ocidentais admitem isto em privado. Eles também estão cientes da desonestidade de alguns jornalistas ocidentais: jantando com estudantes dissidentes e até incitando-os antes de reportarem a sua suposta “greve de fome”. Nenhum grande jornal ocidental expôs tal desonestidade ou desenvolveu a coragem política para dizer que a China praticamente não tinha escolha em Tiananmen. Em vez disso, foram impostas sanções, ameaçando a modernização da China. Os asiáticos veem que a opinião pública ocidental – divinizada na democracia ocidental – pode produzir consequências irracionais. Observam com receio a oscilação das políticas ocidentais em relação à China, ameaçando o progresso, que de outra forma seria tranquilo, da Ásia Oriental.

Poucos no Ocidente estão conscientes de que o Ocidente é responsável pelo agravamento da turbulência entre os mais de dois bilhões de pessoas que vivem nas civilizações islâmica e chinesa. Em vez disso, evocando imagens das duas hordas asiáticas que as mentes ocidentais mais temem – duas forças que invadiram a Europa, os muçulmanos e os mongóis – Huntington postula uma ligação confucionista-islâmica contra o Ocidente. As vendas de armas americanas à Arábia Saudita não sugerem uma ligação natural entre cristãos e islâmicos. Nem deveriam as vendas de armas chinesas ao Irã. Ambos são movimentos oportunistas, não baseados na empatia natural ou em alianças civilizacionais. A verdadeira tragédia de sugerir uma ligação confucionista-islâmica é que ela obscurece a natureza fundamentalmente diferente do desafio colocado por estas forças. O mundo islâmico terá grande dificuldade em modernizar-se. Até lá, a sua turbulência irá repercutir-se no Ocidente. A Ásia Oriental, incluindo a China, está preparada para alcançar a paridade com o Ocidente. A simples verdade é que o Leste e o Sudeste Asiático se sentem mais confortáveis com o Ocidente.

Este fracasso no desenvolvimento de uma estratégia viável para lidar com o Islã ou a China revela uma falha fatal no Ocidente: uma incapacidade de aceitar as mudanças nos pesos relativos das civilizações que Huntington bem documenta. Duas frases-chave no ensaio de Huntington, quando colocadas lado a lado, ilustram a natureza do problema: primeiro, *"Na política das civilizações, os povos e governos da civilização não ocidental já não permanecem os objetos da história como alvos da colonização ocidental mas junte-se ao Ocidente como motores e modeladores da história"* e, em segundo lugar, *"O Ocidente está, na verdade, a utilizar instituições internacionais, o poder militar e os recursos econômicos para governar o mundo de uma forma que manterá a predominância ocidental, protegerá os interesses ocidentais e promoverá a política e os interesses econômicos ocidentais"*. Esta combinação é uma receita para o desastre.

A aritmética simples demonstra a loucura ocidental. O Ocidente tem 800 milhões de pessoas; o restante representa quase 4,7 bilhões. Na

arena nacional, nenhuma sociedade ocidental aceitaria uma situação em que 15 por cento da sua população legislasse para os restantes 85 por cento. Mas é isto que o Ocidente está a tentar fazer no âmbito global.

Tragicamente, o Ocidente está a virar as costas ao Terceiro Mundo, precisamente quando pode finalmente ajudar o Ocidente a sair da sua estagnação econômica. A produção em dólares do mundo em desenvolvimento aumentou em 1992 mais do que a da América do Norte, da Comunidade Europeia e do Japão juntos. Dois terços do aumento das exportações dos EUA foram para o mundo em desenvolvimento. Em vez de encorajar esta dinâmica global por meio da conclusão da Rodada do Uruguai, o Ocidente está a fazer o oposto. Está tentando criar barreiras e não removê-las. O primeiro-ministro francês, Edouard Balladur, tentou justificar esta medida dizendo sem rodeios em Washington que *"a questão agora é como organizar-nos para nos protegermos de países cujos valores diferentes lhes permitem enfraquecer-nos"*.

O próprio desfazer do Ocidente

Huntington não faz uma pergunta óbvia: se outras civilizações existem há séculos, porque é que só agora representam um desafio? Uma tentativa sincera de responder a esta questão revela uma falha fatal que se desenvolveu recentemente na mente ocidental: uma incapacidade de conceber que o Ocidente possa ter desenvolvido fraquezas estruturais nos seus sistemas e instituições de valores fundamentais. Esta falha explica, em parte, a recente pressa em abraçar o pressuposto de que a história terminou com o triunfo do ideal ocidental: a liberdade individual e a democracia garantiriam sempre que a civilização ocidental permaneceria à frente da matilha.

Só a arrogância pode explicar por que razão tantas sociedades ocidentais tentam desafiar as leis econômicas da gravidade. A disciplina orçamental está a desaparecer. Programas sociais caros e projetos de grande porte multiplicam-se com pouca atenção aos custos. As baixas taxas de poupança e de investimento do Ocidente levam ao declínio da competitividade face à Ásia Oriental. A ética de

trabalho está a desgastar-se, enquanto os políticos iludem os trabalhadores fazendo-os acreditar que podem manter salários elevados apesar de se tornarem internacionalmente não competitivos. Falta liderança. Qualquer político que declare verdades duras é imediatamente eliminado. Os americanos admitem abertamente que muitos dos seus problemas econômicos resultam do impasse inerente à democracia americana. Enquanto o resto do mundo fica intrigado com estas loucuras fiscais, os políticos e jornalistas americanos viajam por todo o mundo pregando as virtudes da democracia. É uma visão curiosa.

A mesma adoração de heróis é dada à ideia de liberdade individual. Muita coisa boa resultou dessa ideia. A escravidão acabou. A franquia Universal veio em seguida. Mas a liberdade não resolve apenas problemas; também pode causá-los. Os Estados Unidos empreenderam uma experiência social massiva, destruindo instituição social após instituição social que restringia o indivíduo. Os resultados foram desastrosos. Desde 1960, a população dos EUA aumentou 41 por cento, enquanto a criminalidade violenta aumentou 560 por cento, os nascimentos de mães solteiras 419 por cento, as taxas de divórcio 300 por cento e a porcentagem de crianças que vivem em lares monoparentais 300 por cento. Isto é uma decadência social massiva. Muitas sociedades estremecem com a perspectiva de que isto aconteça nas suas costas. Mas em vez de viajarem para o estrangeiro com humildade, os americanos pregam com confiança as virtudes da liberdade individual irrestrita, ignorando alegremente as consequências sociais visíveis.

O Ocidente ainda é o repositório dos maiores bens e conquistas da civilização humana. Muitos valores ocidentais explicam o avanço espetacular da humanidade: a crença na investigação científica, a procura de soluções racionais e a vontade de desafiar suposições. Mas a crença de que uma sociedade que pratica estes valores pode levar a uma cegueira única: a incapacidade de perceber que alguns dos valores que acompanham este pacote podem ser prejudiciais. Os valores ocidentais não formam uma teia contínua. Alguns são bons. Alguns são ruins. Mas é preciso estar

REFLEXÕES XLIV

fora do Ocidente para ver isto claramente e para ver como o Ocidente está a provocar o seu declínio relativo pelas suas próprias mãos. Huntington também está cego para isto. ●

Kishore Mahbubani: Secretário Adjunto dos Negócios Estrangeiros e Reitor do Colégio da Função Pública de Singapura, serviu pela última vez no estrangeiro como Representante Permanente de Singapura junto das Nações Unidas (1984-89). Estas são suas opiniões pessoais.

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

O caso do otimismo

Robert L. Bartley



O Ocidente deveria acreditar em si mesmo

Em 9 de novembro de 1989, nossa era terminou. A ruptura do Muro de Berlim marcou o fim não apenas da Guerra Fria, mas de uma época de conflito global que começou com o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando em 28 de junho de 1914. Agora, com o século

XX truncado, esforçamo-nos por discernir a forma do dia XXI.

Devemos lembrar que, embora existam sempre conflitos e conflitos, nem todos os séculos são tão sangrentos como o nosso. O assassinato em Sarajevo quebrou um período extraordinário de avanço econômico, artístico e moral. Foi um período em que pensadores sérios podiam imaginar a unidade econômica mundial a pôr fim às guerras. A sabedoria convencional, como Keynes escreveria mais tarde, considerava a paz e a prosperidade *"como normais, certas e permanentes, exceto no sentido de melhorias adicionais, e qualquer desvio [deste curso] como aberrante, escandaloso e evitável"*.

Se, em retrospectiva, este otimismo parece extremamente ingênuo, o que irão as gerações futuras pensar do pessimismo obstinado da sabedoria convencional de hoje? Exaustos e fatigados pelos nossos trabalhos e provações, investigamos agora a era que está nascendo em busca de evidências não de alívio, mas de novos e ainda mais horríveis horrores que estão por vir. Em particular, perdemos a confiança na nossa própria capacidade de moldar a nova era e, em vez disso, continuamos a evocar forças históricas e morais inexoráveis. O nosso discurso público está repleto de conversas carregadas de culpa sobre o aquecimento global, a extinção de várias espécies e o declínio ocidental.

Mesmo um pensador tão obstinado como Samuel P. Huntington

concluiu: *"Um Ocidente no auge do seu poder confronta os não ocidentais que têm cada vez mais o desejo, a vontade e os recursos para moldar o mundo de formas não ocidentais."* Os conflitos do futuro serão entre "o Ocidente e o resto", o Ocidente e os muçulmanos, o Ocidente e uma aliança islâmica-confucioniana, ou o Ocidente e um conjunto de outras civilizações, incluindo hindus, japoneses, latino-americanos e Eslavos-Ortodoxos.

Este "choque de civilizações" não parece um agradável século XXI. Os conflitos não serão sobre recursos, onde é sempre possível dividir a diferença, mas sobre valores fundamentais e muitas vezes inconciliáveis. E nesta competição, os Estados Unidos e o Ocidente estarão inevitavelmente na defensiva, uma vez que "os valores que são mais importantes no Ocidente são os menos importantes no âmbito mundial".

Bem, talvez. Mas é realmente claro que o maior potencial de conflito reside entre civilizações e não dentro delas? Apesar do milagre econômico da província chinesa de Guangdong, estamos realmente confiantes de que os confucionistas dominaram o truque de governar 1 bilhão de pessoas numa única entidade política? Será que as mulheres do Irã anseiam realmente pelo xador, ou será apenas possível que as pessoas do "resto" acabem por se sentir atraídas pelos valores do Ocidente?

Inegavelmente, há um aumento de interesse nos valores culturais, étnicos e religiosos, nomeadamente, mas não apenas, no fundamentalismo islâmico. Mas, ao mesmo tempo, existem forças poderosas no sentido da integração mundial. As comunicações instantâneas agora abrangem todo o mundo. Assistimos em tempo real ao drama da Praça Tiananmen e Sarajevo (se ainda não Lhasa ou Dushanbe). Os mercados financeiros, num horário de 24 horas, ligam as economias mundiais.

A cultura popular ocidental, ou seja, americana, para o bem ou para o mal, também abrange o globo. A nova princesa japonesa foi educada em Harvard, e a última sensação do sumô é conhecida como Akebone, mas jogava basquete como Chad Rowen. A língua do mundo é o inglês. Mesmo os porta-estandartes do "resto" foram em

grande parte educados no Ocidente. Cargas de imigrantes, talvez a verdadeira marca registrada do século XXI, desembarcam nas praias de Long Island, em Nova York.

Esse ambiente não é favorável para os governos dos Estados-nação tradicionais. Em 1982, François Mitterrand descobriu como os mercados limitam a política econômica nacional. Uma moeda nacional - o que significa uma política monetária independente - só é possível a um custo sustentável para os Estados Unidos, e mesmo assim dentro de limites, como concluiu a administração Carter em 1979. Na Europa Ocidental e no hemisfério ocidental, as exigências de segurança nacional diminuíram com a Guerra Fria. As empresas transnacionais e o desenvolvimento regional deixam o Estado-nação em busca de uma missão, como detalhou Kenichi Ohmae. Robert Reich pergunta o que torna uma corporação “americana”. Walter Wriston escreve sobre “O Crepúsculo da Soberania”.

Estas dificuldades enfrentam todos os governos, mas são duplamente graves para os autoritários, que dependem do isolamento para dominar o seu povo. A democracia, a forma de governo essencialmente ocidental, espalhou-se com uma velocidade surpreendente por toda a América Latina e pelo antigo bloco comunista, bem como por África e Ásia. Em 1993, a Freedom House reporta 75 nações livres, acima dos 55 da década anterior, com apenas 31 por cento da população mundial, e a maior parte na China, a viver sob regimes repressivos, abaixo dos 44 por cento de há dez anos. A combinação de informação instantânea, interdependência econômica e o apelo da liberdade individual não é uma força que possa ser encarada levemente. Afinal, acabou de derrubar o império totalitário mais poderoso que a história conheceu.

É precisamente o ataque desta civilização mundial, claro, que provoca reações como o fundamentalismo islâmico. Os mulás professam rejeitar o Ocidente decadente, mas a sua disputa subjacente é com a modernidade. Talvez tenham a “vontade e os recursos” para construir uma alternativa, e talvez o mesmo aconteça com o regime geriátrico de Pequim. Mas enfrentam, de fato, um dilema profundo, pois a civilização ocidental e os seus apêndices

políticos de democracia e liberdade pessoal estão profundamente ligados à fórmula capitalista que é a fórmula para o desenvolvimento econômico.

O poder da prosperidade

Se listarmos as classificações da Freedom House por rendimento anual *per capita*, descobriremos que os valores acima equivalentes a cerca de 5.500 dólares, quase todas as nações são democráticas. As exceções são os xeques petrolíferos medievais e alguns tigres asiáticos, como Singapura. Mesmo entre estes últimos, o desenvolvimento está a conduzir a pressões por mais liberdade. Sob Roh Tae Woo, a Coreia do Sul se encaminhou para a democracia plena. A implosão do Partido Liberal Democrata no Japão também não deveria ser reconfortante para os defensores de algum modelo “consensual” de democracia. Lee Kuan Yew, de Singapura, pode ter razão ao considerar-se um rei filósofo, mas desde Platão a espécie está ameaçada e não é confiável.

Talvez os valores ocidentais sejam um artefato de uma civilização exógena, mas há um argumento poderoso de que são um artefato do próprio desenvolvimento econômico. O desenvolvimento cria uma classe média que quer ter uma palavra a dizer sobre o seu próprio futuro, que se preocupa com o progresso e a liberdade dos seus filhos e filhas. Dado que o progresso econômico depende principalmente deste mesmo grupo, com o seu impulso para a educação e as capacidades criativas, este desejo só pode ser suprimido à custa do desenvolvimento.

Nas fases iniciais do desenvolvimento, como por exemplo em Guangdong, as elites dominantes poderão ser capazes de forjar uma acomodação com a classe média, especialmente se as autoridades militares locais participarem na ação. Mas se a acomodação chinesa sobreviver, será a primeira. A tentativa de incorporar os seis milhões de chineses de Hong Kong, com a sua expectativa cada vez mais evidente de autogoverno, será particularmente perturbadora. A lição aprendida por outras nações em desenvolvimento bem-sucedidas é que o progresso contínuo depende de uma acomodação gradual com a democracia. E a

história ensina outra lição profundamente otimista: como se sabe que o próprio Huntington observou, as democracias quase nunca entram em guerra umas com as outras.

O fluxo dominante de forças históricas no século XXI poderia muito bem ser este: o desenvolvimento econômico leva a exigências de democracia e autonomia individual (ou familiar); as comunicações instantâneas em todo o mundo reduzem o poder dos governos opressivos; a expansão dos Estados democráticos diminui o potencial de conflito. Os otimistas de 1910, por outras palavras, podem revelar-se meramente prematuros.

Mantendo o curso

É claro que esse futuro não é algo certo. Talvez as forças de desintegração de Huntington acabem por prevalecer, mas isso também não é uma certeza. O Ocidente, sobretudo os Estados Unidos, e acima mesmo as elites que leem esta revista, têm a capacidade de influenciar qual destes futuros é mais provável. Se os medos prevalecerem, será em grande parte porque lhes faltou a vontade e a inteligência para transformar as esperanças em realidade.

A elite da política externa americana é, num certo sentido, vítima do seu próprio sucesso. Para sua própria surpresa, venceu a Guerra Fria. A clássica política de contenção delineada no artigo “X” de George Kennan e no NSC-68 de Paul Nitze funcionou precisamente como anunciado, embora depois de 40 anos, em vez dos 10 a 15 previstos por Kennan. Mas depois do seu sucesso, esta bússola não é mais relevante; à medida que entramos no século XXI, o nosso debate político fica à deriva, sem uma visão.

Algumas observações acima sugerem uma dessas visões: se as democracias não lutarem entre si, a sua propagação não só cumpre os nossos ideais, mas também promove os nossos interesses de segurança. A era de paz antes de 1914 foi forjada pela Marinha Real, pela libra esterlina e pelo livre comércio. A essência da tarefa da nova era é encontrar um equilíbrio entre a *realpolitik* e o moralismo. A diplomacia tradicional centra-se nas relações entre Estados-nação soberanos, cujo caráter interno é irrelevante. Numa

era da informação, dominada por contatos interpessoais, a política deve e irá aproximar-se cautelosamente do polo moralista, wilsoniano. Com cautela porque, como sempre, isso acarreta o risco de negligência. Não podemos ignorar o poder militar; nada poderia fazer mais para nos dar liberdade de ação no século XXI do que uma defesa contra mísseis balísticos, chame-a ou não de Guerra nas Estrelas. E embora necessitemos de uma política de direitos humanos, aplicá-la apenas porque temos acesso e influência corre o risco de minar, por exemplo, o Egito e a Turquia, os baluartes contra um fundamentalismo islâmico mais prejudicial à liberdade e menos susceptível à influência ocidental.

Será um equilíbrio difícil de alcançar. É certo que os argumentos a favor do otimismo não são fáceis de sustentar. Analisando o temperamento das nossas elites e o estado do debate, é mais fácil dar crédito aos receios de Huntington. Mas então, durante a revolução húngara ou o Vietnã ou a crise dos mísseis Pershing, quem teria pensado que o Ocidente manteria o rumo estabelecido na NSC-68? Sim, e para fazê-lo novamente, basta acreditar em si mesmo. ●

Robert L. Bartley: editor da página editorial do *The Wall Street Journal* por mais de 30 anos.

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

Enxerto de civilização

Liu Binyan



Nenhuma cultura é uma ilha

O fim da Guerra Fria trouxe de fato uma nova fase na política mundial, mas o seu impacto não é unidirecional. O tenso confronto entre os dois campos armados desapareceu e, neste sentido, o conflito ideológico parece ter chegado ao fim, por enquanto. Mas os conflitos de interesses

econômicos e políticos estão a tornar-se cada vez mais comuns entre as principais nações do mundo e cada vez mais tensos. Nem a civilização nem a cultura se tornaram a “fonte fundamental de conflito neste novo mundo”.

O novo mundo começa a assemelhar-se àquele em que cresci na década de 1930. É claro que ocorreram mudanças tremendas; no entanto, há semelhanças crescentes. O capitalismo ocidental mudou muito, mas a atual recessão global é, em muitos aspectos, semelhante à Grande Depressão. A União Soviética e a Alemanha nazi podem já não existir, mas os fatores econômicos, sociais e políticos que levaram ao seu surgimento ainda existem - a deslocação econômica, a xenofobia e o populismo.

A Guerra Fria terminou, mas guerras quentes ocorrem em mais de trinta países e regiões. A onda de imigrantes dos territórios pobres para os países ricos e o afluxo de pessoas das zonas rurais para as cidades atingiram uma escala sem precedentes, formando o que o Fundo de População das Nações Unidas chamou de "crise atual da humanidade". Difícilmente podemos dizer que estes fenômenos resultam de conflitos entre diferentes civilizações.

A experiência errada da China

Para a maioria dos países, a tarefa não é demarcar civilizações, mas sim misturá-las e fundi-las. Nos antigos países coloniais, os

problemas da pobreza e da fome nunca foram resolvidos pelas suas próprias civilizações ou pela interação da sua civilização indígena com a civilização ocidental. Mas esta procura de uma fórmula bem-sucedida para o bem-estar econômico e a liberdade política continua.

Veja a China. O povo chinês abraçou avidamente o comunismo na busca do desenvolvimento econômico e da dignidade política. A falência do maoísmo e do socialismo ocorreu doze anos antes do colapso da antiga União Soviética. Não foi o resultado do fim da Guerra Fria, mas sim o desastre provocado pela ideologia maoísta. A razão para esta mudança provém novamente do forte desejo do povo de se livrar da pobreza e de ganhar a liberdade. Para a China, esta é a terceira vez que as pessoas tentam enxertar a civilização ocidental na civilização tradicional – na primeira metade do século XX e na década de 1980, com o capitalismo; do final da década de 1940 à década de 1970, com o marxismo-leninismo.

Agora, embora o confucionismo esteja gradualmente a regressar à China, não pode ser comparado à influência cada vez mais forte da cultura ocidental sobre o povo chinês nos últimos vinte anos. O povo chinês é do tipo prático; eles sempre se preocuparam com seu bem-estar material. Além disso, os últimos quarenta anos deixaram-nos cautelosos em relação a filosofias, deuses e ideais intangíveis. Em nenhum lugar da China existe um grupo ou facção política que possa ser comparado aos nacionalistas extremistas da Rússia ou da Europa.

Nem podemos esperar qualquer unidade civilizacional que reúna o mundo confucionista. Nos últimos quarenta anos, a divisão da China continental com Taiwan deveu-se, naturalmente, a diferenças políticas e ideológicas. Após o fim da Guerra Fria, a cultura confucionista comum aos chineses de ambos os lados do Estreito de Taiwan não superará as diferenças nos sistemas políticos, na ideologia e no desenvolvimento econômico.

A experiência de Deng Xiaoping é tentar fundir o capitalismo ocidental com o marxismo-leninismo e até com aspectos do confucionismo. Assim, ao mesmo tempo que liberaliza a economia,

o regime comunista chinês também aponta para o consumismo e o hedonismo da civilização ocidental, num esforço para resistir às influências da democracia e da liberdade. Ao mesmo tempo, toma emprestado do pensamento confucionista – obediência aos superiores, etc. – o que é útil para estabilizar o regime comunista. Também tenta usar os sentimentos nacionalistas chineses em vez de uma ideologia falida, procurando adiar o seu inevitável colapso.

Existem muitos exemplos históricos e atuais de governantes que têm maior interesse em manter ou desenvolver algum tipo de ordem tradicional, em vez de acomodar as lutas e a mudança de interesses das pessoas comuns. Em meados da década de 1930, Chang Kai-shek lançou uma campanha nacional em defesa do confucionismo - chamada "O Movimento da Nova Vida" - quando a população da China foi vítima da fome, da guerra civil e da agressão japonesa. O movimento teve como objetivo distrair as pessoas dos seus reais interesses e terminou em completo fracasso. Desde a década de 1980, os novos governantes da China iniciaram uma campanha semelhante à do KMT – “O Movimento para uma Civilização Espiritual Superior” – que defendia o amor ao país e ao partido, e o comportamento civilizado para com os outros. Mas o verdadeiro objetivo da campanha era substituir a ideologia falida e distrair o público do seu interesse na democracia e na liberdade, e atenuar o impacto cultural e moral do Ocidente. Compreensivelmente, falhou. Até a terminologia de uma “civilização espiritual” tornou-se alvo de ironia e ridículo entre os chineses.

O que surgirá na China é uma mistura destas muitas forças, mas não será o tipo de mistura que este regime deseja. Não irá misturar liberdade econômica com falta de liberdade política. O comunismo e o capitalismo são tão completamente diferentes que ninguém se deixará enganar durante muito tempo pensando que podem ser unidos. No final, haverá um caminho chinês, mas será um caminho diferente para a liberdade, um caminho diferente para a democracia. O povo chinês não fala frases e filosofias políticas ocidentais, mas sabe que tipo de sistema político e econômico serve melhor ao seu próprio bem-estar.

Tirar o melhor de cada um

É irônico que Samuel P. Huntington veja um ressurgimento do confucionismo no preciso momento em que a deterioração espiritual e a degradação moral estão a corroer os fundamentos culturais da China. Quarenta e sete anos de regime comunista destruíram a religião, a educação, o Estado de direito e a moralidade. Hoje, essa desumanização causada pelo despotismo, pela pobreza absoluta e pelo ascetismo da era Mao é evidenciada na sede desenfreada de poder, dinheiro e prazeres carnisais entre muitos chineses.

Lidar com este vazio moral e espiritual é um problema não apenas para a China, mas para todas as civilizações. Será o século XXI uma era em que, por meio da interação e do consenso, as civilizações poderão fundir-se, ajudando assim os povos a quebrar velhos ciclos de desumanização? Livrar-se da pobreza e da escravatura é o menor dos problemas da China. A tarefa mais difícil é o processo de autossalvação dos homens, isto é, transformar subordinados e povos intimidados em seres humanos. Enriquecer o espírito humano é, de fato, a tarefa mais longa e mais difícil. Será necessário utilizar o melhor de todas as civilizações, sem enfatizar as diferenças entre elas. ●

Liu Binyan: escritor, jornalista e dissidente político chinês.

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

O imperador modernizador

Jeane J. Kirkpatrick



Tradição e Mudança

*Monte Fuji ao entardecer, Tóquio, Japão,
dezembro de 2002*

Abordo o trabalho de Samuel P. Huntington com grande interesse e grandes expectativas. Tal como a maioria dos cientistas políticos, aprendi muito com os seus escritos. Agora, em seu

artigo “O Choque de Civilizações?” ele mais uma vez levanta novas questões.

No seu ensaio, Huntington afirma que as civilizações são reais e importantes e prevê que “o conflito entre civilizações suplantará as formas ideológicas e outras formas de conflito como a forma global dominante de conflito”. Ele argumenta ainda que as instituições de cooperação terão maior probabilidade de se desenvolver dentro das civilizações, e os conflitos surgirão com mais frequência entre grupos em diferentes civilizações. Estas me parecem propostas interessantes, mas duvidosas.

A classificação de Huntington das civilizações contemporâneas é questionável. Ele identifica "sete ou oito grandes civilizações" no mundo contemporâneo: ocidental (que inclui variantes europeias e norte-americanas), confucionista, japonesa, islâmica, hindu, eslavo-ortodoxa, latino-americana "e possivelmente africana".

Esta é uma lista estranha.

Se a civilização é definida por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições e, subjetivamente, pela identificação, e se é a coletividade mais ampla com a qual as pessoas se identificam intensamente, por que distinguir a civilização “latino-americana” da civilização “ocidental”? Tal como a América do Norte, a América Latina é um continente colonizado por

européus que trouxeram consigo línguas europeias e uma versão europeia da religião, direito, literatura e papéis de gênero judaico-cristãos. O componente indígena na cultura latino-americana é mais importante em alguns países (México, Guatemala, Equador e Peru) do que na América do Norte. Mas a influência africana é mais importante nos Estados Unidos do que em todos os países latino-americanos, exceto alguns (Brasil, Belize e Cuba). Tanto a América do Norte como a do Sul são europeias "ocidentais" com uma mistura de outros elementos.

E o que é a Rússia senão "ocidental"? As designações Leste/Oeste da Guerra Fria faziam sentido num contexto europeu, mas num contexto global os povos eslavos/ortodoxos são europeus que partilham a cultura ocidental. A teologia e a liturgia ortodoxa, o leninismo e Tolstoi são expressões da cultura ocidental.

Também não está claro se, ao longo dos séculos, as diferenças entre civilizações levaram aos conflitos mais longos e violentos. Pelo menos no século XX, os conflitos mais violentos ocorreram dentro das civilizações: as purgas de Estaline, o genocídio de Pol Pot, o holocausto nazi e a Segunda Guerra Mundial. Pode-se argumentar que a guerra entre os Estados Unidos e o Japão envolveu um choque de civilizações, mas essas diferenças tiveram pouco papel nessa guerra. Os lados Aliados e do Eixo incluíam membros asiáticos e europeus.

A libertação do Kuwait não foi mais um choque entre civilizações do que a Segunda Guerra Mundial ou as guerras da Coreia ou do Vietnã. Tal como a Coreia e o Vietnã, a Guerra do Golfo Pérsico colocou um governo muçulmano não ocidental contra outro. Uma vez ocorrida a agressão, os Estados Unidos e outros governos ocidentais envolveram-se por razões geopolíticas que transcenderam as diferenças culturais. Saddam Hussein gostaria que o mundo acreditasse o contrário.

Depois de os Estados Unidos terem mobilizado uma coligação internacional contra o Iraque, Saddam Hussein, até então líder de um regime secular revolucionário, lançou orações públicas e apelos à solidariedade ao mundo muçulmano. Certos fundamentalistas

islâmicos militantes e antiocidentais, lembra-nos Huntington, responderam com afirmações de que se tratava de uma guerra do “Ocidente contra o Islã”. Mas poucos acreditaram. Mais governos de sociedades predominantemente muçulmanas mobilizaram-se para apoiar o Kuwait do que para “salvar” o Iraque.

Na Bósnia, os esforços de Radovan Karadzic e de outros extremistas sérvios para se apresentarem como baluartes contra o Islã não são mais persuasivos, embora a passividade da Comunidade Europeia, dos Estados Unidos, da OTAN e das Nações Unidas face à agressão brutal da Sérvia contra a Bósnia finalmente estimulou alguma solidariedade islâmica tangível. Mas a maioria dos governos de Estados predominantemente muçulmanos têm-se mostrado relutantes em tratar o conflito na Bósnia como uma guerra religiosa. O próprio governo bósnio resistiu a qualquer tentação de apresentar o seu problema como o Islã *versus* o mundo judaico-cristão. O fato de as forças sérvias terem iniciado a sua ofensiva contra a Croácia e a Eslovênia deveria resolver a questão dos motivos e objetivos sérvios, que são o engrandecimento territorial e não a guerra santa.

Indubitavelmente, existem importantes diferenças sociais, culturais e políticas entre as civilizações muçulmana e judaico-cristã. Mas as diferenças mais importantes e explosivas que envolvem os muçulmanos encontram-se dentro do mundo muçulmano – entre pessoas, partidos e governos que são razoavelmente moderados, não expansionistas e não violentos e aqueles que são antimodernos e antiocidentais, extremamente intolerantes, expansionistas e violentos. O primeiro alvo dos fundamentalistas islâmicos não é outra civilização, mas os seus próprios governos. “Por favor, não os chame de fundamentalistas muçulmanos”, disse-me um amigo muçulmano profundamente religioso. “Eles não representam uma versão mais fundamental da religião muçulmana. São simplesmente muçulmanos que também são extremistas políticos violentos.”

Também noutros lugares, o conflito entre o fanatismo e o constitucionalismo, entre a ambição totalitária e o Estado de direito, existe dentro das civilizações de uma forma mais clara e pura do que entre elas. Na Ásia, o conflito mais intenso pode revelar-se entre

diferentes versões de ser chinês ou hindu.

Sem dúvida, as civilizações são importantes. Ao minar a força das culturas e identificações locais e nacionais, a modernização aumenta a importância de unidades maiores de identificação, como as civilizações. Huntington também tem certamente razão quando afirma que a comunicação global e a migração acelerada exacerbam os conflitos, colocando valores e estilos de vida diametralmente opostos em contato direto entre si. A imigração traz práticas exóticas para escolas, bairros e outras instituições da vida cotidiana e desafia o cosmopolitismo das sociedades ocidentais. A tolerância religiosa em abstrato é uma coisa; meninas com véu nas salas de aula francesas são outra bem diferente. Tais desafios não são bem-vindos em lugar nenhum.

Mas Huntington, que tanto contribuiu para a nossa compreensão da modernização e da mudança política, também conhece as formas como a modernização muda as pessoas, as sociedades e a política. Ele conhece as muitas maneiras pelas quais a modernização se iguala à ocidentalização – concebida de forma ampla – e que pode produzir reações adversas e hostilidade amarga. Mas ele também sabe quão poderoso é o impulso dos métodos modernos e ocidentais de ciência, tecnologia, democracia e mercados livres. Ele sabe que a grande questão para as sociedades não ocidentais é se podem ser modernas sem serem ocidentais. Ele acredita que o Japão teve sucesso. Talvez.

Ele provavelmente tem razão ao dizer que a maioria das sociedades procurará simultaneamente os benefícios da modernização e das relações tradicionais. Na medida em que eles e nós conseguirmos preservar as nossas tradições, ao mesmo tempo que aceitamos as intermináveis mudanças da modernização, as nossas diferenças entre si serão preservadas e a necessidade não apenas de uma sociedade pluralista, mas de um mundo pluralista, tornar-se-á cada vez mais aguda. ●

Jeane J. Kirkpatrick: professora Leavey de Governo na Universidade de Georgetown e membro sênior do American Enterprise Institute.

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

As civilizações se mantêm?

Albert. L. Weeks



Samuel P. Huntington ressuscitou uma antiga controvérsia no estudo dos assuntos internacionais: a relação entre processos “microcósmicos” e “macrocósmicos”. Os partidários do primeiro destacam o Estado-nação como a unidade básica, ou fator determinante, no *yin* e no *yang* da política mundial. Os “macros”, por outro lado, veem os assuntos mundiais ao nível elevado das civilizações às quais pertencem os Estados-nação e pelas quais o seu comportamento é alegadamente determinado em grande parte.

De uma forma ou de outra, muito do pensamento desta última escola, embora possam relutar em admiti-lo, deriva de Oswald Spengler, Arnold Toynbee, Quincy Wright, F.N Parkinson e outros. Em contraste, estudiosos como Hans J. Morgenthau, John H. Herz e Raymond Aron tendem a seguir a escola “micro”.

Ambas as escolas começaram a debater vigorosamente a questão na década de 1950. O fato de Huntington estar a ressuscitar a controvérsia 40 anos depois é sintomático do fracasso do globalismo – especificamente a ideia de estabelecer uma “nova ordem mundial” – em criar raízes e do fracasso em dar sentido a tendências e acontecimentos contraditórios. O seu objetivo é encontrar determinantes novos e facilmente classificáveis do comportamento internacional quase caótico contemporâneo e, assim, compreender o caleidoscópio internacional.

Sua metodologia não é nova. Ao defender o caso macro na década de 1940, Toynbee distinguiu o que chamou de civilizações primárias, secundárias e terciárias pelo momento do seu aparecimento na história, argumentando que os seus atributos continuaram a influenciar os acontecimentos

contemporâneos. Wright, aplicando igualmente um método histórico, classificou as civilizações como "belicosas" (incluindo Síria, Japonesa e Mexicana), "moderadamente belicosas" (germânicas, ocidentais, russas, escandinavas, etc.) e "mais pacíficas" (como irlandesas, indianas e chinesa). Tal como Toynbee e agora Huntington, ele atribuiu um significado contemporâneo a estes fatores. A classificação de Huntington, embora diferente em vários aspectos daquela dos seus ilustres predecessores, também identifica determinantes em grande escala por "civilizações".

Seu esforço, no entanto, tem suas próprias falhas. As linhas são as fronteiras que abrangem cada Estado-nação distinto e cortam impiedosamente as alegadas civilizações em pedaços. Com a cola cultural e religiosa destas "civilizações" tênue e rachada, com o regime político do Estado-nação a fornecer os principais laços, a fratura cruzada e o cancelamento das linhas de ruptura algo anacrônicas da própria macroescala de Huntington são inevitáveis.

O mundo continua fragmentado em termos políticos e possivelmente geopolíticos; os determinantes culturais e históricos são muito menos vitais e virulentos. Políticas, regimes e ideologias são culturalmente, historicamente e "civilizacionalmente" determinados até certo ponto. Mas é a tomada de decisões políticas voluntárias, diárias, de crise a crise, de guerra a guerra, por parte das unidades dos Estados-nação, que continua a ser o determinante mais identificável dos acontecimentos na arena internacional. De que outra forma podemos explicar as repetidas "deserções" dos Estados-nação das suas "civilizações" coletivas? Como o próprio Huntington salienta, na Guerra do Golfo Pérsico "um estado árabe invadiu outro e depois lutou contra uma coligação de Estados árabes, ocidentais e outros".

Raymond Aron descreveu detalhadamente a primazia da integridade política e da independência de um Estado-nação, a sua territorialidade inviolável e a impermeabilidade soberana. Ele observou que "os homens acreditavam que o destino das culturas estava em jogo nos campos de batalha ao mesmo tempo que o destino das províncias". Mas, acrescentou, permanece o fato de que os Estados soberanos "estão envolvidos numa competição pelo

REFLEXÕES XLIV

poder [e] conquistas... Nos nossos tempos, o principal fenômeno [na cena internacional] é a heterogeneidade das unidades estatais [e não] agregações supranacionais". ."

Albert L. Weeks: professor Emérito de Relações Internacionais na Universidade de Nova York

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

LUIZ BIANCI

O Ocidente é o melhor

Gerard Piel



Devemos estar aterrorizados com as civilizações conjuradas por Samuel P. Huntington pela mesma razão que Nils Bohr nos advertiu para temermos os fantasmas: nós os vemos e sabemos que eles não estão lá!

Temos outra razão para ter medo deles. Sem fronteiras, interiores ou exteriores, continuidade ou entidade coerente, qualquer uma das civilizações de Huntington pode ser convocada num momento para ratificar qualquer ação que o Ocidente e a sua superpotência remanescente considerem legítima. Agora eles se enquadram na definição de Eric Ericsson de pseudoespécie, fora da lei.

No final, “o Ocidente e o Resto” oferece uma análise mais útil. Podemos reconhecer estas civilizações fantasmagóricas como os países em desenvolvimento e os países em transição.

Todos aspiram ao modelo ocidental. Eles ainda estão engajados na conquista do mundo material. À medida que prosseguem com a sua industrialização, abraçam progressivamente as “ideias ocidentais”, na litania⁷ de Huntington, “de individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade, Estado de direito, democracia, mercados livres...”.

No nível primário, é uma função do prolongamento da esperança de vida; as pessoas nesses países estão a começar a viver o suficiente para descobrir que têm direitos e para os fazer valer. A educação de massa, que acompanha a industrialização ocidentalizada, também dá a sua contribuição. A Praça Tiananmen, em Pequim, e a

⁷ **Litania:** uma palavra que tem origem no latim “litania” e significa uma série de invocações ou súplicas feitas em forma de oração.

REFLEXÕES XLIV

concentração de pessoas no edifício do Parlamento, em Moscou, constituem ritos de passagem.

A duração do processo dependerá da forma como o Ocidente vai responder às necessidades e à desordem que assola as nações emergentes e em desenvolvimento – no medo ou na busca racional do futuro comum. A questão é: as ideias ocidentais têm mais substância do que essas pseudocivilizações? ●

Gerard Piel: presidente emérito da Scientific American, Inc

Publicado no dia 1º de setembro de 1993

Se não forem civilizações, o que é, então?

Samuel Huntington



Samuel Huntington responde aos seus críticos

Quando as pessoas pensam seriamente, pensam abstratamente; eles evocam imagens simplificadas da realidade chamadas conceitos, teorias, modelos, paradigmas. Sem tais construções intelectuais, há, disse William James, apenas "uma confusão florescente". O avanço intelectual e científico, como Thomas Kuhn mostrou em seu clássico *A Estrutura das Revoluções Científicas*, consiste no deslocamento de um paradigma, que se tornou cada vez mais incapaz de explicar fatos novos ou recém-descobertos, por um novo paradigma que dá conta desses fatos de uma forma nova mais satisfatória. "Para ser aceita como paradigma", escreveu Kuhn, "uma teoria deve parecer melhor que suas concorrentes, mas não precisa, e na verdade nunca o faz, explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada."

Durante 40 anos, estudantes e profissionais de relações internacionais pensaram e agiram em termos de uma imagem altamente simplificada, mas muito útil nos assuntos mundiais, o paradigma da Guerra Fria. O mundo estava dividido entre um grupo de sociedades relativamente ricas e majoritariamente democráticas, lideradas pelos Estados Unidos, envolvidas num conflito ideológico, político, econômico e, por vezes, militar generalizado, com outro grupo de sociedades comunistas um pouco mais pobres, lideradas pela União Soviética. Grande parte deste conflito ocorreu no Terceiro Mundo, fora destes dois campos, compostos por países que muitas vezes eram pobres, careciam de estabilidade política, eram recentemente independentes e afirmavam não estar alinhados. O paradigma da Guerra Fria não conseguia explicar tudo o que se passava na política mundial. Houve muitas anomalias, para usar o termo de Kuhn, e por vezes o paradigma cegou acadêmicos e

estadistas para desenvolvimentos importantes, como a divisão sino-soviética. No entanto, como modelo simples de política global, foi responsável por fenômenos mais importantes do que qualquer um dos seus rivais; foi um ponto de partida indispensável para pensar os assuntos internacionais; passou a ser quase universalmente aceito; e moldou o pensamento sobre a política mundial durante duas gerações.

Os acontecimentos dramáticos dos últimos cinco anos fizeram desse paradigma uma história intelectual. Há claramente a necessidade de um novo modelo que nos ajude a ordenar e a compreender os desenvolvimentos centrais na política mundial. Qual é o melhor mapa simples do mundo pós-Guerra Fria?

Um mapa do novo mundo

"O choque de civilizações?" é um esforço para apresentar elementos de um paradigma pós-Guerra Fria. Tal como acontece com qualquer paradigma, há muitas coisas que o paradigma da civilização não explica, e os críticos não terão dificuldade em citar acontecimentos - mesmo acontecimentos importantes como a invasão do Kuwait pelo Iraque - que não explica e que não teria sido previsto (embora tivesse previsto a evaporação da coligação anti-Iraque após março de 1991). No entanto, como demonstra Kuhn, acontecimentos anômalos não falsificam um paradigma. Um paradigma só é refutado pela criação de um paradigma alternativo que dê conta de fatos mais cruciais em termos igualmente simples ou mais simples (isto é, num nível comparável de abstração intelectual; uma teoria mais complexa pode sempre dar conta de mais coisas do que uma teoria mais parcimoniosa). Os debates que o paradigma civilizacional gerou em todo o mundo mostram que, em certa medida, atinge o alvo; ou está de acordo com a realidade tal como as pessoas a veem, ou chega perto o suficiente para que as pessoas que não a aceitam tenham de atacá-la.

Que grupos de países serão mais importantes nos assuntos mundiais e mais relevantes para a compreensão da política global? Os países já não pertencem ao Mundo Livre, ao bloco comunista ou ao Terceiro Mundo. Simples divisões bidirecionais de

países em ricos e pobres ou democráticos e não democráticos podem ajudar alguns, mas não tanto. A política global é hoje demasiado complexa para ser enfiada em dois compartimentos. Pelas razões descritas no artigo original, as civilizações são as sucessoras naturais dos três mundos da Guerra Fria. No nível macro, a política mundial provavelmente envolverá conflitos e mudanças no equilíbrio de poder dos Estados de diferentes civilizações, e no nível micro, os conflitos mais violentos, prolongados e perigosos (devido à possibilidade de escalada) provavelmente ocorrerão entre Estados e grupos de diferentes civilizações. Como o artigo salientava, este paradigma civilizacional é responsável por muitos desenvolvimentos importantes nos assuntos internacionais nos últimos anos, incluindo a dissolução da União Soviética e da Iugoslávia, as guerras em curso nos seus antigos territórios, a ascensão do fundamentalismo religioso em todo o mundo, a luta dentro da Rússia, Turquia e México sobre a sua identidade, a intensidade dos conflitos comerciais entre os Estados Unidos e o Japão, a resistência dos Estados islâmicos à pressão ocidental sobre o Iraque e a Líbia, os esforços dos Estados islâmicos e confucionistas para adquirir armas nucleares e a meios para os concretizar, a continuação do papel da China como grande potência "externa", a consolidação de novos regimes democráticos em alguns países e não noutros, e a escalada da corrida aos armamentos na Ásia Oriental.

Nos poucos meses desde que o artigo foi escrito, ocorreram os seguintes eventos que também se enquadram no paradigma civilizacional e poderiam ter sido previstos a partir dele:

- A continuação e intensificação dos combates entre croatas, muçulmanos e sérvios na antiga Iugoslávia;
- O fracasso do Ocidente em fornecer um apoio significativo aos muçulmanos bósnios ou em denunciar as atrocidades croatas da mesma forma que as atrocidades sérvias foram denunciadas;
- A relutância da Rússia em juntar-se a outros membros do Conselho de Segurança da ONU para conseguir que os sérvios na Croácia façam a paz com o governo croata, e a oferta do Irã e de

REFLEXÕES XLIV

outras nações muçulmanas de fornecer 18.000 soldados para proteger os muçulmanos bósnios;

- A intensificação da guerra entre armênios e azeris, as exigências turcas e iranianas de que os armênios entreguem as suas conquistas, o envio de tropas turcas e de tropas iranianas através da fronteira do Azerbaijão, e o aviso da Rússia de que a ação iraniana contribui para a "escalada do conflito" e "empurra-o para limites perigosos de internacionalização";

- A continuação dos combates na Ásia Central entre as tropas russas e os guerrilheiros Mujaheddin;

- O confronto na Conferência de Direitos Humanos de Viena entre o Ocidente, liderado pelo Secretário de Estado dos EUA, Warren Christopher, que denuncia o "relativismo cultural", e uma coligação de Estados islâmicos e confucionistas que rejeita o "universalismo ocidental";

- A reorientação, paralelamente, dos planejadores militares russos e da OTAN na "ameaça do Sul";

- A votação, aparentemente quase inteiramente de acordo com linhas civilizacionais, que deu as Olimpíadas de 2000 a Sydney, em vez de Pequim;

- A venda de componentes de mísseis da China ao Paquistão, a consequente imposição de sanções dos EUA contra a China e o confronto entre a China e os Estados Unidos sobre o alegado envio de tecnologia nuclear para o Irã;

- O fato de a China quebrar a moratória e testar uma arma nuclear, apesar dos vigorosos protestos dos EUA, e da recusa da Coreia do Norte em continuar a participar nas conversações sobre o seu próprio programa de armas nucleares;

- A revelação de que o Departamento de Estado dos EUA estava a seguir uma política de "dupla contenção" dirigida tanto ao Irã como ao Iraque;

- O anúncio pelo Departamento de Defesa dos EUA de uma nova estratégia de preparação para dois "grandes conflitos regionais", um

contra a Coreia do Norte, o outro contra o Irã ou o Iraque;

- O apelo do presidente do Irã a alianças com a China e a Índia para que “possamos ter a última palavra nos acontecimentos internacionais”;

- Nova legislação alemã que restringe drasticamente a admissão de refugiados;

- O acordo entre o presidente russo, Boris Yeltsin, e o presidente ucraniano, Leonid Kravchuk, sobre a disposição da frota do Mar Negro e outras questões;

- O bombardeio de Bagdá pelos EUA, o seu apoio virtualmente unânime por parte dos governos ocidentais e a sua condenação por quase todos os governos muçulmanos como outro exemplo do "duplo padrão" do Ocidente;

- Os Estados Unidos classificam o Sudão como um Estado terrorista e a acusação do Xequé Omar Abdel Rahman e dos seus seguidores por conspirarem "para iniciar uma guerra de terrorismo urbano contra os Estados Unidos";

- As melhores perspectivas para a eventual admissão da Polónia, da Hungria, da República Checa e da Eslováquia na OTAN.

Será que a perspectiva do “choque de civilizações” explica tudo o que foi significativo nos assuntos mundiais durante estes últimos meses? Claro que não. Poder-se-ia argumentar, por exemplo, que o acordo entre a Organização para a Libertação da Palestina e o governo israelita sobre a Faixa de Gaza e Jericó é uma anomalia dramática para o paradigma civilizacional, e em certo sentido é. Tal acontecimento, no entanto, não invalida uma abordagem civilizacional: é historicamente significativo precisamente porque ocorre entre grupos de duas civilizações diferentes que lutam entre si há mais de quatro décadas. As tréguas e os acordos limitados fazem parte dos confrontos entre civilizações, tal como os acordos de controle de armas soviético-americanos faziam parte da Guerra Fria; e embora o conflito entre judeus e árabes possa ser circunscrito, ainda continua.

As questões intercivilizacionais estão cada vez mais a substituir as questões inter-superpotências como os principais itens da agenda internacional. Estas questões incluem a proliferação de armas (particularmente de armas de destruição maciça e os meios de as produzir), os direitos humanos e a imigração. Nessas três questões, o Ocidente está de um lado e a maioria das outras grandes civilizações está do outro. O presidente Clinton, nas Nações Unidas, apela à intensificação de esforços para reduzir as armas nucleares e outras armas não convencionais; os Estados islâmicos e confucionistas avançam nos seus esforços para adquiri-las; a Rússia pratica a ambivalência. A medida em que os países respeitam os direitos humanos corresponde esmagadoramente às divisões entre civilizações: o Ocidente e o Japão são altamente protetores dos direitos humanos; a América Latina, a Índia, a Rússia e partes de África protegem alguns direitos humanos; a China, muitos outros países asiáticos e a maioria das sociedades muçulmanas são menos protetores dos direitos humanos. O aumento da imigração proveniente de fontes não ocidentais está a provocar preocupações crescentes tanto na Europa como na América. Outros países europeus, além da Alemanha, estão a reforçar as suas restrições ao mesmo tempo que as barreiras à circulação de pessoas dentro da Comunidade Europeia estão a desaparecer rapidamente. Nos Estados Unidos, ondas massivas de novos imigrantes estão a gerar apoio para novos controles, apesar de a maioria dos estudos mostrar que os imigrantes estão a dar uma contribuição líquida positiva para a economia americana.

América desabilitada?

Uma função de um paradigma é destacar o que é importante (por exemplo, o potencial de escalada em confrontos entre grupos de civilizações diferentes); outra é colocar fenômenos familiares sob uma nova perspectiva. A este respeito, o paradigma civilizacional pode ter implicações para os Estados Unidos. Países como a União Soviética e a Iugoslávia, que apresentam divisões civilizacionais, tendem a desintegrar-se. A unidade dos Estados Unidos tem-se apoiado historicamente nas bases gêmeas da cultura europeia e da democracia política. Estes foram elementos essenciais da América,

aos quais gerações de imigrantes foram assimilados. A essência do credo americano tem sido a igualdade de direitos para o indivíduo, e historicamente os grupos de imigrantes e excluídos invocaram e, assim, revigoraram os princípios do credo nas suas lutas pela igualdade de tratamento na sociedade americana. O esforço mais notável e bem-sucedido foi o movimento pelos direitos civis liderado por Martin Luther King Jr., nas décadas de 1950 e 1960. Posteriormente, porém, a exigência passou de direitos iguais para os indivíduos para direitos especiais (ações afirmativas e medidas semelhantes) para negros e outros grupos. Tais reivindicações vão diretamente contra os princípios subjacentes que têm sido a base da unidade política americana; eles rejeitam a ideia de uma sociedade "daltônica" de indivíduos iguais e, em vez disso, promovem uma sociedade "consciente da cor" com privilégios sancionados pelo governo para alguns grupos. Num movimento paralelo, intelectuais e políticos começaram a promover a ideologia do "multiculturalismo" e a insistir na reescrita da história política, social e literária americana do ponto de vista de grupos não europeus. No extremo, este movimento tende a elevar líderes obscuros de grupos minoritários a um nível de importância igual ao dos Pais Fundadores. Tanto as exigências de direitos especiais de grupo como de multiculturalismo encorajam um choque de civilizações dentro dos Estados Unidos e encorajam o que Arthur M. Schlesinger Jr. chama de "a desunião da América".

Os Estados Unidos estão se tornando cada vez mais diversificados étnica e racialmente. O Census Bureau estima que até 2050 a população americana será 23% hispânica, 16% negra e 10% asiático-americana. No passado, os Estados Unidos absorveram com sucesso milhões de imigrantes de vários países porque estes se adaptaram à cultura europeia prevalecente e abraçaram com entusiasmo o Credo Americano de liberdade, igualdade, individualismo e democracia. Será que este padrão continuará a prevalecer à medida que 50% da população se tornar hispânica ou não-branca? Serão os novos imigrantes assimilados pela cultura europeia até então dominante dos Estados Unidos? Se não o forem, se os Estados Unidos se tornarem verdadeiramente multiculturais e permeados por um choque interno de civilizações, sobreviverão como uma

democracia liberal? A identidade política dos Estados Unidos está enraizada nos princípios articulados nos seus documentos fundadores. Será que a desocidentalização dos Estados Unidos, se ocorrer, significará também a sua desamericanização? Se isso acontecer e os americanos deixarem de aderir à sua ideologia política liberal democrática e de raiz europeia, os Estados Unidos como os conhecemos deixarão de existir e seguirão a outra superpotência ideologicamente definida para o monte de cinzas da história.

Tem uma ideia melhor?

Uma abordagem civilizacional explica e ordena grande parte da “florescente confusão” do mundo pós-Guerra Fria, razão pela qual tem atraído tanta atenção e gerado tanto debate em todo o mundo. Qualquer outro paradigma pode fazer melhor? Se não forem civilizações, o quê é? As respostas ao meu artigo na revista *Foreign Affairs* não forneceram qualquer imagem alternativa convincente do mundo. Na melhor das hipóteses, sugeriram uma pseudoalternativa e uma alternativa irreal.

A pseudoalternativa é um paradigma estatista que constrói uma oposição totalmente irrelevante e artificial entre Estados e civilizações: “As civilizações não controlam os Estados”, diz Fouad Ajami, “os Estados controlam as civilizações”. Mas não faz sentido falar de Estados e civilizações em termos de “controle”. Os Estados, é claro, tentam equilibrar o poder, mas se isso fosse tudo o que fizessem, os países da Europa Ocidental teriam se unido à União Soviética contra os Estados Unidos no final da década de 1940. Os Estados respondem principalmente às ameaças percebidas, e os Estados da Europa Ocidental viram então uma ameaça política e ideológica vinda do Leste. Como argumentou o meu artigo original, as civilizações são compostas por um ou mais Estados, e “os Estados-nação continuarão a ser os atores mais poderosos nos assuntos mundiais”. Tal como os Estados-nação geralmente pertenciam a um dos três mundos da Guerra Fria, também pertencem a civilizações. Com o desaparecimento dos três mundos, os Estados-nação definem cada vez mais a sua identidade e os seus interesses em termos civilizacionais, e os povos e Estados da Europa

Ocidental veem agora uma ameaça cultural do Sul a substituir a ameaça ideológica do Leste.

Não vivemos num mundo de países caracterizados pela “solidão dos Estados” (para usar a frase de Ajami) sem ligações entre eles. O nosso mundo é um conjunto de agrupamentos sobrepostos de Estados reunidos em vários graus pela história, cultura, religião, língua, localização e instituições. No nível mais amplo, esses agrupamentos são civilizações. Negar a sua existência é negar as realidades básicas da existência humana.

A alternativa irreal é o paradigma mundial de que uma civilização universal existe agora ou provavelmente existirá nos próximos anos. Obviamente, as pessoas têm agora, e durante milênios, características comuns que distinguem os humanos de outras espécies. Estas características sempre foram compatíveis com a existência de culturas muito diferentes. O argumento de que uma cultura ou civilização universal está agora a emergir assume várias formas, nenhuma das quais resiste mesmo a um exame minucioso.

Em primeiro lugar, existe o argumento de que o colapso do comunismo soviético significa o fim da história e a vitória universal da democracia liberal em todo o mundo. Este argumento sofre da Falácia da Alternativa Única. Está enraizado no pressuposto da Guerra Fria de que a única alternativa ao comunismo é a democracia liberal e que o desaparecimento da primeira produz a universalidade da segunda. Obviamente, porém, existem muitas formas de autoritarismo, nacionalismo, corporativismo e comunismo de mercado (como na China) que estão vivas e bem no mundo de hoje. Mais significativamente, existem todas as alternativas religiosas que estão fora do mundo que são percebidas em termos de ideologias seculares. No mundo moderno, a religião é uma força central, talvez a maior, que motiva e mobiliza as pessoas. É pura arrogância pensar que, devido ao colapso do comunismo soviético, o Ocidente ganhou o mundo para sempre.

Em segundo lugar, existe a suposição de que o aumento da interação – maior comunicação e transporte – produz uma cultura comum. Em algumas circunstâncias, este pode ser o caso. Mas as

guerras ocorrem mais frequentemente entre sociedades com elevados níveis de interação, e a interação reforça frequentemente as identidades existentes e produz resistência, reação e confronto.

Terceiro, existe o pressuposto de que a modernização e o desenvolvimento econômico têm um efeito homogeneizador e produzem uma cultura moderna comum que se assemelha muito à que existiu no Ocidente neste século. É evidente que as sociedades modernas urbanas, alfabetizadas, ricas e industrializadas partilham traços culturais que as distinguem das sociedades atrasadas, rurais, pobres e subdesenvolvidas. No mundo contemporâneo, a maioria das sociedades modernas têm sido sociedades ocidentais. Mas a modernização não é igual à ocidentalização. O Japão, Singapura e a Arábia Saudita são sociedades modernas e prósperas, mas são claramente não ocidentais. A presunção dos ocidentais de que outros povos que se modernizam devem tornar-se “como nós” é um pouco de arrogância ocidental que por si só ilustra o choque de civilizações. Argumentar que eslovenos e sérvios, árabes e judeus, hindus e muçulmanos, russos e tadjiques, tâmeis e cingaleses, tibetanos e chineses, japoneses e americanos pertencem todos a uma única civilização universal definida pelo Ocidente é ir contra a realidade.

Uma civilização universal só pode ser o produto do poder universal. O poder romano criou uma civilização quase universal dentro dos limites limitados do mundo antigo. O poder ocidental, sob a forma do colonialismo europeu no século XIX e da hegemonia americana no século XX, estendeu a cultura ocidental a grande parte do mundo contemporâneo. O colonialismo europeu acabou; a hegemonia americana está retrocedendo. Segue-se a erosão da cultura ocidental, à medida que costumes, línguas, crenças e instituições indígenas e historicamente enraizadas se reafirmam.

Surpreendentemente, Ajami cita a Índia como prova do poder arrebatador da modernidade ocidental. “A Índia”, diz ele, “não se tornará um Estado hindu. A herança do secularismo indiano permanecerá”. Talvez sim, mas certamente a tendência esmagadora se afasta da visão de Nehru de uma democracia secular, socialista, ocidental e parlamentar, para uma sociedade moldada pelo

fundamentalismo hindu. Na Índia, Ajami prossegue dizendo: “A vasta classe média irá defendê-lo [o secularismo], manter a ordem intacta para manter o lugar da Índia – e o seu próprio – no mundo moderno das nações”. Realmente? Uma longa matéria do New York Times (23 de setembro de 1993) sobre esse assunto começa: “Lentamente, gradualmente, mas com a implacabilidade das enchentes, uma crescente raiva hindu contra a minoria muçulmana da Índia vem se espalhando entre a sólida classe média hindu da Índia - seus comerciantes e contadores, seus advogados e engenheiros - criando incerteza sobre a futura capacidade dos adeptos das duas religiões de se darem bem.” Um artigo de opinião no Times (3 de agosto de 1993) escrito por um jornalista indiano também destaca o papel da classe média: “O desenvolvimento mais perturbador é o número crescente de altos funcionários públicos, intelectuais e jornalistas que começaram a falar a linguagem do fundamentalismo hindu, protestando contra o fato de as minorias religiosas, particularmente os muçulmanos, os terem empurrado para além dos limites da paciência.” Este autor, Khushwant Singh, conclui tristemente que embora a Índia possa manter uma fachada secular, a Índia “não será mais a Índia que conhecemos nos últimos 47 anos” e “o espírito interior será o do hinduísmo militante”. Na Índia, como noutras sociedades, o fundamentalismo está em ascensão e é em grande parte um fenômeno da classe média.

O declínio do poder ocidental será seguido, e começa a ser seguido, pelo recuo da cultura ocidental. O rápido aumento do poder econômico dos Estados do Leste Asiático irá, como afirmou Kishore Mahbubani, levar a um aumento do poder militar, da influência política e da assertividade cultural. Um colega seu elaborou este alerta a respeito dos direitos humanos:

Esforços para promover os direitos humanos na Ásia também devem ter em conta a alteração da distribuição de poder no mundo pós-Guerra Fria. . . A influência ocidental sobre o Leste e Sudeste Asiático foi bastante reduzida. . . Há muito menos margem para condicionalidades e sanções para forçar o cumprimento dos direitos humanos. . .

Pela primeira vez desde que a Declaração Universal [dos Direitos

Humanos] adotada em 1948, os países que não estão completamente imersos nas tradições judaico-cristãs e de direito natural estão na primeira posição: Essa situação sem precedentes definirá a nova política internacional de direitos humanos. Também multiplicará as ocasiões de conflito. . . .

O sucesso econômico gerou uma maior autoconfiança cultural. Quaisquer que sejam as suas diferenças, os países do Leste e do Sudeste Asiático estão cada vez mais conscientes das suas próprias civilizações e tendem a localizar as fontes do seu sucesso econômico nas suas próprias tradições e instituições distintas. O tom autocongratatório, simplista e hipócrita de muitos comentários ocidentais no final da Guerra Fria e o atual triunfalismo dos valores ocidentais irritam os asiáticos do Leste e do Sudeste Asiático.

A língua é, obviamente, central para a cultura, e Ajami e Robert Bartley citam o uso generalizado do inglês como evidência da universalidade da cultura ocidental (embora o exemplo ficcional de Ajami remonte a 1900). Contudo, o uso do inglês está aumentando ou diminuindo em relação a outras línguas? Na Índia, na África e noutros lugares, as línguas indígenas têm substituído as dos governantes coloniais. Enquanto Ajami e Bartley escreviam seus comentários, a Newsweek publicou um artigo intitulado "O inglês não é mais falado aqui" sobre o chinês substituir o inglês como língua franca de Hong Kong. Em um desenvolvimento paralelo, os sérvios agora chamam sua língua de sérvia, não de sérvio-croata, e é escrita na forma cirílica de seus parentes russos, não na escrita ocidental de seus inimigos católicos. Ao mesmo tempo, o Azerbaijão, o Turquemenistão e o Uzbequistão mudaram da escrita cirílica dos seus antigos senhores russos para a escrita ocidental dos seus parentes turcos. Na frente linguística, a babelização prevalece sobre a universalização e evidencia ainda mais a ascensão da identidade civilizacional.

Cultura é para morrer

Para onde quer que nos voltemos, o mundo está em desacordo consigo mesmo. Se as diferenças na civilização não são responsáveis

por estes conflitos, o que é, então? Os críticos do paradigma civilizatório não produziram uma explicação melhor para o que se passa no mundo. O paradigma civilizacional, em contraste, repercute em todo o mundo. Na Ásia, como relatou um embaixador dos EUA, está "a espalhar-se como um incêndio". Na Europa, o presidente da Comunidade Europeia, Jacques Delors, endossou explicitamente o seu argumento de que "os conflitos futuros serão desencadeados por fatores culturais e não por fatores econômicos ou ideológicos" e advertiu: *"O Ocidente precisa desenvolver uma compreensão mais profunda dos pressupostos religiosos e filosóficos subjacentes a outras civilizações, e a forma como outras nações veem os seus interesses, para identificar o que temos em comum."* Os muçulmanos, por sua vez, têm visto "o choque" como um reconhecimento e, em certa medida, legitimação da distinção da sua própria civilização e da sua independência do Ocidente. O fato de as civilizações serem entidades significativas está de acordo com a forma como as pessoas veem e experienciam a realidade.

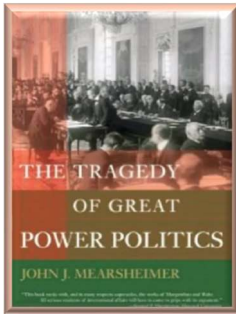
A história não terminou. O mundo não é um. As civilizações unem e dividem a humanidade. As forças que provocam confrontos entre civilizações só poderão ser contidas se forem reconhecidas. Num "mundo de civilizações diferentes", como conclui o meu artigo, cada uma "terá de aprender a coexistir com as outras". O que em última análise conta para as pessoas não é a ideologia política ou o interesse econômico. Fé e família, sangue e crença são aquilo com o que as pessoas se identificam e pelas quais lutarão e morrerão. E é por isso que o choque de civilizações está a substituir a Guerra Fria como fenômeno central da política global, e é por isso que um paradigma civilizacional proporciona, melhor do que qualquer alternativa, um ponto de partida útil para compreender e lidar com as mudanças em curso no mundo. ●

Samuel Huntington

Publicado no dia 1º de dezembro de 1993

Conflito ou cooperação?

Richard K. Betts



Três Visões Revisitadas

“Homens práticos, que se consideram isentos de qualquer influência intelectual, são geralmente escravos de algum economista extinto”, escreveu certa vez John Maynard Keynes. Políticos e especialistas veem o mundo por meio de instintos e suposições enraizadas na Grande Ideia de algum filósofo. Algumas ideias são antigas e tidas como certas em toda a sociedade. Para a maioria dos americanos, são

as ideias da tradição liberal, de John Locke a Woodrow Wilson, que moldam o seu pensamento sobre a política externa. Os conceitos sagrados de liberdade, individualismo e cooperação estão tão enraizados na cultura política dos EUA que a maioria das pessoas assume que são a ordem natural das coisas, valores universais que as pessoas em todo o mundo abraçariam se tivessem a oportunidade.

Em tempos de mudança, as pessoas se perguntam de forma mais consciente sobre como o mundo funciona. O hiato entre a Guerra Fria e o 11 de Setembro foi um desses momentos; a sabedoria convencional implorou para ser reinventada. Quase um século de luta titânica sobre qual ideologia seria o modelo para organizar as sociedades em todo o mundo – o fascismo, o comunismo ou a democracia liberal ocidental – deixou apenas a última de pé. Depois de uma disputa mundial de superpotências, os únicos conflitos que restaram foram locais, numerosos, mas menores. Quais seriam as forças motrizes da política mundial depois do século XX, o século da guerra total?

Entre os teóricos que saltaram para o mercado dos modelos do futuro, três se destacaram: Francis Fukuyama, Samuel Huntington e John Mearsheimer. Cada um deles causou impacto com um artigo

controverso e depois refinou o argumento em um livro – Fukuyama em *O Fim da História e o Último Homem*, Huntington em *O Choque de Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial*, e Mearsheimer em *A Tragédia das Grandes Potências*. Cada um apresentou uma visão ousada e abrangente que tocou certos leitores, e cada um foi rejeitado por outros cujas crenças foram ofendidas ou que tiraram conclusões precipitadas sobre o que achavam que os argumentos implicavam. (As reações foram extremas porque a maior parte do debate girou em torno dos argumentos básicos dos artigos iniciais, em vez das versões completas e refinadas dos livros posteriores. Este ensaio visa a dar o devido valor às versões completas de todos os três argumentos.)

Nenhuma das três visões prevaleceu como a nova sabedoria convencional, embora a de Fukuyama tenha soado mais verdadeira quando o Muro de Berlim caiu, a de Huntington o tenha feito depois do 11 de Setembro e a de Mearsheimer possa fazê-lo quando o poder da China estiver plenamente desenvolvido. No entanto, todas as três ideias continuam a ser faróis, porque mesmo os decisores políticos práticos que evitam as teorias das torres de marfim ainda tendem a pensar aproximadamente em termos de uma delas, e ainda não foram apresentadas outras visões que correspondam ao seu âmbito e profundidade. Cada um traça um caminho rumo à paz e à estabilidade se os estadistas fizerem as escolhas certas –, mas nenhum oferece qualquer confiança de que as escolhas erradas serão evitadas.

Convergência ou diversidade?

Mais otimista foi a visão de Fukuyama do consenso moderno final sobre a democracia e o capitalismo, a globalização do liberalismo ocidental e a “homogeneização de todas as sociedades humanas”, impulsionada pela tecnologia e pela riqueza. Alguns ficaram desanimados com a sua apresentação de uma densa interpretação filosófica de Hegel e Nietzsche, mas das três visões, a de Fukuyama ainda oferecia a que mais se aproximava do pensamento americano dominante. Ressoou com outros testemunhos da promessa da liderança americana e das normas ocidentais, como a ideia de *soft power* de Joseph Nye, o constitucionalismo global de G. John

Ikenberry e a teoria da paz democrática de Michael Doyle e outros. E foi além da celebração da globalização econômica exemplificada pelos trabalhos de especialistas como Thomas Friedman. A versão de Fukuyama era mais profunda, distinguida de uma forma que acabaria por qualificar o seu otimismo e tornar a sua previsão mais compatível com as de Mearsheimer e Huntington. Fukuyama menosprezou o foco do liberalismo dominante no materialismo e na justiça, enfatizando “a luta pelo reconhecimento”, a busca espiritual pela dignidade humana e pela igualdade (ou por vezes pela superioridade), como um ingrediente crucial na transformação.

Entendido corretamente, Fukuyama não era nem de longe tão ingênuo quanto seus críticos supunham. Ele não afirmou que a história (no sentido de Hegel de uma progressão das relações humanas do senhorio e da escravidão para a liberdade, a igualdade e o governo constitucional) tinha terminado completamente; em vez disso, ele argumentou que estava em vias de terminar, com os principais obstáculos superados, mas com pontas soltas ainda a serem resolvidas. O seu ponto principal era que “a democracia liberal continua a ser a única aspiração política coerente que abrange diferentes regiões e culturas em todo o mundo”, mas reconheceu que a política e os conflitos iliberais persistiriam durante algum tempo no mundo em desenvolvimento, que permanece “preso na história”.

Fukuyama comparou o processo da história a um trem de vagões esticado, no qual alguns vagões são temporariamente parados, danificados ou desviados, mas eventualmente chegam ao mesmo destino. Sem mais divergências fundamentais sobre como as sociedades deveriam ser organizadas, não haveria nada importante pelo que lutar. O ensaio original de Fukuyama em *The National Interest*, de 1989, estava bastante à frente do seu tempo, escrito antes de Mikhail Gorbachev encerrar a Guerra Fria. Mesmo muitos que erroneamente consideraram a mensagem simplista assumiram que o colapso do comunismo deixou os valores ocidentais como a onda do futuro e a guerra catastrófica como uma relíquia do passado.

Tal como a maioria dos americanos de sangue quente, Fukuyama rejeitou a teoria azeda e realista das relações internacionais, que vê a história não como uma progressão em direção ao esclarecimento e à paz, mas como um ciclo de conflito. Ameaças históricas tornaram o realismo persuasivo durante grande parte do século de guerra total, mas no fundo é estranho aos instintos americanos e popular apenas entre alguns conservadores mal-humorados, marxistas e teóricos acadêmicos. (Fui acusado de estar entre eles.) A maioria das pessoas declarou alegremente que isso era ultrapassado quando a ameaça comunista implodiu. “Tratando uma doença que não existe mais”, afirmou Fukuyama, “os realistas agora se veem propondo curas caras e perigosas para pacientes saudáveis”.

Mearsheimer, contudo, é um realista irregenerado e atirou água fria à vitória na Guerra Fria. Contrariando a maré de otimismo, argumentou que a vida internacional continuaria a ser a competição brutal pelo poder que sempre foi. Ele caracterizou a competição como trágica porque os países terminam em conflito não por malevolência, mas apesar do seu desejo de paz. Na ausência de um governo mundial para fazer cumprir os direitos, eles consideram impossível confiar uns nos outros, e o simples esforço pela segurança leva-os a procurar o controle do seu ambiente e, portanto, o domínio. Para que a paz dure, terá de ser construída a partir de um equilíbrio estável de poder e não da difusão de boas ideias. Em suma, não há nada realmente novo no novo mundo.

Mearsheimer era um desmancha-prazeres, desafiando o que parecia ser o bom senso. Muitos acharam fácil descartá-lo quando ele afirmou que o renascimento dos conflitos tradicionais em breve deixaria todos nostálgicos pela simplicidade e estabilidade da Guerra Fria. Mas o realismo nunca pode ser descartado por muito tempo. Esta escola de pensamento sempre agitou, e até enfureceu, os liberais e neoconservadores americanos (que são, em muitos aspectos, apenas liberais em pele de lobo). A teoria cai em desuso sempre que a paz surge, mas continua a voltar porque a paz nunca se revela permanente. A visão de Mearsheimer é especialmente reveladora porque é uma versão extrema do realismo que não vê quaisquer atores benignos no sistema e assume que todas as

grandes potências procuram a hegemonia: "Não existem poderes de *status quo...* exceto a hegemonia ocasional que quer manter sua posição dominante."

O Oeste e o resto

A ideia de Huntington, abordada pela primeira vez nesta revista, foi a mais nova e chocante. Tal como Fukuyama, Huntington reconheceu o impacto da globalização, mas viu-a gerar conflitos em vez de consenso. Em sintonia com Mearsheimer, ele acreditava que "o poder brando só é poder quando assenta numa base de poder duro", mas via as concentrações relevantes de poder como áreas culturais transnacionais – oito civilizações básicas – e não como estados particulares. O que Fukuyama via como uma onda liberal, Huntington via como a crista da onda, um modelo ocidental etnocêntrico cuja força atingira o auge. Para Huntington, o mundo estava a unificar-se econômica e tecnologicamente, mas não socialmente. "As forças de integração no mundo são reais e são precisamente o que estão a gerar forças contrárias de afirmação cultural", escreveu ele. O Ocidente permaneceria dominante durante algum tempo, mas estava a iniciar um declínio gradual em relação a outras civilizações, especialmente as da Ásia. A maior clivagem na política mundial seria entre as civilizações do Ocidente e "o resto".

Huntington encheu o seu livro de 1996 com dados sobre o surgimento de culturas não ocidentais: a pequena e cada vez menor proporção da população mundial composta pelo Ocidente e pelo Japão (15% naquela altura); a percentagem decrescente de pessoas no estrangeiro que falam inglês; a "indigenização" do ensino superior, substituindo o costume de estudar no estrangeiro, que proporcionou às elites do Terceiro Mundo uma experiência pessoal do Ocidente; o renascimento das religiões não cristãs em toda parte; e assim por diante. Para Huntington, havia mais de um trem de vagões, para usar a imagem de Fukuyama, e aqueles que seguiam uma rota diferente estavam ganhando velocidade.

O ponto principal de Huntington era que modernização não é o mesmo que ocidentalização. A participação dos estrangeiros na

cultura de consumo ocidental não significa que aceitem os valores ocidentais, como o pluralismo social, o Estado de direito, a separação entre Igreja e Estado, o governo representativo ou o individualismo. “A essência da civilização ocidental é a Magna Carta, não a Magna Mac”, escreveu Huntington. Isto significa que “em algum lugar no Oriente Médio, meia dúzia de jovens poderiam muito bem estar vestidos de jeans, bebendo Coca-Cola, ouvindo rap e, entre suas reverências a Meca, montando uma bomba para explodir um avião americano”.

A homogeneização que Fukuyama viu assemelhava-se ao que Huntington chamou de “cultura de Davos”, referindo-se ao encontro anual das elites na Suíça. Este foi o consenso transnacional do *jet set*, que, escreveu Huntington, “controla virtualmente todas as instituições internacionais, muitos dos governos do mundo e a maior parte das capacidades econômicas e militares do mundo”. Huntington, no entanto, via a política como uma populista e salientou o quão tênue era o verniz desta elite – “menos de 50 milhões de pessoas ou 1% da população mundial”. As massas e classes médias de outras civilizações têm as suas próprias agendas. O progresso da democratização celebrado no final da história não promove valores universais, mas abre essas agendas e fortalece os movimentos nativistas. “Os políticos das sociedades não ocidentais não ganham eleições mostrando o quão ocidentais são”, lembrou Huntington aos leitores. Embora ele não tenha dito isso, a identificação equivocada de modernização com ocidentalização ocorre naturalmente para muitos analistas dos EUA, porque eles entendem os países exóticos por meio de estadas em hotéis de estilo ocidental e de reuniões com pessoas cosmopolitas de Davos - os líderes locais - e não por meio de conversas nas línguas locais com cidadãos em ascensão.

Muitos interpretaram mal o artigo inicial de Huntington como um apelo xenófobo às armas do Ocidente contra “o resto”. O último livro deixou claro que o seu objetivo era exatamente o oposto: evitar que o crescente choque de civilizações se transformasse numa guerra de civilizações. Ele apelou à humildade em vez da arrogância, escrevendo: “A crença ocidental na universalidade da cultura

ocidental sofre três problemas: é falsa; é imoral; e é perigosa." A difusão dos valores ocidentais não promove a paz, mas provoca resistência: "Se as sociedades não ocidentais forem mais uma vez moldadas pela cultura ocidental, isso acontecerá apenas como resultado da expansão, implantação e impacto do poder ocidental, consequência lógica do universalismo". A alternativa mais sábia, argumentou ele, é aceitar que "a segurança do mundo requer a aceitação da multiculturalidade global".

Portanto, a solução de Fukuyama foi o problema de Huntington. Para evitar a escalada do conflito entre civilizações é necessário rejeitar o universalismo, respeitar a legitimidade das culturas não ocidentais e, acima de tudo, abster-se de intervir nos conflitos das civilizações não ocidentais. Ficar de fora, escreveu Huntington, "é o primeiro requisito da paz". Isto seria especialmente difícil quando se trata do mundo islâmico, que, disse ele, tem um histórico de estar "muito mais envolvido na violência intergrupar do que as pessoas de qualquer outra civilização".

Depois do 11 de Setembro

Quando a Al Qaeda atacou as Torres Gêmeas e o Pentágono, muitos céticos decidiram que, afinal, Huntington tinha sido presciente. O especialista em Oriente Médio Fouad Ajami escreveu no *The New York Times*: "Duvidei de Samuel Huntington quando ele previu uma luta entre o Islã e o Ocidente. Erro meu." Mesmo assim, Fukuyama permaneceu tranquilo. No posfácio de uma edição posterior do seu livro, ele argumentou que os países muçulmanos fora do mundo árabe seriam capazes de democratizar e que as doutrinas islâmicas violentas são simplesmente ideologias radicais inspiradas pelo fascismo e pelo comunismo ocidentais e "não refletem quaisquer ensinamentos fundamentais do Islã". "No livro original, Fukuyama rejeitou o Islã como um desafio para o Ocidente porque não tinha apelo fora de áreas que já eram islâmicas: "pode reconquistar adeptos decaídos, mas não tem ressonância para os jovens em Berlim, Tóquio ou Moscou."

Escrevendo antes do 11 de Setembro, Fukuyama viu a exceção islâmica como uma pequena distração. Mearsheimer não teve

absolutamente nada a dizer sobre isso, uma vez que nenhum Estado islâmico é uma grande potência, a única unidade política que ele considera importante. Quanto ao terrorismo, a palavra nem sequer aparece no índice de nenhum dos seus livros. Huntington, pelo contrário, via abertamente o Islã como um desafio significativo, acreditando que é mais vibrante do que Fukuyama pensava. Por exemplo, ele explicou que os fundamentalistas islâmicos são desproporcionalmente intelectuais e tecnocratas provenientes "dos setores mais 'modernos' da classe média".

Dos três, apenas Huntington antecipou quão grande seria o Islã no fim da história. Depois da publicação de *O Choque de Civilizações*, o mundo islâmico apresentou um desafio militar multifacetado aos americanos – em parte porque os Estados Unidos procuravam defender-se contra a Al Qaeda; em parte porque Washington apoia Israel, um posto avançado ocidental numa região muçulmana; e em parte porque o presidente George W. Bush desprezou o aviso de Huntington contra a intromissão e lançou a desastrosa invasão do Iraque, que antagonizou os muçulmanos em todo o mundo. Na primeira década do século XXI, Fukuyama e Mearsheimer pareciam não ter percebido onde estaria a ação. Nenhum dos três, porém, acreditava que o terrorismo e a revolução islâmica continuariam a ser os acontecimentos principais.

No hiato pós-Guerra Fria, as visões de Fukuyama, Huntington e Mearsheimer apontavam para forças muito diferentes que determinavam as probabilidades de conflito ou cooperação. Essas visões pareciam totalmente opostas entre si, e aqueles que consideravam uma convincente consideravam as outras totalmente erradas. Mas quando se eliminam as camadas superiores dos três argumentos e se chega às condições que os autores estabeleceram para as suas previsões, verifica-se que apontam numa direção notavelmente semelhante - e pessimista.

No final do seu livro, Fukuyama – o mais otimista dos três – revela falta de convicção. A sua visão é mais complexa e contingente do que outras versões da teoria liberal, e menos triunfante. Ele vai além dos muitos que abraçam a globalização e a cultura de Davos e preocupa-se com o fato de a abundância econômica e o conforto

tecnológico não serem suficientes para manter a história terminada, porque "o homem não é simplesmente um animal econômico". A verdadeira história é a moral, a luta pelo reconhecimento. Fukuyama receia que a ideia de Nietzsche sobre a vontade de poder - de que as pessoas se esforçarão para ser não apenas iguais, mas também superiores - irá reacender os impulsos para a violência que o fim da história deveria pôr fim. Ele admite que esta dimensão espiritual dá poder às forças menos semelhantes a Davos: o nacionalismo (que Mearsheimer vê como um importante motor do conflito internacional) e a religião (que Huntington vê como a força motivadora mais subestimada na política).

Convergindo com os outros dois autores, Fukuyama teme que uma civilização ocidental que não tenha ido além do triunfo do materialismo e da justiça "seria incapaz de se defender das civilizações... cujos cidadãos estavam prontos a abandonar o conforto e a segurança e que não tinham medo" de arriscar suas vidas por uma questão de domínio." Embora confiante de que a história está a terminar, ele admite que o tédio com o resultado, ou as exceções à regra, podem reiniciá-la. No último capítulo do livro de Fukuyama, Nietzsche ganhou vantagem sobre Hegel, e a história parece não estar no fim, mas sim num intervalo.

A China reiniciará a história?

As futuras relações do Ocidente com a China, o único país no caminho para acabar com a era da unipolaridade, é a questão que aproxima as implicações das três visões. Cada autor oferece uma opção para evitar conflitos. Para Fukuyama, essa opção é a China juntar-se ao Ocidente e aceitar o fim da história. Para Mearsheimer, cabe ao Ocidente formar uma coligação potente para equilibrar e conter o poder da China. Para Huntington, é o contrário - respeitar a diferença da China e abster-se de tentativas de sufocar a sua influência. (Huntington considera plausíveis tanto o confronto como a acomodação, mas acredita que o primeiro exigiria ações mais decisivas do que as que a política dos EUA já contemplou.) Nenhum dos três, no entanto, dá qualquer razão para acreditar que estes caminhos em direção à paz sejam tão prováveis de serem tomados como aqueles que prometem um confronto.

Fukuyama tem pouco a dizer sobre a China e não afirma que esta irá necessariamente evoluir ao longo das linhas ocidentais. Isto deixa-o como uma exceção do tamanho de um elefante para o fim da história, sem qualquer razão para esperar que a sua “luta pelo reconhecimento” não se compare às das potências emergentes que vieram antes. Tanto Huntington como Mearsheimer assumem que a China procurará a hegemonia na Ásia. Huntington também apresenta dados que mostram a China como a única grande potência que tem sido mais violenta do que os Estados muçulmanos; em crises, utilizou a força a uma taxa quatro vezes superior à dos Estados Unidos. Ele também observa que a cultura chinesa se sente desconfortável com a multipolaridade, o equilíbrio e a igualdade – motivos potenciais para a estabilidade internacional nos termos ocidentais. Em vez disso, argumenta ele, os chineses consideram a hierarquia e a ordem histórica “sinocêntrica” na Ásia Oriental muito naturais.

Quanto a Mearsheimer, a China é a questão sobre a qual o seu trágico diagnóstico é, infelizmente, mais convincente (embora a sua prescrição possa não o ser). A sua previsão inicial de que a OTAN se desintegraria após a Guerra Fria tem-se tornado mais tênue a cada ano que passa, enquanto a crença de Fukuyama e Huntington de que a unidade do Ocidente colocou a insegurança numa remissão permanente tem-se mantido melhor até agora. No entanto, sobre o futuro da China, Mearsheimer tem mais registros históricos que apoiam o seu pessimismo. Como argumentou o acadêmico Robert Gilpin, as “transições hegemônicas” – quando uma potência ascendente começa a ultrapassar a dominante – raramente foram pacíficas. A reverência do Reino Unido aos Estados Unidos há um século atrás foi, mas Fukuyama e Huntington poderiam atribuir isso à afinidade cultural e ideológica – ingredientes ausentes entre a China e os Estados Unidos.

Para Mearsheimer, a política liberal de “engajamento” não oferece nenhuma solução para o poder crescente da China e só irá piorá-lo. “Os Estados Unidos têm um profundo interesse em ver o crescimento econômico chinês abrandar”, escreve ele. “No entanto”, continua ele, “os Estados Unidos seguiram uma estratégia para ter o

efeito oposto”. Mas uma guerra econômica que pudesse prejudicar a China também a provocaria e, em qualquer caso, não é uma opção plausível.

Se acreditarmos no resto do livro de Mearsheimer, a ascensão da China não deveria alarmar tanto o autor. Ele argumenta que os sistemas internacionais bipolares são naturalmente os mais estáveis. Ele nega que o sistema atual seja unipolar, mas é difícil vê-lo como genuinamente multipolar; nenhuma outra potência ainda rivaliza com os Estados Unidos. Se o sistema da Guerra Fria fosse qualificado como bipolar, um futuro sistema em que a China se tornasse uma segunda superpotência também o deveria fazer.

Então, afinal, os americanos deveriam relaxar? Não. O carinho pela bipolaridade é errado. Baseia-se demasiadamente na feliz “paz prolongada” da Guerra Fria – que não foi tão estável na maior parte do tempo – e não é claro por que razão não devem ser tiradas lições de outros exemplos de bipolaridade que produziram guerras catastróficas: Atenas contra Esparta e Roma contra Cartago. Outros realistas, como Geoffrey Blainey e Robert Gilpin, são mais convincentes ao considerarem a hierarquia como a ordem mais estável e a paridade como uma fonte de erros de cálculo e de tomada de riscos. Se a estabilidade é a única coisa com que vale a pena preocupar-nos, então admitir o domínio chinês na Ásia poderá ser o mal menor. No entanto, Mearsheimer teme a potencial hegemonia chinesa na região. De qualquer forma, o prognóstico realista parece sombrio.

O otimismo depende de alternativas que todos os três teóricos consideram improváveis. Uma é a visão liberal comum, mas esta é a visão materialista simples que Fukuyama considera estéril demais para durar. Outra seria uma prescrição conservadora de contenção, como a de Huntington, mas isso não é característico dos americanos e tem sido assim desde que eles se acostumaram ao ativismo muscular depois de 1945. Em seu livro *The Post-American World*, Fareed Zakaria combina algo de ambos. Ele vê um mundo de perigo reduzido à medida que a economia supera a política. Mas também há uma linha de chumbo em seu otimismo. Zakaria vê o sistema político dos EUA como a sua “fraqueza central” devido ao fosso

entre a elite cosmopolita experiente (o povo de Davos) e a maioria popular míope que arrasta o país para baixo. Se o seu querido sistema político é o problema, será que os americanos podem realmente ter esperança?

Huntington é mais democrata, mas também teme que os americanos não enfrentem escolhas difíceis. “Se os Estados Unidos não estiverem dispostos a lutar contra a hegemonia chinesa, terão de renunciar ao seu universalismo”, adverte –, mas isto seria um improvável afastamento brusco da tradição e do triunfo. “O maior perigo”, teme ele, “é que os Estados Unidos não façam uma escolha clara e tropecem numa guerra com a China sem considerarem cuidadosamente se isso é do seu interesse nacional e sem estarem preparados para travar tal guerra de forma eficaz”.

Os limites das grandes ideias

Nenhum dos três autores escreveu sobre as visões mais sombrias sobre o futuro, que vão além da política. (Por exemplo, Martin Rees, em seu livro *Our Final Hour*, e Fred Iklé, em *Annihilation From Within*, revelam muitas maneiras pelas quais desastres naturais ou avanços científicos em bioengenharia, inteligência artificial e armas de destruição em massa poderiam desencadear resultados apocalípticos.) No entanto, as três visões mais impressionantes que se centraram na política mundial após a Guerra Fria revelaram-se perturbadoras. O mundo em 2010 dificilmente parece estar num caminho mais promissor do que quando Fukuyama, Huntington e Mearsheimer apresentaram os seus argumentos, e poucos hoje apostariam que os estadistas farão as escolhas políticas que os três recomendaram.

Isto é um lembrete de que visões simples, por mais poderosas que sejam, não se sustentam como preditores fiáveis de desenvolvimentos específicos. As visões são vitais para clarificar o pensamento sobre as forças que impulsionam as relações internacionais, as principais direções que se espera que os acontecimentos tomem e a fé básica de alguém em questões políticas, mas não podem dar conta de muitas especificidades na complexidade real da vida política. As maiores ideias também

podem produzir estimativas menos precisas. O psicólogo Philip Tetlock, em *Expert Political Judgment*, compilou *scorecards* detalhados para as previsões de especialistas políticos e descobriu que aqueles conhecidos por grandes teorias abrangentes ("ouriços", na classificação de Isaiah Berlin) tiveram pior desempenho, em média, do que aqueles com análises mais complicadas e contingentes. ("raposas") - e que os registros de previsões de qualquer tipo de especialista revelam-se muito fracos. Os leitores que procuram uma desculpa para ignorar previsões sombrias também podem se consolar com as evidências de que as previsões são totalmente inúteis. Nassim Nicholas Taleb, autor de *O Cisne Negro*, argumenta que a maioria dos desenvolvimentos que mudam o mundo acabam por não ser previstos por ninguém, o resultado de acontecimentos altamente improváveis fora das equações dos analistas. A esmagadora aleatoriedade daquilo que causa as coisas na vida econômica e política é inevitável, argumenta Taleb; grandes ideias são apenas grandes ilusões.

Lembretes dos limites da teoria soam verdadeiros para pessoas práticas. Mas se as causas e os efeitos são irremediavelmente aleatórios, então não há esperança para uma política informada. A incerteza terminal, contudo, não é uma opção para os estadistas. Eles não podem simplesmente tirar fotos no escuro, portanto não podem prescindir de algumas suposições sobre como o mundo funciona. É por isso que as pessoas práticas são escravas de economistas extintos ou de teóricos políticos contemporâneos. Os decisores políticos precisam de âncoras intelectuais para poderem tomar decisões informadas que tenham maior probabilidade de mover o mundo na direção certa do que na errada.

Então, o que as três visões oferecem? Apesar do que pareciam diferenças gritantes quando foram apresentados pela primeira vez, muitas de suas implicações acabaram na mesma página. Fukuyama capturou o drama da unificação final do Ocidente, uma importante consolidação do liberalismo em grande escala e um desenvolvimento que molda o mundo, mesmo que o modelo ocidental não se revele universal. Uma versão menos ambiciosa da visão de Fukuyama, que não chega a exigir a ocidentalização total do

“resto”, é bastante compatível com a de Huntington, que instou o Ocidente a concentrar-se em manter-se unido, resolvendo os seus próprios problemas, revertendo uma tendência de decadência crescente e renovando sua vitalidade. Em contraste com a preferência de muitos liberais dos EUA, Huntington procurou o universalismo em casa e o multiculturalismo no exterior. A visão de Fukuyama também pode ser surpreendentemente compatível com a de Mearsheimer, uma vez que Fukuyama admitiu que o realismo ainda se aplicava às relações com a parte do mundo ainda presa na história. (Mearsheimer, no entanto, discordou da noção de que os estados ocidentais tinham ultrapassado a possibilidade de guerra entre si.)

Huntington também aceitou muito do realismo, uma vez que, na sua opinião, a luta civilizacional ainda se desenrola em grande parte entre os "Estados centrais" de cada cultura. Ele também concordou que a questão da China não poderia ser resolvida pela solução do liberalismo ao estilo de Davos – envolvimento por meio de instituições internacionais – e, em vez disso, exigiu que os Estados Unidos fizessem uma escolha lúcida entre aceitar a hegemonia chinesa na Ásia e arquitetar uma coligação militar para a bloquear. Huntington também acreditava profundamente nos valores liberais celebrados como o fim da história e defendia o seu fortalecimento no Ocidente; ele simplesmente acreditava que o mundo também tinha outras histórias vibrantes. No final, com um grande desconto para as limitações de qualquer grande teoria, a combinação de diagnóstico radical e prescrição conservadora de Huntington é a mensagem mais incisiva das três.

A semelhança mais significativa, e desanimadora, é que os três autores estavam em descompasso com as atitudes que dominaram a política externa dos EUA e a tornaram exagerada após a Guerra Fria. Em primeiro lugar, de formas diferentes, todos os três viram para além do liberalismo ao estilo de Davos e reconheceram que os motivos não econômicos continuariam a ser forças poderosas e turbulentas. Mearsheimer não se concentrou na importância da dignidade moral e da identidade, como os outros dois fizeram, mas argumentou ainda mais vigorosamente do que eles que o comércio,

a prosperidade e a lei por si só não garantem a paz. Em segundo lugar, nenhum apoiou a cruzada do neoconservadorismo. (Fukuyama rompeu com os neoconservadores por causa da guerra do Iraque). Os neoconservadores partilham o diagnóstico de Huntington sobre a ameaça à paz, mas recuam perante a sua prescrição de contenção dos EUA. E rejeitam fervorosamente a preferência dos realistas pela cautela em detrimento do idealismo. O problema é que o liberalismo ao estilo de Davos e o neoconservadorismo militante têm sido ambos mais influentes do que as três visões mais profundas e sóbrias de Fukuyama, Huntington e Mearsheimer. Se o bom senso pretende moldar a política externa dos EUA, é necessária uma quarta visão – uma que integre os elementos compatíveis destas três de uma forma que penetre na corrente política norte-americana. ●

Richard K. Betts: Diretor do Instituto Saltzman de Estudos de Guerra e Paz da Universidade de Columbia e membro sênior adjunto do Conselho de Relações Exteriores. Seu último livro é *Inimigos da Inteligência*.
Publicado no dia 21 de outubro de 2010